



Izabel França de Lima
Fabiana da Silva França
(Organizadoras)



**INFORMAÇÃO
E INCLUSÃO**

construto teórico-prático
na pós-modernidade

INFORMAÇÃO E INCLUSÃO

Construto teórico-prático
na pós-modernidade



Universidade Estadual da Paraíba

Prof. Antonio Guedes Rangel Junior | *Reitor*

Prof. Flávio Romero Guimarães | *Vice-Reitor*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Luciano Nascimento Silva | *Diretor*

Antonio Roberto Faustino da Costa | *Editor Assistente*

Cidoval Moraes de Sousa | *Editor Assistente*

Conselho Editorial

Luciano do Nascimento Silva (UEPB)

Antônio Roberto Faustino (UEPB)

Cidoval Moraes de Sousa (UEPB)

José Luciano Albino Barbosa (UEPB)

Antônio Guedes Rangel Junior (UEPB)

Flávio Romero Guimarães (UEPB)

Conselho Científico

Raffaele de Giorgi (UNISALENTO/IT)

Jorge Eduardo Douglas Price (UNCOMAHUE/ARG)

Celso Fernandes Campilongo (USP/ PUC-SP)

Juliana Magalhães Neuwander (UFRJ)

Vincenzo Carbone (UNINT/IT)

Vincenzo Milittello (UNIPA / IT)

Jonas Eduardo Gonzalez Lemos (IFRN)

Eduardo Ramalho Rabenhorst (UEPB)

Gonçalo Nicolau Cerqueira Sopas de Mello Bandeira (IPCA/PT)

Gustavo Barbosa Mesquita Batista (UEPB)

Rodrigo Costa Ferreira (UEPB)

Glauber Salomão Leite (UEPB)

Germano Ramalho (UEPB)

Dimitre Braga Soares de Carvalho (UFRN)



Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500
Fone/Fax: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br

Izabel França de Lima
Fabiana da Silva França
(Organizadoras)

INFORMAÇÃO E INCLUSÃO

Construto teórico-prático
na pós-modernidade



Campina Grande
2020

Copyright © 2020 do Autor

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

O selo Latus segue o acordo ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil, desde 2009.

Projeto Gráfico e Diagramação

Michele de Oliveira Mourão Holanda

Depósito legal na Câmara Brasileira do Livro - CBL.

Ficha catalográfica elaborada por Heliane Maria Idalino Silva – CRB - 15ª/368

I43 Informação e Inclu são: construto teórico-prático na pós-modernidade [Livro eletrônico]. / Izabel França de Lima, Fabiana da Silva França (Organizadoras). – Campina Grande, 2020. 8620 Kb. - 391 p.: il. color.

ISBN 978-65-86221-04-6 (E -book)

1. Ciência da Informação. 2. Informação - Acessibilidade. 3. Sociedade inclusiva. 4. Diversidade social. I. Lima, Izabel França de (Organizadora). II. França, Fabiana da Silva (Organizadora).

21. ed. CDD 020

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
Rua Baraúnas, 351 - Bodocongó - Bairro Universitário
Campina Grande-PB - CEP 58429-500

Fone/Fax: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br>
e-mail: eduepb@uepb.edu.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

- > Izabel França de Lima
- > Fabiana da Silva França

9

PARTE I

INFORMAÇÃO E ACESSIBILIDADE

13

REPOSITÓRIOS DE INFORMAÇÃO ACESSÍVEL ANÁLISE DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO DO RIA (UFRN) E BIBLIOTECA SONORA (UNB)

- > Ronnie Anderson N. de Farias
- > Izabel França de Lima

14

O ACESSO DEMOCRÁTICO À INFORMAÇÃO: A PRODUÇÃO DE MATERIAIS INFORMACIONAIS DIGITAIS ACESSÍVEIS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

- > Érica Simony F. de Melo Guerra
- > Fernando Luiz Vechiato

40

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSIBILIDADE PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

- > Samara Matias da Silva
- > Cesar Augusto Cusin

72

**SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, GOVERNO
ELETRÔNICO E RESPONSABILIDADE SOCIAL**

- >Marília Vital Ribeiro
- >Joana Coeli Ribeiro Garcia

99

PARTE II

INFORMAÇÃO E GÊNERO

123

**RELAÇÕES DE GÊNERO, CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL**

- >Aurekelly Rodrigues da Silva
- >Gisele Rocha Côrtes

124

**SEXUALIDADE NA ESTANTE: PANORAMA DOS ESTUDOS
LGBT NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO A PARTIR DA BRAPCI**

- >Aline Fernandes de Mendonça
- >Denise Braga Sampaio
- >Maria Cleide Rodrigues Bernardino

155

**INFORMAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL:UM ESTUDO
DE GÊNERO NA POLÍTICA DE SANTA RITA-PB**

- >Valdir de Lima Silva
- >Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira

183

PARTE III

INFORMAÇÃO E DIVERSIDADE

211

**A DIVERSIDADE SOCIAL COMO VALOR
FUNDAMENTAL DE UMA SOCIEDADE INCLUSIVA:
os direitos da pessoa com deficiência**

- >Emília Eulina Pereira de Souza
- >Maria Cleide Rodrigues Bernardino

212

**LEI DAS COTAS RACIAIS NO BRASIL:
UMA ANÁLISE SOBRE ESSA REALIDADE**

- > Kleber José de Lima da Costa Barros
- > Marynice de Medeiros Matos Autran

238

**A JUVENTUDE E A INCLUSÃO PELO TERCEIRO SETOR:
UMA REFLEXÃO SOBRE AS PRÁTICAS INFORMACIONAIS
DA CASA PEQUENO DAVI**

- > Joelma da Silva Oliveira
- > Edvaldo Carvalho Alves
- > Fellipe Sá Brasileiro

267

PARTE IV
INFORMAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL

298

**A CONTRIBUIÇÃO DA BIBLIOTECA MULTINÍVEL
PARA A INCLUSÃO SOCIAL**

- > Jobson Louis Santos de Almeida
- > Gustavo Henrique de Araújo Freire

299

**MEMÓRIA SOLIDÁRIA: INCLUSÃO SOCIAL PELA
PRÁTICA MUSICAL DA ORQUESTRA DE CORDAS DO IFPB (OCIFPB)**

- > Marina Tavares Zenaide Marinho
- > Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira

322

**DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO: AS SIGLAS NA REDAÇÃO
DOS RESUMOS DE ALTA DE PRONTUÁRIOS DO PACIENTE**

- > Fabiana da Silva França
- > Rosa Estopá Bagot
- > Virginia Bentes Pinto

341

**DO SOCIAL AO DIGITAL: A UNIVERSIDADE ABERTA
À MATURIDADE COMO PRÁTICA DE INCLUSÃO
DO IDOSO NA SOCIEDADE PÓS-MODERNA**

- > Juliana Ferreira Marques
- > Izabel França de Lima

357

APRESENTAÇÃO

A produção de conhecimentos científicos promove reflexões sobre o paradigma interdisciplinar/multidisciplinar, mediante a divulgação de produções que refletem a diversidade de temas e objetos. O livro **Informação e Inclusão: Construto teórico-prático na pós-modernidade** surgiu da reunião de trabalhos desenvolvidos por profissionais da área da Ciência da Informação, com o propósito de divulgar os estudos desenvolvidos, cujos temas principais são: acessibilidade, gênero, diversidade e inclusão. A obra oferece ao leitor conceitos, teorias e procedimentos que conferem robustez aos dispositivos e ações propostas.

O livro, organizado pela Profa. Dra. Izabel França de Lima e pela bibliotecária Dra. Fabiana da Silva França, possui 14 (catorze) capítulos, distribuídos em quatro partes, de acordo com a temática, e cada capítulo refere-se a um artigo.

Na primeira parte, intitulada “Informação e Acessibilidade”, encontram-se quatro capítulos: *REPOSITÓRIOS DE INFORMAÇÃO ACESSÍVEL: análise dos serviços de informação do RIA (UFRN) e Biblioteca Sonora (UNB)* aborda os repositórios digitais (RD) como instituição de inclusão digital e destaca a importância do profissional bibliotecário na fase de transição dos serviços de acessibilidade digital; *O ACESSO DEMOCRÁTICO À INFORMAÇÃO: a produção de materiais informacionais digitais acessíveis em instituições de ensino superior*

concebe discussões teórico-práticas a respeito da produção de materiais informacionais digitais acessíveis nas IES, bem como aborda a política de acesso à informação; *POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSIBILIDADE PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA* contempla a análise da literatura e legislação da área, permitindo contextualizar as reflexões acerca da aplicabilidade das políticas de acessibilidade; *SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, GOVERNO ELETRÔNICO E RESPONSABILIDADE SOCIAL* discute, por meio de revisão de literatura, a incorporação dos princípios de responsabilidade social (RS) como norteadores de projetos de inclusão fomentados pelo governo federal, utilizando como exemplo o software VLibras, desenvolvido através de uma parceria do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, sua Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Na segunda parte, intitulada “Informação e Gênero”, encontram-se três capítulos: *RELAÇÕES DE GÊNERO, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL* destaca que o enfoque e a inserção temática dos estudos de gênero no contexto da Ciência da Informação podem possibilitar novas pesquisas e reflexões acerca de como a produção científica vem abordando a temática e como esta pode contribuir para inclusão social das mulheres na sociedade; *SEXUALIDADE NA ESTANTE: panorama dos estudos LGBT na Ciência da Informação a partir DA BRAPCI* verifica as abordagens da Ciência da Informação e Biblioteconomia em relação aos estudos de gênero, em especial, aos que dizem respeito a temáticas LGBT; *INFORMAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL: um estudo de gênero na política de Santa Rita-PB* realiza um estudo de gênero na política, pensando sobre inclusão informacional, com foco na formação política, enquanto condição essencial para a inserção feminina.

Na terceira parte, intitulada “Informação e Diversidade”, encontram-se três capítulos: *A DIVERSIDADE SOCIAL COMO VALOR FUNDAMENTAL DE UMA SOCIEDADE INCLUSIVA: os direitos da pessoa com deficiência* analisa os direitos da pessoa com deficiência sob a luz do conceito de informação social. Aborda os aspectos constitucionais de forma ampla, para abranger a Convenção do Direito das Pessoas com Deficiência, as múltiplas características do objeto de estudo, a importância da abordagem da informação social como fenômeno e as normas jurídicas que regem os sujeitos observados; *LEI DAS COTAS RACIAIS NO BRASIL: uma análise sobre essa realidade* analisa como se iniciaram as discussões sobre as cotas raciais no Brasil e quais os impactos do debate e das práticas dessas ações afirmativas no contexto socioeducacional brasileiro; *A JUVENTUDE E A INCLUSÃO PELO TERCEIRO SETOR: uma reflexão sobre as práticas informacionais da Casa Pequeno Davi* considera o processo de agravamento de desigualdades e o baixo investimento nas políticas, sobretudo sociais, que acabam por propiciar o distanciamento da inclusão e conseqüentemente da igualdade entre as pessoas. Sem dúvida, as práticas informacionais alternativas e orientadas à inclusão participativa têm papel importante nesse contexto, sobretudo as instituídas pelas organizações sociais, como, por exemplo, a Casa Pequeno Davi, em João Pessoa.

Na quarta e última parte, intitulada “Informação e Inclusão”, encontram-se quatro capítulos: *A CONTRIBUIÇÃO DA BIBLIOTECA MULTINÍVEL PARA A INCLUSÃO SOCIAL* apresenta uma reflexão teórica sobre a contribuição da biblioteca multinível no processo de inclusão social que ocorre na Rede Federal EPCT. Aponta as ações que estão sendo e que podem vir a ser realizadas nestas unidades de informação, a fim de viabilizar a articulação das ações de responsabilidade social

com a promoção da cidadania; *MEMÓRIA SOLIDÁRIA: Inclusão Social pela Prática Musical da Orquestra de Cordas Do IFPB (OCIFPB)* analisa descritivamente as práticas orquestrais e o fazer extensionista do Projeto de extensão intitulado “A Orquestra de Cordas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (OCIFPB)” nas instituições de caridade de João Pessoa/PB. Sob uma perspectiva conceitual, assenta-se teoricamente nas concepções de memória social e de patrimônio cultural; *DO SOCIAL AO DIGITAL: A Universidade Aberta À Maturidade Como Prática De Inclusão Do Idoso Na Sociedade Pós-Moderna* apresenta uma reflexão sobre a inclusão social e digital de idosos na sociedade pós-moderna, a partir da experiência da Universidade Aberta à Maturidade, na Paraíba; *DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO: as siglas na redação dos resumos de alta dos prontuários do paciente* relata as implicações decorrentes da falta de padronização das siglas utilizadas na redação dos resumos de alta, destacando que o uso de siglas dificulta a compreensão pelo usuário, que, por definição, deveria ser o interlocutor primordial do médico e de todos os profissionais da equipe de saúde.

Este livro socializa os conhecimentos produzidos e sistematizados de forma a contribuir para a ampliação dos estudos nessas áreas. Além disso, oferece subsídios aos interessados nas temáticas apresentadas, oriundos de resultados de pesquisas desenvolvidas no âmbito da Ciência da Informação.

As organizadoras

PARTE I

Informação
e Acessibilidade



REPOSITÓRIOS DE INFORMAÇÃO ACESSÍVEL: análise dos serviços de informação do RIA (UFRN) e biblioteca sonora (UNB)

> *Ronnie Anderson N. de Farias*
> *Izabel França de Lima*

1 INTRODUÇÃO

A informática e suas aplicações sofreram grandes modificações e devem se adaptar aos usuários que necessitam de acessibilidade. Nesse contexto, o leitor de tela, por exemplo, permite a inclusão dos deficientes visuais no meio digital com uso de programas apropriados. Por meio desses programas, investigam-se websites que permitem o uso correto dos leitores, ideia básica da pesquisa. Esses programas leitores de tela, os sites e a resposta dos usuários compõem o acesso aos repositórios de informação.

Esses adventos tecnológicos permitem que os repositórios digitais (RD) sejam uma instituição de inclusão digital, pois, além de possibilitarem a utilização dos seus serviços pelos usuários de maneira fácil e confortável, refletem sua preocupação com os portadores de necessidades especiais. Com esse conceito, não criarão ambientes separados para os

portadores de necessidade especiais, mas os incluirão para interagir com os outros usuários do mundo virtual.

A necessidade de se entender o uso dos serviços de informação do RD acessível por portadores de deficiência visual e a gestão pelos profissionais que trabalham no RD foi o motivo da pesquisa. Esta tem como objetivo analisar os serviços de informação do Repositório de Informação Acessível da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e da Biblioteca Sonora da Universidade Federal de Brasília (UNB). Especificamente, busca identificar as competências do RIA e BSD frente ao atendimento das pessoas com necessidades especiais.

O procedimento metodológico foi através de revisão de literatura, classificando a pesquisa como bibliográfica e exploratória. Para coleta de dados, um questionário com perguntas abertas e fechadas foi aplicado aos gestores das unidades do objeto de pesquisa.

Por conseguinte, nesta pesquisa, destaca-se a importância do profissional bibliotecário na fase de transição dos serviços de acessibilidade digital, como centro de referência do usuário, até que ele mesmo se torne independente. A partir desse processo, demonstra-se que os serviços oferecidos pelos repositórios de informação permitem o acesso eficiente aos usuários.

2 ACESSIBILIDADE NO BRASIL

No Brasil, o acesso à informação é um direito constitucional escrito no capítulo I dos direitos e deveres individuais e coletivos (BRASIL, 1988):

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à

segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XIV - é assegurado a todos o acesso à informação [...] (BRASIL, 1988).

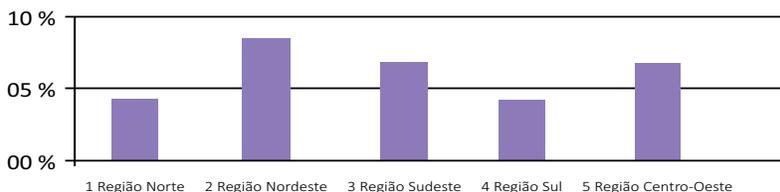
Outra garantia é dada pela Lei nº. 10.753/2003 (BRASIL, 2003), que estabelece a Política Nacional do Livro, garantindo acesso da pessoa com deficiência visual, ou com outras necessidades especiais, ao livro. Também o Decreto nº 5296 de 02 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2004) regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências:

Capítulo VI - Do acesso à informação e à comunicação:

(...) Art. 47. No prazo de até doze meses a contar da data de publicação deste Decreto, será obrigatória a acessibilidade nos portais e sítios eletrônicos da administração pública na rede mundial de computadores (internet), para o uso das pessoas portadoras de deficiência visual, garantindo-lhes o pleno acesso às informações disponíveis. (BRASIL, 2000).

No Brasil, o último Censo do IBGE de 2013, pela Pesquisa nacional de Saúde, mostra que 6,6 % da população total apresentam algum tipo de deficiência visual, conforme o quadro 01 abaixo:

Figura1 - Porcentagem de deficientes visuais no Brasil em 2013.



Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde (2013).

No entanto, uma grande parcela da população brasileira ainda não tem acesso à educação, particularmente, as pessoas com necessidades especiais. Acredita-se que isso ocorre devido a uma inadequada configuração dos espaços físicos e digitais. Os repositórios institucionais devem cuidar para que seja permitida a participação de todos os seus usuários nos serviços que disponibilizam, utilizando mídias alternativas de suporte à informação que sejam compatíveis com as necessidades especiais dos seus usuários, oferecendo a tecnologia e ensinando a sua utilização. Isso se aplica observando, inicialmente, as dificuldades/limitações que as pessoas apresentam, a fim de encontrar uma forma de disponibilizar a informação, de modo que as capacidades das pessoas possam ser desempenhadas.

Isso se concretiza pelo uso combinado de ajudas técnicas com conteúdos digitais acessíveis. Faz-se necessário, também, um suporte adequado a esses usuários, tanto para a utilização das ajudas técnicas, quanto na preparação de materiais alternativos, tais como a digitalização de textos, a transcrição de documentos orais e a descrição de documentos visuais por meio de leitores de tela.

Dessa forma, a acessibilidade na Web significa acesso à Web por todos, incluindo pessoas portadoras de necessidades especiais, independente

das características do usuário, situação ou ferramenta. A acessibilidade na Web beneficia a todos, inclusive idosos e pessoas com deficiências (W3C, 2018). O acesso à informação é um direito de uma sociedade democrática. Para isso, a web se faz presente em muitos aspectos da vida: educação, emprego, governo, comércio, saúde, recreação e etc. Como afirma o W3C: “é essencial que a Web forneça acesso igual e oportunidades iguais a pessoas com habilidades diversas” (HENRY; BREWER, 2018, não paginado, tradução nossa).

Nesse sentido, a acessibilidade corresponde à possibilidade de transposição das barreiras analógicas e digitais em busca da qualidade de vida e inclusão social de pessoas com deficiência. Isso inclui o uso de tecnologias assistivas e adoção de desenho universal para que a independência supere as barreiras apresentadas diante das suas capacidades físico-motoras e perceptivas, culturais e sociais, em locais, produtos, serviços, informações, metodologias, técnicas e etc (HOTT; CRUZ-RIASCO, 2018).

Com isso, o acesso aos recursos que proporcionam tecnologias de informação e comunicação é um direito básico humano e deve ser garantido pelos órgãos governamentais. Assim, entende-se que o estímulo à convivência entre pessoas “diferentes” em ambientes culturais, como bibliotecas, teatros, museus e centros culturais, tem o potencial de reduzir desigualdades, preconceitos e integrar social e culturalmente as pessoas com deficiência no panorama do desenvolvimento social brasileiro.

Os usuários com necessidades especiais e de acessibilidade são acobertados pela lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que visa inclusão social, cidadania, garante acesso à educação superior, profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades. Dessa forma,

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, não paginado).

A lei ainda garante o acesso a informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis, como no art. 63, que torna “obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no país ou por órgãos de governo” (BRASIL, 2015, não paginado), para usuários especiais, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente.

Associado a essa inclusão, o termo acessibilidade configura a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, por pessoas com deficiência, dos sistemas e tecnologias proporcionadas pelos sites (ABNT, 2015).

Estudar questões relacionadas à acessibilidade e usabilidade em ambientes digitais vai além dos estudos de questões técnicas necessárias para o desenvolvimento de sistemas e/ou interfaces. É necessário expandir os limites técnicos e contemplar pontos cognitivos e comportamentais dos usuários na busca do entendimento sobre quais elementos podem impactar o acesso e uso dessas tecnologias.

Nesses aspectos, é preciso refletir que as tecnologias podem impactar os usuários nos contextos que envolvem limitações digitais. Logo, elas podem ser entendidas como uma abordagem baseada na “exclusão digital” ou “desigualdade digital”. Segundo Bellini et al. (2012), limitações digitais buscam estudar a relação entre o indivíduo e a tecnologia, não se restringindo apenas ao fato de este indivíduo (ou o seu grupo)

possuir ou não acesso a ela. Ainda segundo o referido autor, na área das limitações digitais, são explorados elementos relativos à cognição e ao comportamento tecnológico do indivíduo.

3 REPOSITÓRIO DIGITAL DE INFORMAÇÃO ACESSÍVEL NO BRASIL

Os Repositórios Digitais institucionais (RDI) dispõem de mecanismos que aumentam a visibilidade e a eficácia da preservação da produção intelectual de pesquisadores e instituições acadêmicas. Dessa forma, os RIs irão “servir como indicadores tangíveis da qualidade de uma universidade e de demonstrar a relevância científica, social e econômica de suas atividades de pesquisa, aumentando a visibilidade, o status e o valor público da instituição” (CROW, 2002, p. 01).

Com a inserção das novas tecnologias no âmbito dos sistemas de busca, cabe perguntar: como disponibilizar de modo produtivo as informações das instituições acadêmicas aos usuários com necessidades especiais? Os dispositivos que podem responder a essa demanda, com relativa eficiência de acesso, são os repositórios institucionais acessíveis. Esses instrumentos atendem ao universo da informação e comunicação digital e vêm promovendo uma abrangente transformação no modo de pesquisa contemporâneo. Eles apresentam as universidades como um centro de produção intelectual e devem ser constituídas de uma natureza acadêmico-científica.

Como relata Costa (2008, p.225), “desse modo, os repositórios devem conter uma cópia de todo trabalho publicado ou aceito para publicação em periódicos, livros ou outro veículo, em ambiente interoperável e aberto”. Assim, o OAI - Open Archive Initiative - permitiu que os repositórios temáticos, institucionais e e-prints pudessem alcançar os

pilares do movimento que garantem a sustentação desse processo: a acessibilidade, confiabilidade e publicidade. Por isso, a produção científica segue os fundamentos clássicos, os quais devem estar acessíveis ao público, de forma permanente: “[...] os dados verdadeiros referendados pela comunidade devem estar visíveis, expostos para que o público de interesse tenha chances de identificar, acessar e utilizar essa produção científica” (WEITZEL, 2005, p. 2).

Com o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação – TIC’s -, surge um novo conceito, a desintermediação, que permite ao usuário realizar operações que antes eram desempenhadas por bibliotecários, como busca no catálogo coletivo, em bases de dados, entre outros. De acordo com Tammaro e Sararelli (2008, p.52), “um efeito lógico da desintermediação é que os usuários se dirigem cada vez menos à biblioteca e desejam obter cada vez mais informação”. O usuário dos RDIs pode utilizar seus serviços onde e quando achar necessário, uma vez que a finalidade dos serviços oferecidos é levar o usuário remoto à informação que lhe sirva de maneira eficaz, melhorando a usabilidade e acessibilidade do sistema e cumprindo a lei de Ranganathan: poupe o tempo do leitor.

Uma característica que distingue RI de outras bases de dados é a disponibilidade de ferramentas que viabilizem a interação e a troca de ideias entre usuários que são mediadas por moderador ou não (MARCONDES; SAYÃO, 2009). No desenvolvimento de ferramentas tecnológicas, deve-se, portanto, ouvir os usuários para se construir o sistema informacional do modo mais amigável possível. A troca de informações permitida pelo RDI faz com que seus usuários se insiram no ambiente informacional das suas instituições. Portanto, vê-se a necessidade de saber se esse usuário conhece a ferramenta oferecida

por sua instituição, como é oferecida nos repositórios, e ao mesmo tempo saber se essa informação é útil para pesquisa do mesmo. Como afirmou Choo (2003, p.98):

Quando as pessoas relacionam-se umas com as outras ou com os sistemas de informação da organização, utilizam os recursos do ambiente de uso da informação e, nessa interação, a informação torna-se útil. Portanto, os comportamentos em relação à informação constituem-se mútua e simultaneamente, de modo que o ambiente de uso da informação é, ao mesmo tempo, um recurso essencial e um produto de comportamentos estabelecidos.

Assim, refletir sobre informação, além da comunicação, importa saber o contexto de produção, avaliar e conhecer as necessidades de armazenamento, recuperação, acessibilidade, geração de informação/conhecimento. As instituições devem representar a garantia da qualidade das informações colocadas em seus repositórios e bibliotecas digitais.

3.1 Repositório de Informação Acessível (RIA) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

O primeiro objeto de estudo da pesquisa é o Repositório de Informação Acessível (RIA) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), autorizado pela Política de Inclusão dessa instituição. Ele é destinado à guarda de um acervo crescente formado por textos acadêmicos digitalizados pelo Laboratório de Acessibilidade (LA) da Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM/UFRN). Também do Setor de Musicografia Braille e Apoio à Inclusão, e da Biblioteca Pe. Jaime Diniz (BPJD), pertencentes à Escola de Música (EMURFN) (FURTADO, 2016).

É considerada uma biblioteca digital de busca e acesso a materiais informacionais em formatos acessíveis que atende aos usuários a que se destina - discentes dos cursos de Graduação e Pós-Graduação que são deficientes visuais matriculados na instituição - e um acervo digital em formato acessível. O RIA está em conformidade com a lei de direito autoral vigente, a Lei nº 9.610, de acordo com o Decreto nº 5.296, que determina a garantia da acessibilidade e utilização de serviços e atendimentos, e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.145 (FURTADO, 2016).

O decreto nº 5.296, em seu artigo 8º, parágrafo II, alínea “d”, considera:

d) barreiras nas comunicações e informações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação (BRASIL, 2004).

Além disso, a lei que Institui a Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) relata:

d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, **atitude ou comportamento** que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e **de informações** por intermédio **de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação** (BRASIL, 2015, grifo nosso).

A educação constitui também o direito da pessoa com deficiência, como destaca o artigo 27 da lei nº 13.145, que, em seu escopo, declara:

XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;

XIV - inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento (BRASIL, 2015);

Desse modo, a criação do RIA evidencia que a barreira na informação está sendo superada com o acesso ao conteúdo da instituição disponibilizado de modo acessível. “O objetivo do RIA é disponibilizar conteúdos em formatos acessíveis de atendimento às demandas informacionais da comunidade acadêmica com deficiência visual dos cursos de Graduação e Pós-Graduação - material de estudo e pesquisa necessários à sua formação acadêmica” (UFRN, 2019, não paginado).

3.2 Biblioteca Digital e Sonora da Universidade Federal de Brasília

O segundo objeto é a Biblioteca Digital e Sonora (BDS), criada em 2008, considerada em seu site como repositório, como objetivo de atender a demanda dos deficientes visuais (Universidade Federal de Brasília e da comunidade em geral), coletando, reunindo, organizando e armazenado materiais em formato digital, a fim de satisfazer as necessidades de informação de seus usuários. A BDS disponibiliza materiais adaptados

seguindo a legislação de direitos autorais, que permite a reprodução de obras literárias, artísticas ou científicas para uso exclusivo de deficientes visuais - Lei nº 9.610/1998 (BRASÍLIA, 2018).

A referida lei expõe, nos artigos 5º e 46º, as fundamentações para seu serviço de informação:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, considera-se: I - Publicação - o oferecimento de obra literária, artística ou científica ao conhecimento do público, com o consentimento do autor, ou de qualquer outro titular de direito de autor, por qualquer forma ou processo;

Art. 46º Não constitui ofensa aos direitos autorais:

I - a reprodução:

d) de obras literárias, artísticas ou científicas, para uso exclusivo de deficientes visuais, sempre que a reprodução, sem fins comerciais, seja feita mediante o sistema Braille ou outro procedimento em qualquer suporte para esses destinatários;

Os materiais constantes na BDS são disponibilizados em formato texto (HTML e PDF), para que os programas leitores de tela possam transmitir ao usuário todo o conteúdo do material com seus minuciosos detalhes, e em formato de áudio (MP3) (BRASÍLIA, 2018).

4 SERVIÇOS OFERECIDOS PELOS REPOSITÓRIOS DE INFORMAÇÃO ACESSÍVEL

Conhecer o perfil dos usuários da informação é imprescindível para planejar, desenvolver e prestar serviços que, de fato, atendam às necessidades dos usuários, dos consumidores e dos produtores

de informação. Os profissionais da informação podem visualizar a natureza de seus produtos e serviços e, notadamente, saber que o ponto crítico deixa de ser quais são os serviços e com que frequência são feitos, e passa a ser com quais propostas de serviços serão calculados e como serão percebidos e apropriados pelos usuários (DERWIN,1977 apud FERREIRA, 1996).

Com o avançar do tempo e das novas tecnologias, vem ocorrendo uma mudança substancial no modo de agir e pensar as necessidades e uso da Informação. Isso pode ser visto no ato de planejar produtos e serviços ofertados, pois, com as novas tecnologias, se permite diversificar e personalizar a oferta de produtos e serviços em função de demandas, interesses e necessidades, respeitando os hábitos e a percepção dos usuários. Com isso, o conhecimento sobre o usuário é a base da orientação e da concepção do Serviço de Informação, considerando suas características, atitudes, necessidades e demandas. Essas características são complexas e se modificam constantemente. Dessa forma, relatam Dias e Pires (2004, p. 06): “esses serviços devem ser planejados de acordo com os usuários e a comunidade a ser atingida, com a natureza de suas necessidades de informação e seus padrões de comportamento na busca e no uso da informação, de modo a maximizar a eficiência de tais serviços”.

Quadro 1 – Serviços apresentados para os usuários cadastrados pelos repositórios

| Repositórios | Textos digitalizados | Musicografia Braille | Apoio a Inclusão (amparolegal) |
|---|---|--|--|
| Repositório de Informação Acessível da UFRN - RIA | Adaptados pelo Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM) | Biblioteca Pe. Jaime Diniz (BPJD) pertencentes à Escola de Musica (EMURFN) | Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, art. 46, inciso I, alínea d, Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. |
| Biblioteca Digital e Sonora | Artigos Adaptados Capítulos Adaptados Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) - Adaptado Livros Adaptados Livros Gravados Periódicos Adaptados | Formato áudio: em formato MP3 para o material cadastrado. | A Lei nº 9.610/1998, que permite adaptar os exemplares, sem ofensa aos direitos autorais. |

Fonte: autoria própria (2019).

O quadro acima (Quadro 1) relata os documentos oferecidos nos serviços aos usuários dos repositórios acessíveis analisados nessa pesquisa.

4.1 Repositório digital à distância

Para acessar aos serviços oferecidos pelo RDI devem-se entender as exigências dos motores de busca, pois é necessário analisar o acesso virtual feito pelos usuários, verificar a divulgação do RDI e fornecer parâmetros aos gestores para melhoria do funcionamento (FARIAS, 2016).

Segundo Tamaro (2008), todo o serviço que torna disponível o acesso à biblioteca pelo usuário remoto caracteriza a evolução da biblioteca tradicional para a digital. A novidade organizacional que

caracteriza os serviços da biblioteca digital está na desintermediação, isto é, no fato de o usuário não precisar mais ir até uma biblioteca para ter acesso à informação e, sobretudo, não mais se dirigir ao bibliotecário para solicitar um serviço. Pode-se deduzir que o valor adicional oferecido pelos serviços da biblioteca digital, em comparação com os serviços da biblioteca tradicional, seja o autosserviço (self-service), no qual cada vez mais o usuário se torna independente para sua pesquisa.

Para alcançar esse propósito, os gestores dos repositórios em questão mostraram-se capazes de aprimorar seus serviços aos usuários específicos no processo de aprendizagem e no processo de busca e uso da informação, disponibilizando os materiais científicos adaptados e com acesso. Dessa forma,

Trata-se de um profissional comprometido com a sua vocação, que valoriza a si e ao seu trabalho, segue na educação contínua aliada a novos comportamentos, com novas formas de pensar, que trabalha suas qualidades de criatividade, curiosidade, liderança, empreendedorismo, inovação e sensibilidade para com o público que ele está servindo (JESUS; MIRANDA; DIAS, 2018, p. 237).

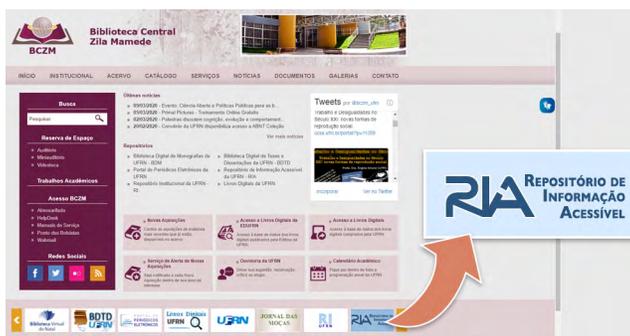
Segundo Dudziak (2005), o bibliotecário pode apresentar um conjunto de elementos que são destaque no processo e que podem resultar em uma recuperação da informação eficaz, por exemplo: o centro do processo é o aluno, a cultura do livre acesso à informação deve ser enfatizada e incorporar diferentes espaços de aprendizagem. Esses elementos foram aplicados na prestação dos serviços de informação dos repositórios acessíveis e tiveram como resultado o acesso

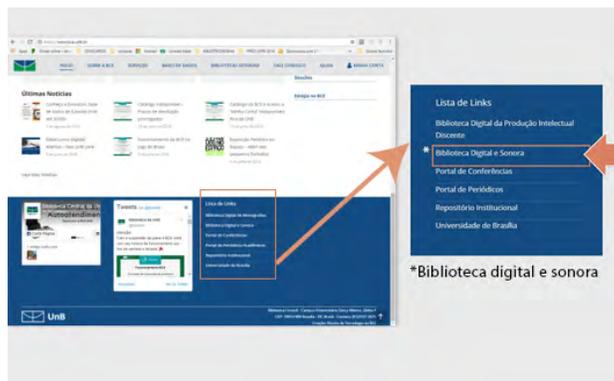
remoto do aluno, que pode alcançar os resultados da sua busca pela informação de forma eficaz, como assegura a Lei nº 13.145 do direito à educação, artigo 28. No seu prólogo, a referida Lei relata:

[...] incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: [...] “II- aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena (BRASIL, 2015, não paginado).

Como forma de aprimoramento e acessibilidade, o RIA está associado à página inicial do sítio da Biblioteca Central da UFRN, com um link interativo para o usuário ter acesso facilitado.

Figura 2- Página inicial da biblioteca central e link interativo aos repositórios acessíveis.





Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Como apresentado na figura 2, a BDS também possui um link no sítio da biblioteca central, facilitando o autosserviço do usuário e divulgação do mesmo.

4.2 Serviços dos repositórios institucionais para a comunidade acadêmica

Um repositório institucional pode oferecer uma série de serviços à sua comunidade. Firmados nessa premissa, comparam-se os serviços prestados do RIA e BDS de forma adaptada e acessível. Apesar de a realidade de muitas instituições não permitir o oferecimento de todos os serviços, quanto mais acessibilidade oferecida, maiores as possibilidades de atrair a comunidade para a sua adoção e uso. Os autores Leite et al (2009) e (2012) sugerem alguns serviços que podem ser observados nos repositórios institucionais, conforme o quadro abaixo:

Quadro 2 - Serviços aos usuários oferecidos pelos repositórios

| Serviços aos usuários | RIA | BDS |
|--|-----|-----|
| Disseminação seletiva de informação (uso de RSS, por exemplo) | x | x |
| Digitalização da produção científica impressa (para o acesso online e a preservação digital) | x | x |
| Dados estatísticos para os autores | x | – |
| Depósito mediado e auxílio para o autodepósito | – | – |
| Orientação sobre direitos autorais (tratado anteriormente) | x | x |
| Treinamento e suporte aos usuários | x | x |
| Serviço de identificadores persistentes com vistas à preservação do acesso | x | x |
| Suporte para a definição de coleções e fluxos de depósitos de comunidades específicas | x | x |
| Suporte via chat, correio eletrônico ou telefone | x | x |
| Digitalização de documentos e reconhecimento de caracteres (Optical Character Recognition — OCR) | x | x |

Fonte: Leite et al. (2009; 2012).

Os serviços aos usuários apresentados no quadro 2 serão objeto de análise dos resultados da pesquisa.

5 PROCESSO METODOLÓGICO

A pesquisa se caracteriza, mediante o contexto e segundo os objetivos, como bibliográfica e descritiva – dentro de análises quantitativas, quando há um levantamento de dados e o porquê destes dados (BOENTE; BRAGA, 2004). A coleta de dados foi realizada por

questionários que apresentaram perguntas distintas e relevantes para pesquisa, que em análise estatística foram apresentadas por tabelas e gráficos.

A fim de alcançar os objetivos propostos, a metodologia seguiu quatro etapas sequenciais. Para a primeira etapa, foi escolhido o Repositório de Informação Acessível da UFRN e a Biblioteca Digital e Sonora da UNB (considerada como repositório) como consulta, pois pertencem às universidades federais, apresentam página na internet e gestores acessíveis à pesquisa. Esses repositórios foram os pioneiros em tornar acessível o conteúdo voltado aos seus usuários cadastrados.

Na coleta de dados, foram consultadas páginas dos repositórios (<http://bds.unb.br/> e <https://ria.ufrn.br/jspui/password-login>), correspondendo às propostas de Leite et al (2009; 2012) sobre os serviços dessas ferramentas para seus usuários universitários, no quadro 02.

Na terceira etapa, para identificar as competências do RIA e BSD frente à prestação de serviços de informação às pessoas com necessidades especiais, foi proposta a ferramenta de coleta por um questionário (Apêndice A). Esse foi elaborado em formato .doc, com perguntas abertas e fechadas, que foram enviadas para os correios eletrônicos dos dois gestores, no período de 26/07 a 05/08/2018.

Na quarta etapa, ocorreu a análise dos resultados. Para isso, foram retirados os possíveis documentos duplicados, os sem aderência à pesquisa e os fora do escopo da temática nos documentos de Leite et al (2009) e (2012). Em seguida, executou-se o tratamento dos dados de pesquisa, mediante elaboração de um quadro comparativo das respostas dos questionários que permitiu visualizar os resultados e propor as discussões.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os Serviços aos usuários do RIA e BDS foram analisados seguindo a proposição de Leite et al (2009; 2012) no quadro 02, obtendo as seguintes análises do conteúdo:

Quadro 3 - Itens avaliados pela proposição de Leite et al (2009, 2012)

| Itens avaliados | RIA | BDS |
|--|--|-----------------------------------|
| Disseminação seletiva de informação (uso de RSS, por exemplo) | os dois não possuem o link em sua página, mas possuem o fale conosco, visto que todos os usuários são cadastrados e respondidos por e-mail pessoal | |
| Digitalização da produção científica impressa (para o acesso online e a preservação digital) | os dois possuem produção específica por curso adaptada a deficiência visual, também possuem um acervo sonoro | |
| Dados estatísticos para os autores | o RIA possui estatística oferecida em sua página para os usuários cadastrados | a BDS não apresenta em sua página |
| Depósito mediado e auxílio para o auto-depósito | Devido ao material receber tratamento para se tornar acessível, somente os profissionais fazem o depósito. | |
| Orientação sobre direitos autorais (tratado anteriormente) | Os dois possuem normas legais, como a Lei nº 9.610/1998, que permite adaptar os exemplares, sem ofensa aos direitos autorais | |
| Treinamento e suporte aos usuários | Toda a equipe técnica foi treinada e recebe o apoio do laboratório de acessibilidade | |
| Serviço de identificadores persistentes com vistas à preservação do acesso | Utilizam o Dspace como software de gestão | |
| Suporte para a definição de coleções e fluxos de depósitos de comunidades específicas | o acervo é acessível e destinado aos portadores deficientes visuais, ver quadro 01 | |
| Suporte via chat, correio eletrônico ou telefone | possuem correio eletrônico e telefone | |

| | |
|--|---|
| Digitalização de documentos e reconhecimento de caracteres (Optical Character Recognition — OCR) | o acervo é digitalizado para ser acessível, quadro 01 |
|--|---|

Fonte: Leite et al. (2009, 2012).

Para resposta do objetivo específico, foi elaborado o seguinte quadro:

Quadro 4 - Respostas das gestoras dos repositórios acessíveis

| Questionário (apêndice A) | RIA | BDS |
|--|--|--|
| Graduação acadêmica | Mestrado | Graduação |
| Curso de formação | Biblioteconomia | Biblioteconomia |
| Qual o impacto visível de acessibilidade às pesquisas o repositório de informação acessível trouxe para instituição? | Inclusão das pessoas com deficiência visual e democratização da informação na UFRN. Permitiu o sucesso acadêmico, ingresso na pós-graduação e mercado de trabalho. A CAENE e o laboratório de Acessibilidade são fundamentais para o RIA | Possibilita que os materiais acessíveis sejam utilizados por pessoas de vários estados e locais. |
| Todos os serviços aos usuários estão disponíveis na página do repositório de informação acessível? | Sim, pesquisa e downloads dos arquivos. | Sim |
| A institucionalização do repositório de informação acessível está no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da universidade? | Sim, diz sobre a implantação de políticas de inclusão, desenvolvimento de estudos e tecnologia na igualdade das diferenças. PDI, 2010. | Não, no PDI 2018-2022 há uma menção do repositório, porém não se fala em institucionalização. São estabelecidas metas de submissão de materiais. |

| | | |
|---|--|---|
| <p>Quais metas foram alcançadas e as futuras?</p> | <p>Metas não foram definidas anteriormente, mas o RIA não é produto estatístico, sendo constantemente desenvolvido e avaliado. O futuro dos repositórios é se integrar a outros, e o RIA caminha para isso, devido à escassez de acervo adaptado no Brasil</p> | <p>Ainda não há metas alcançadas para o PDI 2018.</p> |
| <p>Fui devidamente esclarecido quanto aos objetivos e envolvidos na pesquisa, concordo livremente em ceder dados para fins da descrita acima para fins meramente estatísticos e acadêmicos.</p> | <p>Sim</p> | <p>Sim</p> |

Fonte: o autor (2018).

Nas respostas podemos analisar que os gestores são profissionais de formação acadêmica específica de informação. Os serviços oferecidos aos alunos cadastrados estão disponíveis no site. Dentre os citados no quadro 02, os gestores comprovam a pesquisa e download dos arquivos. O RIA e a BDS não estão especificamente no Plano de Desenvolvimento Institucional de 2010 e 2018, respectivamente, mas estão a política de inclusão (2010) e as metas de inclusão de materiais (2018). Os materiais dispostos nessas ferramentas ainda são escassos. Uma solução futura será a integração dos repositórios acessíveis, permitindo o intercâmbio dos materiais, gerando igualdade a todos os alunos das instituições.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os serviços de informação oferecidos ao usuário deficiente visual do Repositório de Informação Acessível (UFRN) e da Biblioteca Sonora da Universidade Federal de Brasília (BSD) demonstraram a importância do profissional da informação na desintermediação da prática de busca de informação, conforme a metodologia aplicada nessas organizações. O objetivo de analisar os serviços de informação dessas instituições e, especificamente, identificar as competências do RIA e BSD frente ao atendimento das pessoas com necessidades especiais, partiu dos conceitos de boas práticas dos repositórios digitais de Leite et al do ano de 2009 e 2012, os quais foram utilizados para esse fim em artigos pesquisados até 2017.

No objetivo específico houve a comprovação dos serviços oferecidos e as expectativas futuras, como a integralização dos repositórios para aumentar os acervos acessíveis e a visão da instituição para que o plano de desenvolvimento institucional seja incentivador das políticas inclusivas. Nesse contexto, sugere-se, para pesquisas futuras, a análise de uso dos serviços pelos estudantes cadastrados, a fim de saber o que buscam e o que sugerem de melhorias, e estudos de avaliação dos serviços específicos aos repositórios de informação acessível. Conclui-se que os serviços disponíveis cumprem os preceitos legais de inclusão digital, ainda necessitando de integralidade e disponibilização de acervos.

REFERÊNCIAS

BELLINI, Carlo Gabriel Porto; ISONI FILHO, Miguel Mauricio; GARCIA, Daniella de Araújo; PEREIRA, Rita de Cássia de Faria. **Limitações digitais:** evidências teóricas preliminares. Revista Análise. Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 58-70, jan./abr. 2012.

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Contêm as emendas constitucionais posteriores. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 15 set. 2018.
- BRASIL. Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, n. 232, 02 dez. 2004. Seção 1, p.5.
- BRASIL. Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, n. 212-A, 31 out. 2003. Seção 1, p.1.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. BRASILIA, DF, 06 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm. Acesso em: 22 abr. 2019.
- BRASILIA. UNB. **Biblioteca Digital e Sonora**. 2018. Disponível em: <https://www.bce.unb.br/bibliotecas-digitais/bds/>. Acesso em: 10 maio 2018.
- COSTA, Saly M. S. Abordagens, estratégias e ferramentas para o acesso aberto via periódicos e repositórios institucionais em instituições acadêmicas brasileiras. **Liinc em Revista**, v.4, n.2, set. 2008, Rio de Janeiro, p. 218 – 232. Disponível em: <http://www.ibict.br/liinc>. Acesso em: 15 jan. 2019.
- CHOO, C. W. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: SENAC, 2003. 426p.
- DIAS, M. M. K.; PIRES, D. **Usos e usuários da informação**. São Carlos: EdUFSCar, 2004. 48p.
- FERREIRA, S. M. P. Novos paradigmas da informação e novas percepções do usuário. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 217-223, maio/ago. 1996. Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/440/398>. Acesso

em: 03 mar. 2019.

FURTADO, M. M. F. D. **Usabilidade e acessibilidade no Repositório de Informação Acessível da UFRN: avaliação ergonômica de interfaces Web.** 2016. 209f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

HENRY, S. L.; BREWER, J. (Ed.). W3C. **Desenvolvendo uma Declaração de Acessibilidade.** 2018. Disponível em: <https://www.w3.org/WAI/planning/statements/>. Acesso em: 01 dez. 2018.

HOTT, D. F. M.; CRUZ-RIASCOS, S. A. Ciência da informação e interações teórico-sistêmicas com a acessibilidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais eletrônicos...**Londrina: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (PPGCI/UEL), 2018. Disponível em:<http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIXENANCIB/xixenancib/paper/viewFile/1646/1839>. Acesso em: 12 nov. 2018.

JESUS, M. C.; MIRANDA, N. C. M. C.; DIAS, C. C. O Papel do bibliotecário no processo de recuperação da informação. In: WORKSHOP DE INFORMAÇÃO, DADOS E TECNOLOGIA, 2., 2018, João Pessoa. **Anais...** . João Pessoa: Editora UFPB, 2018. p. 233 - 239. Disponível em: <http://www.ufpb.br/widat/contents/documentos/anaiswidat2018.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2019.

LEITE, F. C. L. et al. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto.** Brasília: IBICT, 2009.

LEITE, F. et al. **Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica.** Brasília: IBICT, 2012.

MALHEIROS, T. M. C. **Necessidade de informação do usuário com deficiência visual: um estudo de caso da Biblioteca Digital e Sonora da Universidade**

de Brasília. 2013. 306 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MARCONDES, C. H.; SAYÃO, L. F. À guisa de introdução: repositório institucionais e livre acesso. In: SAYÃO, F. et al.(org). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. 365 p.

TAMMARO, A. M.; SALARELLI, A. **A biblioteca digital**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Sobre o RIA/ UFRN**. 2019. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/>. Acesso em: 08 abr. 2019.

W3C. **Recomendações para acessibilidade em páginas da web**. Disponível em: <http://www.w3.org/TR/WAI-WEBCONTENT>. Acesso em: 25 jun. 2018.

WEITZEL, Simone da Rocha. Iniciativa de arquivos abertos como nova forma de comunicação científica. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL LATINO-AMERICANO DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO, 3, 2005, São Paulo.

Anais... . São Paulo: ALAIC, 2005. p. 1 - 15. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/6492/1/Simoneoai.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

O ACESSO DEMOCRÁTICO À INFORMAÇÃO a produção de materiais informacionais digitais acessíveis em instituições de ensino superior

> *Érica Simony F. de Melo Guerra*
> *Fernando Luiz Vechiato*

1 INTRODUÇÃO

O conceito de informação desempenha um papel preponderante na sociedade contemporânea, como uma condição básica para o desenvolvimento econômico, social e cultural. A fluidez e o acesso à informação são condições indispensáveis para a construção do conhecimento em diversas áreas da sociedade, tais como na educação, na saúde, na economia, no convívio social, dentre outras. Nesse cenário, o acesso à informação vem sendo discutido amplamente em todos os contextos da sociedade. Os usuários da informação buscam conhecer e satisfazer suas necessidades informacionais, bem como buscam o acesso democrático à produção do conhecimento. A democratização do acesso à informação é um fato almejado por todos os indivíduos que desejam consumir e gerar conhecimento e, em especial, aquelas pessoas que se encontram à margem da sociedade, como os afrodescendentes, os analfabetos e as

pessoas com algum tipo de deficiência. Nessa conjuntura, as pessoas com deficiência vêm buscando cada vez mais o seu espaço na sociedade, a qual tem o dever de possibilitar esse acesso.

Trazendo a discussão da Acessibilidade para o âmbito educacional de forma mais ampla, verifica-se que as Instituições de Ensino Superior (IES) vêm buscando, através de uma política educacional vigente, trazer consigo a responsabilidade de garantir ações de inclusão (seja ela informacional, educacional, comunicacional etc.) que possibilitem o acesso, a permanência e a conclusão de curso com sucesso de estudantes com Necessidades Educacionais Específicas¹ (NEE), oferecer condições básicas para um bom desempenho das atividades laborais de seus servidores, bem como incentivar o consumo e a produção científica de sua comunidade acadêmica. Cientes de seu papel social, as IES vêm institucionalizando políticas inclusivas baseadas na construção de estruturas técnicas, humanas e tecnológicas que forneçam essa garantia, propondo ações para a eliminação de barreiras arquitetônicas, atitudinais, de comunicação e pedagógicas.

Por exercerem um papel preponderante no processo de ensino-aprendizagem, setores responsáveis por fornecerem o suporte informacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão, tais como bibliotecas, museus, centros de produção de conteúdo didático para educação à distância e editoras universitárias, têm a responsabilidade de oferecer reais condições de acesso democrático à informação no âmbito universitário. Todavia, as IES devem unir esforços voltados à produção

1 *A legislação brasileira vigente sobre educação inclusiva utiliza o termo Necessidades Educacionais Especiais, porém, algumas IES, atualmente, utilizam a expressão “específicas”. O termo “Específicas” está relacionado àquele que “requer recursos educacionais específicos, por apresentar necessidades próprias e diferentes dos demais alunos no domínio das aprendizagens curriculares” (IFF, 2012).*

de materiais informacionais acadêmicos acessíveis, com o objetivo de garantir acessibilidade à informação e aos conteúdos didáticos necessários à formação acadêmica de pessoas com NEE, e à realização de pesquisas científicas por parte de sua comunidade (discentes, docentes e corpo técnico-administrativo).

Logo, cabe às IES a apropriação de conhecimentos relacionados à produção de materiais informacionais acessíveis, e cumprir, assim, a legislação vigente que aborda o direito ao acesso à informação por pessoas com deficiência, em especial aquelas com dificuldades na leitura de informações impressas.

Desse modo, este capítulo tem como objetivo trazer discussões teórico-práticas a respeito da produção de materiais informacionais digitais acessíveis nas IES, bem como abordar a política de acesso à informação.

Para tanto, o estudo utilizou-se de levantamento bibliográfico em bases de dados com periódicos na área, dissertações e teses que abordaram a referida temática, bem como manuais de acessibilidade em documentos digitais elaborados por instituições nacionais e internacionais.

Serão abordados a seguir aspectos da acessibilidade informacional e pessoa com deficiência, fazendo um apanhado histórico da questão e trabalhando o conceito de inclusão e as diversas dimensões da acessibilidade. Depois, apresentam-se aspectos relacionados à política de acesso à informação, abrangendo desde a legislação nacional até a internacional, ressaltando a política de adaptação e produção de materiais acessíveis, especialmente em meio digital. Em seguida serão discutidos conceitos de documento acessível, desenho universal, tecnologias assistivas e a importância da vigência de padrões de acessibilidade para a produção de material informacional digital acessível.

2 ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Vivemos numa realidade em que o número de pessoas com deficiência vem aumentando de forma significativa. De acordo com o último Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2010, o país possui cerca de 45,6 milhões de pessoas que se declaram com alguma deficiência, correspondendo a 23,9% da população brasileira (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). Em meio a essa estatística crescente, nos deparamos com uma estrutura social que ainda está caminhando em relação à inclusão dessas pessoas na sociedade, tanto no aspecto social como também no educacional, cultural, econômico dentre outros.

O desafio da inclusão de pessoas com deficiência nos diferentes segmentos de relações sociais não é algo novo, e por ser uma questão complexa deve ser abordada a sua terminologia, uma vez que, historicamente, existiram várias denominações usadas ao se dirigir a pessoas com deficiência, refletindo, assim, o comportamento estigmatizado da sociedade diante desses cidadãos.

Segundo Sasaki (2005), durante séculos, as pessoas com deficiência eram chamadas de “inválidos”, sendo considerados totalmente inúteis. No século XX, até meados de 1960, o termo utilizado era “incapacitados”, e de 1960 a 1980 passou a ser “defeituosos” (com deformidades), “deficientes” (indivíduos com alguma deficiência física, intelectual, auditiva, visual ou múltipla), ou “excepcionais” (indivíduos com deficiência intelectual). De acordo com o autor, a partir dessa época as pessoas com deficiência começaram a serem vistas e aceitas pela sociedade. De 1981 até 1987, houve uma mudança do termo para “pessoas deficientes”, e de

1988 até 1993 usavam-se os termos “pessoas portadoras de deficiência” ou “portadores de deficiência”. A partir da década de 1990 surgem os termos “pessoas com necessidades especiais”, “portadores de necessidades especiais”, “pessoas especiais”, “pessoas com deficiência”, “portadores de direitos especiais” (SASSAKI, 2005). Atualmente no Brasil o termo utilizado legalmente é “pessoa com deficiência”, já no âmbito da legislação brasileira sobre Educação, o termo utilizado é “pessoa com necessidades educacionais especiais” ou “pessoa com necessidades educacionais específicas”.

Apesar dos estigmas da sociedade em relação às pessoas com deficiência, as tentativas de inclusão é algo que vem sendo discutido em todos os ramos da sociedade desde tempos remotos. No âmbito legal, muito já se foi construído para a promoção da igualdade de direitos das pessoas com deficiência, passando pela esfera universal, como a Declaração de Salamanca, desde o nosso legado maior que é a Constituição brasileira. (MELO, 2015).

De acordo com a publicação *Mídia e Deficiência* (2003, p. 18), “o Brasil é signatário de documentos internacionais que definem a inserção incondicional de pessoas com deficiência na sociedade – a chamada inclusão”. Contudo, evidencia-se além do termo inclusão outra nomenclatura utilizada no contexto: a integração. Todavia, cabe destacar a diferença conceitual entre ambos.

Ainda segundo a mesma publicação, a Integração nos induz a acreditar que podemos escolher quais seres humanos têm o direito a estar em ambientes sociais como escolas, igrejas, ambientes de trabalho, etc. No modelo integrativo, só se aceitava inserir na sociedade as pessoas

com deficiência que fossem consideradas “prontas”² para conviver nos sistemas sociais gerais. Nesse contexto integrativo, o máximo feito pela sociedade neste processo de inserção seriam pequenos ajustes como adaptar uma calçada, um banheiro ou até receber uma criança com deficiência mental numa sala de aula (contanto que esta pudesse acompanhar a turma). Porém, como raramente crianças com deficiência mental podem ter o mesmo ritmo de aprendizagem dos demais alunos, era certo que em breve aquele aluno seria sumariamente devolvido para a família (MÍDIA..., 2003).

Já a Inclusão tem uma proposta contrária e nos aponta um novo caminho. Nesse contexto, nossas decisões são pautadas pela certeza de que o direito de escolher seres humanos é filosoficamente ilegítimo, além de ser inconstitucional. Numa sociedade inclusiva, o compromisso é com as minorias e não somente com as pessoas com deficiência, além de esta sociedade autoexigir transformações intrínsecas (MÍDIA..., 2003).

É um movimento com características políticas. Como filosofia, incluir é a crença de que todos têm direito de participar ativamente da sociedade. Como ideologia, a inclusão vem para quebrar barreiras cristalizadas em torno de grupos estigmatizados. A inclusão é para todos porque somos diferentes. (MÍDIA..., 2003, p. 20, grifo do autor).

Além disso, o conceito de Inclusão tem relação com outro conceito: a Acessibilidade. A sociedade habitualmente tem a ideia inicial de que a acessibilidade se refere a mudanças no urbanismo e nas edificações. Contudo, o seu conceito é bem mais abrangente. Para Sasaki (2009, p. 1), a inclusão é “o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são

2 Prontas no sentido de aptas para aprender, trabalhar, se expressar, se locomover mais ou menos bem pelas ruas das cidades (MÍDIA..., 2003).

tornados adequados para toda a diversidade humana - composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos - com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações”. Já a Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência define a Acessibilidade como “um atributo essencial do ambiente que garante a melhoria da qualidade de vida das pessoas” (BRASIL, [2017]). De acordo com o órgão, a acessibilidade deve estar presente nos espaços, no meio físico, no transporte, na informação e comunicação, inclusive nos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como em outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na cidade como no campo.

Corroborando essa afirmação, Sasaki (2009) indica seis dimensões de acessibilidade:

- Acessibilidade Arquitetônica: não há barreiras ambientais físicas;
- Acessibilidade Comunicacional: sem barreiras na comunicação entre as pessoas, na escrita ou virtual;
- Acessibilidade Metodológica: sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho e educação;
- Acessibilidade Instrumental: não há barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo, trabalho, lazer e recreação;
- Acessibilidade Programática: sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas ou regulamentos;
- Acessibilidade Atitudinal: não há preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações nos comportamentos da sociedade para a pessoa com deficiência.

Sasaki (2009) afirma também que a Acessibilidade Tecnológica não constitui uma dimensão de acessibilidade, uma vez que todos os tipos de tecnologias assistivas, tecnologias digitais, tecnologias de

informação e comunicação, devem permear as seis dimensões como suportes à realização de todos os direitos das pessoas com deficiência.

Em se tratando de acessibilidade, torna-se de suma importância o entendimento dos diversos tipos de deficiência, como também a terminologia a ser utilizada para com o tratamento social da pessoa com deficiência. De acordo com a Assessoria Especial de Assistência à Pessoa com Deficiência de Goiás (2013), na tentativa de serem politicamente corretas, as pessoas acabam agindo da maneira menos correta possível, utilizando um vocabulário inadequado e, dessa forma, podendo refletir preconceito e falta de conhecimento.

Destaca-se que o indivíduo pode ter uma única deficiência ou múltiplas deficiências, e estas podem ser divididas em conjuntos distintos: deficiência visual, deficiência motora, deficiência auditiva, deficiência mental e deficiência física. Nesse contexto, o Decreto nº 5.296/2004, bem como outros autores, abordam a seguir as diferentes deficiências e seus conceitos:

- **Deficiência Mental:** A Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10) a define como uma parada do desenvolvimento ou desenvolvimento incompleto do funcionamento intelectual, caracterizados essencialmente por um comprometimento, durante o período de desenvolvimento, das faculdades que determinam o nível global de inteligência, isto é, das funções cognitivas, de linguagem, da motricidade e do comportamento social; este pode acompanhar outro transtorno mental ou físico, ou ocorrer de modo independentemente (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 1997);
- **Deficiência visual:** cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica;

a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor (BRASIL, 2004);

- **Deficiência Motora:** o comprometimento do aparelho locomotor, que compreende o sistema osteoarticular, o sistema muscular e o sistema nervoso. As doenças ou lesões que afetam quaisquer sistemas, isoladamente ou em conjunto, podem produzir quadros de limitações físicas de grau e gravidade variáveis, segundo os segmentos corporais afetados e o tipo de lesão ocorrida (GOIÁS, [20--?]);
- **Deficiência auditiva:** é a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz (BRASIL, 2004). A perda parcial ou total da audição pode ser causada por má-formação (causa genética), lesão na orelha ou nas estruturas que compõem o aparelho auditivo. A deficiência auditiva moderada é a incapacidade de ouvir sons com intensidade menor que 50 decibéis e costuma ser compensada com a ajuda de aparelhos e acompanhamento terapêutico. Em graus mais avançados, como na perda auditiva severa (quando a pessoa não consegue ouvir sons abaixo dos 80 decibéis, em média) e profunda (quando não escuta sons emitidos com intensidade menor que 91 decibéis), aparelhos e órteses ajudam parcialmente, mas o aprendizado de Libras e da leitura orofacial, sempre que possível, é recomendado. Perdas auditivas acima desses níveis são consideradas casos de surdez total (AMPUDIA, 2011);
- **Deficiência física:** é aquela que apresenta alteração completa ou

parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (BRASIL, 2004).

Existem também outras necessidades especiais que não são enquadradas como deficiência, mas que necessitam, pela sua condição específica, de apoio em relação à acessibilidade. O Ministério Público do Estado de Goiás ([20--?]) especifica algumas delas:

- **Pessoas com Altas Habilidades:** apresentam desempenho notável ou elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados: capacidade intelectual geral, aptidão acadêmica específica, criatividade ou produtividade, capacidade de liderança, talentos especiais (artes dramáticas, música, etc.), capacidade psicomotora;
- **Pessoas com distúrbios de aprendizagem:** indivíduos que apresentam distúrbios em um ou mais dos processos psicológicos básicos envolvidos na compreensão ou uso da linguagem falada ou escrita, distúrbio este que se manifesta por uma capacidade imperfeita para fixar atenção, raciocinar, falar, ler, escrever, soletrar ou realizar cálculos matemáticos. Exemplos: dislexia e discalculia;
- **Distúrbio de Déficit de Atenção, Comportamento e Conduta:** os distúrbios de déficit de atenção (DDA) são também conhecidos como DHDA - distúrbios de hiperatividade com déficit

de atenção, ou ainda como transtornos de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). Esses distúrbios ocorrem, muito frequentemente, associados a problemas de memória, de linguagem receptiva e expressiva e de habilidades executivas, como o manejo ineficiente do tempo e a desorganização do material escolar.

Portanto, a promoção da acessibilidade é dever da sociedade, bem como direito da pessoa com deficiência. Para tanto, torna-se imprescindível o conhecimento das políticas de inclusão que amparam as ações desenvolvidas no âmbito do nosso país e no mundo.

2.1 Política de acesso à informação

A igualdade de direitos e oportunidades deve ser promovida a todos os seres humanos, independente de cor, raça, nível socioeconômico e condições físicas. Nesse cenário, pessoas com deficiência vêm cada vez mais ocupando os seus espaços na sociedade e lutando pelo cumprimento de suas garantias legais. Com a evolução de seus direitos, no âmbito nacional e internacional, a pessoa com deficiência vem encontrando todo um aparato legal que garante o suporte social, econômico, físico e instrumental, favorecendo a sua inclusão social.

No âmbito internacional, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, foi um marco histórico em relação à promoção da igualdade plena de direitos. Em seu Art. 7 afirma que “todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948). Partindo do princípio de igualdade, outras ações legais foram promovidas internacionalmente em relação aos direitos às condições básicas do ser humano, tais como saúde, educação, trabalho, dentre estas, o direito ao acesso à

informação, vista também como uma questão primordial de cidadania.

Nesse universo, as políticas de acesso à informação começam a ser abordadas em algumas legislações que tratam dos direitos gerais da pessoa com deficiência. Em 1993, as Normas para Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência da ONU trazem, em sua Parte II, Regra 5, letra “b”, indicações para que os Estados adotem medidas a fim de garantir o acesso à informação e à comunicação para pessoas com deficiência (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1993).

A Declaração de Salamanca, documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em de 10 de julho de 1994, foi um marco legal da educação especial e inclusão social. A sua Parte III, que fala das orientações para ações em níveis regionais e internacionais, aponta que uma “coordenação internacional deveria existir no sentido de apoiar especificações de acessibilidade universal da tecnologia da comunicação subjacente à estrutura emergente da informação” (DECLARAÇÃO..., 1994).

Ainda no contexto internacional, temos a Convenção da ONU sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 13 de dezembro de 2006. Em seu Art. 21, a Convenção trata sobre a Liberdade de expressão e de opinião e acesso à informação, indicando que:

Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar que as pessoas com deficiência possam exercer seu direito à liberdade de expressão e opinião, inclusive à liberdade de buscar, receber e compartilhar informações e ideias, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas e por intermédio de todas as formas de comunicação de sua escolha, conforme o disposto no Artigo 2 da presente Convenção, entre as quais:

a) Fornecer, prontamente e sem custo adicional, às pessoas com deficiência, todas as informações destinadas ao público em geral, em formatos acessíveis e tecnologias apropriadas aos diferentes tipos de deficiência;

b) Aceitar e facilitar, em trâmites oficiais, o uso de línguas de sinais, braile, comunicação aumentativa e alternativa, e de todos os demais meios, modos e formatos acessíveis de comunicação, à escolha das pessoas com deficiência;

[...]

c) Incentivar a mídia, inclusive os provedores de informação pela Internet, a tornar seus serviços acessíveis a pessoas com deficiência; [...]. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006).

Esta Convenção foi promulgada no Brasil em 25 de agosto de 2009 e intitulada como Decreto nº 6.949/2009, tendo como objetivo ratificar, como emenda constitucional, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que assegura o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis (BRASIL, 2009).

Ainda em relação a colaborações internacionais para promoção da inclusão de pessoas com deficiência, a International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) contribuiu com um conjunto de diretrizes voltadas a bibliotecas, com o objetivo de “prover bibliotecas, governos e outros mantenedores com uma estrutura para o desenvolvimento de serviços de bibliotecas para pessoas incapazes de utilizar material impresso” (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECAS E INSTITUIÇÕES, 2009, p. 9).

Ressalta-se a grande contribuição desse documento para produção, disseminação e padronização de materiais informacionais acessíveis.

Adentrando em âmbito nacional, um verdadeiro aparato legal norteia a política de inclusão educacional e de acesso à informação no país. Dentre elas, destacam-se:

- A Portaria MEC nº 3.284/2003, destinada às Instituições de Ensino Superior (IES), que trata especificamente do atendimento às pessoas com deficiência física e sensorial, determinando que, para o credenciamento dessas instituições, devem ser tomados como itens de avaliação os requisitos de acessibilidade para essa população (BRASIL, 2003);
- O Decreto nº 5.296/2004, que trata das condições para promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, destacando em seu artigo 24 que os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, público ou privado, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios, laboratórios, áreas de lazer e sanitários. Ademais, possui em seu capítulo VI, que trata do acesso à informação e à comunicação, 14 artigos que abordam diretrizes para a promoção da acessibilidade informacional e comunicacional no país para pessoas com deficiência (BRASIL, 2004);
- A Política Nacional de Educação Especial de 2008, elaborada pela Secretaria de Educação Especial (SEESP), sob a perspectiva da educação inclusiva para todas as instituições de ensino, retoma a compreensão de educação especial como transversal a todos

os níveis e modalidades de ensino (BRASIL, 2008);

- Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado, prevendo, no § 2º do art. 5º:

[...]

VII – estruturação de núcleos de acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior. [...]

§ 5º Os núcleos de acessibilidade nas instituições Federais de Educação Superior visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência (BRASIL, 2011, p.12).

- Lei nº 13.146, de 06 de junho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). A lei pode ser considerada como um marco na edição de materiais informacionais acessíveis, como também em outros aspectos sociais da pessoa com deficiência. Em seu Capítulo II, que trata do acesso à informação e à comunicação, o texto sinaliza que:

Art. 68. O poder público deve adotar mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de livros em formatos acessíveis, inclusive em publicações da administração pública ou financiadas com recursos públicos, com vistas a garantir à pessoa com deficiência o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação.

§ 1º Nos editais de compras de livros, inclusive para o abastecimento ou a atualização de acervos de bibliotecas em todos os níveis e modalidades de educação e de bibliotecas públicas, o poder público deverá adotar cláusulas de impedimento à participação de editoras que não ofertem sua produção também em formatos acessíveis.

§ 2º Consideram-se formatos acessíveis os arquivos digitais que possam ser reconhecidos e acessados por softwares leitores de telas ou outras tecnologias assistivas que vierem a substituí-los, permitindo leitura com voz sintetizada, ampliação de caracteres, diferentes contrastes e impressão em Braille.

§ 3º O poder público deve estimular e apoiar a adaptação e a produção de artigos científicos em formato acessível, inclusive em Libras.
(BRASIL, 2015)

- Tratado de Marraquexe para Facilitar o acesso a obras publicadas às pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso, celebrado em Marraquexe, no âmbito da conferência diplomática da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), em 28 de junho de 2013. O acordo, em 2015, já contava com a assinatura de cinquenta e oito países, incluindo o Brasil, e demandava vinte ratificações para entrar em vigor, fato ocorrido em setembro de 2016 (MAZZUOLI; XAVIER, 2016). O Tratado estabelece duas exceções aos direitos autorais que permitirão a livre produção e distribuição de obras em formato acessível no território das Partes Contratantes e o intercâmbio transfronteiriço desimpedido destes formatos.

Cabe ressaltar, ainda, a existência de leis que, embora não tenham sido elaboradas especificamente com o intuito de efetivar a inclusão de pessoas com deficiência, abordam alguns aspectos que, somados a estas leis, reforçam a ideia da promoção da inclusão desses indivíduos. Um exemplo disso é a Lei Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais. Em seu capítulo IV, que trata das Limitações aos Direitos Autorais, especificamente em seu art. 46, inciso I, alínea d, a lei afirma que não constitui ofensa aos direitos autorais a reprodução, “de obras literárias, artísticas ou científicas, para uso exclusivo de deficientes visuais, sempre que a reprodução, sem fins comerciais, seja feita mediante o sistema Braille ou outro procedimento em qualquer suporte para esses destinatários” (BRASIL, 1998).

Tomando esse aparato legal como norte, as IES trazem para si a reponsabilidade de se adequarem à legislação vigente por meio da adoção de políticas internas de inclusão. Essas políticas vão desde o processo seletivo de ingresso de estudantes com necessidades educacionais específicas até o fornecimento do suporte necessário para a qualidade de sua vida acadêmica, através de medidas de acessibilidade física e comunicacional, garantindo o direito de ir e vir dessas pessoas e o acesso à informação, favorecendo dessa maneira as atividades de ensino, pesquisa e extensão, propostas nessas instituições.

Concluindo, verifica-se que no processo de pesquisa científica e de ensino-aprendizagem o acesso à informação é condição essencial para o desenvolvimento do indivíduo em suas atividades acadêmicas. Para Melo (2015), o acesso à informação é uma conquista democrática e exigência fundamental para o amplo exercício da liberdade e um aspecto relevante no que se refere à inclusão social. E, para o exercício

desse direito, torna-se necessário que as pessoas tenham acesso de forma igualitária à informação. Segundo Malheiros (2013, p. 29), “[...] a acessibilidade à informação é condição sine qua non da inclusão dessas pessoas na sociedade”.

3 MATERIAL INFORMACIONAL ACESSÍVEL

Partindo da premissa de que a promoção da acessibilidade, incluindo a comunicacional, depende da elaboração de ambientes, produtos e serviços que viabilizem essa ação, torna-se imprescindível nessa concepção a aplicação do conceito de Desenho Universal e de Tecnologia Assistiva.

3.1 Desenho Universal e Tecnologias Assistivas

O conceito de Desenho Universal está relacionado à acessibilidade, e deve ser levado em consideração. O movimento ganhou forças na década de 1980 com a realização de campanhas que exigiam não somente a eliminação de barreiras (desenho adaptável), mas também a não-inserção de barreiras (desenho acessível), e até os dias atuais é indicado na promoção da acessibilidade. No conceito de desenho adaptável, a preocupação é no sentido de adaptar os ambientes obstrutivos. Já no conceito de desenho acessível, a preocupação está em exigir que profissionais arquitetos, engenheiros, urbanistas e desenhistas industriais não incorporem elementos obstrutivos nos projetos de construção de ambientes e utensílios. O Desenho Universal se refere a um ambiente que leve em conta toda e qualquer diferença (MÍDIA..., 2003).

De acordo com Salton, Agnol e Turcatti (2017), Desenho Universal significa criar produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem a necessidade de adaptação ou de projeto específico. Ainda segundo os autores, “o conceito de Desenho

Universal desenvolveu-se entre os profissionais da área de arquitetura da Universidade Estadual da Carolina do Norte, nos Estados Unidos, e pretende beneficiar todas as pessoas, atendendo às necessidades da maior quantidade possível de indivíduos” (SALTON; AGNOL; TURCATTI, 2017, p. 13). Cabe ressaltar que, em algumas situações, o conceito de desenho universal pode não conseguir atingir as necessidades específicas de todos os indivíduos, mas o importante é que possa atingir a maior quantidade de situações possíveis.

A ideia de Desenho Universal é ancorada em sete princípios³:

- Equiparável: pode ser utilizado por qualquer grupo de usuários;
- Flexível: oferece opções de diferentes formas de uso;
- Simples e intuitivo: proporciona uma utilização de fácil compreensão;
- Perceptível: utiliza diferentes formas de apresentação das informações, fornecendo ao usuário a informação necessária, independente de suas habilidades sensoriais;
- Tolerância ao erro: minimiza o risco de ações involuntárias ou acidentais;
- Mínimo esforço: pode ser utilizado de forma confortável com um mínimo de esforço;
- Tamanho e espaço: espaço e dimensões adequadas para a abordagem, manuseio e utilização. Independentemente da estatura, mobilidade ou postura do usuário.

3 *The Center for Universal Design: The Principles of Universal Design, Version 2.0. Disponível em: https://projects.ncsu.edu/ncsu/design/cud/pubs_p/docs/poster.pdf.*

Cabe ressaltar a importância do uso das Tecnologias Assistivas na promoção da acessibilidade. Esse tipo de tecnologia é considerado um protagonista para a promoção da acessibilidade comunicacional para pessoas com deficiência.

De acordo com a publicação *Mídia e Deficiência* (2003), Tecnologia Assistiva se refere a todo e qualquer item, equipamento, produto ou sistema que contribua com o desenvolvimento das potencialidades de indivíduos com limitações. Estas limitações podem ser de ordens físicas, sensoriais, cognitivas, motoras, dentre outras restrições ou disfunções que caracterizam uma deficiência ou incapacidade de qualquer natureza. Essas tecnologias auxiliam as pessoas no desenvolvimento de suas tarefas diárias, como locomoção, aprendizagem, comunicação, bem como na inserção na vida familiar e social.

Atualmente existe uma gama de tecnologias assistivas, desde as consideradas de baixo custo ou complexidade, àquelas de alto custo e grande complexidade. Porém, cabe ressaltar que, levando em consideração o conceito de tecnologia assistiva, até mesmo uma simples adaptação “caseira” pode ser considerada uma tecnologia assistiva, como, por exemplo, uma colagem de pedaços de barbantes em torno de um gráfico impresso, com o objetivo de tornar aquela imagem um alto relevo e poder ser tateada por um deficiente visual.

Destaca-se também o grande avanço desse tipo de tecnologia em relação à acessibilidade comunicacional, abrangendo ferramentas de leitura e escrita que auxiliam a pessoa com deficiência visual e algum transtorno de aprendizagem que dificulta a leitura e a escrita de textos impressos. Um exemplo são os softwares leitores de tela. Segundo Salton, Agnol e Turcatti (2017), o leitor de tela é um software que transforma em áudio as informações apresentadas na forma de texto em um computador.

Ele é bastante utilizado por pessoas cegas. O software interage com a interface do sistema operacional, capturando os elementos visíveis na tela e convertendo-os através de um sintetizador de voz.

Ademais, as tecnologias assistivas vêm contribuindo com a produção de materiais informacionais acessíveis, através de ferramentas como o próprio leitor de telas, utilizado na realização de testes para saber se um texto digital está acessível para pessoas com deficiência visual. Outra ferramenta que contribui para a produção de materiais informacionais acessíveis é o OCR (Optical Character Recognition). Considerada uma solução para tornar acessível um documento digitalizado, o OCR é um software que reconhece caracteres, convertendo o conteúdo de documentos digitalizados em dados pesquisáveis ou editáveis, ou seja, converte imagens de texto em texto real (SALTON; AGNOL; TURCATTI, 2017). Dessa forma, o material pode ser lido por um leitor de telas. Vale destacar que esse recurso não foi concebido para ser uma tecnologia assistiva, mas uma ferramenta para auxiliar produtores gráficos, editores etc. Porém, tornou-se um instrumento de grande importância para a produção de textos acessíveis.

3.2 A produção de materiais informacionais digitais acessíveis

Em cumprimento à legislação vigente relacionada à inclusão de pessoas com deficiência, bem como ao dever de garantir a estas pessoas a oportunidade de consumir e produzir conhecimento científico, as IES vêm demonstrando uma crescente preocupação com a promoção do acesso democrático à informação no âmbito de sua comunidade acadêmica.

Setores responsáveis por fornecerem o suporte informacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão, tais como bibliotecas, museus, centros de produção de conteúdo didático para educação à distância e

editoras universitárias, se deparam com o número crescente de pessoas com deficiência que adentram nas IES e que necessitam ter o acesso a essas informações. Desta forma, uma das alternativas de se por em prática a acessibilidade comunicacional nas IES é através da produção de materiais informacionais acessíveis.

Entende-se por material informacional acessível aquele conteúdo informacional (livro, folheto, artigo de periódico, trabalhos acadêmicos etc.) que oferece artifícios para que o seu conteúdo esteja ao alcance de pessoas com deficiência. Esses materiais podem se apresentar em diferentes formatos considerados acessíveis, tais como:

- Impresso: em Braille ou em letra ampliada;
- Áudio: em arquivos de áudio, tais como em formato MP3, Wave etc.;
- Digital: arquivos em formato de texto, com as extensões doc., docx, html, e-pub e pdf/a.

Contudo, com o advento da tecnologia comunicacional, o objeto/documento digital se tornou, na atualidade, o formato que apresenta mais benefícios para o leitor com deficiência. Porém, para atingir tal objetivo, é necessário que este objeto digital e a plataforma que o armazena estejam em formato acessível.

Preocupados com a Acessibilidade digital na rede, a Web Accessibility Initiative (WAI), órgão do World Wide Web Consortium (W3C), desenvolveu estratégias, guidelines (guias) e recursos para tornar a Web acessível a todas as pessoas com problemas relacionados à falta de acessibilidade, bem como o Governo Federal que desenvolveu a eMAG - Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico. Para esse consórcio, a acessibilidade digital é promover acesso indiscriminado ao meio digital, considerando diferenças entre usuários, tecnologias e contextos de uso.

É garantir que todas as pessoas possam acessar, compreender, utilizar, interagir e contribuir com o meio digital, seja em documentos digitais, páginas da web ou sistemas (W3C, 2018).

Nesse contexto, o documento digital ganha notória atenção por parte dos leitores. Contudo, vale salientar que não é pelo fato de o documento estar em formato digital que o mesmo pode ser considerado acessível a pessoas com deficiência. Assim, podem ser considerados documentos digitais acessíveis os arquivos digitais que possam ser reconhecidos e acessados por softwares leitores de telas ou outras tecnologias assistivas que vierem a substituí-los, permitindo leitura com voz sintetizada, ampliação de caracteres, diferentes contrastes e impressão em Braille (BRASIL, 2015).

Para Santos e Araújo (2015) os documentos digitais são os objetos de informação mais utilizados por pessoas com deficiência para suprir suas necessidades informacionais. O advento do objeto digital permitiu ampliar as perspectivas no processo de produção de materiais informacionais acessíveis, devido a sua estrutura simples para comportar o uso de ferramentas de acessibilidade e fácil produção.

Além disso, segundo os autores, o documento digital acessível, por conter essa estrutura simples, permite novas formas de produção (SANTOS; ARAÚJO, 2015). Assim, ele vai ao encontro do conceito de desenho universal, podendo, se for estruturado corretamente, se adaptar a um universo diversificado de leitores, atingindo assim as necessidades específicas de diversos tipos de deficiência.

Outra vantagem a ser citada do documento digital acessível é a sua disponibilização. Para tanto, esse formato de documento pode ser facilmente armazenado e disseminado através dos repositórios e acervos digitais das instituições. Evidencia-se que, para tanto, essas

interfaces estejam acessíveis. Além do mais, o formato também facilita o compartilhamento de materiais informacionais entre as pessoas com deficiência. Destaca-se aqui o fato de que o compartilhamento de documentos digitais pela classe não infringe a Lei de Direitos autorais, visto a utilização desse material apenas para fins de pesquisa acadêmica e estudo. A estrutura de um documento digital acessível segue uma formatação específica para que o seu conteúdo possa ser acessado com facilidade por ferramentas de acessibilidade, sem restrições ou barreiras que dificultem a sua utilização (SANTOS; ARAÚJO, 2015).

Na produção de materiais informacionais digitais acessíveis, os documentos têm uma estrutura baseada em elementos de estilo ou marcas, oferecendo uma hierarquia de informações. Por exemplo, os leitores de tela usam marcas para comunicar a hierarquia de informações de um documento de modo que os usuários entendam a organização do material (MELHOR..., 2018). Para pessoas que não possuem alguma deficiência visual, essa hierarquia do conteúdo é visível aos olhos, já para pessoas com deficiência visual, por exemplo, a hierarquia das informações é lida e comunicada para ele pelo leitor de telas, estabelecendo uma ordem de leitura.

De acordo com o Movimento “Web para todos”, para promover a acessibilidade de documentos digitais, deve-se considerar alguns pontos principais a serem formatados, tais como:

- Descrição de imagens (através de texto alternativo);
- Configurar idioma do documento;
- Contraste das cores;
- Identificação de links;
- Ordem de leitura lógica;
- Marcadores e anotações;

- Utilização de scripts;
- Campos de formulários;
- Tabelas e listas;
- Demais problemas relacionados a descrições e demarcações (MELHORES..., 2019).

Portanto, a adição aos documentos de uma estrutura usando alguns estilos e marcas durante o processo de criação é a maneira mais rápida e confiável de criar documentos acessíveis. Em praticamente todos os casos, as marcas e os estilos adicionados a um programa, como o Microsoft® Word, são transferidos quando você salva o documento em outro formato, como Adobe PDF ou HTML (MELHOR..., 2018). É importante destacar que essas estruturas no documento podem ser atribuídas no ato da elaboração do documento.

Alguns acervos digitais de IES, em especial os produzidos por Centros de Educação à Distância, são compostos por materiais multimídia ou vídeos. Neste caso, torna-se necessário a inclusão de legendas que descrevam o conteúdo, a fim de garantir que usuários com deficiências auditivas possam utilizá-lo.

Cabe ressaltar também a inexistência de uma normativa vigente para a padronização de estruturação de documentos digitais acessíveis. As diretrizes expostas aqui são resultados de pesquisas práticas e experiências de instituições e organizações que produzem e disseminam materiais informacionais em formato digital acessível.

Sinalizamos que a produção de documentos acessíveis deve levar em consideração algumas normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

- NBR 6023/2018 – elaboração de Referências;
- NBR 14724/2011 – apresentação de Trabalhos Acadêmicos;

- NBR 6029/2006 – apresentação de Livros e folhetos;
- NBR 6022/2018 – apresentação de Artigo em publicação periódica;
- NBR 10520/2002 – apresentação de citações de documentos.

Todavia, para a promoção da acessibilidade comunicacional no meio acadêmico, cabe às IES desenvolverem algumas ações que favoreçam essa dinâmica, por exemplo:

- Reformular suas políticas de depósito de documentos em seus repositórios e acervos digitais, de forma que criem a cultura no próprio depositante do material informacional, no ato do autoarquivamento, de fazer o depósito desse documento estruturado em formato digital acessível. Para tanto, torna-se necessário que as instituições disponibilizem tutoriais e/ou manuais para a aplicação dessas diretrizes de acessibilidade;
- Reformular políticas editoriais de modo a reforçar a publicação de materiais informacionais acessíveis pelas editoras universitárias e centros de produção de conteúdo didático para educação à distância;
- Reformular políticas de submissão de artigos em seus periódicos científicos, de modo que estes sejam submetidos em formato digital acessível.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, pode ser presenciado nas IES do país o início de um desenvolvimento de uma cultura da produção de materiais informacionais digitais acessíveis para pessoas com deficiência. Além disso, identificam-se algumas iniciativas em relação à elaboração de materiais informativos (manuais, cartilhas, tutoriais etc.) sobre as diretrizes para a acessibilidade de documentos digitais, advindas, por exemplo,

de instituições como do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e de outras instituições. No âmbito internacional, a Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições (IFLA) publicou diretrizes para bibliotecas, relacionadas a orientações para o desenvolvimento de produtos e serviços voltados a pessoas com deficiência visual, surdez e pessoas com dislexia. Em Portugal, a Universidade de Aveiro e o Instituto Politécnico de Leiria publicaram guias para a produção de conteúdos digitais acessíveis.

Contudo, apesar do número de iniciativas tomadas por algumas IES para a promoção de uma produção de documentos digitais acessíveis, a quantidade de acervos e produções científicas disponibilizadas em formato que não favorecem a acessibilidade por pessoas com deficiência é ainda muito significativa.

Portanto, a democratização do acesso à informação para pessoas com deficiência deve ser concretizada através da produção de material informacional acessível. Este processo deve ser visto como um recurso de grande relevância para as IES, uma vez que o acesso à informação torna-se condição indispensável para o progresso social e econômico de uma sociedade. Além disso, trata-se de um processo que fornece todo o amparo informacional a todas as atividades desenvolvidas voltadas para as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

REFERÊNCIAS

- AMPUDIA, Ricardo. O que é deficiência auditiva?. **Revista Nova Escola**, 2011. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/273/o-que-e-deficiencia-auditiva>. Acesso em: 01 out. 2018.
- BRASIL. **Decreto n. 5.296, de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos

10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 12 set. 2017.

BRASIL. **Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 10 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC n. 3.284, de 7 de novembro de 2003**. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>. Acesso em: 07 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 9 set. 2017.

BRASIL. **Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 10 set. 2017.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 06 de junho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 10 set. 2017.

BRASIL. **Lei Nº 9.610, de 19 fevereiro de 1998.** Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, DF, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm. Acesso em: 9 set. 2017.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Acessibilidade.** Brasília, DF, [2017?]. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/acessibilidade-0>. Acesso em: 02 out. 2017.

THE CENTER FOR UNIVERSAL DESIGN. **The principles of Universal Design, versão 2.0.** Raleigh, NC, 1997. Disponível em: https://projects.ncsu.edu/ncsu/design/cud/pubs_p/docs/poster.pdf. Acesso em: 20 abr. 2019.

DECLARAÇÃO de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS. Salamanca, 1994. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 10 set. 2017.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECAS E INSTITUIÇÕES. **Bibliotecas para cegos na era da informação:** diretrizes de desenvolvimento. Editado por Rosemary Kavanagh e Beatrice Christensen Sköld; tradução de Maria de Cléofas Faggion Alencar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. (Relatório profissional, 86).

GOIÁS. Assessoria Especial de Assistência à Pessoa com Deficiência. **Terminologia sobre a pessoa que tem deficiência.** 2013. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.curitiba.pr.gov.br/conteudo/terminologia/116>. Acesso em: 01 out. 2017.

GOIÁS. Ministério Público. **Diferentes deficiências e seus conceitos.** Minas Gerais, [20--?]. Disponível em: http://www.mpggo.mp.br/portalweb/hp/41/docs/diferentes_deficiencias_e_seus_conceitos.pdf. Acesso em: 30 set. 2017.

IFF. Núcleo de Atendimento aos Portadores de Necessidades Específicas. **O que são Necessidades Educacionais Específicas?.** Rio de Janeiro, 2012. Disponível

em: <http://napnebj.blogspot.com/2012/07/o-que-sao-necessidades-educacionais.html>. Acesso em: 20 abr 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf. Acesso em: 10 nov. 2017.

MALHEIROS, Tania Milca de Carvalho. Necessidade de informação do usuário com deficiência visual: um estudo de caso da Biblioteca Digital e Sonora da Universidade de Brasília. 2013. 306 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira; XAVIER, Fernando César Costa. **Entra em vigor tratado que facilita acesso para cegos a livros**. 2016. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2016-out-06/entrou-vigor-tratado-facilita-acesso-cegos-livros>. Acesso em: 13 set. 2017.

MELHOR prática: formatação de documentos acessíveis. 2018. Disponível em: https://help.blackboard.com/pt-br/Learn/Instructor/Accessibility/Format_Accessible_Documents. Acesso em: 20 abr. 2019.

MELHORES práticas para **PDFs acessíveis**. São Paulo: **Web para Todos, 2019**. Disponível em: <http://mwpt.com.br/acessibilidade-digital/melhores-praticas-para-pdfs-acessiveis/>. Acesso em: 20 abr. 2019.

MELO, Érica Simony Fernandes de. Formação de acervos acessíveis em bibliotecas universitárias: o caso da Biblioteca Central Zila Mamede. **Bibliocanto**, Natal, v. 1, n. 1, p. 31- 44, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bibliocanto/article/view/8331/6287>. Acesso em: 09 set. 2017.

MÍDIA e deficiência. Brasília, DF: Fundação Banco do Brasil, 2003. (Série Diversidade). Disponível em: http://www.andi.org.br/sites/default/files/Midia_e_deficiencia.pdf. Acesso em: 30 set. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em: 10 set. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Normas para Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência da ONU n.º 48/96 - 20 de Dezembro de 1993. 1993. Disponível em: http://www.faders.rs.gov.br/uploads/11924660250-NU_N48_96.doc. Acesso em: 9 set. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção da ONU sobre o Direito das Pessoas com Deficiência**. Nova Iorque, 2006. Disponível em: http://www.mpgp.mp.br/portalweb/hp/41/docs/comentarios_a_convencao_sobre_os_direitos_das_pessoas_com_deficiencia.pdf. Acesso em: 7 set. 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **CID-10: Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde**. 10. ed. rev. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997. v. 1-5.

SALTON, Bruna Poletto; AGNOL, Anderson Dall; TURCATTI, Alissa. **Manual de Acessibilidade em Documentos Digitais**. Bento Gonçalves: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2017.

SANTOS, *Christiane Gomes dos*; ARAÚJO, *Wagner Junqueira de*. *Acessibilidade informacional: um estudo sobre configurações de segurança em objetos digitais acessíveis segundo análise de aceitação por pessoas com deficiência visual*.

Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 209-222, 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pbcib/article/view/26227/14203>. Acesso em: 18 abr. 2019.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Como chamar as pessoas que tem deficiência?** São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=1855>. Acesso em: 30 set. 2017.

SASSAKI, Romeu Kasumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano 12, p. 10-16, mar./

abr. 2009. Disponível em: https://accessibilidade.ufg.br/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319. Acesso em: 01 out. 2017.

W3C. **Accessibility**. 2018. Disponível em: <https://www.w3.org/standards/webdesign/accessibility>. Acesso em: 20 abr. 2019.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSIBILIDADE PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

> *Samara Matias da Silva*
> *Cesar Augusto Cusin*

1 INTRODUÇÃO

Muitas atitudes e comportamentos direcionados às pessoas com deficiência são reflexos de uma longa trajetória de abandono. Assim sendo, torna-se pertinente discutir brevemente o panorama histórico, assim como tipologias e característica deste público. Essa discussão possibilitará uma compreensão maior acerca da atual conjuntura das pessoas com deficiência no nosso país.

Serão elencados os períodos relevantes que nortearam os direitos das pessoas com deficiência no Brasil e que ensejaram uma atenção especial às necessidades de integração à sociedade.

Da mesma forma que todos têm direito à educação, a informação é primordial para construção do conhecimento. Nesse contexto, o presente artigo objetiva identificar e descrever as políticas ou programas de acessibilidade para pessoas com deficiência, tendo por metodologia o levantamento bibliográfico.

Dessa maneira, para a construção do referencial foram analisados os registros encontrados acerca da temática abordada, levando em consideração a natureza da pesquisa: discussão teórica. Sendo assim, o estudo contempla a análise da literatura e legislação da área, permitindo contextualizar as reflexões acerca da aplicabilidade das políticas de acessibilidade.

2 PANORAMA HISTÓRICO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Consoante com a literatura da área, não há muitas informações acerca do tratamento para com as pessoas com deficiência durante a Idade Antiga e Média. Todavia, com a evolução da humanidade, costumes e culturas dos diferentes povos, alguns hábitos e comportamentos que eram considerados padrões na sociedade foram evoluindo. Nota-se que há um avanço na forma de tratamento e acompanhamento das pessoas com deficiência.

Na sociedade greco-romana, a perfeição estética corporal era venerada, de modo que as práticas esportivas se desenvolveram tendo como um dos objetivos a perfeição corporal. Nessas sociedades, os indivíduos eram classificados a partir da capacidade que possuíam para se dedicar à *pólis*, ou seja, à cidade estado. Eram comuns, em Esparta, cidade localizada na Grécia, crianças que nascessem com alguma deficiência serem deixadas para trás, sem receber assistência alguma.

Já em Roma, não muito diferente do que acontecia em Esparta, era o próprio pai quem tirava a vida da criança que nascesse “fisicamente diferente”. Dessa maneira, é evidente que a valorização da força física e do intelecto deixava as pessoas com deficiência em situação de extremo abandono.

Os objetivos que os chefes da *pólis* almejavam, no sentido de conquistarem mais territórios, para incorporar as suas cidades estado, necessitavam de homens de pleno vigor físico e intelectual que pudessem servir as suas comunidades. Cidadãos portadores de deficiência não tinham reconhecimento nesse período. “Para os gregos, o corpo sadio deveria estar unido com a mente sadia, não se admitia a deficiência entre eles” (SCHMIDT, 2011, p. 26).

Na sociedade egípcia, o tratamento às pessoas com deficiência era um pouco diferente das anteriores, pois os egípcios demonstravam mais afetuosidade para com essas pessoas, dando-os oportunidade para trabalharem e viverem em meio à sociedade.

Evidências arqueológicas nos fazem concluir que no Egito Antigo, há mais de cinco mil anos, a pessoa com deficiência integrava-se nas diferentes e hierarquizadas classes sociais (faraó, nobres, altos funcionários, artesãos, agricultores, escravos). A arte egípcia, os afrescos, os papiros, os túmulos e as múmias estão repletos dessas revelações. Os estudos acadêmicos baseados em restos biológicos, de mais ou menos 4.500 a.C., ressaltam que as pessoas com nanismo não tinham qualquer impedimento físico para as suas ocupações e ofícios, principalmente de dançarinos e músicos (GUGEL, 2018, p.02).

No Império Romano, quando surge o Cristianismo e o fortalecimento do poder da igreja, esta passou a considerar as crianças deficientes como seres que tinham alma. Nesse caso, as pessoas com algum tipo de anomalia eram protegidas pela igreja, tornando-se inviolável, assim, a prática espartana da eliminação (PESSOTTI, 1984).

Bueno (1993), no que se refere à idade média, faz menção que uma das instituições mais poderosas do continente europeu era a igreja católica, que combatia certas práticas criminosas como o infanticídio. Em contrapartida com seu grande poder de persuasão, na vida das pessoas, relacionava que crianças nascidas com alguma deficiência eram consideradas transcendentais.

As anomalias carregadas por essas crianças eram vistas como fruto do pecado e consideradas demoníacas. Com esse comportamento por parte da igreja católica, os sofrimentos físicos e psicológicos acometidos a essas crianças eram visíveis. Separação do seio familiar e exposição em locais abertos ao público eram práticas ofertadas a essas pessoas, ridicularizadas ao ponto de serem comparadas aos bobos da corte⁴.

Cabe frisar que a igreja católica foi responsável por perpetuar certos costumes greco-romanos e pela sobrevivência do continente em períodos de invasões bárbaras. Em linhas gerais, essa instituição marca um ciclo de grande fortalecimento econômico, com suas conquistas territoriais, influência nas decisões políticas e jurídicas. Regras eram estabelecidas e deveriam ser cumpridas.

Com a predominância da religião oficial em suas mãos, essa mesma detentora de tantos poderes não permitia opiniões divergentes ao que era imposto nesse período. O tribunal do santo ofício no século XVIII foi instaurado para perseguir aqueles que eram considerados hereges. Muitos foram torturados e mortos, em nome da fé.

4 *O bufão ou bobo da corte é um ser marginal e marginalizado. Tradicionalmente ele tem deformações físicas como corcundas, um braço a menos, enormes barrigas, órgãos genitais exacerbados. São gigantes ou anões, três olhos, sete dedos. Essas deformações são como a somatização das deformações humanas interiores, das dores da humanidade [...] (BURNIER, 2009, p. 115).*

Destaca-se que a maioria do alto clero prendia-se às questões políticas e econômicas. Surgem integrantes da igreja com pensamento voltado às causas sociais. Os monges franciscanos, por exemplo, deixaram a vida de satisfatório poder econômico para se dedicar às necessidades da população mais pobre.

Contudo, somente no renascimento, com a descoberta de novas ciências, tais como a Matemática, a Física, a Astronomia, a Medicina entre outras, surgem pensamentos voltados ao homem como elemento de grande importância na humanidade, opondo-se ao que vinha sendo cultuado durante a idade média, com sua visão teocêntrica.

A medicina tem um papel importante na condução e tratamento de cidadãos antes rotulados de forma negativa e desrespeitosa pela sociedade. Começam a ganhar espaço e recebem um pouco de atenção, ao invés de serem vistos como demoníacos. Agora, são diagnosticados como doentes que precisam de assistência médica.

Posto isso, passaram a classificar as doenças mentais por hipótese causal, tais como: *lunatici*, que passa a ser a alteração de comportamento causada pelo movimento dos astros; *insani*, denominação dada para as alterações hereditárias ou congênitas, *vesani*, a qual caracterizava como a privação de sentidos por alimentos ruins e/ou excesso de bebidas alcoólicas, e *melancholia*, relacionada ao vício intenso por deterioração moral. Também propôs que, para doenças mentais, fosse feito tratamento mental, este constituído por aconselhamento e similares (SAMPAIO, 1998).

Durante a Idade Moderna, no século XVIII, foi elaborado um recurso para a educação de pessoas com deficiência auditiva, por meio de sinais. Esse recurso foi produzido com base no código criado para instruir as pessoas surdas a escreverem e lerem. Contudo, a sociedade acreditava

que as pessoas com a deficiência supracitada não possuíam capacidade de aprender (GUGEL, 2018).

Apenas no século XIX as pessoas com deficiência começaram a ser tratadas de forma mais humana. É neste momento que surgem as primeiras entidades, com objetivo de analisar as dificuldades das pessoas com deficiência. Apesar do preconceito da sociedade na época, nesse mesmo período é elaborado o sistema de escrita padrão - BRAILLE⁵- utilizado pelas pessoas cegas atualmente.

Os primeiros manicômios surgiram no século XIX e tinham por objetivo manter isoladas as pessoas com deficiência. Com o capitalismo em ascensão, surgem novas especialidades médicas, as quais passaram a legitimar ao profissional psiquiatra o controle total sobre o doente.

“No século XX, as instituições se consolidam tomando proporções maiores e, conseqüentemente, se expandindo para todos os países. Hoje existem várias organizações voltadas somente para dar assistência e defender os direitos das pessoas com deficiência” (SILVA, 2013). Com o progresso das leis nacionais e internacionais, tem-se uma contribuição positiva para dar elegibilidade aos direitos das pessoas com deficiência.

2.1 Tipologias

As várias deficiências agrupam-se em cinco conjuntos distintos, tais como: deficiência auditiva, física, visual, mental e múltipla (BRASIL, 2004). Torna-se pertinente, então, apresentar-se as tipologias, bem como a caracterização deste público.

5 *O sistema Braille de escrita e leitura foi criado há cerca de 200 anos na França. No Brasil, chegou por meio de José Álvares de Azevedo, que aprendeu a técnica ainda criança e se dedicou a disseminá-la, com apoio do Imperial Instituto de Meninos Cegos, hoje Instituto Benjamin Constant (IBC), no Rio de Janeiro (BRASIL, 2018).*

A **deficiência auditiva** é identificada pela perda total ou parcial da capacidade de ouvir. A deficiência auditiva é a “perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz” (BRASIL, 2004).

A surdez é uma alteração no sistema auditivo ou nas vias auditivas que ocasiona a redução ou impedimento do acesso aos estímulos sonoros. Essa alteração dependerá da localização da perda que pode ser no ouvido médio, interno, unilateral, bilateral entre outros ou do momento da perda se foi antes ou depois da aquisição da linguagem, o que recebe o nome de surdez pré ou pós-linguística e da intensidade da perda, cuja poderá ser leve, moderada, severa ou profunda (NUNES et al, 2015). A perda da audição se distingue pelo tipo e grau da deficiência. Sendo assim, quanto as suas tipologias tem-se a condutiva, neurosensorial ou mista (LOPES FILHO, 1994).

Perda auditiva condutiva é ocasionada em virtude de problemas no ouvido externo, problemas estes que impedem que o som atinja ao ouvido interno. Todavia, é temporária. E o tratamento pode ser através de intervenção cirúrgica, medicamentos ou de forma permanente. A perda auditiva condutiva apresenta grau leve ou moderado (SILVA, 2013).

A neurosensorial é caracterizada por um problema que afeta o ouvido interno e em consequência o som não consegue chegar ao cérebro. Para essa situação, normalmente a perda é permanente podendo ser minimizada com uso de aparelhos ou implantes, mediante o grau, cujo pode ser leve, moderada, severa ou profunda.

“A perda auditiva mista é caracterizada pelo fato de possuir a combinação das duas citadas anteriormente, tendo como opções de tratamento: medicamentos, cirurgias, aparelhos auditivos ou implantes” (SILVA, 2013, p. 21).

Percebe-se que o diagnóstico para a deficiência auditiva advém de causas desconhecidas ou estão normalmente relacionadas às doenças hereditárias, rubéola materna ou meningite.

Nessa perspectiva, para se estabelecer o processo de comunicação entre pessoas surdas foi desenvolvida a Língua de Sinais, a qual chegou ao Brasil através dos Franceses e que, posteriormente, foi reconhecida oficialmente como a forma de expressão e comunicação entre a comunidade surda. No Brasil, denominou-se como linguagem Língua Brasileira de Sinais (Libras), que passou a ser imprescindível para a educação e o desenvolvimento da pessoa surda.

No que se refere à **deficiência física**, o decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, traz a definição para deficiência física como:

Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (BRASIL, 2004).

O Ministério da Educação (2004) apresenta a deficiência física como diversas condições motoras que afetam a mobilidade, a coordenação motora geral e da fala, em virtude de lesões neurológicas, neuromusculares, ortopédicas, ou más formações congênitas ou adquiridas. Dessa maneira, percebe-se que o comprometimento da função física apresenta-se de formas diversas, o que torna pertinente compreender as suas peculiaridades.

No que tange à **deficiência visual**, o Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, a define como:

cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (BRASIL, 2004).

As pessoas com essa deficiência (cegueira) utilizam-se dos seus outros sentidos para comunicarem-se, como o tato e a audição. Sendo assim, utilizam-se do Método Braille⁶. Já para aqueles que possuem baixa visão, são utilizados recursos ópticos (lentes de aumento, óculos, lupas entre outros recursos) para fins de melhorar a sua capacidade visual.

No caso da **deficiência intelectual ou mental**, caracteriza-se pelo funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

1. Comunicação;
2. Cuidado pessoal;

6 *O método Braille foi desenvolvido pelo francês Louis Braille, que perdeu a visão quando tinha apenas três anos. Em 1827, aos dezoito anos, Louis descobriu um jeito de modificar a realidade dos cegos. Braille ouviu falar de um sistema de pontos e buracos inventado por um oficial para ler mensagens durante a noite, em lugares onde não se podia acender a luz. Assim, ele adaptou o método para a realidade dos cegos, com pontos em relevo (de modo que eles pudessem ser sentidos pela ponta dos dedos). Nascia assim, o método Braille, no ano de 1929 (SIQUEIRA, 2010, p. 15).*

3. Habilidades sociais;
4. Utilização dos recursos da comunidade;
5. Saúde e segurança;
6. Habilidades acadêmicas;
7. Lazer;
8. Trabalho (BRASIL, 2004).

De acordo com (APA, 2002, p.75) apud Fernandes e Aguiar (2010, p. 1-2) o diagnóstico é definido a partir dos seguintes critérios:

Início do quadro clínico antes de 18 anos de idade; função intelectual significativamente abaixo da média, demonstrada por um quociente de inteligência igual ou menor que 70; e deficiência nas habilidades adaptativas em pelo menos duas das seguintes áreas: comunicação, autocuidados, habilidades sociais/interpessoais, auto-orientação, rendimento escolar, trabalho, lazer, saúde e segurança.

Dessa maneira, o seu grau pode ser considerado leve, moderado, grave e/ou profunda.

Já o que caracteriza a **deficiência múltipla** é o fato de a pessoa possuir, concomitantemente, mais de uma deficiência.

Portanto, as pessoas com qualquer tipo de deficiência, independente de limitação física, sensorial ou cognitiva são sujeitos que possuem necessidades como qualquer outro, seja de convivência e/ou interação, aprendizagem, lazer, enfim, são indivíduos com dificuldades que podem ser superadas. Sendo assim, é pertinente refletir acerca dos seus direitos, bem como as políticas públicas direcionadas para o público em estudo.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSIBILIDADE PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Elencam-se, aqui, os períodos relevantes que nortearam os direitos das pessoas com deficiência no Brasil e, de forma breve, os principais eventos em nível mundial que ensejaram uma atenção especial à pessoa com deficiência e suas necessidades de integração à sociedade.

Até meados de 1940, a política de segregação e a visão de que a pessoa com deficiência era inválida era a forma de tratamento destinada a estas pessoas. Em 1948, a Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece, reafirma e estabelece que todo ser humano é digno de direitos iguais e inalienáveis, abrindo caminho para criação de um ambiente mundial de respeito aos direitos e liberdades de qualquer pessoa, sem discriminações de qualquer natureza, através da proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que afirma:

art. 2º. Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra condição. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autônomo ou sujeito a alguma limitação de soberania (DUDH, 1948, p. 01).

Já por volta de 1960, as ações voltadas para pessoas com deficiência ganham um caráter de integração. No mundo há uma crescente politização do tema, levando a uma maior organização de pessoas em defesa

de temas como acessibilidade, educação e trabalho. O que se tem, a partir daí, é uma maior visibilidade para a questão, impulsionando um movimento de adaptação de pessoas com deficiência ao meio social.

Em 1975, a ONU destaca e dá mais relevância ao tema com a Declaração dos Direitos das pessoas deficientes, fazendo a definição ao termo “pessoas deficientes” como sendo “qualquer pessoa incapaz de satisfazer por si própria, no todo ou em parte, as necessidades de uma vida normal individual e/ou social, em resultado de deficiência, congênita ou não, nas suas faculdades físicas ou mentais”.

No âmbito internacional, a década de 1980 foi considerada a “Década internacional das Pessoas Deficientes (AIPD)⁷. O ano de 1981 foi escolhido pela ONU, em assembleia, como o “Ano internacional das Pessoas com Deficiência”. Através da Resolução 31/123 de 19 de dezembro de 1976, estabeleceram-se objetivos principais, dentre os quais se destaca aqui o de “promover todos os esforços, nacionais e internacionais, para proporcionar aos deficientes assistências adequadas, treinamentos, cuidadosa orientação, oportunidades para trabalho compatível e assegurar a sua plena integração na sociedade”.

Compreende-se, então, que o mundo começa a organizar esforços no sentido de superar a visão que vigorava a respeito da pessoa com deficiência. A convenção 159 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1990 é uma demonstração clara desta mudança. O documento

7 *Com o lema “Participação Plena e Igualdade”, o AIPD é considerado um marco no movimento das pessoas com deficiência. Serviu para que as entidades das pessoas com deficiência, com a cobertura da mídia, levassem até a sociedade suas reivindicações. Simultaneamente, através de eventos com centenas de participantes, os militantes lançaram suas estratégias de ação e seus objetivos para o futuro. O movimento social das pessoas com deficiência soube aproveitar a atenção que as esferas governamentais, empresarial e a mídia concederam ao tema proposto pela ONU para o ano de 1981(SÃO PAULO, 2011).*

recomenda que os países membros entendam a “readaptação profissional” como uma estratégia de integração ou reinserção de pessoas com deficiência à sociedade por meio do trabalho. Vale ressaltar que o Brasil é signatário deste acordo e, como tal, assumiu em 1990 o compromisso de adotar medidas positivas que favoreçam a efetivação da Convenção 159.

Ainda em nível internacional, durante os anos 1990, encontram-se outros importantes acontecimentos que fortaleceram profundamente os movimentos em prol da construção de uma sociedade mais acessível e consciente.

Ressalta-se também, dentre os principais eventos: a fixação do dia 3 de dezembro como dia Internacional da Pessoa com Deficiência, em 1992; a Declaração de Salamanca em 1994, abordando sobre a Educação Especial; o Tratado de Amsterdã de 1997, que criou oportunidades de entrada e permanência de pessoas com deficiência no mercado de trabalho da União Europeia; em 1999, a Convenção da Guatemala, que estabeleceu como objetivo principal a eliminação de toda e qualquer forma de discriminação contra pessoas com deficiência.

3.1 Políticas públicas para pessoas com deficiência: uma questão de lutas

Foi através da luta e da organização que as pessoas com deficiência conheceram, nos últimos anos, no Brasil e no mundo, importantes avanços no reconhecimento de seus direitos e na ampliação dos espaços de participação. As políticas públicas de inclusão de pessoas com deficiência são resultados desta luta.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 inaugurou um novo cenário político, no qual a dignidade da pessoa humana aparece como fundamento e a promoção do bem de todos figura como princípio. Logo,

as bases constitucionais já sinalizam para adoção de programas, planos e políticas orientados para a diminuição das desigualdades sociais, a não discriminação e a valorização da diversidade humana.

Analisando a literalidade dos eventos sociopolíticos das pessoas com deficiência em prol de garantias de direitos, torna-se relevante apresentar as definições acerca de políticas públicas.

As políticas públicas são definidas como instrumentos de ação para atingir objetivos de interesse comum e bem-estar geral; em matérias que, por sua natureza e abrangência, são consideradas questões de interesse social e público, situação que as conota como questões políticas, com marcos de ação que servem para a tomada de decisões, o estabelecimento de prioridades e a alocação de recursos. Mas nas políticas públicas o Estado não é o único ator, ao contrário, a sociedade assume diferentes formas de relacionamento e intervenção, a fim de assegurar que a administração pública faça uma rota institucional e gerencial para administrar gastos e assuntos públicos em consulta com a sociedade civil (JARAMILLO, 2006, p. 36, tradução nossa).

A definição que Jaramillo (2006) faz não é muito diferente do que os autores da área aqui no Brasil apresentam. Para o autor, as políticas públicas são definidas como instrumentos de ação para alcançar objetivos e interesses comuns para o bem geral da sociedade.

As políticas públicas tratam da gestão dos problemas e das demandas coletivas através da utilização de metodologias que identificam as prioridades, de modo que racionalizam a aplicação de investimentos e utilizam o planejamento como forma de se atingir os objetivos e metas predefinidos.

Autores abordam acerca das tipologias das políticas públicas, as quais são as seguintes: política social, política macroeconômica, política administrativa e política específica ou setorial (DIAS; MATOS, 2012).

Assim, Momma, Cardoso e Bryan (2009) abrangem políticas públicas como ações ligadas a decisões, formulação de agendas, pessoas participando dos diálogos e movimento de disputa constante entre projetos específicos direcionados à sociedade.

Todavia, é necessária uma reflexão mais profunda, considerando que as políticas públicas são ações do governo direcionadas a solucionar problemas que afligem a sociedade.

As políticas públicas, nesse sentido, devem ser compreendidas como as ações que buscam dar executoriedade à lei, ou seja, aquelas ações voltadas para a concretização da ordem social, que visam à realização dos objetivos da República, a partir da existência de leis decorrentes dos ditames constitucionais (FRISCHEISEN, 2000, p. 80).

A política pública é, no entendimento de Frischeisen, o modo de concretização da lei, ou seja, é colocar em prática aquilo que está no papel.

Pode ser interpretada também como intervenção que o governo realiza para fins de contemplar as pretensões do Estado, mas de modo que beneficie a sociedade. “O governo, dado uso das atribuições que lhe são conferidas, deve representar e atender os anseios do Estado, pensando estrategicamente e agindo de modo planejado para o bem público. Esta intervenção ocorre por meio de políticas públicas” (SILVA; BASSI 2012, p. 17).

Sendo assim, tais intervenções ou ações só serão possíveis se as suas aplicações contarem com a participação dos atores sociais,

imprescindíveis para que a política seja implementada e atinja aos objetivos propostos. “Assim, a política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada nos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes” (SILVA; BASSI, 2012, p. 21). As políticas públicas específicas para as pessoas com deficiência nas últimas décadas experimentaram importantes avanços ao considerar a necessidade da articulação e diálogo entre governo, sociedade civil e agentes institucionais, na busca de melhorias na formulação e implementação de políticas em prol desse grupo que, há muito tempo, sofre com a marginalização.

A observação das diferentes concepções sobre políticas públicas leva ao entendimento de que estas políticas apresentam dois vieses: um político e um administrativo.

O primeiro relaciona-se com a capacidade de organização e poder de influência de certos grupos, dado que a ideia de escolhas é bem marcante na concepção das políticas públicas. Serão beneficiados aqueles grupos que melhor se organizarem, dando maior visibilidade política às suas causas. O segundo é o viés administrativo, que está ligado às fases de planejamento, organização e controle.

A primeira política direcionada especificamente para a pessoa com deficiência foi criada em 1989, atendendo uma demanda internacional pela positivação dos direitos desse grupo. Essa política buscou, como o próprio nome revela, a integração da pessoa com deficiência à sociedade, com a publicação da Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989 - Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (BRASIL, 1989).

A nomenclatura “portadora”⁸ demonstra conhecimento incipiente a respeito da questão pessoa com deficiência. É uma política compensatória no sentido de que considera e viabiliza a necessidade de ajudas técnicas na superação de “limitações funcionais, motoras, sensoriais e mentais” que contribuam para a integração da pessoa com deficiência à comunidade. A Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência é recebida com ânimo pelos grupos que ela afeta por assegurar-lhes direitos relevantes ao seu bem-estar, criando a imposição jurídica de assistência integral para possibilitar a plena inclusão social.

O decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 (BRASIL, 1999), regulamentou a Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989 (BRASIL, 1989), ou seja, dez anos depois de sua promulgação. Uma das inovações do decreto foi a criação do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CONADE), que materializa a participação efetiva das pessoas com deficiência na criação dessas políticas, conseguindo assim aproximar os objetivos dos programas e planos da realidade dos seus destinatários. O resultado foi o avanço no atendimento das demandas por saúde, emprego, acessibilidade, entre outros.

O objetivo primordial desse conselho é garantir a descentralização e a participação nas decisões direcionadas para as pessoas com deficiência, assegurando que todas as regiões do país tenham voz e vez na formulação dessas políticas. O conselho ainda deve propor estudos e campanhas com vistas à eliminação de discriminações e preconceitos. O CONADE passa a atuar com maior efetividade a partir dos anos 2000,

8 *A alteração do termo portador para pessoa com deficiência, foi publicada na Portaria de Nº 2.344 de 3 de novembro de 2010, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Essa portaria oficializa o uso do termo Pessoa com deficiência (BRASIL, 2010).*

fortalecido pela realização das Conferências Nacionais sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ocorridas em 2006, 2008 e 2012.

As conferências citadas alavancaram o debate democrático entre governo e sociedade, constituindo-se em espaços de lutas por direitos e de acompanhamento e controle das políticas públicas. Sendo assim, as ações e programas são discutidos, acompanhados e avaliados. Desse espaço democrático surgem novas deliberações em busca da construção de uma sociedade mais justa e menos excludente.

Dessa maneira, é imprescindível fazer alusão ao Plano Viver sem Limite, lançado através do Decreto nº 7.612 de 17 de novembro de 2011 pelo Governo Federal, com a finalidade de promover o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência. O plano prevê a criação de programas e intensificação dos já existentes, sendo organizado nos seguintes eixos: “I - Acesso à educação; II - Inclusão social; III - Atenção à saúde; IV - Acessibilidade” (BRASIL, 2011).

A qualidade de vida da pessoa com deficiência é entendida nesse plano numa perspectiva holística, visando a qualidade das ações. O plano viabilizou entre outras ações o investimento em linhas de crédito para financiamento de bens ou serviços de tecnologia assistiva para melhorar a vida de pessoas com deficiência e daqueles que convivem com elas.

A formulação de políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil assumiu por muito tempo um caráter assistencialista, pois eram concebidas sem a participação daqueles que representavam essas pessoas. Todavia, essa compreensão foi substituída pela concepção de que a exclusão das pessoas com deficiência acontecia devido ao arranjo social contemporâneo.

O resultado foi o investimento em programas e planos que, ao invés de superar, contribuiu para o aprofundamento do preconceito e da

discriminação das pessoas com deficiência, como, por exemplo, a Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991 (BRASIL, 1991) - Lei de cotas, a qual impôs a obrigação de contratar, mas não despertou o interesse no empregador de selecionar a pessoa com deficiência por seu potencial profissional.

Existe ainda um longo caminho a trilhar na superação das desigualdades quando tratamos de pessoas com deficiência. No entanto, é impossível negar os avanços e conquistas no âmbito do direito, refletindo assim na vida dessas pessoas de forma global.

3.2 Políticas públicas de acessibilidade: breves reflexões

Hodiernamente as discussões acerca de políticas públicas e de acessibilidade ganharam ênfase nas discussões locais, regionais e nacionais, de modo que estão tornando-se áreas emergentes.

A legislação brasileira direcionada às pessoas com deficiência permite um leque de possibilidade. Todavia, será delimitado, especificamente no que concerne às leis acerca da acessibilidade às pessoas com deficiência.

De acordo com a legislação consultada, foram estabelecidos as normas gerais e critérios essenciais à promoção da acessibilidade para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Apresentam a definição da acessibilidade como a possibilidade e condição de alcance para utilizar, com segurança e autonomia, os espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência (BRASIL, 2015). Com isso, reforça-se a importância dos mecanismos legais para empoderar os direitos de acessibilidade às pessoas com deficiência.

Ainda acerca das políticas públicas de acessibilidade, Bernardes (2016) acrescenta que se caracteriza por promover mudanças no ambiente, nos equipamentos e instalações para que estes possibilitem o acesso a todos. Chama atenção para o fato de que, por mais que o ambiente esteja plenamente acessível para as pessoas com deficiência, o obstáculo não deve ser ignorado.

Nesse sentido, as políticas públicas direcionadas às pessoas com deficiência precisam contemplar os seguintes aspectos: o impedimento manifestado no corpo e a necessidade de alterações nas estruturas sociais.

Sasaki (2009) *apud* Silva (2013) aborda a acessibilidade como a facilidade de acesso às pessoas com deficiência sem nenhum tipo de obstáculo. O autor apresenta seis tipos de acessibilidade, conforme apresentadas abaixo, para qualquer ambiente:

Acessibilidade Arquitetônica: sem barreiras físicas nos ambientes;

Acessibilidade Comunicacional: sem barreiras na comunicação interpessoal, escrita e virtual;

Acessibilidade Metodológica: sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo, de trabalho, de ação comunitária;

Acessibilidade Instrumental: sem barreiras nos instrumentos e utensílios de estudos, de trabalho, de atividades da vida diária e de lazer, esporte e educação;

Acessibilidade Programática: sem barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas, regulamentos e normas;

Acessibilidade Atitudinal: resultado de programas e práticas de sensibilização e de conscientização das pessoas e da convivência na diversidade humana, ou seja, sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

Assim, as instituições precisam acompanhar a inserção das políticas de inclusão, de modo que possam adequar-se às recomendações necessárias para que se tornem acessíveis, não apresentando nenhuma barreira nos seus espaços.

No que tange às barreiras, a legislação brasileira as classifica da seguinte maneira:

- a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
- d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
- e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
- f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias (BRASIL, 2015, p. 01).

Diante das informações apresentadas acima, pode-se afirmar que políticas públicas de acessibilidade demandam amplo conhecimento interdisciplinar para que se possa entender e colocá-las em prática. Além disso, a aplicação requer, inicialmente, planejamento. É preciso, ainda, avaliá-las, após implementação, a fim de alcançar os objetivos propostos.

A acessibilidade está ligada também a mudanças de atitudes e comportamentos por parte da sociedade, para diminuir os efeitos negativos dos obstáculos que encontram na sua jornada diariamente.

As discussões e asseios pelos atores sociais envolvidos foram determinantes para que fossem fortalecidas as organizações e instituições que lutam por esse público, bem como a execução da legislação vigente.

Assim, as leis e políticas direcionadas à acessibilidade das pessoas com deficiência possibilitam dar-lhes certa autonomia. Todavia, o grande desafio talvez seja o reconhecimento da sociedade para que se promova de forma efetiva a garantia de seus direitos.

Portanto, a legislação em termos de acessibilidade avançou consideravelmente. É de extrema relevância a participação da comunidade e o reconhecimento das empresas. O respeito às leis/legislação também exige uma “educação” para melhor compreensão sobre o assunto. É preciso, ainda, a atuação do judiciário para que sejam respeitados e assegurados os direitos desse público há anos visto como vulnerável.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exclusão acontece como consequência das barreiras encontradas, sejam elas urbanas, arquitetônicas, de transporte, comunicação, informação, atitudinais ou tecnológicas, e não por culpa da pessoa que tem deficiência.

A deficiência deve ser vista como uma particularidade da condição humana. Dessa maneira, as pessoas com deficiência possuem direito às oportunidades iguais, tendo a garantia e preservação dos seus direitos, assim como todas as outras pessoas.

Analisando os resultados desta pesquisa, percebe-se que avanços importantes foram dados acerca da acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência em âmbito legal e em programas ofertados pelo Governo Federal. Todavia, é preciso colaboração de todos os envolvidos para que as políticas públicas existentes e as que venham a surgir produzam resultados positivos e possam permanecer ininterruptamente.

Vale ressaltar que a participação social é de suma importância nesse processo, pois é preciso haver fiscalização, acompanhamento e, sobretudo, exigir dos representantes as ações necessárias para que as modificações aconteçam.

Sabe-se que essa temática não se esgota aqui e que estudos mais específicos devem ser realizados para compreender as mudanças ainda necessárias. Além disso, é requerida atenção especial para desenvolvimento de estratégias que ofereçam às pessoas com deficiência um espaço onde encontrem as respostas para suas necessidades informacionais, além de um ambiente em que possam interagir sem nenhum receio ou bloqueio.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, L. C. G. **Bioética deficiência e políticas públicas: uma proposta de análise a partir da abordagem de capacidade.** 2016. 273 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Bioética, Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22355/1/2016_LilianeCristinaGon%C3%A7alvesBernardes.pdf. Acesso em: 08 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.** Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7853.htm. Acesso em: 24 fev. 2019.

BRASIL. **Lei n. 8.160, de 8 de janeiro de 1991.** Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8160.htm. Acesso em: 24 fev. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 23 jan. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2004/Decreto/D5296.htm#art4ii. Acesso em: 23 jan. 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010.** Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm. Acesso em: 21 maio 2018.

BRASIL. **Decreto 7.612, de 17 de novembro de 2011.** Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm.

Acesso em: 17 fev. 2019.

BRASIL. Lei 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm.

Acesso em 17 fev. 2019.

BRASIL. **Decreto 9.404, de 11 de junho de 2018**. Altera o Decreto nº 5.296, de 2 dezembro de 2004, para dispor sobre a reserva de espaços e assentos em teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e de conferências e similares para pessoas com deficiência, em conformidade com o art. 44 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2018/Decreto/D9404.htm#art1. Acesso em: 26 fev. 2019.

BUENO, J. G. S. Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC/PUCSP, 1993.

BURNIER, L. O. **A arte de ator**: da técnica a representação. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas públicas**: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.

FERNANDES, E. C. P; AGUIAR, O. X. Deficiência mental leve: aspectos educacionais e sociofamiliares. **Rev. Científica Eletrônica de Psicologia**, ano VIII, n. 14, maio 2010. Disponível em: http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/0p4cninSTRkdCke_2013-5-13-15-4-48.pdf. Acesso em: 05 jan. 2019.

FRISCHEISEN, L. C. F. **Políticas públicas**: a responsabilidade do administrador e o Ministério Público. São Paulo: Ed. Max Limonad, 2000.

JARAMILLO, O. Políticas públicas para el desarrollo y fortalecimiento de las

- bibliotecas públicas. **Revista Interamericana de Bibliotecología**. v. 29 n. 1, Jun. 2006. Disponível em: <https://ebookcentral.proquest.com/lib/ufpr/books/reader.action?docID=3203466&query=pol%C3%ADticas+p%C3%BAblicas+para+biblioteca>. Acesso em: 20 abr. 2018.
- GUGEL, M. A. A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade. 2018. Disponível em: http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php#autor. Acesso em: 25 nov. 2018.
- LOPES FILHO, O. Deficiência auditiva. *In*: LOPES FILHO, O. **Tratado de otorrinolaringologia**. São Paulo: Roca, 1994.
- MOMMA, A. M.; CARDOSO, L. D.; BRYAN, N. A. P. Políticas públicas: para quem e para que projeto político-social?. *In*: LIMA, E. M. M. et al. **Políticas públicas de educação-saúde: reflexões, diálogos e práticas**. Campinas, SP: Alínea, 2009.
- NUNES, S. S. et al. Surdez e educação: escolas e/ou bilígue?. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 19, n. 3, p. 537-545, Dez. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?frbrVersion=3&script=sci_arttext&pid=S141385572015000&lng=en&tlng=en. Acesso em: 11 dez. 2018.
- PESSOTTI, I. Deficiência mental: da superstição à ciência. São Paulo: EDUSP, 1984.
- SAMPAIO, J.J.C. **Epidemiologia da imprecisão: processo saúde/doença mental como objeto da epidemiologia**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1998. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/3vxfc/pdf/sampaio-9788575412602-04.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2018.
- SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16. Disponível em: https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/SASSAKI__Acessibilidade.pdf?1473203319. Acesso em: 04 abr. 2017.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Memorial da Inclusão. **30 anos do AIPD: Ano Internacional das Pessoas Deficientes 1981-2011**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.

Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/121856705/Movimento-das-Pessoas-com-Deficiencia-no-Brasil>. Acesso em: 28 nov. 2017.

SCHMIDT, M. **Nova História Crítica**. São Paulo: Nova Geração, 2011.

SILVA, C. L.; BASSI, N. S. S.. Políticas públicas e desenvolvimento local. *In:*

SILVA, L. S. et al. **Políticas públicas e desenvolvimento local: instrumentos e proposições de análise para o Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2012.

SILVA, S. M. **Reflexões acerca da biblioteca escolar no contexto da acessibilidade de as pessoas com deficiência**. Petrolina, 2013. 64f. Monografia (Especialização em Biblioteconomia) – Faculdade Internacional Signorelli: Petrolina, 2013.

SIQUEIRA, D. P.; SIQUEIRA, D. P. Educação, inclusão e pessoa com deficiência visual na educação básica: Um paradoxo necessário. *In: Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIII, n. 73, fev. 2010. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7130. Acesso em 05 jan. 2019.

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, GOVERNO ELETRÔNICO E RESPONSABILIDADE SOCIAL

> *Marília Vital Ribeiro*
> *Joana Coeli Ribeiro Garcia*

1 INTRODUÇÃO

As tecnologias de informação e comunicação revolucionaram a administração, possibilitando maneiras de relacionamento entre governo e sociedade e facilitando sua interação, ao dinamizar a prestação de informações e serviços que hoje podem ser solicitados sem a necessidade de presença física dos usuários. Nesse contexto, surge o termo **sociedade da informação**, que descreve uma comunidade inserida em processos de mudanças constantes e que faz uso acentuado das tecnologias de informação e comunicação (TIC).

A sociedade da informação está sendo construída de diferentes formas nos países, segundo suas especificidades. No Brasil, o Decreto 3.294 de 15 de dezembro de 1999 criou o Programa Sociedade da Informação, que estabelece em uma de suas diretrizes a ideia de “governo ao alcance de todos”, objetivando promover a informatização

da administração pública, fornecer serviços, disseminação de informações online e capacitação em tecnologias (HAYASHI; HAYASHI; CABRERO, 2004).

No ano seguinte, o governo federal cria, através do Decreto de 03 de abril de 2000, um Grupo de Trabalho Interministerial a fim de examinar e propor políticas, diretrizes e normas relacionadas com as formas eletrônicas de comunicação. O GT identificou a existência de ações isoladas na área de serviços ao cidadão, oferecidos por meio da Internet, como a entrega de declarações do imposto de renda, emissão de certidões de pagamentos e impostos, acompanhamentos de processos judiciais e prestação de informações sobre a previdência social. A partir daí, estabeleceram-se as bases para o que hoje se conhece como governo eletrônico, que tem como objetivo democratizar o acesso à informação, aumentar a transparência administrativa e ampliar a participação popular na construção de políticas públicas, além de melhorar a qualidade dos serviços prestados.

No entanto, evidenciaram-se dificuldades que poderiam prejudicar o êxito do Programa, pois, além da capacidade tecnológica limitada para colocar os governos presentes de maneira satisfatória na *web*, existiam dificuldades institucionais e políticas em relação à adaptação dos servidores às ferramentas, às limitações orçamentárias e formas de trabalho, e a necessidade de mudanças na cultura organizacional (POSSAMAI, 2011).

Embora sendo fomentadas ações e iniciativas em busca de implantação de um estado mais próximo ao cidadão, há de se convir que um importante aspecto inerente à sociedade da informação tende a não ser satisfatoriamente contemplado: a dimensão informacional do estado e suas consequências na capacidade governativa (JARDIM, 2000).

Com base nesta perspectiva, discute-se, por meio de revisão de literatura, a incorporação dos princípios de responsabilidade social (RS) como norteadores de projetos de inclusão fomentados pelo governo federal, utilizando como exemplo o software VLibras, que consiste em um conjunto de ferramentas computacionais responsável por traduzir áudios, textos e vídeos para a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, desenvolvido através de uma parceria do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e sua Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Inicialmente, o conceito de RS esteve relacionado especialmente às organizações de iniciativa privada. Entretanto, esse quadro vem mudando progressivamente, e a imagem de responsabilidade social tem sido relacionada aos valores éticos, morais e à preocupação com o desenvolvimento sustentável. Tendo em vista que a RS se estabelece como um compromisso social que busca incluir pessoas, promover o desenvolvimento social e econômico, defender a memória do povo e defender políticas de proteção ao meio ambiente de maneira efetiva e contínua, a RS pode ser incorporada ao governo eletrônico, pois ambos visam ao desenvolvimento da democracia, ao exercício pleno da cidadania e à busca por instituições transparentes e cidadãos conscientes de seu papel. A presente pesquisa não se encerra aqui, visto que um artigo não é o suficiente para destrinchar todo o alcance da discussão. Pretendemos nos aprofundar na temática posteriormente, contribuindo para o desenvolvimento de novos debates sobre as proximidades entre as duas ideias.

2 A INFORMAÇÃO NA SOCIEDADE ATUAL

A época em que vivemos é marcada por mudanças intensas e é cada vez mais influenciada por avanços tecnológicos, com o estabelecimento de uma sociedade que se define pela estreita relação que estabelece entre informação e conhecimento (CASTELLS, 1999).

Segundo Manuel Castells (1999, p. 17), precisamos compreender que “a tecnologia não determina a sociedade: é a sociedade. A sociedade é que dá forma à tecnologia de acordo com as necessidades, valores e interesses das pessoas que utilizam as tecnologias”. Ele ainda afirma que a informação e o conhecimento sempre foram elementos centrais em todas as organizações sociais, mas a grande diferença entre as sociedades predecessoras para a sociedade moderna é a notável dependência das tecnologias nas mais diversas esferas sociais. Hoje, a geração, o armazenamento, o processamento, o uso da informação e a comunicação de sinais e símbolos representam um modo novo de desenvolvimento.

Na atualidade, a sociedade se define, sobretudo, pela dependência das informações enquanto **recursos-chave** para a desconstrução de ideias e para a construção e a reconstrução de conhecimentos, muitas vezes chamada de sociedade da informação ou sociedade do conhecimento, dentre outras nomenclaturas. O termo sociedade da informação se popularizou na década de 1990, com o desenvolvimento da internet e das TIC. No entanto, a expressão já havia sido utilizada em 1973, com o sociólogo Daniel Bell, que mencionou o termo em seu livro **O advento da sociedade pós-industrial**, ao afirmar que a sociedade futura seria fundamentada no conhecimento e na informação (BURCH, 2005). Ainda de acordo com Burch (2005, p. 2), “o conceito de ‘sociedade da informação’ como construção política e ideológica se desenvolveu das mãos da globalização neoliberal, cuja principal meta foi acelerar a

instauração de um mercado mundial aberto e autorregulado”.

Para Castells (1999), a sociedade da informação se caracteriza pela flexibilidade, pela crescente convergência de tecnologias, pelo predomínio da lógica de redes, por ser a informação sua principal matéria-prima e pela alta penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias (WERTHEIN, 2000).

No final da década de 1990, a ideia de **sociedade do conhecimento** passou a ser utilizada como uma alternativa àqueles que preteriam a ideia de haver uma sociedade da informação, por considerarem que a noção de sociedade da informação estava atrelada às questões mais econômicas e tecnológicas decorrentes do processo de globalização, enquanto a ideia de sociedade do conhecimento integraria transformações sociais, culturais, políticas, econômicas e institucionais através de uma perspectiva mais pluralista (KHAN, 2003)⁹. A atenção demasiada sobre a tecnologia pode provocar o entendimento equivocado de um determinismo tecnológico, no qual as transformações em direção à sociedade da informação são frutos da tecnologia e seguem uma lógica técnica, alheia a fatores sociais e políticos. O que ocorre, de fato, é que os processos sociais e a transformação tecnológica são consequências de uma relação multifacetada em que fatores sociais pré-existentes e as condições da pesquisa científica influenciam, de forma direta, no avanço tecnológico (WERTHEIN, 2000).

Na verdade, o que determina a inovação tecnológica vista atualmente não é o conhecimento e a informação em si, mas a aplicação destes conhecimentos e destas informações em instrumentos capazes

9 ¹ TOWARDS KNOWLEDGE SOCIETIES. UNESCO's Natural Sciences Sector. An Interview with Abdul Waheed Khan. *World of Science*, v. 1, n. 4, July-September 2003, Disponível em: http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/resources/news-and-in-focus-articles/all-news/news/towards_knowledge_societies_an_interview_with_abdul_waheed/. Acesso em: 12 jul. 2018.

de auxiliar a produção de conhecimentos adicionais, bem como o processamento dessas informações em processos contínuos de retroalimentação, possibilitando aperfeiçoamentos e renovações constantes (CASTELLS, 2003). Embora ainda não haja consenso sobre qual termo seja mais apropriado para definir a sociedade na qual vivemos, não se pode negar que há uma relação entre informação e conhecimento e existem algumas diferenças pontuais entre os dois termos, apontadas por Rezende e Abreu (2000). Quando a informação é utilizada por pessoas e pelos recursos computacionais, possibilitando a geração de novos contextos, conjunturas e conteúdos, pode ser chamada de conhecimento. Basicamente, o conceito de conhecimento complementa o de informação com valor relevante e propósito definido.

Nesse cenário, informação e conhecimento tornaram-se elementos fundamentais para a geração de riqueza e poder. A informação tem a prerrogativa de poder gerar conhecimento, e esses se tornaram as forças de produtividade, valor e grandeza para os países e nações. Esse arranjo requer a inserção dos indivíduos nessa sociedade que se potencializa pelas TIC e que se caracteriza, dentre outros aspectos, pelas novas formas de comunicabilidade, velocidade e interatividade (AQUINO, 2008).

Seja qual for a nomenclatura utilizada para definir a sociedade, o fato é que as profundas mudanças ocorridas nas organizações sociais, políticas, científicas, culturais e econômicas, se deram, principalmente, pelas transformações resultantes da expansão e reestruturação do capitalismo, e do papel que as informações e o conhecimento assumiram neste contexto, que, por sua vez, foram acentuadas pelas inovações trazidas pela internet e pelas TIC.

Um dos reflexos dessas mudanças foi a necessidade de aproximar o Estado da sociedade, ultrapassando o modelo de administração pública

burocrática e avançando sobre questões relacionadas à transparência e ao acesso às informações solicitadas. Surge então o governo eletrônico, caracterizado pela utilização das tecnologias da informação e comunicação nos serviços prestados pela administração pública. Nesse contexto, as TIC atuam como uma espécie de “ponte” que diminui a distância entre Estado e Sociedade, e contribui, teoricamente, para uma administração mais transparente e eficaz na prestação de serviços (GARCIA, 2006).

3 GOVERNO ELETRÔNICO: A BUSCA POR DEMOCRACIA, TRANSPARÊNCIA E INCLUSÃO

O conceito de governo eletrônico é pluridisciplinar, possui múltiplas peculiaridades, engloba diversas variantes e está em processo contínuo de construção. Geralmente está associado ao uso das tecnologias de informação dentro do governo para oferecer à população operações mais eficientes, melhor qualidade de serviço e facilitar o acesso público a informações e serviços do governo, garantindo chances mais expressivas de atuação social no processo democrático (KRAEMER; KING, 2006).

Para Maniatopoulos (2005, p. 2, tradução nossa), “O impacto das novas tecnologias no governo tem sido submetido à interpretação tanto utópica quanto distópica, no que se refere às implicações sociais e humanas”. A visão distópica sobre os impactos das tecnologias como ferramentas para o estabelecimento do governo eletrônico, na verdade, apresenta a preocupação com um maior controle e vigilância do estado sobre os cidadãos, enquanto as interpretações utópicas enxergam as TIC como um meio para o desenvolvimento de um governo aberto, transparente e democrático. Com base nesses preceitos, especialmente a partir dos pontos de vista baseados na perspectiva utópica, a partir dos anos 1990, os governos utilizam as tecnologias da informação na

prestação de serviços à sociedade. Desde então, esses serviços em meio eletrônico tornam-se mais abrangentes e afetam a forma como os órgãos governamentais realizam atividades.

O uso das TIC proporciona a aproximação entre o governo e a democracia. A partir daí, surge a possibilidade de alcançar um modelo de governo aberto, que compreende os princípios de colaboração, transparência e participação, e permite o empoderamento do cidadão, que passa a ser protagonista em sua relação com o Estado, participando ativamente da criação de políticas públicas governamentais.

As constantes inovações nas tecnologias da informação criaram o potencial para existência de ações obscuras nos governos em relação aos usos da Internet e das tecnologias. Por um lado, torna-se mais fácil controlar a sociedade, mas existe o temor de se perder o controle da informação e da comunicação que é levada ao público (CASTELLS, 1999).

Embora as transformações advindas das tecnologias da informação tenham alterado as formas organizacionais, a gestão e os procedimentos do estado, elas não alteraram e, provavelmente, não alterarão as principais responsabilidades do estado (JARQUÍN, 2000 *apud* JARDIM, 2000). A fim de se implementar programas de governo eletrônico, algumas estratégias devem ser utilizadas com base nos seguintes fundamentos:

- I. Os cidadãos e as organizações devem ser os elementos centrais nas políticas públicas de governo eletrônico;
- II. A infraestrutura tecnológica deve ser padronizada em todas as instituições públicas;
- III. É de fundamental importância a introdução de práticas de processos, a fim de melhorar a performance do governo na prestação de serviços públicos;

- IV. O governo eletrônico deve ser implementado seguindo os princípios de governança, ou seja, deve envolver a participação dos altos níveis hierárquicos do governo, com o intuito de alcançar a legitimidade necessária para as ações e projetos desenvolvidos;
- V. A relação entre o governo e a sociedade deve ser marcada pela confiança e responsabilidade na gestão dos recursos públicos. A finalidade do governo eletrônico deve ser a inclusão social e, para isso, serviços e informações devem ser disponibilizados para os cidadãos através dos recursos da TIC.

A expansão dos ideais de democracia, associado ao uso das TIC, auxilia o desenvolvimento de uma sociedade ativa e engajada no controle e participação na administração pública, fomentando o aperfeiçoamento e a consolidação da democracia. Para isso, torna-se necessário: adotar medidas que permitam ao cidadão o acesso às informações requisitadas e que sua opinião e suas sugestões sejam consideradas; criar meios para promover a transparência da gestão e a participação dos cidadãos; desenvolver produtos em tecnologia, que sejam de fácil compreensão e utilização, visando otimizar o acesso e a interação da sociedade com o governo (OLIVEIRA, 2009).

Quanto mais democrático for um estado, mais haverá acesso às informações e aos serviços prestados pelo governo, garantindo transparência nas ações administrativas e preservando o direito à informação. Não podemos esquecer que o acesso às tecnologias fica comprometido para aqueles que são digitalmente excluídos, seja pela dificuldade de acesso às máquinas ou pelo bloqueio em saber operar os programas e sistemas digitais.

As mudanças vertiginosas causadas pelas tecnologias da informação e comunicação incentivaram diversos países a elaborar normas para atenuar as desigualdades que as TIC podem causar. Graças à expansão da Internet e ao uso contínuo de tecnologias, o governo brasileiro sentiu necessidade, além de ser pressionado para tal, de elaborar políticas públicas que pudessem prevenir e refletir o uso da rede de forma a não acentuar ou promover a exclusão digital (SANTOS; CARVALHO, 2009).

Toda essa conjuntura, aliada às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais, acentuadas nas últimas décadas, contribuíram para que, em 1999, fosse criado o Programa Sociedade da Informação no Brasil, que tem como objetivo arquitetar políticas de integração e desenvolvimento em um mundo globalizado, interconectado e dependente das tecnologias. As ações desenvolvidas pelo programa de Governo Eletrônico priorizam o uso das TIC para socializar o acesso à informação, objetivando expandir o debate e a participação popular na elaboração das políticas públicas, como também melhorar a qualidade dos serviços e informações públicas prestadas.

A sociedade da informação vem sendo construída de diferentes formas no mundo e são elaboradas conforme cada contexto. Especialistas de diversos campos reuniram-se para elaborar diretrizes a serem seguidas em áreas estratégicas que, no Brasil, estão inclusas no Livro Verde da Sociedade da Informação. O Programa lança as bases necessárias para a construção de um projeto estratégico, de amplitude nacional, para integrar e coordenar o desenvolvimento e a utilização de serviços de computação, comunicação e informação, e de suas aplicações na sociedade, de forma a alavancar a pesquisa e a educação, bem como assegurar que a economia brasileira tenha condições de competir no mercado mundial (PROGRAMA, 2000).

Além disso, o Livro Verde contempla um conjunto de ações para que a Sociedade da Informação no Brasil seja encorajada em todas as perspectivas: através da ampliação do acesso, dos meios de conectividade, da formação de recursos humanos, do incentivo à pesquisa e desenvolvimento, do comércio eletrônico e desenvolvimento de aplicações. Estas metas são um desafio tanto para o Governo quanto para a sociedade.

A disseminação da internet ou disponibilização de mais computadores para o acesso público não significa impreterivelmente grandes mudanças sociais. Para que mudanças sociais possam ocorrer, é preciso saber onde, por quem e para que são usadas as TIC (CASTELLS, 1999).

As ações do Governo Eletrônico têm o intuito de promover o fortalecimento da democracia no país, mas, na prática, as tecnologias de informação e comunicação ainda não chegam à maior parte da população. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística revelam que, em maio de 2018, o Brasil chegou à marca de 209 milhões de habitantes. Destes, 139 milhões acessam a internet, representando um total de 66% da população, ou seja, 34% da população brasileira é excluída digitalmente, segundo a pesquisa Global Digital Report 2018, realizada pela *Hootsuite e We are Social*, em parceria com outras organizações internacionais de pesquisa, como *GlobalWebIndex*, *GSMA Intelligence*, *Statista*, *Locowise* e *SimilarWeb*¹⁰.

Outro estudo realizado pelo Ipea - *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada* - mostrou que a cada 1% de aumento no acesso à internet há um crescimento de até 0,19% do PIB, mas o país ainda possui cerca de 4,5 milhões de excluídos digitais. Um estudo recente da Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações - mostrou que ainda existem

10 ² Disponível em: <http://tiinside.com.br/tiinside/home/internet/21/05/2018/mais-de-30-dos-brasileiros-ainda-nao-tem-acesso-a-internet/>. Acesso em: 07 ago. 2018.

2.231 distritos sem cobertura de telefonia móvel no país, o que equivale a 20% do total¹¹.

Esses dados mostram o quanto a exclusão é real e que avanços tecnológicos não significam, necessariamente, democratização universal dos serviços. É preciso criar políticas públicas que possibilitem o acesso tanto às tecnologias quanto aos seus recursos. Sem essas ações mais efetivas ou enérgicas, a inclusão digital continuará sendo uma utopia na Sociedade da Informação.

4 RESPONSABILIDADE SOCIAL COMO UMA POLÍTICA PÚBLICA

A sociedade atual tem passado por profundas transformações, que se intensificaram, principalmente, nas últimas décadas. Aspectos econômicos, políticos, tecnológicos, ambientais, culturais e sociais estão sofrendo mudanças, rearranjos e inovações que geram conflitos e incertezas. Como adaptar-se a um meio tão inconstante e inseguro? Nesse sentido, a temática responsabilidade social tem sido alvo de pesquisas acadêmicas e corporativas, além de ser bastante discutida em diversos campos do saber.

Para Garcia, Targino e Dantas (2012, p. 2), a RS “prevê e estimula maior interação entre organizações empresariais e sociedade, governos e sociedade, instituições e mercados, e assim sucessivamente”, e está relacionada à ética, à solidariedade, à responsabilidade pela comunidade, ao desenvolvimento sustentável e ao entendimento de que os outros são extensões de nós mesmos. Portanto, o estímulo à aproximação entre sociedade, estado e organizações é tão necessário e incentivado.

11 Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/336931/Brasil-ainda-tem-45-milh%C3%B5es-de-exclu%C3%ADdos-digitais.htm>. Acesso em: 07 ago. 2018.

A responsabilidade social, segundo Schwartzman (2005, p. 47), é “uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torna parceira e corresponsável pelo desenvolvimento social”. O conceito inicialmente estava fortemente atrelado às áreas de administração, gestão e *marketing*, e mais recentemente tem se expandido para outros campos, tornando-se um dos alicerces para o terceiro setor. Este é um movimento social que surge após a crise fiscal do estado e o enfraquecimento do estado de bem-estar social, e sugere a corresponsabilidade entre o estado e a sociedade civil para solucionar os principais problemas sociais (CALDERÓN; MARIM, 2003). Embora as discussões em torno do terceiro setor tenham maior visibilidade após o fim da guerra fria, não é de hoje que as organizações sociais que fazem parte do terceiro setor existem. Movimentos associativos já existiam na Europa desde os séculos XVI e XVII, a princípio, de natureza religiosa ou política.

Calderón (2005) explica que a queda do muro de Berlim teve um papel fundamental para o reavivamento das discussões em torno do terceiro setor, visto que esse acontecimento representou a destruição do sonho de se viver em uma sociedade livre dos infortúnios relacionados ao capitalismo. O homem moderno estava sentenciado a viver em um mundo repleto de desigualdades, pobreza, conflitos e exclusão.

A ascensão do terceiro setor deve-se ao surgimento da filantropia empresarial ou da responsabilidade social como novo código ético que deveria nortear as ações dos empresários; o nascimento de empresas ou organizações a elas vinculadas enquanto agentes financiadores de projetos sociais; o advento da filantropia ou da RS como uma nova tendência de mercado, capaz de definir as estratégias de marketing empresarial; amplo apoio e divulgação da mídia em geral, incentivando e promovendo ações humanitárias (CALDERÓN, 2005).

As ações de cunho social mudaram significativamente ao longo do tempo. Inicialmente dotadas de caráter assistencialista, posteriormente passaram a fazer parte das estratégias organizacionais e ganharam a dimensão alcançada atualmente (VOIGT; RAPOSO, 2004).

Hoje a responsabilidade social requer um novo modelo gerencial que possui rebuscado sistema de avaliação, em que as empresas socialmente responsáveis tornam público o comportamento da empresa em relação às suas responsabilidades públicas, através do balanço social (ORCHIS, 2002 *apud* CALDERÓN, 2005). Uma organização socialmente responsável detém a capacidade de observar os interesses dos diversos segmentos que a compõe - acionistas, funcionários, fornecedores, consumidores, comunidade e governo -, integrando-os no planejamento de suas atividades.

Ela se relaciona aos princípios éticos e se expressa através dos valores e condutas praticadas pela instituição. Embora, às vezes, a RS seja confundida com filantropia, tratam-se de coisas diferentes, pois a filantropia está relacionada às ações assistencialistas realizadas pela empresa, tendo a comunidade como principal beneficiária, enquanto a responsabilidade social visa promover o desenvolvimento social. Desse modo, podemos perceber que a filantropia pode constituir um elemento adicional à responsabilidade social, mas não a substitui (SCHWARTZMAN, 2005).

A tentativa de superar as desigualdades sociais traz como consequência o desenvolvimento de novas relações institucionais entre as organizações civis e o estado, que tem reformulado suas políticas e acrescentando os princípios de responsabilidade e compromisso social em suas ações. Em um país como o Brasil, com uma das mais altas cargas tributárias e índices de concentração de renda do mundo, o estado precisa assumir seu papel social. Tanto a pobreza quanto a

exclusão social são consequências dos impactos de políticas públicas, prioridades e ações dos governos (FURLANI, 2005).

Nesse sentido, o governo eletrônico, ao buscar disponibilizar serviços e prestação de informações aos cidadãos em qualquer lugar, tempo ou espaço, através de um *click*, além de criar novos canais de comunicação e espaço de cooperação entre governos e sociedade, possibilita um estado mais transparente, ético e garantidor do direito constitucional de acesso às informações públicas, proporcionando o exercício da cidadania.

5 SOFTWARE VLIBRAS: INCLUINDO DIGITALMENTE A COMUNIDADE SURDA

Em 2015, dados divulgados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) indicam que existem 28 milhões de pessoas com algum nível de surdez no Brasil. Estatisticamente, este número representa um total de 14% da população brasileira e, futuramente, o prognóstico é que os índices tendem a aumentar, considerando a popularização do uso de fones de ouvido e exposição rotineira a sons e ruídos altos¹².

O direito à igualdade e à acessibilidade vai além de ações pontuais de RS, trata-se de uma prerrogativa garantida em lei. De acordo com o artigo primeiro da Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146, de 6 de julho de 2015, a LBI tem como objetivo “assegurar e [...] promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015).

12 ⁴Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/quase-30-milhoes-de-brasileiros-sofrem-de-surdez/>. Acesso em 25 jun. 2019.

A referida lei institui como dever do Estado, da sociedade e da família assegurar o cumprimento efetivo dos direitos que possam refletir na qualidade de vida da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso à educação, profissionalização, ao trabalho, à previdência social, acessibilidade, informação, comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, de modo a preservar sua dignidade e seu bem-estar pessoal, social e econômico. A LBI define acessibilidade, em seu artigo 53, como um direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social (BRASIL, 2015).

A sociedade da informação e os governos eletrônicos permitiram que as TIC facilitassem o acesso às informações e serviços prestados pelo governo, trazendo consigo a necessidade de oferecer acessibilidade em meio digital também para pessoas com deficiência, tornando possível o acesso dessas pessoas a tais informações e permitindo-lhes uma participação mais ativa nos processos democráticos.

Por sua vez, a acessibilidade é um processo dinâmico, que não se restringe apenas aos espaços físicos e estende-se aos espaços virtuais ao disponibilizar ferramentas que facilitem o rompimento de barreiras estruturais ou tecnológicas que possam prejudicar o alcance de conteúdos por todos os cidadãos (OLIVEIRA; CRUZ; MAGALHÃES, 2017). Para Oliveira, Cruz e Magalhães (2017, p. 2), “a acessibilidade amplia a utilização da internet, propiciando que todo cidadão tenha acesso à informação garantindo cidadania, bem como a inclusão social”. Para os referidos autores, é importante lembrar que a acessibilidade digital não será efetivada apenas se houver o ingresso à rede, mas a garantia de condições estruturais, de conteúdo, de programas e softwares que possam facilitar esse acesso.

Nesse sentido, algumas medidas podem facilitar a ampliação do acesso aos recursos informacionais em meio digital, tais como a disponibilização de recursos para melhoria da estrutura e equipamentos utilizados, investimentos em formato, *softwares*, linguagem e tecnologias acessíveis, assim como a padronização de sítios eletrônicos públicos, que tornaria possível a organização dos conteúdos disponíveis de forma igualitária, facilitando a localização destes nos diferentes portais mantidos pelo governo (OLIVEIRA; CRUZ; MAGALHÃES, 2017).

A fim de amenizar as desigualdades e garantir a acessibilidade de pessoas com deficiência auditiva a conteúdos digitais, o *software* VLibras foi criado através de uma parceria entre o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), por intermédio da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O VLibras é um conjunto de ferramentas que possibilita a tradução automática de conteúdos digitais para libras. Seu principal objetivo é reduzir as barreiras de comunicação e promover o acesso de pessoas surdas a recursos disponíveis em rede, por meio de interfaces que respeitem as necessidades e preferências dos usuários, independentemente de suas limitações.

Sabendo das dificuldades que a comunidade surda enfrenta para vencer as barreiras de comunicação, o VLibras possui diversas funcionalidades, tais como a Plataforma WikiLibras, que permite à comunidade interessada criar e validar sinais em libras para ambientes digitais; o VLibrasVídeo, que permite ao usuário traduzir vídeos para a linguagem de sinais; o VLibras-Desktop, voltado para o uso em computadores; VLibrasPlugin, para facilitar o uso de navegadores na internet; e o VLibras-Móvel, aplicativo específico para smartphones.

No VLibras, os sinais (movimentos) realizados por intérpretes humanos são captados em vídeo e digitalizados com o intuito de criar um dicionário de sinais que serão interpretados por uma figura virtual semelhante a um ser humano, facilitando a interatividade e familiarização com o recurso. Por ser desenvolvido em código aberto, o também VLibras permite ao usuário instalar gratuitamente a ferramenta em seu computador pessoal ou smartphone e, assim, obter informações traduzidas a partir de qualquer site à sua escolha, ou seja, o próprio usuário decide o que deseja traduzir, tendo sua liberdade e autonomia respeitadas.

Por seu alcance gratuito e variedade de recursos disponíveis, a suíte VLibras alcançou a marca de 100 milhões de downloads em suas versões desktop e mobile, tendo recebido um prêmio nacional em 2016 pelo trabalho em prol da melhoria da qualidade de vida de pessoas surdas e, em 2018, recebeu no México o prêmio *LATAM Smart City Awards 2018* na categoria *Sociedad Equitativa y Colaborativa*. Além disso, o projeto possibilitou a criação de um dicionário colaborativo de sinais que já conta com 13.500 sinais LIBRAS e permanece em crescimento contínuo, graças à participação e colaboração ativa dos usuários e intérpretes.

Atualmente, os pesquisadores responsáveis pelo projeto estudam a possibilidade de disponibilizar uma ferramenta multilíngue de tradução de várias línguas de sinais, o *OpenSigns*, que visa ampliar ainda mais a inclusão digital e a acessibilidade de pessoas surdas¹³.

A acessibilidade digital está intimamente interligada ao acesso à informação, que, por sua vez, auxilia no processo de inclusão social dos usuários da rede, ampliando a cidadania e a participação democrática (OLIVEIRA; CRUZ E MAGALHÃES, 2017).

13 ⁵ Disponível em: <http://ci.ufpb.br/acessibilidade-made-in-lavid-ufpb-e-exemplo-para-o-mundo/>. Acesso em: 25 jun. 2019.

O acesso pleno às redes digitais de informação e de comunicação e às ferramentas da internet abre um leque de possibilidades para o lazer, a formação, o trabalho e a vida social. Portanto, é preciso criar uma web acessível e interativa, que permita a participação e inclusão de pessoas com deficiência na sociedade, para que sejam proporcionadas oportunidades iguais para todos (SANTAROSA, 2010).

A questão da acessibilidade para surdos ainda é um desafio, pois essa parcela considerável da população ainda encontra dificuldades para conseguir realizar atividades corriqueiras. É preciso ampliar as discussões sobre as questões sociais envolvidas na acessibilidade e criar políticas públicas que diminuam os índices de exclusão e permitam a inclusão digital de forma universal, pois é direito de todo cidadão integrar-se em todos os espaços socioculturais. Nesse sentido, torna-se fundamental remover as barreiras tecnológicas que impedem o pleno acesso aos recursos digitais e criar ferramentas que permitam a inclusão das pessoas nos ambientes físicos ou digitais, contribuindo assim para o desenvolvimento de uma sociedade efetivamente inclusiva (CONFORTO; SANTAROSA, 2002).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões aqui apresentadas, podemos perceber que a sociedade da informação, a globalização e as novas tecnologias da informação geraram novas responsabilidades para os estados, organizações e sociedade civil. As informações são recursos importantes para geração de conhecimento. Dessa forma, o acesso pleno às informações torna-se prerrogativa fundamental para o exercício pleno da cidadania. Nesse aspecto, concordamos com Aquino (2008) quando a autora afirma que a informação e o conhecimento ganharam status de geradores de

poder e riqueza na sociedade, uma vez que ambos contribuem para a transformação dos sujeitos em cidadãos mais atuantes e cientes de seus direitos e deveres.

As recomendações de uso das TIC para maior aproximação entre o cidadão e o governo ampliam a ideia de governo eletrônico, mas isso não deve ser visto apenas como uma modernização do aparato tecnológico da administração, mas um caminho a se considerar para alcançar os anseios da população às informações públicas. O estado deve reconhecer a informação enquanto um recurso essencial para a promoção do desenvolvimento estratégico nas áreas social, econômica, política, cultural e científica.

Além disso, o estado tem a responsabilidade e o dever de criar e implementar políticas públicas digitais que permitam ampliar o acesso às informações e aos recursos em meios digitais, reduzindo os índices de desigualdade social e digital. Embora a sociedade da informação se caracterize, sobretudo, pelo uso de aparatos tecnológicos nos mais diversos meios, não podemos omitir um lado perverso que veio à tona na sociedade, relacionado à exclusão, que não se limita apenas à esfera social, mas inclui a exclusão digital, também chamado de “*apartheid* digital” na sociologia.

A fim de superar as desigualdades, é preciso promover a cooperação entre a administração pública, as empresas e a sociedade civil, para que seja possível não apenas garantir a aquisição de aparatos tecnológicos, mas, sobretudo, ampliar o acesso e as oportunidades aos cidadãos. Também é preciso primar pela redução da exclusão digital e aumentar a inclusão através da acessibilidade, para que os usuários passem de excluídos e marginalizados a cidadãos ativos e digitalmente incluídos.

O ente estatal deve, junto à sociedade e às organizações civis ou empresariais, garantir ao cidadão o direito de acesso livre a informações,

fornecendo os meios necessários para auxiliar o processo de alfabetização informacional, visando o aprimoramento de habilidades e competências que possibilitem a autonomia daquele que busca informação, impactando na sua qualidade de vida. O acesso à informação e ao direito de livre acesso à informação são premissas fundamentais para o exercício pleno da cidadania, da democracia, do respeito aos princípios dos direitos humanos e inclusão social. Garantir acessibilidade a recursos e conteúdos disponíveis via web facilita a percepção de vozes antes silenciadas e auxilia na construção de uma sociedade inclusiva, que permite participação mais efetiva dos sujeitos em suas diversidades e enriquece suas experiências em sociedade.

Com relação às novas responsabilidades geradas a partir dessa nova configuração, podemos incluir o dever do estado em desenvolver mecanismos de aproximação a seus cidadãos, por meio da criação de políticas públicas de acesso às novas tecnologias e alfabetização digital, além da criação de sites pautados na acessibilidade que possibilitem a ampliação de serviços oferecidos on-line e a expansão dos espaços de participação popular nos processos decisórios, incluindo as pessoas com deficiência.

Mais do que garantir o acesso aos recursos, a acessibilidade permite a participação ativa dos cidadãos em processos democráticos, como o orçamento participativo, pesquisas de opinião, prestação de contas (receitas e despesas) públicas, pedidos de informação online e portais de transparência obrigatórios nos órgãos municipais, estaduais e federais. Tais aspectos são exemplos dessa aproximação entre estado e sociedade e estimulam a participação popular na criação e acompanhamento das políticas públicas. Todas essas ações, embora não estejam claramente definidas como tal, se aproximam daquilo que se entende por RS, se

houver compromisso social constante em mantê-las, através de políticas públicas que garantam uma efetiva inclusão sociodigital.

O desenvolvimento de projetos que visem a inclusão digital e a acessibilidade de pessoas com deficiência aos recursos tecnológicos, como o software VLibras, são de grande importância para garantir a equidade de acesso dos cidadãos aos serviços oferecidos pelo governo, aproximando os usuários daquela comunidade e permitindo-lhes o exercício pleno de sua cidadania. Assim, o VLibras contribui para reduzir a exclusão digital e desenvolver a autonomia de indivíduos histórica e socialmente marginalizados.

As relações entre a sociedade da informação, o governo eletrônico e a responsabilidade social necessitam ser mais discutidas, visto que a produção científica em torno das aproximações entre estes conceitos ainda é escassa. A acessibilidade precisa ser sempre buscada, de modo que seja possível diminuir as barreiras e os obstáculos relativos às questões de acesso às informações e às TIC pelas pessoas com deficiência. Embora a igualdade e a inclusão sejam aspectos contidos dentro da ideia de RS, é preciso que nós, membros da sociedade civil, cobremos do estado o desenvolvimento de ações que visem a inclusão social e digital, imprescindíveis aos desenvolvimentos econômico e social na sociedade da informação.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, M. de A. O novo status da informação e do conhecimento na cultura digital. **Informação & Sociedade**, v. 18, n. 1, p. 79-100, jan./abr. 2008.
- BRASIL. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**. 2015; 7 jul.

BURCH, S. Sociedade da informação/ sociedade do conhecimento. In: AMBROSI, Alain et al (Orgs.). **Desafios de palavras: enfoques multiculturais sobre as sociedades da informação**. Paris: C & F Éditions, 2005.

CALDERÓN, A. I.; MARIM, V. Participação popular. A escola como alvo do terceiro setor. In: **Desafios da educação municipal**. Donaldo Belo de Souza e Lia Ciomar Macedo de Faria (orgs.). Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CALDERÓN, A. I. Responsabilidade social: desafios à gestão universitária. **Estudos** (Brasília), Brasília, v. 34, p. 19-27, 2005

CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1999. v. 1

CONFORTO, D.; SANTAROSA, L. M. C. Acessibilidade à Web: Internet para todos. **Revista de Informática na Educação: Teoria, Prática – PGIE/UFRGS**. v.5 n. 2 p.87-102. nov. 2002.

GARCIA, J. C. R.; TARGINO, M. G; DANTAS, E. R. F. Conceito de responsabilidade social da Ciência da Informação. **Informação & Informação**, v. 17, p. 1-25, 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/12309/11372>. Acesso em: 07 ago. 2018.

GARCIA, R. M. Governo eletrônico, informação e competência em informação. **Inf. & Soc.:** Est., v. 16, n.2, João Pessoa, jul./dez. 2006 p.79-87

HAYASHI, M. C. P. I.; CABRERO, R. de C. ; HAYASHI, C. R. M. . Era do conhecimento e acesso de indivíduos especiais à informação digital. In: **I Seminário Nacional sobre Educação e Inclusão Social de Pessoas com Necessidades Especiais**, 2004, Natal. Anais do I Seminário Nacional sobre Educação e Inclusão Social de Pessoas com Necessidades Especiais, 2004.

JARDIM, J. M. Capacidade governativa, informação e governo eletrônico. **DataGramZero**, v. 1, n. 5, p. A01-0, 2000. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/1220>. Acesso em: 07 Ago. 2018.

KRAEMER, K.; KING, J. *Information technology and administrative reform:*

*Will e-government be different? **International Journal of Eletronic Government Research***, v. 2, n. 1, p. 1-20, jan-mar, 2006.

LIVRO Verde para a sociedade da informação em Portugal. Lisboa: Missão para a sociedade da informação, 1997. 95p.

MANIATOPOULOS, G. *E-government movements of organizational change: A social shaping approach*. In: *4th International Critical Management Studies Conference Critique and Inclusivity: Opening the Agenda*, Cambridge, UK, 2005.

OLIVEIRA, R. S. de; CRUZ, R. L. da S.; MAGALHÃES, R. J. Uma análise sobre o aplicativo VLibras: (im)possibilidade de ser instrumento para efetivação da inclusão social via acessibilidade digital. In: Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede, 4., 2017, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria, 2017. p. 1-15.

POSSAMAI, Ana Julia. **Democratização do estado na era digital: e-participação no ciclo de políticas públicas**. Dissertação de mestrado: UFRGS, 2011. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/37815>. Acesso em: 11 ago. 2018.

REZENDE, D. A.; ABREU, A. F. **Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informações empresariais**. São Paulo: Atlas, 2000.

SANTAROSA, L. M. (Org.). **Tecnologias digitais acessíveis**. Porto Alegre: JSM Comunicação Ltda, 2010.

SANTOS, P. L. V. A. da C.; CARVALHO, A. M. G. de. Sociedade da Informação: avanços e retrocessos no acesso e no uso da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 19, n. 1, p. 45-55, jan./abr. 2009.

SCHWARTZMAN, J. Responsabilidade Social no ensino superior. **Estudos**, Brasília, Ano 23, n.34, p.47- 54, abr. 2005.

VOIGT, L.; RAPOSO, R. **Investimento deve beneficiar comunidade em primeiro lugar**. Disponível em: <http://www.gife.org.br>. Acesso em 09 ago. 2018.

WERTHEIN, J. A sociedade da informação e seus desafios. **Ciência da informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, 2000.

PARTE II

Informação
e Gênero



RELAÇÕES DE GÊNERO, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL

> *Aurekelly Rodrigues da Silva*
> *Gisele Rocha Côrtes*

1 INTRODUÇÃO

As mulheres vêm, ao longo da história, conquistando direitos e espaços a partir de um processo gradativo de busca por visibilidade, reconhecimento, inclusão social e cidadania.

A ciência se configura como um dos espaços que sempre foi visto como uma atividade realizada por homens. Com o passar dos anos, as mudanças na sociedade e as lutas das mulheres por visibilidade têm proporcionado conquistas no que diz respeito ao acesso e à visibilidade das mulheres nas atividades científicas. No entanto, os estudos sobre mulheres no campo científico só foram desencadeados após a publicação da obra “Women in Science”, de Mozans, em 1913, que impulsionou o crescimento da literatura sobre gênero na ciência. A partir disso, vários pesquisadores(as), em especial mulheres, começaram a se debruçar sobre essa temática (LETTA, 2003).

Reflexões sobre estudos de gênero sempre perpassaram as fronteiras das Ciências Sociais, tendo sido abordadas pela Sociologia, Psicologia,

Educação, entre outras. A Ciência da Informação, na qualidade de Ciência Social e devido ao seu caráter interdisciplinar, não poderia ficar isenta e deixar de contribuir para essa temática.

Autoras como Letta (2003), Espírito Santo (2008) e Bufrem e Nascimento (2012) têm buscado através de estudos sobre mulheres apresentar problemas relacionados à inclusão das mesmas no campo científico e profissional, a partir das diferenças estabelecidas entre homens e mulheres. Elas mostram, em seus resultados, dados reduzidos, porém que evidenciam que “[...] as mulheres têm participado cada vez mais das atividades de C&T no Brasil [...]” (LETTA, 2003, p. 280).

Nessa perspectiva, nas últimas décadas, a CI vem abordando as temáticas que envolvem questões de gênero, mulheres e feminismo na tentativa de entender e desmistificar uma cultura machista que muitas vezes invisibiliza a história das mulheres e sua importância na sociedade. Para Espíndola (2015), a ação das mulheres na sociedade está tomando uma nova configuração, todavia, a igualdade de gênero ainda não é algo concreto e ainda está em processo de construção.

A sociedade contemporânea vem moldando uma nova configuração das mulheres e tem procurado incluir a perspectiva de gênero na produção científica. Assim, as questões de gênero passam a ser mais um campo de pesquisa a ser explorado e discutido não só na Ciência da Informação (CI), mas em outras áreas, uma vez que “[...] o estudo das mulheres acrescentaria não só novos temas como também iria impor uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente.” (SCOTT, 1995, p. 3).

A Ciência da Informação, por meio da realização de estudos voltados para produção científica, tem buscado analisar, por exemplo, tendências temáticas, relações entre autores(as), produções individuais,

linhas editoriais e de pesquisa, produções institucionais, entre outros aspectos. Esses diferentes ângulos e direcionamentos vêm somar novas perspectivas a seu escopo de estudos e alargar a compreensão dos fenômenos informacionais.

Recentemente, alguns estudos publicados no Brasil, como os de Patrícia Espírito Santo (2008), Olinto (2011), Bufrem e Nascimento (2012) e Siciliano, Souza e Meth (2017), têm discutido e analisando sob quais perspectivas o domínio de gênero está sendo abordado na CI. Os(as) autores(as) têm evidenciado o avanço da temática e proporcionado reflexões sobre seu objeto de estudo, que está ganhando um *corpus* consistente na área. A partir dessas pesquisas, percebe-se a extrema relevância e a necessidade constante de aumento de estudos no campo científico no que tange à questão de gênero na CI, para tentar subverter a invisibilidade das mulheres na ciência.

Partindo deste pressuposto, a presente pesquisa é ancorada na seguinte indagação: **Como os estudos de gênero na Ciência da Informação podem contribuir para inclusão social das mulheres?** Para tentar solucionar tal questão, objetiva-se apresentar os estudos de gênero na Ciência da Informação e sua contribuição para inclusão social das mulheres por meio das produções do GT 3 - Mediação, Circulação e Apropriação da Informação, do Encontro Nacional de Ciência da Informação (ENANCIB).

A justificativa de tal pesquisa parte de discussões em sala de aula durante a disciplina de Inclusão Social, onde foi possível constatar que, apesar da nítida evolução da sociedade, ainda se faz necessário percorrer caminhos reflexivos sobre as relações de gênero, a CI e as formas de inclusão social. Enquanto objeto da CI, a informação se torna elemento de mudança capaz de modificar mentalidades por meio de

seu acesso, e “[...] consiste em fator essencial de empoderamento, identidade e cidadania na sociedade contemporânea para todos os grupos de indivíduos, com ênfase para as classes ditas marginalizadas, por estarem, permanentemente, à mercê do preconceito e da discriminação.” (SANTOS; TARGINO; FREIRE, 2017, p. 114).

Para Capurro (2003), a CI, por ser uma ciência social, tem buscado analisar as relações entre os discursos, áreas do conhecimento e documentos relacionados a comunidades de usuários(as), assim como suas interações e interpretações. Por meio dos estudos de gênero, é possível usar o ferramental da CI para extrair dados sobre a participação das mulheres, que têm sido um elemento de transformação da realidade e podem se tornar “[...] significativos nas ações de mediação e apropriação da informação em um sistema de circulação de saberes institucionalizados [...]” (CRIPPA, 2011, p. 770).

Verificar a presença, o enfoque e a inserção temática dos estudos de gênero no contexto da Ciência da Informação pode possibilitar novas pesquisas e reflexões acerca de como a produção científica vem abordando a temática e como esta pode contribuir para inclusão social das mulheres na sociedade.

2 GÊNERO

O conceito de gênero surge como fruto do movimento feminista contemporâneo “[...] implicado linguística e politicamente em suas lutas e, para melhor compreender o momento e o significado de sua incorporação [...]” (LOURO, 1997, p. 14). Portanto, é de extrema relevância conhecer a historicidade desse movimento. Na perspectiva de Fleury-Teixeira e Meneghel (2015, p. 150), “o feminismo pode ser considerado um movimento social, um campo de produção de conhecimento

fortemente teorizado e disputado e mesmo uma visão emancipatória de mundo”. Foi a partir desse movimento que as mulheres se inseriram no “[...] centro do debate político e científico da modernidade, trazendo à visibilidade sua constituição como sujeitos e objetos de análise [...]” (FLEURY-TEIXEIRA; MENEGHEL, 2015, p. 150).

Organizado nas primeiras décadas do século XIX, o movimento feminista é um movimento social constituído de várias fases ou gerações, conhecidas como “ondas do feminismo”. Essas ondas são recortes sobre as reivindicações das mulheres, que ocorreram em épocas distintas, historicamente construídas conforme as necessidades políticas, o contexto material e social e as possibilidades pré-discursivas de cada tempo (SCOTT, 1986).

A primeira onda, também chamada de sufragismo, representa o surgimento do movimento feminista nas últimas décadas do século XIX, como movimento liberal de luta de mulheres brancas, de classe média, pela igualdade de direitos civis, políticos e educativos, direitos que eram reservados apenas aos homens (NARVAZ; KOLLER, 2006; LOURO, 1997). Nessa onda, o direito ao voto foi um dos grandes marcos, conquistado em 1918 no Reino Unido e em 1932 no Brasil (PINTO, 2010).

A década de 1960 é conhecida como a segunda onda do feminismo, movimento libertário que, além de reivindicar o espaço das mulheres na sociedade, buscou a liberdade e autonomia sobre a vida e o corpo das mulheres. Nessa onda, além das preocupações sociais e políticas, começam a ser construídos debates entre militantes e estudiosas, que passam a produzir e problematizar o conceito de gênero. Ressurge, então, o movimento feminista contemporâneo, expressando-se não só com protestos públicos, mas também por meio de produção intelectual, como

publicações de livros, revistas, jornais, etc. Nesse contexto, militantes feministas levam para o interior das universidades questões relacionadas à situação social de desigualdade vivenciada pelas mulheres, surgindo o que no período ficou conhecido como estudos sobre mulheres (LOURO, 1997; PINTO 2010).

A terceira onda aconteceu entre as décadas de 1980 e 1990, com foco concentrado na análise das diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade, onde os estudos sobre as mulheres e sobre os sexos são substituídos para o estudo das relações de gênero (NARVAZ; KOLLER, 2006). As mulheres deixam de ser vistas todas como uma categoria homogênea, “[...] pois sofrem as consequências da diferença de outros elementos, tais como raça, classe, localidade ou religião.” (SIQUEIRA, 2015, p. 336). No Brasil, essa terceira onda do feminismo é vivenciada por meio da organização de grupos de várias regiões do país que tratavam de diversos temas, como: “[...] violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, ‘opções’ [sic] sexuais.” (PINTO, 2010, p. 17).

Esse breve apanhado do feminismo traçado pelas ondas dos movimentos feministas retrata um pouco da luta das mulheres e a associação da práxis com a teoria, a exemplo do surgimento do conceito de gênero. Joan Scott (1995, p. 86) conceitua gênero como “[...] elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e [...] uma forma primária de dar significado às relações de poder”. Ainda ressalta que o termo “gênero”, além de ser utilizado para substituir o termo mulheres, sugere que qualquer informação sobre mulheres também pode ser referenciada aos homens, pois o estudo de um implica no estudo do outro.

Essa substituição dos termos partiu da necessidade de inclusão do tema nas ciências sociais, em que gênero se torna uma categoria social também utilizada para designar as relações sociais entre os sexos. Ela surge também da necessidade de desvincular o sexo biológico de nascimento do indivíduo da sua socialização, pois, quando se utiliza o termo gênero, as explicações biológicas não se aplicam (SANTOS, 2010).

O conceito de gênero surge então a partir da definição de um problema social que envolve questões identificadas e reivindicadas pelo movimento feminista ocidental, relacionadas às desigualdades entre homens e mulheres, à dominação de gênero e à opressão das mulheres. No entanto, as relações de gênero “[...] são tão antigas quanto à existência humana, tendo raízes ainda mais profundas do que a formulação do movimento feminista.” (SANTOS, 2010, p. 4).

De acordo com Meyer (2003), o gênero corresponde aos processos individuais, sociais, institucionais, pelos quais os sujeitos vão se constituindo como masculinos e/ou femininos. Essa constituição se dá em meio à cultura e às relações de poder, em processos que não são fixos ou lineares, mas que decorrem de um processo histórico e social.

No Brasil, a origem dos estudos de gênero se deu de forma diferenciada. As pesquisadoras feministas foram se integrando, de forma tímida, à dinâmica científica, estabelecida em busca do reconhecimento científico de suas preocupações intelectuais, procurando expor e questionar a subalternidade feminina em vários aspectos sociais (SANTOS, 2010). Trazendo para o cenário brasileiro atual, os estudos sobre gênero, apesar de estarem em processo de crescimento, ainda são insuficientes. A necessidade de abordar questões relacionadas a essa temática no país é urgente, pois a violência contra mulheres ainda é crescente, seja ela física ou simbólica. A partir dessa realidade, estudos que envolvem relações de

gênero e inclusão social das mulheres, não só no meio científico, político, mas em várias outras instâncias, se fazem absolutamente necessários para que a ciência do país contribua com a extinção dessa situação de desigualdade nos diversos campos da vida social.

Ao garimpar a literatura nacional encontram-se pesquisas que comprovam os desafios para que as mulheres tenham inclusão social efetiva na realidade brasileira. Pesquisas evidenciam desigualdades na ciência, no mercado de trabalho, na participação política (HAYASHI *et al*, 2007; OLINTO, 2011; BRUSCHINI, 1998; GROSSI e MIGUEL, 2001; SOUZA, 2013). Neste cenário, as desigualdades de gênero se agravam ao articular os marcadores sociais de raça, classe e de gênero como eixos que estruturam a base da desigualdade social. De acordo com Abramo (2004), as desigualdades de gênero e raça são problemas que se referem à grande maioria da população brasileira.

Por meio do estudo *Retrato das desigualdades de Gênero e Raça*, produzido desde 2004 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em parceria com a Organização das Nações Unidas, a partir dos indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, são disponibilizadas informações estatísticas que retratam a atual situação de brasileiros/as sob a perspectiva das desigualdades de gênero e raça. Com base nas séries históricas de 1995 a 2015, dados evidenciam que as mulheres, em especial as mulheres negras, estão em situação de exclusão social. O estudo mostra que as mulheres trabalham semanalmente, em média, 7,5 horas a mais que os homens. Sobre educação, em 2015, o diferencial de cor/raça é evidente, em que 4,9% é a proporção de mulheres brancas sem alfabetização, enquanto o número sobe para 10,2% das mulheres negras. No que tange ao mercado de trabalho, o topo é ocupado pelos homens brancos e a base pelas mulheres negras. O emprego

doméstico continua sendo a principal ocupação das mulheres negras. Quanto à renda, a ordem descrita no indicador mercado de trabalho se mantém – homens brancos, mulheres brancas, homens negros, mulheres negras (IPEA, 2017). Outro dado alarmante e extremamente preocupante em nosso país é sobre o índice de homicídio contra mulheres negras que, segundo a ONU Mulheres, aumentou 54% em 10 anos, apontado no Mapa da Violência em 2015 (WAISELFISZ, 2015).

Apesar de mudanças e transformações políticas, econômicas e sociais, essas desigualdades ainda são uma realidade viva não só no Brasil, mas nos demais países do mundo. Infelizmente, esse é um fato ainda veraz que está diretamente associado à imbricação do racismo e do sexismo que potencializam as desigualdades.

No Brasil, a existência dos movimentos feministas e do movimento negro tem sido fundamental para alterar tal contexto. A inserção dos estudos de gênero e raça em interface com o fenômeno informacional é fundamental para mudança de mentalidades e inclusão social.

3 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, ESTUDOS DE GÊNERO E INCLUSÃO SOCIAL

A Ciência da Informação tem papel preponderante na sociedade da informação e do conhecimento. Em meio a inúmeras mudanças sociais, políticas e culturais nas últimas décadas, a informação é considerada, mais do que nunca, como um insumo fundamental para a conquista de uma sociedade inclusiva. A CI deve, assim, atender as necessidades sociais de informação, servindo como alicerce para o desenvolvimento de políticas de inclusão social (ALMEIDA; GONÇALVES, 2013).

Na sociedade da informação, as mulheres, que historicamente tinham restrições de acesso à informação, atualmente têm se tornado personagens

que subvertem os paradigmas de gênero impostos e vivenciados durante muitas décadas. No século XXI aumenta a acessibilidade à informação por parte desse público (CARVALHO, 2014). A informação se tornou um recurso estratégico capaz de mudar mentalidades. O acesso à informação e sua disseminação tem mostrado inúmeras possibilidades de promover e inserir as mulheres no contexto social. Ainda em processo de transformação, essa sociedade vem tornando a informação uma ferramenta de empoderamento e inclusão social.

Inclusão social é uma temática interdisciplinar, abordada em diversas áreas do conhecimento. A inclusão social está relacionada com a busca pela estabilidade, em que os(as) cidadãos(ãs) têm os mesmos direitos na sociedade. Ela pode ser entendida como um processo pelo qual a sociedade busca interferir para que um grupo de indivíduos que se encontra em posição de vulnerabilidade e exclusão tenha a possibilidade de participar ativamente das esferas econômica, política e cultural, assumindo seu papel de cidadão(ã).

A CI, em sua condição de Ciência Social Aplicada, pode utilizar a informação como elemento de mudança e conscientização no combate a preconceitos e desigualdades, de forma que sejam criados espaços de pluralidade na produção de novos conhecimentos e na promoção da cidadania. Como afirma Freire (2010), as possibilidades de criação de instrumentos para efetiva comunicação da informação e do conhecimento vêm aumentando, de modo a apoiar atividades que fazem parte do próprio núcleo de transformação da sociedade.

Dessa forma, faz-se necessário pensar na responsabilidade social, através de ações que possam contribuir para um mundo mais igualitário e inclusivo, onde as mulheres possam ter os mesmos direitos e espaços, uma vez que “[...] a responsabilidade social diz respeito ao desenvolvimento

de ações que contribuem para melhor qualidade de vida dos cidadãos, pensadas a partir de fundamentos éticos de responsabilidade para com o próximo e com a sociedade.” (SANTOS; TARGINO; FREIRE, 2017, p. 121). É partindo desse pressuposto que a CI vem em busca de contribuir para o desenvolvimento social, histórico e cultural da sociedade, através da informação como elemento de inclusão social.

A ausência de mulheres na ciência está relacionada à hegemonia de uma ideologia que continua sustentada pela objetividade, neutralidade e racionalidade (LOPES, 2005). Como forma de tentar inverter esse cenário, analisar as produções científicas no que tange à inserção de temáticas relacionadas a gênero, mulheres e feminismo pode ser um modo de verificar como os(as) autores(as) da área, majoritariamente constituída por mulheres, estão abordando a temática.

3.1 Produções Sobre Gênero No GT 3 ENANCIB

A Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), responsável pelo fomento à pesquisa em CI no Brasil, por meio de atividades de ensino nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação, promove anualmente o Encontro Nacional de Pesquisa da Ancib (ENANCIB), reunindo pesquisadores(as), professores(as), estudantes e todos(as) que têm interesse na área. No ENANCIB acontecem fóruns de debates e reflexões organizados em onze Grupos de Trabalho¹⁴ (GT) que tratam de temáticas especializadas na área.

14 *GT-1 - Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação, GT-2 - Organização e Representação do Conhecimento, GT-3 - Mediação, Circulação e Apropriação da Informação, GT-4 - Gestão da Informação e do Conhecimento, GT-5 - Política e Economia da Informação, GT-6 - Informação, Educação e Trabalho, GT-7 - Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação, GT-8 - Informação e Tecnologia, GT-9 - Museu, Patrimônio e Informação, GT-10 - Informação e Memória, GT-11 - Informação & Saúde.*

O GT3, criado em 2005, foi denominado Mediação, Circulação e Uso da Informação. No X ENANCIB, em 2009, uma nova abordagem orienta a substituição do termo “Uso da Informação” por “Apropriação da Informação”, passando a denominar-se como: Mediação, Circulação e Apropriação da Informação. Esse GT, segundo sua ementa, contempla estudos dos processos e das relações entre mediação, circulação e apropriação de informações, em diferentes contextos e tempos históricos, considerados em sua complexidade, dinamismo e abrangência. Pesquisas no âmbito deste Grupo de Trabalho, ainda seguindo sua ementa, também abordam questões relacionadas à construção e ao avanço do campo científico da Ciência da Informação, compreendido em dimensões inter e transdisciplinares, envolvendo múltiplos saberes e temáticas, bem como contribuições teórico-metodológicas diversificadas em sua constituição.

A temática de gênero vem sendo abordada em trabalhos dos GTs dos ENANCIBs e no GT3 especificamente. Buscou-se, nessa pesquisa, fazer um levantamento de alguns dados para saber como os(as) autores(as) vêm abordando o tema desde a criação do GT em 2005 até 2017, e como as questões de gênero estão sendo incluídas no contexto da CI.

4 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, pois envolveu leitura e seleção de material bibliográfico referente à temática gênero, mulher e feminismo para embasar e dar sustentabilidade à pesquisa. De acordo com Fonseca (2002, p. 32), este tipo de pesquisa “[...] é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites.” Também se configura como exploratória e descritiva. Quanto à

abordagem metodológica, trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa. Utilizou para coleta e tratamento de dados a análise bibliométrica e a análise de conteúdo, a fim de extrair resultados a partir da produção científica que compôs o objeto de estudo. Para Figueiredo (2007), a abordagem quali-quantitativa associa a análise estatística à investigação dos significados das relações humanas e permite a interação entre palavras e números.

Para execução de seu objetivo, a presente pesquisa percorreu três fases metodológicas. A primeira fase se refere ao levantamento dos artigos científicos apresentados no GT3 do ENANCIB durante os anos de 2005 a 2017, extraídos dos anais de cada edição do evento. A coleta desses trabalhos se deu entre os dias 7 e 11 de julho de 2018. Utilizaram-se os descritores 'Gênero', 'Mulher' e 'Feminismo', buscados nos títulos, resumos e palavras-chave dos trabalhos, tendo em vista que nesses campos os(as) autores(as) buscam representar suas pesquisas para fins de leitura, recuperação e acesso.

O universo da pesquisa constituiu-se de 12 trabalhos encontrados e distribuídos da seguinte forma: 1 trabalho no VIII ENANCIB, em 2007 (Salvador); 2 trabalhos no XI ENANCIB (Rio de Janeiro), em 2010; 2 trabalhos no XII ENANCIB, em 2011 (Brasília); 2 trabalhos no XIII ENANCIB, em 2012 (Rio de Janeiro); 1 trabalho no XVI ENANCIB, em 2015 (João Pessoa); 1 trabalho no XVII ENANCIB, em 2016 (Salvador); e 3 trabalhos no XVIII ENANCIB, em 2017 (Marília). Para chegar a esse resultado, foram verificados todos os trabalhos apresentados nas edições do ENANCIB referentes ao recorte temporal desta pesquisa. Cabe ressaltar que os ENANCIBs referentes a 2005, 2006, 2008, 2009, 2013 e 2014 não apresentaram textos relacionados à temática abordada com os descritores utilizados nessa pesquisa.

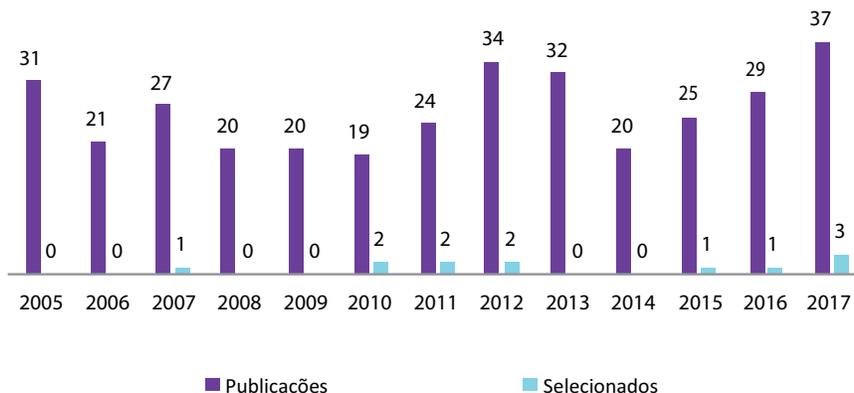
Na segunda fase metodológica foram aplicados os procedimentos bibliométricos, em que foram analisadas as seguintes variáveis: Autores(as); Grau de escolaridade; Sexo; Instituições de Ensino; Autores(as) e instituições que mais produziram sobre o tema; tipo de autoria (individual ou coautoria). Os dados referentes à formação dos(as) autores(as), assim como as instituições às quais pertencem, foram extraídos do currículo dos(as) autores(as) disponibilizados nos artigos analisados. Quando não encontrados, recorreu-se ao currículo Lattes para obtenção de informações. Para melhor distribuição e análise dos dados, utilizou-se como ferramenta auxiliar o software *Excel* para construção de tabelas, assim como confecção de gráficos para possibilitar o cotejamento entre as variáveis estabelecidas.

Na terceira e última fase metodológica foi realizada a leitura e análise integral de cada texto selecionado, a fim de identificar como os(as) autores(as) abordaram a questão de gênero e como esses estudos contribuem para inclusão social.

5 RESULTADOS

Por meio do levantamento e análise bibliométrica dos dados, este estudo contabilizou 12 trabalhos que contemplaram a temática ‘gênero’, ‘mulher’ e ‘feminismo’ no panorama de 339 trabalhos produzidos no GT3 e apresentados através de comunicação oral e pôster nos ENANCIBs de 2005 a 2017. Comparando o total de trabalhos (n=339) com o *corpus* da amostra selecionada (n=12), verifica-se que estes representaram apenas 4% do total, como mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Trabalhos apresentados no GT3 por ano



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Percebe-se que, das 13 edições analisadas do evento, apenas 7 (54%) delas possuíam trabalhos relacionados ao tema. Os trabalhos selecionados foram escritos por 18 autores(as) diferentes e apenas 4 (23%) deles(as) publicaram mais de um artigo. Quanto ao grau de escolaridade, constatou-se que 3 (17%) dos autores possuem pós-doutorado, 7 (39%) deles (as) são doutores(as) e 7 (39%) são mestres, enquanto 1 (5%) possui apenas graduação, porém é mestrando em CI atualmente.

Na busca por verificar o sexo desses(as) autores(as), a Tabela 1 mostra como estão representadas as participações masculinas e femininas no corpus dos trabalhos por ano e por número de autorias dos trabalhos.

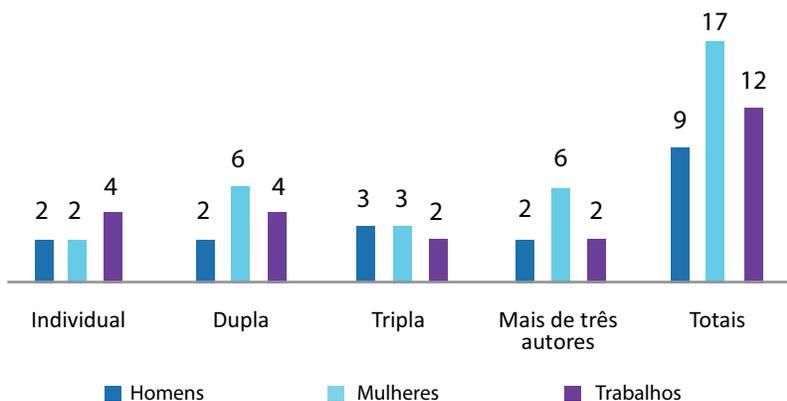
Tabela 1 – Sexo dos autores(as).

| ANO | HOMEM | MULHER | N. AUTORIAS |
|--------------|----------|-----------|-------------|
| 2007 | 0 | 2 | 2 |
| 2010 | 2 | 1 | 3 |
| 2011 | 1 | 1 | 2 |
| 2012 | 2 | 2 | 4 |
| 2015 | 1 | 2 | 3 |
| 2016 | 1 | 3 | 4 |
| 2017 | 2 | 6 | 8 |
| Total | 9 | 17 | 26 |

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Percebe-se, a partir dos dados descritos na Tabela 1, que a participação feminina nas autorias dos trabalhos representa 65% e os homens são responsáveis por 35%. Apenas em 2010 a autoria masculina se sobrepõe à feminina. Ressalva-se que os dados da Tabela 1 referem-se a autores(as) que se repetem, pois alguns(mas) apresentaram mais de um trabalho durante as edições analisadas. O Gráfico 2 mostra como estão representadas no corpus investigado as participações masculina e feminina dos(as) autores(as) por modalidade de autorias. Também observa-se que existe uma equidade entre homens e mulheres nas autorias individuais e triplas, enquanto nas autorias em duplas ou com mais de três autores(as) o número de mulheres (6) superou o de homens.

Gráfico 2 – Tipos de autorias e distribuição dos trabalhos de acordo com o gênero.



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Para identificar os(as) autores(as) e instituições produtivas no GT3 em cada edição do ENANCIB, fizemos o levantamento dos(as) autores(as), ano em que apresentaram os trabalhos e instituições às quais pertencem, como mostra o Quadro 1.

Quadro 1 – Edição, ano e Instituições que produziram os trabalhos sobre gênero.

| EDIÇÃO | ANO | IES |
|-------------------------------------|------|------|
| VIII ENANCIB (Salvador-BA) | 2007 | UFMG |
| XI ENANCIB (Rio de Janeiro-RJ) | 2010 | UFRJ |
| | | UFMG |
| XII ENANCIB (Brasília-DF) | 2011 | USP |
| | | UFMG |
| XIII ENANCIB (Rio de Janeiro-RJ) | 2012 | UFPB |
| | | USP |

| | | |
|---------------------------------|------|------|
| XVI ENANCIB (João Pessoa-PB) | 2015 | UFPB |
| XVII ENANCIB (Salvador-BA) | 2016 | UFPB |
| XVIII ENANCIB (Marília-SP) | 2017 | UFPB |
| | | UFMG |
| | | UFSC |

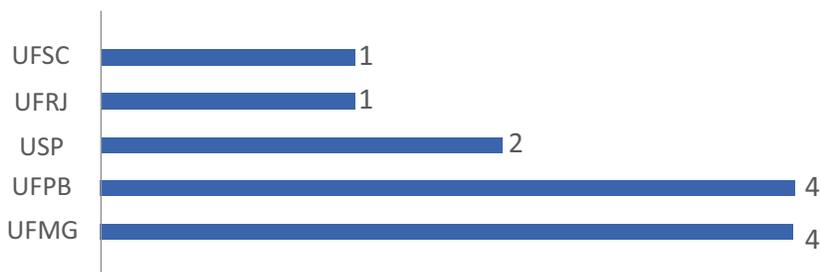
Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Foram poucos(as) autores(as) que se debruçaram a inserir esta temática no corpus dos trabalhos apresentados nos Encontros. No entanto, isto não significa que foram só estes os trabalhos enviados à coordenação do GT3, pois os trabalhos passam por etapa de avaliação e seleção antes de serem aprovados.

No tocante à colaboração dos(as) autores(as) para produção dos trabalhos apresentados, vale salientar que não houve colaboração institucional externa, pois cada trabalho foi produzido por autores(as) da mesma Instituição.

Quanto à Instituição mais produtiva, apesar de já poder ser notado no Quadro 1, o Gráfico 3 exibe mais nitidamente os dados referentes a essa variável. Constata-se que autores(as) de 5 Instituições trabalham a temática. A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pioneira na inserção dos estudos no GT3, e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) são as Instituições mais produtivas no tocante aos temas, com 4 trabalhos cada uma distribuídos nas 13 edições do ENANCIB, seguidas da USP, UFRJ e UFSC. Percebe-se que a UFMG se debruça sobre o tema nos primeiros anos dos encontros, enquanto a UFPB passa a inserir trabalhos relacionados ao tema nos últimos anos, tornando-se uma presença constante no GT3 com produção sobre Gênero, Mulher e Feminismo.

Gráfico 3 – Instituições mais produtivas



Fonte: Dados da pesquisa (2018)

A partir dos resultados obtidos até o presente momento, buscou-se debruçar sobre os trabalhos apresentados e verificar como os(as) autores(as) inseriram a temática sobre ‘Gênero’, ‘Mulher’ e ‘Feminismo’ no campo da CI através das produções do GT3, de modo a compreender como o acesso à informação por parte dessas mulheres contribui para o empoderamento, cidadania e inclusão social das mesmas. O Quadro 2 mostra os (as) autores (as)/ano e os trabalhos publicados nos ENACIB.

Quadro 2 – Autores (as) e Trabalhos apresentados nos ENACIBs

| AUTORES/ANO | TÍTULO |
|-------------------------------|--|
| Espirito Santo; Dumont (2007) | A busca de informação pela mulher em jornais impressos |
| Silva (2010) | As práticas informacionais das profissionais do sexo da zona boêmia de Belo Horizonte: descrição do objeto de pesquisa e apresentação dos resultados |
| Sant’Ana Silva; Reis (2010) | Crianças com paralisia cerebral e percurso informacional de mulheres mães: estratégias e ações na defesa da cidadania |

| | |
|-------------------------------------|---|
| Crippa (2011) | O pensamento da diferença e a mediação da informação institucional em bibliotecas públicas: considerações teóricas sobre mediação de gênero |
| Campos (2011) | As prostitutas e os anjos: os códigos informacionais utilizados na teatralização do corpo feminino na Playboy |
| Silva; Alves; Silva Júnior (2012) | A informação étnico-racial na perspectiva da organização de mulheres negras da paraíba – Bamidelê |
| Crippa (2012) | Mediações literárias da Ciência da Informação: representações e narrativas de gênero. |
| Cortes; Alves; Silva (2015) | Mediação da informação e violência contra mulheres: disseminando a informação estatística no centro estadual de referência da mulher Fátima Lopes |
| Silva; Aquino; Alves; Cortes (2016) | Apropriação, disseminação e democratização da informação étnico racial na organização de mulheres negras da Paraíba – Bamidelê |
| Cortes et al. (2017) | Violência contra travestis e transexuais: a mediação da informação no espaço LGBT |
| Barbosa; Duarte (2017) | Práticas informacionais de apenas gestantes: um estudo de caso |
| Righetto; Vitorino (2017) | Competência em informação das pessoas trans: em busca de narrativas |

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

De acordo com os dados do Quadro 2, observa-se que Giulia Crippa foi a única autora que produziu trabalhos (8%) individualmente em dois anos consecutivos do ENANCIB (2011 e 2012). A partir de uma breve análise dos títulos dos trabalhos apresentados no Quadro 2, é possível constatar que os(as) autores(as) abordam ‘gênero’, ‘mulher’ e ‘feminismo’ em suas pesquisas. Nesses trabalhos, as mulheres são representadas enquanto leitoras de jornais, profissionais do sexo, mães,

mulheres em situação de violência e apenas gestantes. Também são tratados aspectos relativos à sexualidade. Todavia, independente das especificidades, todos os trabalhos evidenciam questões de gênero, conceito fundamental para desnaturalizar as desigualdades e as relações de poder. Assim, corrobora Scott (1990, p. 6) sobre a capacidade que o gênero tem de propor “[...] um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente [...]”.

Na obra de Espírito Santo e Dumont (2007), as autoras evidenciam a mulher enquanto metade do público leitor dos jornais brasileiros, que, por meio da leitura desses jornais, acessam informação sobre variados temas. A apropriação da informação colabora para a mudança de mentalidades e cria possibilidades de inserção e interação social, ou seja, elas se sentem empoderadas e incluídas a partir do acesso e apropriação das informações mediadas pelos jornais.

Silva (2010), ao tratar das práticas informacionais das profissionais do sexo em Belo Horizonte, mostra que as mulheres são produtoras e usuárias da informação, pois interpretam e reconstróem as informações que recebem. O convívio com diversos atores contribui para o processo informativo baseado na oralidade e na informalidade. Em sua pesquisa, percebe-se que a informação impacta diretamente a vida dessas profissionais, visto que, independentemente do ambiente de trabalho, são mulheres, exercem ações sociais e, como qualquer pessoa, devem ser respeitadas. No trabalho de Sant’Ana Silva e Reis (2010), os(as) autores(as) evidenciam que a informação foi fundamental para as mães de crianças com paralisia cerebral. Ela contribuiu para relações, cuidados e manuseios dispensados às crianças que apresentam o diagnóstico, além de ter subsidiado a adoção de mecanismos que promovem a integração social da criança.

No ano de 2011, dois trabalhos sobre gênero foram recuperados na

edição do ENANCIB: um de autoria de Giulia Crippa e outro de Luiz Fernando Barros Campos. Crippa utiliza a categoria analítica de gênero para propor um modelo teórico de mediação centrado na diferença sexual para o acesso ao conhecimento institucionalizado e público. Além disso, a autora pretende colocar, com seu estudo, algumas bases para um mapeamento mais amplo sobre as mulheres no papel de protagonistas na produção e circulação de saberes institucionalizados no âmbito das bibliotecas, assim como no papel de agentes que se apropriam da informação. Já Campos aborda os códigos informacionais utilizados na teatralização do corpo feminino na revista *Playboy*, a partir da análise de 1001 exemplares e de 2.148 fotografias. O autor, após discorrer sobre os dados e expor os resultados, afirma que o estudo sobre o uso dos códigos informacionais pode dizer muito dos atores sociais, de sua interação e interesses, e de como os processos sócio-informacionais traçam seus percursos no tempo. Nesses dois trabalhos apresentados em 2011, os(as) autores(as) abordaram as relações de gênero, sob perspectivas bastante diferentes e peculiares.

Em 2012, os(as) autores(as) Silva, Alves e Silva Júnior abordaram a informação étnico racial através da Organização de Mulheres Negras da Paraíba (Bamidelé), a fim de compreender os processos de disseminação, democratização e preservação da informação. Eles(as) consideraram que essas organizações se tornaram canais de informação que viabilizam o conhecimento da história e cultura da população negra e, principalmente, das mulheres negras. No mesmo ano, Giulia Crippa aborda novamente o conceito relações de gênero produzindo um trabalho sobre representações e narrativas de gênero. Crippa realiza um mapeamento sobre as mulheres no papel de protagonistas na circulação da cultura impressa dentro de bibliotecas ficcionais, tanto como profissionais quanto no papel de agentes que se apropriam da informação.

No ano de 2015, o único trabalho selecionado com a temática foi de autoria de Côrtes, Alves e Silva e tratou da mediação da informação e violência contra mulheres, por meio de dados quantitativos no Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes (CERMFL), órgão específico de atendimento às mulheres em situação de violência. O estudo evidencia a importância da criação de um banco de dados e sua disseminação para que eles informem ações imediatas e a construção de políticas públicas, com o objetivo de empoderar as mulheres que sofreram e sofrem violência doméstica e alicerçar a ressignificação de suas vidas. Em 2016, os(as) autores(as) Silva, Aquino, Alves e Cortes, ao analisarem os processos de apropriação, disseminação e democratização da informação étnico racial na organização de mulheres negras da Paraíba (Bamidelê), constataram que esses processos objetivam atingir vários setores e públicos distintos da sociedade, utilizando, para isto, canais e fontes de informação tradicionais e contemporâneas. Ressaltam que o trabalho iniciado pela Bamidelê mudou significativamente o cenário paraibano, principalmente na luta contra o racismo e o sexismo, desempenhando um papel importante para disseminação e democratização da informação étnico-racial.

Na última edição do ENANCIB (2017), três trabalhos foram apresentados no tocante às temáticas analisadas, representando a maior quantidade por ano. Côrtes et al. (2017) apresentaram um trabalho sobre violência contra travestis e transexuais, em que objetivaram articular a mediação da informação com as questões de gênero, focando especificamente no processo informacional do Centro Estadual de Referência de Direitos LGBT e Combate à Homofobia da Paraíba, conhecido como Espaço LGBT. Percebe-se que, assim como no trabalho apresentado por Côrtes, Alves e Silva em 2015, o acesso e uso de informações estatísticas

oficiais possui o potencial de ressignificar as relações de subalternidade que envolvem travestis e transexuais. Dessa forma, o acesso à informação pode contribuir para o respeito aos direitos humanos, a inclusão social e a cidadania não apenas das travestis e transexuais, mas de todos(as) que são marginalizados socialmente.

Barbosa e Duarte (2017) trazem um estudo de caso sobre mulheres presas e gestantes, no qual buscaram compreender, por meio das práticas informacionais, as estratégias utilizadas por essas mulheres para buscar, acessar e se apropriar da informação. As autoras evidenciaram que as apenas buscam informações principalmente sobre suas penas e acerca da saúde dos(as) filhos(as), assim como procuram saber notícias dos companheiros. As mulheres em situação de prisão relataram, ainda, que gostariam de ter acesso a leituras que remetessem ao universo prisional, sobretudo questões de direito. Dessa forma, infere-se que mulheres em situação de prisão compreendem a importância do acesso à informação como meio de ter conhecimento sobre sua situação atual, mesmo que excluídas parcialmente da sociedade.

Por fim, Righetto e Vitorino (2017) abordam em seu trabalho a competência em informação de minorias sociais a partir das necessidades de informação das pessoas trans da região de Florianópolis, Santa Catarina. Os(as) autores(as) trazem, nesse trabalho, a revisão de literatura de uma pesquisa de mestrado em CI. Nos resultados parciais, reafirmam o paradigma social desta ciência e o papel da competência em informação para minimizar a vulnerabilidade social na sociedade da informação e do conhecimento, especialmente das pessoas trans.

Os doze trabalhos aqui apresentados evidenciam direta ou indiretamente o poder da informação na sociedade e que, por meio da produção científica, pode-se contribuir para minimizar os efeitos causados pelas

desigualdades sociais existentes e potencializar as resistências. Dessa forma, corrobora-se o pensamento de Silva, Sousa e Dantas (2016), quando afirmam que o acesso à informação, além de estimular o desenvolvimento cognitivo, é capaz de aprimorar e potencializar a apropriação de ideias, conhecimentos e habilidades, influenciando a formação de identidade, a concepção da realidade e, principalmente, a inclusão social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados quantitativos e da análise dos trabalhos encontrados nesse estudo, constatou-se que os estudos de gênero são de grande relevância, pois impactam diretamente não só a comunidade científica como a inclusão social das mulheres na sociedade da informação. Apesar do baixo volume e da ausência de trabalhos em quase 50% dos ENANCIBs analisados no período de 2005 a 2017, observa-se que nos últimos anos a produção desses trabalhos vem aumentando. Em sua penúltima edição, em Marília-SP, o GT 3 contou com o maior número de trabalhos (3) aprovados tratando sobre a temática.

Em relação à análise das variáveis estabelecidas para o estudo bibliométrico, constataram-se reduzidas produções e um número pequeno de instituições que possuem pesquisadores(as) produzindo sobre o assunto, tendo em vista que foram localizadas apenas quatro instituições na presente pesquisa. Um ponto a ser considerado preocupante é a ausência de diálogo entre autores(as) de instituições diferentes na produção desses trabalhos, visto que, por meio da colaboração científica, é possível unir esforços intelectuais, fortalecendo a mediação, circulação e apropriação da informação.

Mesmo no pequeno quantitativo dos trabalhos apresentados, é interessante perceber a diversidade de problemas de gênero, que

incluem fatos tão presentes na atual conjuntura da sociedade. Temas como a violência contra mulheres, transexuais e travestis e a imbricação sexismo e racismo que potencializa a exclusão das mulheres negras são, na maioria das vezes, invisibilizados.

Como recomendação para desdobramentos de futuras pesquisas, aponta-se a necessidade de realizar o mapeamento da produção de gênero nos demais GTs para que se possa ter conhecimento de quantos trabalhos foram produzidos. Além do volume total, o modo como os(as) cientistas da informação estão dando ênfase a esse tipo de pesquisa nas diversas subáreas de concentração da CI poderia enriquecer um panorama da produção científica sobre o tema.

A informação tornou-se uma ferramenta chave na sociedade da informação. Seu acesso tem possibilitado a mudança de comportamentos e contribuído para que grupos em situação de desigualdade, principalmente aqueles considerados minorias, criem meios de diminuir fatores que acarretam a exclusão. Constatou-se, a partir dos estudos de gênero analisados nessa pesquisa, que, pelo acesso e pela apropriação da informação, as mulheres encontram subsídios para seu empoderamento, inclusão social e cidadania. Isso se aplica não só às mulheres, mas a todos(as) aqueles(as) em situação de exclusão social.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 4, out./dez, 2006. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252006000400020&script=sci_arttext. Acesso em: 18 jul. 2018.

ALMEIDA, Alex Serrano; GONÇALVES, Renata Braz. Inclusão social e suas abordagens na Ciência da Informação: análise da produção científica

em periódicos da área de Ciência da Informação no período de 2001 a 2010.

Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 18, n. 37, p. 239-264, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n37p239>. Acesso em: 20 jul. 2018.

AQUINO, Mirian de Albuquerque. Políticas de informação para inclusão de negros afrodescendentes a partir de uma nova compreensão da diversidade cultural.

Inclusão Social, Brasília, v. 3, n. 2, 2010. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1629>. Acesso em: 15 jun. 2018.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Trabalho das Mulheres no Brasil: continuidades e mudanças no período 1985-1995**. São Paulo: FCC/DPE, 1998. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/textosfcc/article/view/2435>. Acesso em: 20 jul. 2018.

BUFREM, Leilah Santiago; NASCIMENTO, Bruna Silva. A Questão do gênero na literatura em ciência da informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 199-214, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/33285>. Acesso em: 10 jul. 2018.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos** [...]. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação da Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003.

CARVALHO, Larissa Akabochi de. **As mulheres na sociedade da informação: acesso, uso e apropriação da leitura**. 2014. 239 f. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

COSTA, Maria Conceição da. Ainda somos poucas: exclusão e invisibilidade na ciência. **Cadernos pagu**, Campinas, n. 27, p. 455-459, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332006000200018.

Acesso em: 10 jun. 2018.

COSTA, Suely Gomes. Onda, rizoma e “sororidade” como metáforas:

representações de mulheres e dos feminismos (Paris, Rio de Janeiro: anos 70/80 do século XX). **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 1-29, jan. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2009v6n2p1>. Acesso em: 25 jul. 2018

CRIPPA, Giulia. O pensamento da diferença e a mediação da informação institucional em bibliotecas públicas: considerações teóricas sobre mediação de gênero. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 4, n 1, 2011. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000012402/1f96844c3f8018ecedfb216a9625433f/>. Acesso em: 26 jul. 2018.

ESPÍNDOLA, Gabriela. **A trajetória do poder da mulher: do lar ao mercado de trabalho**. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/eudelucy/a-trajetria-do-poder-da-mulher-do-lar-ao-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 23 jul. 2018.

ESPÍRITO SANTO, Patrícia. Os estudos de gênero na Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 317-332, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/6389/4744>. Acesso em: 19 jul. 2018.

FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth; MENEGHEL, Stela N (org.). **Dicionário Feminino da Infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2015.

FIGUEIREDO, Nébia. **Método e metodologia na pesquisa científica**. 2. ed. São Paulo: Yendis, 2007.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, Isa Maria. A utopia planetária de Pierre Lévy. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 122-132, 2010.

HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini et al. Indicadores

da participação feminina em Ciência e Tecnologia. **TransInformação**, Campinas, v. 19, n. 2, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862007000200007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 jun. 2018.

IPEA. **Retrato das Desigualdades Gênero e Raça**. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf. Acesso em: 25 jul. 2018.

LETA, Jacqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 271-284, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300016. Acesso em: 20 jul. 2018.

LOPES, Maria Margaret; COSTA, Maria C. Problematizando ausências: mulheres, gênero e indicadores na História das Ciências. **Gênero na Fronteira do Sul**, Campinas, Coleção Encontros, Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero, Unicamp, p. 75-83, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/301567192_Problematizando_ausencias_mulheres_genero_e_indicadores_na_Historia_das_Ciencias. Acesso em: 19 jul. 2018.

LOURO, Guacira. Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. Disponível em: https://www.mp.ba.gov.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/artigostesesdissertacoes/questoes_de_genero/guacira_lopes_genero_26_ago_15.pdf. Acesso em: 25 jul. 2018.

MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, p. 9-27, 2003.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em estudo**,

v. 11, n. 3, p. 647-654, 2006. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-73722006000300021&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 20 jun. 2018.

OLINTO, Gilda. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Inclusão Social**, Brasília-DF, v. 5, n. 1, p. 68-77, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1667>. Acesso em: 16 jun. 2018.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, vol. 18, n. 36, jun. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782010000200003&script=sci_arttext. Acesso em: 22 jul. 2018.

SANTOS, *Raimundo Nonato Ribeiro dos*; TARGINO, *Maria das Graças*; FREIRE, Isa Maria. A temática diversidade sexual na Ciência da Informação: a perspectiva da responsabilidade social. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v. 4, n. 1, p. 114-135, 2017. Disponível em: <http://abecin.org.br/portal-derevistas/index.php/rebecin/article/view/57>. Acesso em: 13 jun. 2018.

SANTOS, Juliana Anacleto dos. **Desigualdade Social e o Conceito de Gênero**. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010. Disponível em: <http://docplayer.com.br/6856452-Mestranda-em-ciencias-sociais-pela-universidade-federal-de-juiz-de-fora.html>. Acesso em: 15 jul. 2018.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul./dez. 1990.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 71-99, jul./ dez. 1995. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 15 jul. 2018.

SCOTT, Joan. Gender: A useful category of historical analysis. **The American Historical Review**, 91(5), p. 1053-1101, 1986.

SICILIANO, Mell; SOUZA, *Cleiton da Mota de.*; METH, *Clara de Mello e*

Souza. Sobre o que falamos quando falamos em gênero na ciência da informação?. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 144-165, maio/ago., 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/31447>. Acesso em: 12 jun. 2018.

SILVA, Hellosman de Oliveira; SOUSA, Marckson Roberto Ferreira de; DANTAS, Célia Medeiros. Competências informacionais para inclusão de pessoas com deficiência na sociedade da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2016. Disponível em: http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/3250/2016_GT3-PO_07.pdf?sequen-ce=1. Acesso em: 02 ago. 2018.

SIQUEIRA, Camilla Karla Barbosa. As três ondas do movimento feminista e suas repercussões no direito brasileiro. In: BEDIN, Gilmar A; CITTADINO, Gisele G.; ARAÚJO, Florivaldo de. (org.). **Poder, Cidadania e desenvolvimento no estado democrático de direito**. Florianópolis: CONPEDI, p. 328-357, 2015.

SOUZA, Sílvia Rita. A mulher nos espaços de poder político. **CADERNOS ADENAUER XIV**, n. 3, p. 183-198, 2013. Disponível em: https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=fa3635b4-8f53-b788-3067-69cf58c7b3f7&groupId=265553. Acesso em: 10 jun. 2018.

VELHO, Léa; LEÓN, Elena. A construção social da produção científica por mulheres. **Cadernos Pagu** (10), Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 1998. Disponível em: http://taurus.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/119839/1/ppec_4631474-3333-1-SM.pdf. Acesso em: 20 jun. 2018.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **MAPA DA VIOLÊNCIA 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**. 1 ed. Brasília, DF: FLACSO, 2015. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em: 31 jan. 2018.

SEXUALIDADE NA ESTANTE: panorama dos estudos LGBT na ciência da informação a partir da BRAPCI¹⁵

- > *Aline Fernandes de Mendonça*
- > *Denise Braga Sampaio*
- > *Maria Cleide Rodrigues Bernardino*

1 INTRODUÇÃO

A Biblioteconomia, desde sua gênese, trata de materiais informacionais para fins de preservação, adotando, em alguns momentos da história, um caráter eminentemente protecionista. Tal fato se dá pela forte relação entre conhecimento e poder. O conhecimento mexe com as estruturas, derruba governos, desfaz laços e tem por pólvora a informação. Dogmas, sejam de ordem social, religiosa ou política desvaneceram com o avanço da ciência e da tecnologia (C&T), como a teoria da Terra Plana, a indivisibilidade do átomo e a teoria de que o universo gira em torno da Terra. Tais afirmações foram revistas na medida em que estudiosos passaram a observar os fenômenos sob um novo olhar, o

15 *Trabalho apresentado e premiado na Semana Acadêmica de Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri (SEABI) realizada no ano de 2018.*

da comprovação dos fatos, por meio do método científico. A ciência, portanto, exerce papel essencial na busca de novas perspectivas, inclusive na melhoria da qualidade de vida das pessoas. Um exemplo patente é perceptível nas instituições de saúde, como a Organização Mundial da Saúde (OMS) que, desde 1992, retirou a homossexualidade (chamada de homossexualismo) da lista de doenças mentais (por meio da CID-10) e, em 2018, a transexualidade (CID-11). Já o Conselho Federal de Psicologia (CFP) reconhece a homossexualidade como uma variação não patológica do comportamento humano desde o ano de 1999, por meio da Resolução 01/1999.

No entanto, há ainda muito desconhecimento a respeito das questões ligadas à sexualidade em nossa sociedade, sobretudo pelo avanço de movimentos conservadores contrários à emancipação sexual humana, a exemplo do ocorrido com a Resolução do CFP, que trata da não permissão do uso de tratamentos de reversão sexual, questionada por meio da Ação Popular 1011189-79.2017.4.01.3400, de autoria da psicóloga e missionária evangélica Rozangela Justino. A profissional alega que tal resolução (CONSELHO... 1999) tem caráter nazista (sic). Vale destacar que o Nazismo combateu veementemente a homossexualidade, sinalizando os homossexuais do sexo masculino com triângulo rosa e do sexo feminino com triângulo preto invertido (este mesmo símbolo representava também mães solteiras, prostitutas e demais mulheres que fugissem ao padrão heteronormativo/reprodutor), exterminando-os nos campos de concentração (ASSOCIAÇÃO..., [201-]).

Esse cenário revela o grau de desconhecimento da população em relação à homossexualidade, lesbiandade, transexualidade e demais variações comportamentais que fogem à heterocisnormatividade. As informações, por muitas vezes, perdem-se no emaranhado informacional

a que somos diariamente expostos, o que gera ruídos significativos e propicia o acirramento entre grupos fundamentalistas e LGBT (Lésbicas, Gays, Bixessuais, Transgênero, Travestis). Ora, se a Biblioteconomia e suas áreas afins (Arquivologia, Museologia e a própria Ciência da Informação) têm o papel fundamental de organizar as informações para a provisão de acesso, é inegável que possam tecer importantes contribuições para este grupo historicamente marginalizado.

A Biblioteconomia e a Ciência da Informação tanto podem como devem fazê-lo, dado que, como versa o Código de Ética e Deontologia do (a) bibliotecário (a) brasileiro (a), é papel deste profissional a provisão de acesso aos usuários, independente de quaisquer questões particulares, sendo proibido de “agir de forma prejudicial ao tratamento igualitário e aceitar atitudes preconceituosa ou discriminatória de qualquer natureza” (CONSELHO..., 2018, p. 3). Desta forma, a Biblioteconomia tem caráter eminentemente inclusivo em seu cerne, em suas práticas e na teorização que a constitui, provendo de acesso tanto comunidades hegemônicas, como historicamente subalternizadas. Por seu turno, a Ciência da Informação, em seus programas de pós-graduação, tem se mostrado, nos últimos 10 anos, sensível às pautas progressistas, a partir do surgimento de estudos voltados a comunidades sub-representadas.

O problema da pesquisa então se caracteriza por analisar a contribuição da Ciência da Informação nos estudos de gênero, especificados no âmbito LGBT. Esse problema se justifica na medida em que estudos dessa natureza ajudam no entendimento da Comunidade LGBT como grupo social passível de atenção, sobretudo ao ter-se uma realidade, em âmbito brasileiro, violenta e de não isonomia de direitos, o que é melhor evidenciado na seção *Gênero, sexualidade e (in)visibilidade*. A seção seguinte, *Biblioteconomia e sua égide social*, se propõe a mostrar

que o caráter social da Biblioteconomia perpassa pelas várias esferas das relações humanas, não podendo estar alheia aos temas conflitivos ou polêmicos da sociedade, devendo ser combativa, na medida em que propicia a ruptura de paradigmas engessados, por meio da produção e disseminação de conhecimento. Desta forma, tem-se por objetivo geral: Verificar as abordagens da Ciência da Informação e Biblioteconomia em relação aos estudos de gênero, em especial, aos que dizem respeito a temáticas LGBT, e objetivos específicos: (1) Mapear os estudos LGBT, na área de Biblioteconomia, sem delimitação de período, na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI); (2) Verificar aspectos metodológicos e de abordagem destes estudos, a partir de seus resumos e palavras-chave.

2 METODOLOGIA

A pesquisa possui uma fase exploratória, uma vez que pretende delinear o tema abordado de forma a apontar intuições preliminares, com vistas à produção de reflexões e construção de hipóteses (GIL, 2002). Nessa fase construiu-se o levantamento de artigos, na Brapci, a partir de termos-chave, sendo esses: *LGBT, gay, lésbica, travesti, transexual, transgênero, drag queen, drag king, queer*. Esses termos foram escolhidos por pertencerem ao universo LGBT e por oferecerem a possibilidade de uma recuperação exaustiva de documentos relacionados à temática, a fim de analisar de modo mais amplo possível.

A Brapci é resultado do projeto *Opções metodológicas em pesquisa: a contribuição da área da informação para a produção de saberes no ensino superior*, de iniciativa do grupo de pesquisa *Educação, Pesquisa e Perfil Profissional em Informação* (E3PI) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e é financiada pelo Conselho Nacional

de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (CARDOSO; LIMA, 2013; AMORIM NETO; LIMA, 2016). Essa base de dados congrega materiais teóricos e práticos de estudos no campo da informação sob a forma de artigos de periódicos científicos, trabalhos em eventos, livros e teses. Em números, são 19.225 artigos de periódico, 57 revistas, 2.592 trabalhos de eventos, dois livros e uma tese¹⁶, o que a torna uma importante fonte de estudos para estudiosos da Ciência da Informação (CI) e áreas afins.

O levantamento preliminar objetivou visualizar a abrangência do assunto e refinar a pesquisa (GIL, 2002), trazendo a possibilidade de delimitar o *corpus* de artigos que viria a ser considerado na fase analítica. Primeiramente realizou-se uma recuperação exaustiva de publicações, separando-se todos os documentos recuperados pelos termos-chave, obtendo-se 77 artigos (alguns repetidos). Posteriormente, foram retirados os artigos a partir dos seguintes critérios: artigos que não pertenciam à área da Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia; artigos não relacionados ao tema e que foram recuperados por ruído da base de dados. Exemplo: artigo cujo autor continha, no nome, o termo “gay”, como Gayard; artigos repetidos recuperados por termos diferentes; artigos repetidos com uma versão em inglês e português (foi retirada a versão em inglês).

Dessa forma, foram incluídos e mantidos artigos que atendessem aos critérios: (a) artigos recuperados pelos termos-chave que eram da área de Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia; (b) artigos em português que continham uma versão repetida em inglês. No total, coletaram-se 16 artigos para análise, depois de aplicados desses critérios, sem delimitação temporal. Portanto, há

16 Ver mais em: <http://www.brapci.inf.br/index.php>. Acesso em: 20 ago. 2018.

estudos de 1979 a 2018 (coletados até 21 de setembro de 2018).

Para apreciação desse material, utiliza-se a Análise de Conteúdo, de Bardin (1977), que traz um rigor e uma descrição minuciosa dos passos seguidos para construir uma interpretação, um grau de objetividade a esse tipo de análise, ou o que Bardin (1977, p. 29) chama de “ultrapassagem da incerteza”. Por sua capacidade de manejar as interpretações subjetivas e rigorosidade, pensa-se que esse método é adequado para esse trabalho. As fases da Análise de Conteúdo podem ser explicitadas da seguinte forma (MORAES, 1999), já considerando sua aplicação neste trabalho:

Quadro 1 - Etapas, com aplicação, da análise de conteúdo

| Etapas | Aplicação das etapas |
|----------------------------|--|
| Preparação das informações | Busca na Brapci e seleção dos artigos de C.I, Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. |
| Unitarização | Identificação segundo a temática do artigo, o ano e a disciplina em que o artigo está inserido. |
| Categorização | Reorganização das unidades em categorias a partir do que foi identificado como tema, área de estudos em que o artigo se enquadra e também o ano de publicação. |
| Descrição e Interpretação | A partir da organização das informações coletadas dos metadados dos artigos, produziu-se uma nuvem e tags e um mapa conceitual, os quais serviram de base para a elaboração de considerações interpretativas sobre os artigos recuperados. |

Fonte: Autoria própria, baseadas em Moraes (1999)

Como forma de melhor pensar e construir a categorização e uma análise consistente desses materiais, trata-se, no referencial teórico,

das questões de gênero, sexualidade e visibilidade que descortinam o cenário atual da comunidade LGBTQ+ na atual sociedade e as conquistas e derrotas que a compreendem, bem como se discute a respeito da perspectiva social da Ciência da Informação e, mais especificamente, da Biblioteconomia, como forma de conectar o tema da diversidade com o que se tem produzido no campo da CI.

3 GÊNERO, SEXUALIDADE, VISIBILIDADE

Para entender melhor a temática da sexualidade, é necessário discutir três elementos básicos: o gênero, a orientação sexual e o sexo biológico. A bióloga Fausto-Sterling (1993), em seu artigo *The five sexes: why male and female are not enough* quebra o paradigma binarista de que existem somente dois sexos biológicos, o macho e a fêmea, adicionando o intersexual como uma variante que extrapola a noção cromossômica XX e XY, ao que percebe variações como hermafroditas reais, homens pseudo-hermafroditas e mulheres pseudo-hermafroditas. Além desta variação, de cunho eminentemente cromossômico, existem as variações comportamentais dos indivíduos, ligadas à atração/orientação sexual (bissexuais, heterossexuais, homossexuais, pansexuais e assexuais) e à identidade de gênero (homem cisgênero, mulher cisgênero, homem transgênero, mulher transgênero, não binários e gênero fluído).

Essas variações comportamentais foram fruto dos estudos de Foucault (1984), melhor dizendo, o cerceamento das variações comportamentais pelos grupos detentores de poder, ao que o autor batizou de Biopoder. Este biopoder tem por pilares três frentes, a educativa, a médica e a psicológica, que determinam, conjuntamente, que o

indivíduo deve obedecer a uma lógica binária e reprodutiva, com base na sua condição biológica, sendo transgressor ou doentio aquele que performatiza comportamentos socialmente orientados ao sexo biológico que não o seu e que fogem à lógica reprodutiva. Essas três frentes concorrem para que a LGBTfobia se fortaleça como forma de higienização social, tomando a sexualidade como uma questão moral e de saúde pública. Exemplo disso é perceptível no Reino Unido do século XIX e começo do século XX, que institucionalizou a punição às práticas homossexuais, vitimando pessoas LGBT, como o escritor Oscar Wilde e o matemático Alan Turing.

Ainda hoje, a comunidade LGBT sofre com o ambiente de incompreensão, desconhecimento e violência da sociedade em que está inserida. Os dispositivos institucionais, culturais e sexuais reforçam a centralidade nas práticas binárias, reprodutivas e pautadas nos papéis do homem e da mulher (FOUCAULT, 1999; JUNQUEIRA, 2009). A esse respeito, Butler (1993) compreende que reforçar estereótipos e invisibilizar pessoas LGBT são formas de manutenção e atendimento de um poder heteronormativo, que marginaliza e abjeta aquilo que é desviante. Essa abjeção de que fala a autora é o processo de assujeitamento da figura humana, para que esta passe a ser entendida como um objeto fora do lugar, que deve ser escamoteado, esvaziado de sentido.

Exemplos práticos dessa abjeção às sexualidades que fogem ao padrão social e culturalmente aceito se veem ao longo da história da humanidade, como nos campos nazistas alemães (ELÍDIO, 2010), cuja prática ia da sinalização dessas pessoas de comportamento desviante ao seu envio para os campos de concentração. Aqui no Brasil, duas ações institucionais foram adotadas na Ditadura Civil Militar (1964-1989):

a Comissão Investigativa Sumária, cujo objetivo era a demissão de pessoas de comportamento desviante (homossexuais, alcoólatras, pessoas emocionalmente instáveis) do Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty), e as rondas policiais que iam às ruas perseguir, prender, extorquir e torturar pessoas LGBT, com alegação de que estas eram subversivas e perturbavam a ordem pública (PUFF, 2014). Essa política de Estado (QUINALHA, 2017) era amparada pelo apoio popular, que entendia as práticas homossexuais como amorais ou patológicas. Por seu turno, os movimentos de esquerda arrazoavam que as pautas LGBT eram lutas menos urgentes.

Se, para o regime, ser homossexual era algo considerado subversivo e um agravante da periculosidade de uma pessoa frente à Segurança Nacional, além de ameaçar a moral e os bons costumes – pensamento que tinha o apoio de grande parte da sociedade –, para os grupos de esquerda os movimentos LGBTs consistiam em uma ‘luta menor’, ou um ‘vício pequeno burguês’ (PUFF, 2014, não paginado).

A comunidade LGBT, neste período, tornara-se ilhada tanto dentro do movimento insurgente à Ditadura, como em relação à sociedade, era abjeta para esta e desimportante para àquela. Passado o contexto da Ditadura Civil Militar e com a abertura políticas da década de 1990, uma nova tomada de consciência floresce no país, graças aos avanços e reconhecimento dos LGBT como cidadãos. O entendimento da homossexualidade como um comportamento não patológico pela OMS e pelo CFP são marcos para este processo, bem como, no campo legal, a

possibilidade de adoção¹⁷, a união estável¹⁸ e o casamento¹⁹ para pessoas do mesmo sexo e o uso de nome social para pessoas transgênero, tanto no âmbito da administração pública federal (BRASIL, 2016), como no educacional (BRASIL, 2018).

Tais conquistas foram importantes para a comunidade LGBT e conseguidas em processos morosos - as mudanças institucionais/legais começaram a surgir apenas em 2011, mesmo com a abertura política do Brasil, ocorrida em 1989 - de articulação dos grupos políticos representantes da classe com os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, no entanto, no campo social, o desafio é ainda patente. Segundo levantamento do jornal O Globo, “a cada 19 horas, um LGBT é assassinado ou se suicida vítima de ‘LGBTfobia’, o que faz o Brasil ser campeão mundial desse tipo de crime” (SOUTO, 2018, não paginado). A LGBTfobia é amparada, no Brasil, por discursos velados e explícitos, pela violência simbólica e cultural e pelo cerceamento de direito a determinados espaços. Casos de LGBT expulsos de estabelecimentos comerciais ou de casa, constrangidos nestes espaços ou vítimas de violência física são comuns. Em uma rápida pesquisa no Google, o

- 17 Não há impeditivos na redação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a respeito de adoção homoparental, a ressalva é que os pais ou mães devem, obrigatoriamente, estar em união estável ou casados para que a criança ou adolescente seja registrada no nome de ambos (CARTAXO, 2018).
- 18 Reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal desde 2011, “que entendeu que a definição de família como união de um homem e de uma mulher em nossa Constituição não exclui as outras formas de afeto existentes” (CARTAXO, 2018).
- 19 O casamento de pessoas homossexuais é assegurado sob a égide da Resolução nº 175/2013 (BRASIL, 2013), aprovada em sessão plenária pelo Conselho Nacional de Justiça, que versa sobre a obrigatoriedade de sua realização nos cartórios compreendidos em todo o território nacional. Essa resolução contrasta com o entendimento do conceito de família da Carta Magna (Constituição Federal de 1988), em seu Artigo 266 (§ 3º e § 4º), que entende a família como sendo a “união estável entre homem e mulher, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.” ou “a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (BRASIL, 1988, não paginado).

termo ‘gay expulso’ aparece em mais de dois milhões de resultados na plataforma, enquanto ‘gay apanhou’ surge em mais de quatro milhões e meio, já o termo ‘lgbt morto’ aparece em aproximadamente 700 mil resultados²⁰, ‘lésbica apanhou’ aponta 970 mil resultados, e ‘travesti expulsa’ surge em 402 mil.

A *LGBT Resource Center* (2010) classifica a homofobia (extensivamente a LGBTfobia) em quatro tipos: **pessoal** (ou internalizada), baseada em crenças e na recusa interiorizada do LGBT, podendo, inclusive ser portada pelo próprio LGBT; **interpessoal**, com externalização da violência pessoal, que se dá por meio de piadas, xingamentos e agressão física, em última instância; **institucional** por meio de discriminação do governo, de empresas, da igreja e outras organizações, podendo ser chamada também de heterossexismo; **cultural**, com regras e normas sociais pautadas na heteronormatividade ou no heterocentrismo, cujo tipo de violência também é chamado de heterossexismo, assim como a institucional. Estas violências se entrelaçam no jogo social, causando na comunidade LGBT uma sensação de insegurança e isolamento.

As respostas podem ser as mais diversas para a promoção do combate à homofobia, desde a inserção do tema no ambiente escolar (JUNQUEIRA, 2009) à punição, por meio de dispositivos constitucionais/legais de amparo à pessoa LGBT. Um ponto é fundamental para isso: a provisão de informação, seja para mostrar a essa comunidade que ela é legalmente amparada, seja para diminuir a falta de conhecimento do senso comum a respeito da sexualidade em sua diversidade (KAOEHLER, 2013).

20 Pesquisas realizadas no dia 17 ago. 2018.

Pensar sobre o tema em uma perspectiva informacional é desvelar as nuances dos filtros impostos ao trânsito de informações a respeito do tema. A desinformação incide sobre a sexualidade fazendo inferir que comportamentos ‘não tradicionais’ podem ser patológicos (mesmo com o reconhecimento de órgãos competentes em direção contrária); amorais, por uma herança histórica de negação e invisibilização de sexualidades diversas (FOUCAULT, 1999); ou pagãos/satânicos, graças ao culto à reprodução por parte das religiões abraâmicas - judaísmo, cristianismo²¹ e islamismo (KEDOUK, 2018). Nesse sentido, prover a população de materiais de qualidade e torná-los não somente acessíveis, mas visíveis, pode ser um caminho da nova biblioteconomia que se descortina na modernidade, uma biblioteconomia social (LINDEMANN; SPUDEIT; CORRÊA, 2016; LINDERMANN, 2016; DUARTE, 2018).

4 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA: ÉGIDE SOCIAL

É por vezes difícil tratar de Biblioteconomia e Ciência da Informação de forma separada, uma vez que a história dessas áreas do conhecimento se entrelaça tanto no âmbito histórico como nos conhecimentos e práticas que constroem. De forma convencional, costuma se tratar a Biblioteconomia como uma prática milenar que tem sua origem nas primeiras tentativas do homem de organizar, preservar e disponibilizar os registros do conhecimento, e que a Ciência da Informação é fruto de diversas teorias que se localizam no século XX, incluindo as da própria Biblioteconomia que, neste século, já tinha desenvolvido uma

21 Para os espíritas, a alma não possui sexo, sendo esta uma característica do mundo material e, dessa forma, ela tanto pode encarnar em um corpo masculino, como feminino. A questão moral do Espiritismo diz respeito à conduta do indivíduo, independente da sexualidade.

série de sistemas de representação, classificação e recuperação do conhecimento (ARAÚJO, 2009). Nesse contexto, costuma-se apresentar a Ciência da Informação como a grande área, dentro da qual foram alocadas a Biblioteconomia, a Arquivologia, a Museologia e outras disciplinas voltadas para a produção, armazenamento, preservação e disseminação da informação.

A Ciência da Informação, ao longo de sua consolidação, esteve às voltas com problemas de ordem epistemológica e conceitual, confrontando-se com dificuldades na hora de definir seu objeto e seu escopo de investigação, uma vez que o conceito de informação é bastante diverso e multifacetado (MATHEUS, 2005). Foge do escopo deste texto abordar essa diversidade, no entanto, cabe o alerta, de modo que não se presuma que a abordagem aqui apresentada é unânime e consensual dentre os cientistas da informação. Dito isto, parte-se aqui da definição clássica de Borko (1968), a qual coloca que a CI “tem como objeto a produção, seleção, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso da informação”.

Dentro da CI, Capurro (2003) distingue três paradigmas sob os quais se lida com a informação. O primeiro é o paradigma físico, proveniente de uma epistemologia fisicista, que trata a informação como um objeto físico que um emissor transmite a um receptor. Esse paradigma traz como limite a desconsideração do caráter ativo dos sujeitos comunicativos, e justamente nesse ponto incide o segundo paradigma, o cognitivo.

O paradigma cognitivo tem como foco os processos mentais do sujeito cognoscente em seus processos de busca e uso da informação. Já o paradigma social coloca em pauta os limites do paradigma cognitivo na

medida em que este trata a informação como algo separado do usuário ou quando o trata apenas como sujeito cognoscente, desconsiderando suas determinações sociais e materiais. O autor também aponta que o assim chamado paradigma social, apesar de ter surgido por último na ciência da informação, já estava presente na biblioteconomia (CAPURRO, 2003).

Na esteira do paradigma social evidenciado por Capurro (2003), podem se delinear as discussões teóricas que visam apontar o caráter eminentemente social da Ciência da Informação. Araújo (2007) insere esse caráter dentro do movimento das próprias ciências sociais, as quais passam a se consolidar como ciências a partir do século XIX. Surgindo em sintonia como o espírito positivista de Auguste Comte e sua Física Social, também emergem nesse momento a Biologia Social de Herbert Spencer e as formulações de Émile Durkheim (2007), inseridas em uma Sociologia Funcionalista.

Uma ruptura desse primeiro modelo se insere com a dialética hegeliana materializada pela crítica marxista (DEMO, 1989). A realidade passa a ser entendida como um movimento conflituoso de contrários, que estão em constante transformação a partir da ação humana. Uma segunda ruptura é localizada nas abordagens de Max Weber e Georg Simmel, sendo o primeiro visto como o fundador da Sociologia Interpretativa ou Sociologia Compreensiva, ao contrapor o fato social de Durkheim com o conceito de ação social, que coloca o foco no indivíduo e nos significados que sua ação tem para ele.

A ciência da informação acompanha esse movimento, surgindo em seus primórdios vinculada a uma perspectiva positivista e funcionalista das ciências sociais (ARAÚJO, 2007). Essa perspectiva pode ser identificada nos estudos sobre informação carregados de análises estatísticas e quantitativas. Porém, na década de 1970, o viés crítico-marxista já

começa a se manifestar na CI, o que se vê quando Cardoso (1994) evidencia a necessidade de estudar a informação tendo como base a historicidade dos sujeitos cognoscentes, a totalidade dos fenômenos sociais e a constante tensão presente na sociedade.

No entanto, essa consolidação da CI como ciência social se pronuncia mais firmemente com as concepções de Berger e Luckmann, que, ao discutirem a realidade como construção social sem existência em si, abrem espaço para a visão da informação como processo (ARAÚJO, 2007). As pesquisas recentes em CI demonstram a incorporação dessa perspectiva, nos estudos que enfocam mais o usuário da informação e menos os sistemas de informação.

No Brasil, a Biblioteconomia está localizada como subárea da Ciência da Informação, que, por sua vez, se encontra dentro das Ciências Sociais Aplicadas (LINDEMANN, 2016). A autora reflete sobre o termo “Biblioteconomia Social”. A reflexão traz a tonalidade de um manifesto, tonalidade que já deixa claro o posicionamento da autora. Civallero (2013, apud LINDEMANN, 2016, p.5) define Biblioteconomia Social como “filosofia e ação dentro da CI que reivindica uma Biblioteconomia crítica e comprometida socialmente, tanto da teoria quanto na prática”. É definida por Jatuf (2013) como uma tendência crítica e teórico-prática que visa mostrar uma alternativa à biblioteconomia tradicional de tendência tecnicista.

Essa denominação torna-se relevante quando se coloca em jogo as fortes desigualdades no acesso à informação, convidando o profissional a voltar seus olhos para as comunidades onde não existem livros ou internet, mesmo estando no contexto da explosão tecnológica (LINDEMANN, 2016).

Tal posicionamento redefine a prática profissional e a reconfigura quanto à sua própria gênese, tendo como principal ação a mediação da informação, definida por Almeida Júnior (2008, p. 3) como:

[...] toda ação de interferência - realizada pelo profissional da informação -, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional.

O uso da palavra interferência e a admissão de um fator de inconsciência na ação mediadora demonstram que esta jamais será um ato neutro, mas uma ação carregada da subjetividade do mediador. Não cabe tentar neutralizar a ação mediadora ou dirimir seus aspectos subjetivos, mas antes de tudo deixar claro o posicionamento do bibliotecário. Nesse contexto, a biblioteconomia social convida esse posicionamento a voltar-se para os grupos mais desfavorecidos da sociedade.

Com a disseminação das tecnologias de informação e comunicação, é necessário também mencionar as mudanças pelas quais a atuação profissional deve passar. O processamento de documentos digitais traz desafios que parecem suplantar as técnicas tradicionais de classificação da biblioteconomia. Lindemann (2016) elenca dois motivos para a necessidade de uma biblioteconomia social no ambiente digital: (1) uma organização social do conhecimento - a organização do conhecimento no ambiente digital pode se dar de maneira tão colaborativa quanto sua criação; (2) a leitura é social - surgem cada vez mais possibilidades de vinculação social através da leitura compartilhada em plataformas digitais. Embora no contexto brasileiro ainda haja um abismo no que diz respeito ao uso das TIC, é também

papel do bibliotecário social apropriar-se dessa realidade e promover a popularização do uso das TIC.

Santos, Targino e Freire (2017) já evidenciam em pesquisa realizada na BRAPCI em 2016 que a temática LGBT praticamente não possui representatividade na Ciência da Informação, o que coloca um dado preocupante para os profissionais da área, uma vez que o acesso à informação é essencial para a construção da cidadania dos sujeitos. Dessa forma, amparados pela responsabilidade social da CI e pela proposta da Biblioteconomia Social, se torna premente a necessidade de colocar informação de qualidade à disposição das pessoas LGBT.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Essa pesquisa foi realizada pouco mais de dois anos depois da pesquisa de Santos, Targino e Freire (2017). Houve uma quantidade maior de termos pesquisados, pois se queria recuperar o máximo possível de artigos com a temática. Santos, Targino e Freire (2017) informam que, na época de sua pesquisa, a BRAPCI indexava 46 periódicos e 15.882 artigos. Atualmente, a base de dados conta com 57 periódicos e 19.255 trabalhos em revistas científicas, 2.592 Trabalhos em Eventos, 2 Livros, 1 Tese.

Foram recuperados, ao todo, 35 documentos a partir das buscas. Desse 35, foram excluídos trabalhos que não estavam relacionados diretamente com Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI), ainda que estivessem em áreas afins, como Comunicação e pedagogia, restando 16 artigos, conforme o Quadro 2:

Quadro 2 - Artigos recuperados na Brapci

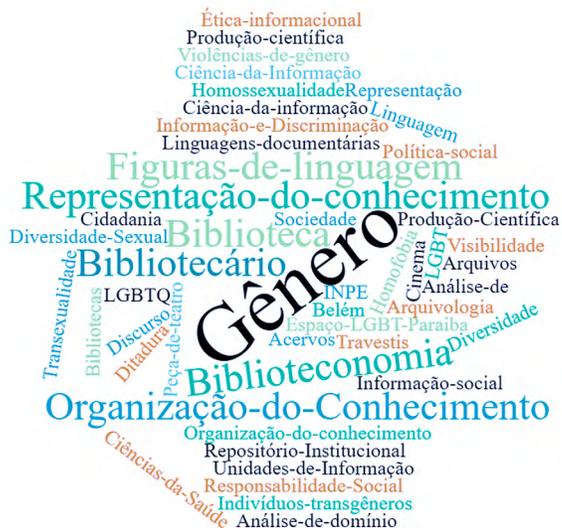
| Autoria | Título | Fonte | Palavras-Chave | Ano |
|---|---|--|--|------|
| ZANELA, M. | Acesso à informação para construção da cidadania de mulheres transexuais e travestis: Resoluções do Nome Social como estratégia de inclusão | Rev. Bras. de Bibliotecon. e Doc. | Biblioteconomia; política social; violências de gênero, cidadania. | 2018 |
| ISHIMOTO, A. T.; GARCIA, D. A.; SOUSA, L. M. A. | Nas estantes das bibliotecas, gêneros e silêncios. | Rev. Bras. de Bibliotecon. e Doc. | Bibliotecas. LGBT. Análise de Discurso. Gênero. | 2018 |
| SANTOS, R. N. R. dos; TARGINO, M. das G.; FREIRE, I. M. | A temática diversidade sexual na Ciência da Informação: a perspectiva da responsabilidade social | Rev. Bras. de Educação em Ci. da Inform. | Ciência da Informação; Responsabilidade Social; Diversidade Sexual. | 2017 |
| QUINTSLR, M. M. M.; et al. | Visibilidade social de indivíduos transgênero e sistemas de organização do conhecimento | Informação & Informação | Organização do Conhecimento. Linguagem. Indivíduos Transgêneros. Visibilidade. | 2017 |
| SALLES, D. G.; GONÇALVES, J. dos S.; ARAUJO, L. D. de. | A transexualidade na literatura científica das Ciências da Saúde | Informação & Informação | Ciências da Saúde. Análise de domínio. Gênero. Transexualidade. Produção científica. | 2017 |
| CABRAL, J. R. | Arquivos da repressão: fontes de informação sobre diversidade sexual e de gênero na ditadura militar | Archeion Online | Arquivos. Ditadura. Diversidade. | 2017 |
| GUIMARÃES, J. A. C.; NASCIMENTO, F. A.; PINHO, F. A. | The metaphorical dimension of LGBTQ Information: Challenges for its subject representation | Informação & Sociedade: Estudos | Knowledge Organization; Representation; LGBTQ. | 2017 |
| PINHO, F. A.; GUIMARÃES, J. A. C. | A precisão nas linguagens de indexação: um estudo com a temática da homossexualidade masculina | ENANCIB | Ética informacional. Representação do conhecimento. Figuras de linguagem. | 2011 |

| | | | | |
|--|---|--|--|------|
| VIANA, A. F.; OLIVEIRA, D. A. | A produção científica na UFMG acerca da temática LGBT: um estudo propedêutico | ENANCIB | Produção Científica; Estudo Bibliométrico; Segmento LGBT | 2016 |
| CALIXTO, A. A.; CÔRTEZ, G. R.; SOARES, G. S. | . ROMPENDO O SILÊNCIO: a informação no espaço LGBT do estado da Paraíba | Archeion Online | Arquivologia. Informação e Discriminação. Homofobia. Espaço LGBT – Paraíba. | 2016 |
| LIMA, G. B. de | A Biblioteconomia na Representação Fílmica de Gênero | Folha de Rosto: rev. De bibliotec. E Ci. Da Inf. | Gênero. Biblioteconomia. Bibliotecário. Biblioteca. Cinema. | 2016 |
| PINHO, F. A. | Metafiltro para controle terminológico de metáforas no domínio da homossexualidade masculina | Ciência da Informação | Organização do conhecimento; Representação do conhecimento; Figuras de linguagem | 2014 |
| MARCELINO, S. C.; et al. | O Serviço de Informação e Documentação do Inpe como elemento estratégico na produção e disseminação de conhecimento nas áreas de ciências e tecnologias espaciais | Inclusão Social | Unidades de Informação; INPE; Biblioteca; Produção Científica; Repositório Institucional | 2014 |
| FERREIRA, R. da S. | A informação social no corpo travesti (Belém, Pará): uma análise sob a perspectiva de Erving Goffman | Ciência da Informação | Ciência da informação; Informação social; Gênero; Travestis; Belém. | 2009 |
| SILVA, C. R. da; LARA, M. L. G. de | Os termos relativos ao segmento GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros) no contexto das linguagens documentárias | Informação & Informação | Homossexualidade; Linguagens documentárias. | 2009 |
| MIRANDA, A. B. | Cecily ou a missão do bibliotecário | Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG | Bibliotecário; peça de teatro; acervos; sociedade. | 1979 |

Fonte: as autoras.

A partir da nuvem de assuntos criada com as palavras-chave dos artigos em BCI, percebeu-se um destaque da Organização do Conhecimento, Biblioteconomia e Representação do Conhecimento tratando da temática LGBT:

Imagem 1 - Nuvem de tags a partir das palavras-chave dos artigos

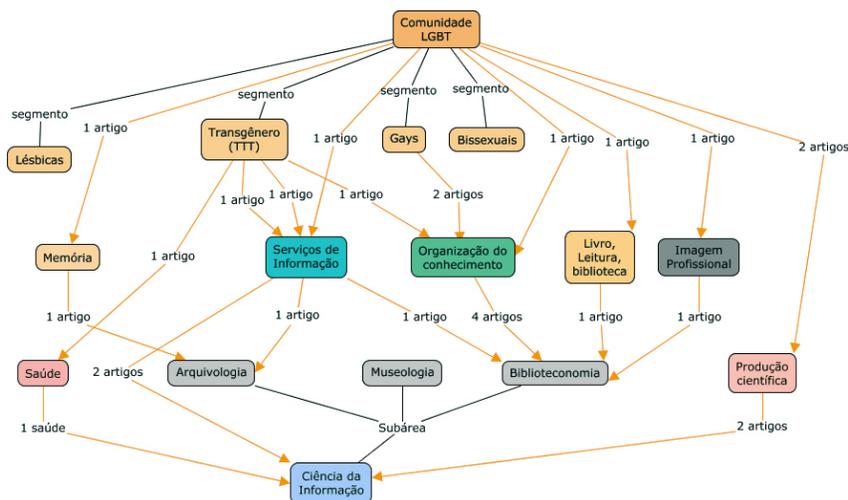


Fonte: Autoria própria.

Em relação à quantidade de resultados de Santos, Targino e Freire (2017), percebeu-se uma quantidade significativamente maior de documentos, pois a pesquisadora relatou apenas 1 documento pertencente à BCI. Tais diferenças podem ter sido influenciadas pelos termos de busca, e pela inclusão, nesta pesquisa da Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, enquanto Santos, Targino e Freire (2017) limitaram-se à Ciência da Informação, mas também se percebe um aumento das

publicações a partir do ano de 2016, logo após a pesquisa da autora.

Figura 2 – Mapa conceitual dos resultados a partir da temática



Fonte: Autoria própria.

No que se refere aos conteúdos abordados nos estudos, aqui analisados sob seus resumos, notou-se certo equilíbrio entre as publicações referentes à Ciência da Informação, Arquivologia e Biblioteconomia, respectivamente com cinco, dois e seis trabalhos, versando sobre: memória; organização do conhecimento; imagem profissional; serviços de informação; informação e saúde; livro, leitura e biblioteca e produção científica. Interessante destacar os referentes à Organização do Conhecimento, dado que evidencia uma preocupação dos profissionais da informação com a temática a partir da representação, por meio de termos que não ecoem preconceitos ou estigmas, através de um padrão

palatável à comunidade e homogeneizante para a área.

Os que tratam de livro, leitura e biblioteca, bem como os que falam sobre informação e saúde e serviços de informação evidenciam que a sociedade deve, por conseguinte, a própria CI e suas correlatas, desinvisibilizar as questões relacionadas à gênero. Para tanto, um dos caminhos pode ser a facilitação de acesso às informações importantes à comunidade LGBT, sejam essas informações de ordem social (lgbtphobia, direitos, levantamento de índices de violência, etc.), seja de outras ordens, como saúde e educação, coadunando-se inclusive com o trabalho que trata de memória (na perspectiva de análise dos arquivos da Ditadura Militar brasileira), o qual mostra, por meio de documentos arquivísticos, as repressões sofridas à época. Tais estudos mostram uma preocupação ascendente da área com a temática, mas ainda pouco explorada nestes quase 40 anos de publicações.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se uma preocupação ascendente da Ciência da Informação com a temática LGBT a partir do ano de 2016, o que mostra um amadurecimento e aderência da área com as questões que envolvem gênero e sexualidade. É certo, no entanto, que este amadurecimento é, ainda, tímido, frente aos desafios e dificuldades que enfrenta a comunidade LGBT, sobretudo, no que tange ao acesso à informação. Estudos na área de representação temática demonstram o anseio dos profissionais da informação em usar termos que contemplem, de forma integrada, consciente e política, a diversidade sexual em sua essência e pluralidade. Ao se apreciar o tema sob o direcionamento a questões ligadas ao livro, leitura e biblioteca, parece-nos ainda um tabu a discussão, inclusive tendo em vista o cenário atual de estigma dos termos “gênero”

e “sexualidade”, quando voltados ao ambiente escolar. Este processo de invisibilização temática é, conseqüentemente, uma invisibilização da própria comunidade, na sua mais tenra idade, que, como bem marca Junqueira (2009), desencadeia um ambiente escolar de estranhamento e aversão ao diverso. O mesmo parece ocorrer com os subtemas memória, saúde e serviços de informação, ainda tateantes na discussão de gênero.

O desafio, portanto, parece-nos o atravessamento social que incide sobre a área, dado que as interações da Ciência da Informação, Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia com seu meio, no contexto brasileiro, podem se tornar empecilhos à apreciação do tema. As discussões no campo da informação, sobretudo com a valorização do paradigma social, devem ser progressistas, dado que o estado de bem estar social é uma das máximas deste paradigma, em especial, ao se pensar no objetivo 16 da agenda 2030: paz, justiça e instituições eficazes, cujas metas, entre outras coisas, versam sobre o acesso democrático à informação, combate à violência em suas mais diversas formas de ação e a valorização dos direitos humanos promovendo e fazendo cumprir leis e políticas não discriminatórias.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008.
- AMORIM NETO, M. R.; LIMA, M. H. T. F. O domínio de organização do conhecimento na base BRAPCI: uma análise estatística. **Investigación Bibliotecológica**, México, v. 30, n. 70, p. 83-104, set./dez., 2016. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/988/1/57606-165666-1.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.
- ARAÚJO, C. A. A. A ciência da informação como uma ciência social. **Ciência da**

informação, v. 32, n. 3, 2003.

ARAÚJO, C. A. A. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ciência da Informação**, v. 38, n. 3, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Manual de comunicação LGBT**: lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Paraná: ABGLT, [201-]. Disponível em: <https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Manual-de-Comunica%C3%A7%C3%A3o-LGBT.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=579494&id=16434803&idBinario=16434817>. Acesso em: 2 jun. 2018.

BRASIL. Decreto nº 8727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Diário Oficial da União, 29 abr. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8727.htm. Acesso em: 17 ago. 2018.

BRASIL. Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. **Atos Administrativos**, Conselho Nacional de Justiça, maio 2013. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/files/atos_administrativos/resoluo-n175-14-05-2013-presidencia.pdf. Acesso em: 2 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução que autoriza uso de nome social é homologada pelo Ministério da Educação. **MEC**, Respeito às Diferenças, 17 jan. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/59221-resolucao-que-autoriza-uso-de-nome-social-de-travestis-e-transexuais-e-homologada-pelo-mec>. Acesso em: 17 ago. 2018.

BUTLER, J. **Bodies that matter**: one the discursive limits of sex. Nova

- Iorque: Routledge, 1993. Disponível em: <http://eng5010.pbworks.com/f/ButlerBodiesThatMatterEx.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2018.
- CAPURRO, R. Epistemologia y ciencia de la información. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- CARDOSO, A. M. P. Retomando possibilidades conceituais: uma contribuição à sistematização do campo da informação social. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 107-114, jul./dez., 1994.
- CARDOSO, K. G.; LIMA, M. H. T. F. Produção científica sobre surdos na ciência da informação no Brasil: análise na base Brapci. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14, 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <http://enancib.sites.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/viewFile/382/294>. Acesso em: 20 ago. 2018.
- CARTAXO, A. D. L. Casais homossexuais podem adotar no Brasil? Politize!, 18 jan. 2018. Disponível em: <http://www.politize.com.br/gays-podem-adotar-no-brasil/>. Acesso em 17 ago. 2018.
- CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. Resolução n. 207 de 7 de novembro 2018. Aprova o Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário brasileiro, que fixa as normas orientadoras de conduta no exercício de suas atividades profissionais. **CFB**, Brasília, Nov. 2018. Disponível em: <https://www.cfb.org.br/institucional/etica/>. Acesso em: 2 Jun. 2019.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução n. 01 de 22 de março de 1999. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. **CFP**, Brasília, mar. 1999. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf. Acesso em: 17 ago. 2018.
- DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1989.
- DUARTE, Y. M. A sociedade da desinformação e os desafios do bibliotecário em busca da biblioteconomia social. In: RIBEIRO, A. C. M. L.; FERREIRA, P. C. G.

(Orgs.). **Bibliotecário do século XXI: pensando o seu papel na contemporaneidade**. Brasília: IPEA, 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=32855&Itemid=433. Acesso em: 18 ago. 2018.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ELÍDIO, T. O testemunho de um dos homossexuais esquecidos da memória.

Estação Literária: Vagão-volume, Londrina, v. 5, 2010, p. 1-10. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/letras/EL/vagao/EL5Art23.pdf>. Disponível em: 17 ago. 2018.

FOUCAULT, M. **A vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999. (História da Sexualidade, 1) [Publicação eletrônica Digital Source]. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940534/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-1-A-Vontade-de-Saber.pdf. Acesso em: 22 jun. 2018.

FOUCAULT, M. **O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Edições graal, 1984. (História da sexualidade, 2). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940574/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-2-O-Uso-dos-Prazeres.pdf. Acesso em: 18 ago. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 18 ago. 2018.

JATUF, J. D. Una propuesta de enseñanza fundamental para los primero saños de formación universitaria: El caso de la Bibliotecología Social. In: INGRESSO UNIVERSITÁRIO, 5., 2013, Buenos Aires. **Anales...** Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires - Facultad de Filosofía y Letras Departamento de Bibliotecología y Ciencia de La Información, 2013. p. 1 - 8. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/19835/1/LujanJDJ4.1BS.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.

JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações**

sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC, Unesco, 2009. (Col. Educação para todos, 33). Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume32_diversidade_sexual_na_educacao_problematizacoes_sobre_a_homofobia_nas_escolas.pdf. Acesso em: 22 jun. 2018.

KAOEHLER, S. M. F. Homofobia, cultura e violências. **Interações**, n. 26, p. 129-151, 2013. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/3361/2688>. Acesso em: 17 ago. 2018.

KEDOUK, M. Pecado original: por que as religiões condenam o sexo? **Superinteressante**, 8 jun. 2018, Sociedade. Disponível em: <https://super.abril.com.br/sociedade/pecado-original-por-que-as-religoes-condenam-o-sexo/>. Acesso em: 17 ago. 2018.

LINDERMANN, C. Biblioteconomia social: discutindo e refletindo a identidade de gênero. **Biblioo**: cultura informacional, 19 nov. 2016. Disponível em: <http://biblioo.info/biblioteconomia-social-discutindo-e-refletindo-a-identidade-de-genero/>. Acesso em: 18 ago. 2018.

LINDERMANN, C. SPUDEIT, D.; CORRÊA, E. C. D. Por uma Biblioteconomia mais social: interfaces e perspectivas. **Revista ACB**, v. 21, n. 3, p. 707-723, dez. 2016. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1211>. Acesso em: 18 ago. 2018.

MATHEUS, R. F. Rafael Capurro e a filosofia da informação: abordagens, conceitos e metodologias de pesquisa para a Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 10, n. 2, 2005.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

SANTOS, R. N. R. dos; TARGINO, M. das G.; FREIRE, I. M. A temática diversidade sexual na Ciência da Informação: a perspectiva da responsabilidade social. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v. 4, n. 1, p. 114-135, 2017.

SOUTO, L. Assassinatos de LGBT crescem 30% entre 2016 e 2017, segundo relatório: levantamento mostra que maioria das vítimas morre com armas de fogo e na rua. **O Globo**, 17 jan. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/assassinatos-de-lgbt-crescem-30-entre-2016-2017-segundo-relatorio-22295785>.

Acesso em: 3 jun. 2018.

PUFF, J. LGBTs sofriam torturas mais agressivas, diz CNV. **BBC Brasil**, Rio de Janeiro, 10 dez. 2014. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141210_gays_perseguiacao_ditadura_rb. Acesso em: 17 ago. 2018.

QUINALHA, R. H. **Contra a moral e os bons costumes**: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-20062017-182552/pt-br.php>. Acesso em: 17 ago. 2018.

SETTERINGTON, K. **Marcados pelo triângulo rosa**. São Paulo: Melhoramentos, 2017.

INFORMAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL: um estudo de gênero na política de santa rita-PB

> *Valdir de Lima Silva*
> *Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira*

1 PRIMEIRAS PALAVRAS: PALAVRA DE MULHER!

A proposta é de se pensar a informação não apenas enquanto algo reservado, exclusivo aos espaços institucionais de memória (arquivos, bibliotecas, museus), nem da comunicação, como os meios que veiculam informação, mas enquanto condição de autoconhecimento, de pessoa informada através desse conjunto mencionado e com formação política específica. É esse nosso ponto de partida.

Destacamos aqui a informação enquanto produto construído por grupos, segmentos da sociedade civil organizada, como um elemento propulsor para uma formação, na condição de ferramenta capaz de fomentar condições de acesso, pertencimento de mulheres a espaços antes ocupado apenas por homens: Informação e Inclusão Social.

Desta feita, focamos a discussão numa perspectiva de se pensar no empoderamento feminino no campo da política partidária e das práticas eleitorais. Nosso entendimento é de que, a partir da condição

de pessoa informada de seus direitos, que essa possa se reconhecer em seu tempo/espaço como agente transformadora dele. Informação e inclusão social figuram como sinônimos num sentido de se poder usar a informação como instrumento de luta para modificá-lo em seu favor e de uma coletividade. O lugar de fala de nossas personagens é de pessoas de origem em classes populares que ascenderam e ocuparam espaços diversos, a partir de um processo de formação que as levaram para o engajamento político-social.

Partimos do pressuposto de que há um abismo entre a participação de homens em detrimento das mulheres nos partidos políticos, devido a pouca oportunidade que o sistema oferece com condição de igualdade para ambos os gêneros. Além disso, há, na vida política, nos partidos, em sua maioria absoluta, uma forte presença masculina, sobretudo nos quadros de comando, não promovendo atrativos para o acesso das mulheres a estes. Quando olham para as estruturas dos partidos políticos, as mulheres não se veem lá e, se estiverem, é na condição de porta-vozes dos sobrenomes de seus pais ou maridos.

Conforme Rabay (2010), evidenciamos discursos que nos expõem um perfil em relação ao pertencimento a famílias tradicionais na política. Nestes, nota-se que prefeitas paraibanas se encontram atreladas às famílias políticas, implicando agrupá-las enquanto herdeiras de um possível capital político familiar. Analisando tal questionamento, nos deparamos com a ideia de continuidade a um trabalho iniciado, muitas vezes, por familiares sanguíneos, ou na figura de ex primeira dama, continuando um trabalho proposto por seu marido.

Nossa entrevistada, a professora Dapaz França, candidata a vice-prefeita de Santa Rita em 1988, referindo-se ao seu interesse pela política, nos disse:

Eu não tinha pretensão nenhuma de me candidatar, nunca, nunca tive. Por toda uma criação repressora em que nós tínhamos, nós mulheres não tínhamos direito de muitas coisas. Até por conta da família, o marido não gostava muito. Como professora eu conseguia conquistar uma boa parte dos meus alunos e me tornar uma pessoa, digamos, simpática e popular. As pessoas me achavam engraçada, comunicativa.

Nossa outra entrevistada, a Agente Comunitária de Saúde Marina Targino, candidata a vice-prefeita de Santa Rita em 2016, afirmou que:

Desde a infância e a adolescência era uma coisa que eu sempre gostei naturalmente. De olhar, ouvir políticos discursando. Todo o comício que tinha em Santa Rita eu não perdia um. Na prática, na vida jovem adulta, todas as coisas que ocorriam em questões trabalhistas e necessidades das pessoas eu observava que tudo tinha as mãos dos políticos (...) Isso deixou uma marca, que quando que eu fui para uma reunião de um sindicato, eu ouvi um presidente do sindicato falar que nós Agentes de Saúde só estávamos passando por aquela situação por que não tínhamos nenhuma representação na câmara municipal de Santa Rita.

Nos discursos de duas mulheres de gerações diferentes, podemos identificar traços bastante comuns nas falas, seja quanto à distância com a qual elas viam as mulheres na política, seja quanto ao interesse de estarem na política.

Entendemos que há na política um ambiente misógino, assim como nos demais setores da sociedade, e que, nas disputas internas e externas, a participação feminina restringe-se mais ao preenchimento de vagas

exigido pela legislação. Portanto, elas exercem um papel secundário, coadjuvante, de acordo com relatos das mulheres entrevistadas para este trabalho.

Rodrigues (2004) garante que um marco fundamental na história dos movimentos de mulheres em todo o mundo foi o ano de 1975, declarado pela ONU como o Ano Internacional da Mulher. Neste ano realizou-se a Primeira Conferência Mundial sobre a Mulher, sendo declarada a Década da Mulher – 1975- 84.

Esta iniciativa significou o reconhecimento de que as mulheres vivenciavam situações de desigualdades e de discriminações. Além disso, os Governos de todo o mundo assumiram o compromisso de adotar medidas visando mudar esta situação. Rodrigues (2004) diz ainda que, no Brasil, as mulheres promoveram grandes debates e criaram os primeiros grupos feministas, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Como desdobramento, a ONU adotou a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, em 1979, que o Brasil ratificou com reservas em 1984, as quais foram suspensas apenas em 1994.

Vimos que a estigmatização construída culturalmente em torno da aptidão de gênero para determinados assuntos criou uma cultura no Brasil de se segmentar temas específicos para cada gênero, a exemplo do esporte, da política e da liderança religiosa (com exceção das religiões afro-brasileiras), enquanto característicos do universo masculino, promovendo uma tradição de exclusão das mulheres nesses campos.

Perrot (2005) diz que essas injunções não foram aceitas por milhares de mulheres brasileiras que se colocaram no lugar de resistência, muitas das quais ficaram anônimas, outras tantas foram esquecidas e poucas são lembradas.

Nosso objetivo é de se fazer um estudo de gênero na política, pensando sobre inclusão informacional, com foco na formação política, enquanto condição essencial para a inserção feminina. Propositamente, trouxemos para discussão teórica/metodológica uma literatura transdisciplinar apenas com autoras que trabalham com as temáticas sobre gênero, inclusão informacional etc, e concluímos, trazendo para nossa trama, duas personagens da política de Santa Rita, PB, a saber: Dapaz França e Marina Targino. Constatamos, durante a pesquisa, que não há nenhum trabalho publicado na Ciência da Informação sobre política e gênero no Brasil.

2 AS MULHERES NA POLÍTICA: POR UMA MEMÓRIA NACIONAL

Mesmo havendo uma parca pesquisa sobre a participação feminina na vida pública e em meio à exclusão das mulheres nas esferas do poder, temos registros de destaques delas, desde o período colonial brasileiro, mesmo não figurando nos livros de história.

De acordo com Fonseca (2008), no século XVI, período da colonização do Brasil, algumas mulheres, esposas de donatários, governaram com sucesso capitânias hereditárias, representando o rei de Portugal na colônia, com plena autoridade tanto no campo judicial (para aplicar a lei) quanto no campo administrativo (para nomear funcionários). Fonseca (2008) garante que somente a partir da segunda metade do século XIX algumas mulheres brasileiras deixaram o Brasil para estudar no exterior, pois no país o ensino superior só foi estendido às mulheres a partir de 1879.

Nesse período, mulheres que tiveram acesso à educação no exterior retornaram, lutaram pelos direitos da mulher e passaram a reivindicar,

também, direitos políticos, dando início ao movimento sufragista, para o qual o voto estava vinculado à igualdade da mulher e aos direitos humanos gerais, como a abolição (FONSECA, 2008).

Para Pinto (2002), na Constituição republicana de 1891, o direito de votar não é explicitamente negado à mulher, mas a grupos sociais abastados, como a população negra, não escolarizada e empobrecida. Diz que a mulher não é sequer citada, já que os constituintes nem viam as mulheres como cidadãs.

Entendemos que os silenciamentos sobre a movimento de organização de mulheres no Brasil não implica dizer que estas não estavam se movimentando. Do contrário, esta prática era uma manobra para que não se soubesse através dos meios de comunicação, das lutas feministas em prol do direito de se exercer cidadania através do voto! Há um longo percurso para sua concretização. A demora do advento de uma mídia alternativa que chegasse às massas, em sua maioria, sem escolarização, fez com que pouco se soubesse sobre a organização dos movimentos sociais.

Ainda segundo Fonseca (2009), com a Revolução de 30, as feministas se uniram a Vargas para discutir o anteprojeto da constituição de 1932, e conseguiram que Berta Lutz fosse indicada pelo presidente para discutir o parecer. Houve então uma manobra para retirar do anteprojeto o direito de voto das mulheres, mas o presidente antecipou a divulgação do documento e fez publicar o Código Eleitoral Provisório, instituído pelo Decreto N.º 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, o qual garantia o voto a mulheres casadas com autorização do marido e a viúvas e solteiras que tivessem renda. Essas restrições só foram eliminadas no Código Eleitoral de 1934. Só em 1997, a Lei nº 9.504/97 estabelece as normas para as eleições. De acordo com o

artigo 10º, parágrafo 3º, cada partido ou coligação deve preencher, nas eleições proporcionais, o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo.

Quando optamos por trabalhar com temas relacionados a grupos excluídos, afirmamos que se faz necessário ouvir vozes historicamente silenciadas, invisibilidades por um sistema arcaico, mas atualíssimo, forjado em roupagens ditas modernas, mas visíveis na teia de relações sociais entre homens e mulheres, seguindo os ditames de uma cultura machista, vigente no Brasil.

3 NOSSA METODOLOGIA

Para Perrot (2005), o silêncio das mulheres foi e é promovido pelas religiões, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamento, cuja lista de verbos no imperativo incluía termos como ‘aceite’, ‘conforme-se’, ‘obedeça’, ‘submeta-se’ e ‘cale-se’. Entendemos que não se podem estabelecer quaisquer metodologias sem priorizar a escuta das personagens, protagonistas anônimas de um cotidiano retratado por nós, como excludente e misógino no campo truculento da política partidária, onde o foco da autoexistência é a disputa pelo poder.

Trabalhamos com a análise dos dados de coeficientes eleitorais na cidade de Santa Rita junto ao TRE-PB, desde a participação feminina nos pleitos municipais com as chapas majoritárias e as candidaturas proporcionais 1947-2016, tendo como objetivo investigar a participação feminina em contraposição com a masculina.

Há uma alegoria sobre a fala, na qual Rubem Alves (1996) diz que ela é masculina, ao passo que o ouvido é feminino, e que o ato da fala e da escuta pode ser pensado como relação sexual. Metaforicamente, a fala, o argumento, penetra o ouvido que a recebe como um falo e

o engravida! Na contramão, evocaremos aqui uma fala feminina de mulheres feministas, orgânicas ou de atitude. Uma fala pensada por mulheres excluídas, que militam por inclusão na vida pública. Pensamos numa boca e num ouvido andrógono, hermafrodita, sendo ofertada para todos os gêneros.

Escolhemos duas mulheres que atuaram como protagonistas de um processo de participação feminina na história política de Santa Rita, a saber: Dapaz França e Marina Targino. Colhemos depoimentos das mesmas e os utilizamos no escopo do texto como histórias de vida, pensadas a partir da história oral.

Nossa escolha por estas personagens deve-se não apenas ao fato de serem estas a primeira e a mais recente, mas pelo histórico de vida de ambas, oriundas das camadas populares e com atitudes de vanguarda. Outras poucas mulheres que pleitearam ativamente cargos eletivos majoritários, com exceção de dona Creuza (In memorian), eram da elite política local, de famílias com tradição política e outras apenas figuraram nas chapas.

Para Zago (2003), a entrevista compreensiva não tem uma estrutura rígida, isto é, as questões previamente definidas podem sofrer alterações conforme o direcionamento que se quer dar à investigação. Há preferência a perguntas mais abertas e a um roteiro flexível.

Errante (2000) entende que, enquanto pessoas pesquisadoras, precisamos estar sempre com atenção em relação ao significado que há por trás de memórias particulares que nós coletamos durante nossos trabalhos com metodologia em fontes orais, visto a subjetividade das pessoas entrevistadas.

Os dados tabulados foram compilados pelo pesquisador autodidata Sílvio Roberto de Alcântara Oliveira. Sílvio é um cidadão de Santa Rita

que exerce a função sacerdotal de diácono na igreja católica e tem um histórico de militância política e sindical no campo de esquerda, tendo interesse pela ciência política.

A pesquisa minuciosa, feita pelo diácono Sílvio Roberto, no TRE, sobre todos os pleitos eleitorais de Santa Rita, é um verdadeiro acervo de dados, organizados por categoria, assunto etc. O rico material tem potencial capaz de produzir estudos diversos. Sem intenção de se aprofundar em pesquisas teóricas sobre o tema, Sílvio nos disponibilizou os referidos dados úteis para a pesquisa. A análise dos dados dos pleitos eleitorais junto aos depoimentos colhidos foi fundamental para se estabelecer uma reflexão mais profícua com a literatura.

4 A PARTICIPAÇÃO FEMININA NOS PLEITOS ELEITORAIS EM SANTA RITA

A cidade de Santa Rita, de acordo com Santana (1990), é o segundo núcleo de povoamento mais antigo da Paraíba, iniciando-se junto com a história do Estado, quando da instalação do Engenho Real Tibirí, em 1586, pelos portugueses. Após os períodos históricos da colônia e do império, Santa Rita entra na república e, conseqüentemente, começa a participar dos pleitos eleitorais.

Entendemos que, durante todo percurso histórico, quando do veto do voto feminino na implantação da república brasileira através da constituição de 1891, houve uma luta por parte das mulheres pelo direito ao voto, abafada pelas estruturas de poder, tendo sido retardado o direito ao voto feminino para 1932. Fonseca (2008) nos diz que, muitas mulheres, em sua maioria, jovens da classe média e intelectuais, engajaram-se em movimentos e organizações clandestinas

de esquerda e lutaram pela recuperação dos direitos civis e políticos, nas décadas de 1960 e 70, até início da década de 80. Na lista de nomes de mulheres figura Dilma Rousseff.

Quanto à participação feminina nos pleitos eleitorais em Santa Rita, montamos um quadro com base nos dados do TRE-PB com os nomes das candidatas a prefeitas e vice-prefeitas entre os anos de 1988 a 2016, num percurso de quase três décadas, em que nenhuma foi eleita ao cargo de prefeita, nem ao de vice, uma vez que os candidatos a prefeitos nas chapas que elas compuseram foram derrotados. Santa Rita nunca teve uma mulher no comando!

Tabela 1 – Mulheres Candidatas

| Mulheres Candidatas ao Cargo de Prefeita e Vice – Prefeita | | | | |
|--|----------------|------|--------------|-------------------------------|
| Candidata | Cargo | Ano | Partido | Cargo |
| 01 Maria da Paz Franca da Silva | Vice-Prefeita | 1988 | PT | Prefeito Wanderley Gomes |
| 02 Estefânia Maroja | Prefeita | 1992 | PMDB | |
| 03 Ana Lúcia de A. Ribeiro Coutinho | Prefeita | 1996 | PTB | |
| 04 Ângela Uchoa Vilhena | Vice-Prefeita | 1996 | | |
| 05 Creuza Maria da Silva | Vice- Prefeita | 2000 | PFL/ PSDB | Prefeito Reginaldo Pereira |
| 06 Risonete | Vice-Prefeita | 2004 | PP/PRP | Prefeito Joaquim D Ramos |
| 07 Ana Cristina | Prefeita | 2008 | PHS/ PTB | |
| 08 Marina Targino | Vice-Prefeita | 2016 | PSOL | Prefeito Prof. Valdir* |

Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

*No número 8, no grifo nosso, fui o candidato a prefeito junto com Marina Targino pelo PSOL em 2016

De acordo com o quadro, mesmo podendo votar na década de 1930, apenas em fins de 1980 houve participação feminina em campanhas majoritárias em Santa Rita, sendo a professora Dapaz França a pioneira.

Fica evidente também que as candidatas Estefânia Maroja (Esposa do prefeito Severino Maroja) e Ana Lúcia, mesmo sendo primeiras damas, Estefânia por três vezes e Ana Lúcia por quatro, não foram eleitas prefeitas. No ano de 2004, foram eleitos Marcus Odilon para prefeito e Péricles Vilhena vice, estes, respectivamente, esposos de Ana Lúcia e Ângela Vilhena. O comportamento do eleitorado demonstrou a preferência pela chapa com os maridos e não se estendeu às esposas. Estefânia Maroja foi a única mulher de Santa Rita eleita deputada estadual por dois mandatos: em 1994, com 13.441 votos, e em 1998, com 16.743 votos, pelo PMDB, perdendo em seguida. Isso reforça que a população a elegeu apenas para um cargo proporcional, não majoritário.

Rabay (2010), em um estudo sobre tradição política e participação de mulheres indicadas pelos maridos, afirma que, não obstante serem levadas a essa situação em função dos interesses familiares, parte das prefeitas paraibanas expõem que não encontram na política partidária um ambiente amigável de fácil adaptação. Nesse contexto de inserção, elas precisam se adaptar a um ambiente hostil, com uma prática política para a qual não foram treinadas e que as fazem se sentirem deslocadas.

Dapaz França nos diz que:

Nós mulheres temos espaços em qualquer lugar, vida pública e na vida privada. Existe diferença entre a mulher da classe trabalhadora e da dominante. Apesar de ter restrições de gênero também na classe

dominante, porém quando chegar a hora de dividir entre um homem da classe trabalhadora e uma mulher da dominante, eles preferem uma mulher da classe dominante.

De acordo com Rabay (2010), o papel feminino de apoio aos maridos políticos, desempenhado pelas esposas, às vezes, adquire visibilidade, concretizando-se em atividades de assistência social próprias do papel de “primeira-dama” ou de esposa de político. A companheira do político também atua discretamente nos bastidores, influenciando importantes decisões.

Dona Creuza (in memorian) era uma líder comunitária do bairro de Várzea Nova, muito querida pela comunidade, chamada de Mãe Creuza por muitas pessoas, tendo contribuído com um tom vitorioso durante toda campanha do candidato Reginaldo Pereira, cuja chapa perdeu por um percentual muito pequeno.

As candidatas Risonete e Ana Cristina não participaram de campanhas, apenas lançaram candidaturas. No caso de Ana Cristina, a candidatura foi registrada uma noite antes da eleição, em 2008, substituindo o titular. Temendo a impugnação do nome do candidato Reginaldo Pereira, ele a colocou, pois Ana Cristina era esposa do seu sobrinho Flávio Pereira.

O então prefeito Marcus Odilon colocou, ainda à noite, trios elétricos nas ruas da cidade, infringindo a lei eleitoral e sem represálias por parte da justiça eleitoral, com o locutor/apresentador de TV, Samuka Duarte, gritando em cima do trio que Ana Cristina era uma amante de Reginaldo Pereira, apelando para “os valores da família”. A cidade amanheceu com panfletos apócrifos, chamando Ana Cristina de amante, fazendo com que a chapa fosse derrotada nas últimas urnas apuradas, numa

eleição histórica, marcada por apagão do telão do TRE e a explicitação de preconceitos contra as mulheres.

No mais recente pleito (2016), Marina Targino foi a única mulher que concorreu em chapa majoritária na condição de vice-prefeita. A presença acanhada de mulheres em chapas majoritárias em Santa Rita sem nenhuma vitória denuncia uma realidade sobre a condição feminina no cenário da política brasileira. Seguimos com a participação das nossas personagens de Dapaz França e Marina Targino.

Concluimos acerca da participação feminina na política de Santa Rita que, segundo dados do TRE, sobre os pleitos a candidaturas proporcionais (Vereadoras), apenas 12 mulheres foram eleitas para 19 mandatos que disputaram. Além disso, 327 foram candidatas entre os anos de 1951 a 2016, com repetição de nomes, e apenas 265 foram candidatas nesse período sem repetição de nomes.

Apenas 62 mulheres foram candidatas mais de uma vez, o que revela um altíssimo número de desistência da carreira política. Destas, somente 12 se elegeram vereadoras sem repetição, somando-se 22 mandatos femininos, mas com repetição.

A primeira mulher a candidatar-se a vereadora foi Maria das Neves Teixeira de Vasconcelos, em 1951, pelo PSD, tendo apenas 22 votos, sendo o eleitorado de 8.351 pessoas. Não houve candidaturas femininas nos seguintes Pleitos: 1947, 1955, 1959 e 1963. Das 22 eleitas Vereadoras, 20 se elegeram por QP (Quociente Partidário) e 2 por Média, ou seja, as Candidatas Maria Cícera da Nóbrega (Cicinha), PMDB – 2008, com 2.507 votos, e Finha, PSD – 2012, com 1.000 votos.

Rodrigues (2004) afirma que o Brasil integra o grupo de 70 países com o pior desempenho quanto à presença de mulheres no parlamento, menos de 10% na Câmara Baixa ou Câmara dos Deputados. No outro

extremo, apenas 15 países no mundo apresentam índices superiores a 30% de participação feminina nessa esfera de poder.

Rabay (2010) nos expõe um perfil em relação ao pertencimento a famílias tradicionais na política. Nesse contexto, nota-se que parte das prefeitas paraibanas encontram-se atreladas à famílias políticas, implicando agrupá-las enquanto herdeiras de um possível capital político familiar.

Em 1968, a professora Débora Soares de Araújo (In memorian) foi a primeira mulher eleita em Santa Rita, com 391 votos, pelo ARENA, sendo reeleita em 1972 e perdendo no pleito seguinte. A segunda foi Maria da Penha Costa, em 1976, com 732 votos, pelo PMDB. Em 1988, Vicência Maria Lianza Lombardi Pedrosa, com 458 votos, pelo PSB. Em 1992 foram eleitas três mulheres: Gizélia Maria de Andrade Costa Inácio, com 404, votos pelo PFL; Vicência Maria Lianza Lombardi Pedrosa, 446 votos, pelo PDT; Maria da Penha Costa, 366 votos, PTB, sendo as duas últimas reeleitas.

Maria Cícera da Nóbrega foi eleita quatro vezes e elegeu sua filha Cibelly Nóbrega, em 2012, com 1.780 votos, e seu filho Bruno Nóbrega, em 2016. Em 1996, Cicina Nóbrega obteve 552 votos; em 2000, 1.114 votos; 2004, 1.638 votos; em 2008, 2.507 votos, ambas pelo PMDB.

Em 1996, foi eleita Irene Pereira (Maria José da Costa Pereira Araújo), com 836 votos, pelo PFL/PSDB, sendo a única mulher eleita para presidência da Câmara Municipal até o momento. Salienta-se que Irene foi eleita por que tem tradição política familiar. Em 2000, foi eleita, pela primeira vez, Josefa Mariano (Finha), com 586 votos, pelo PSL\PSDC, e reeleita em 2012, com 1.000 votos, pelo PV\PSD, sendo a primeira vereadora negra e moradora da zona rural de Santa Rita, em Lerolândia.

Em 2014, elegeu-se Fernanda Santiago, com 894 votos, pelo PRONA, e, em 2012, Vanda de Olavo, com 1.590 votos, pela coligação PRP\PHS\PTdoB\PSDB, além de Ivonete, com 1.325, PV\PSD. Em 2016, Rosely (Rosa do Vaqueiro), com 1.527 votos, PC do B. Das 22 mulheres eleitas vereadoras, 20 se elegeram por QP (Quociente Partidário) e apenas 2 por média, ou seja, as candidatas Maria Cícera da Nóbrega (Cicinha) e Josefa Mariano (Finha).

4.1 DAPAZ FRANÇA: da informação para a formação política

Nascida em casa, em 1954, na Usina Santa Rita, Maria da Paz de França Silva, é filha de uma dona de casa com um funcionário da usina, os quais conseguiram formar cinco dos seis filhos, sendo um em engenharia e matemática e as quatro mulheres em pedagogia e licenciaturas.

Dapaz se formou em Matemática pela UFPB, tendo passado antes pelo atual IFPB e é professora da Escola Cidadã Enéas Carvalho, desde a década de 1980. Ela nos contou que seu interesse pela política surgiu do fato de ter nascido num terreiro de usina. Segundo ela, os donos da usina eram envolvidos com a política:

O velho Flávio Ribeiro Coutinho foi governador do Estado e o filho, João Crisóstomo foi prefeito de Santa Rita. E eles como os outros donos de engenhos, os coronéis, tinham o domínio político. E nós muito jovens víamos eles nos carregando para votar, tirar o título sem ter idade ainda.

Segundo Dapaz França, seu envolvimento com a política foi, no primeiro momento, sem nem perceber, contra ela mesma, contra a classe trabalhadora. Logo em seguida, participou de movimentos estudantis,

de jovens, ainda no ensino fundamental, e alguns(umas) professor(as) es lhe ajudaram, lhe fizeram refletir sobre essas questões, a exemplo de Maria Helena Carmélio, José Alves, Vilma, Edilson Amorin, que lhe deu um livro, “A mãe de Marx Gorki”, pontapé inicial para ela entender melhor, discernir as coisas e ver o que era melhor para si.

Dapaz diz que era tudo muito velado por estar na ditadura militar quando ela tinha 15 anos. Participava da igreja católica, das comunidades eclesiais de base, nas pastorais. Quando foi para a Escola Técnica Federal, passou a ter uma nova visão de mundo: “de repente, tudo ficou muito grande. Tudo que aprendeu no ginásio começou a fazer sentido, a dar liga”.

Sobre a filiação a um partido político, afirma que só veio na idade adulta, início da década de 1980, quando casada. Já tinha participado da greve de professoras(es) em 1979. As conversas com alguns professores, como o próprio Edilson Amorim que orientou ela e o amigo Severino Ramos (In memoriam), desde o colegial, a estimularam a fundar, em Santa Rita, um partido político.

Precisávamos de um partido que nos representasse, por que até então só tínhamos o MDB e a ARENA. Com a abertura política e o pluripartidarismo, foram criados vários partidos. Simpatizei com o PT recém criado (1980) por que começaram a ter a necessidade, um instrumento político que os representassem, pelas bases, pela clareza das lutas. Mas naquela época eu não tinha noção, clareza teórica do eu estava fazendo, eu tinha um empirismo, pragmatismo.

Eu ajudei a construir o PT(1981) em Santa Rita com outros colegas como Severino Ramos, Wanderlei Gomes, José Santana e muitos outros. E a gente tinha uma energia que a gente juntava Bayeux, Cruz do Espírito

Santo e Cabedelo e acabava fazendo quase um partido só, por que nós erámos tão poucos que quando fazíamos reunião, fazíamos quase todo mundo juntos e isso era muito interessante, era muito bom”.

Indagada quanto aos critérios de sua escolha pelo Partido dos Trabalhadores, sobre sua simpatia pelo campo da esquerda na política, Dapaz França revela:

A minha opção pelo PT era isso, era uma coisa nova que tava surgindo e nós acreditávamos que seria um instrumento, um divisor de águas para a classe trabalhadora atingir a sua magnitude, a sua libertação. A proposta de criação e fomentação desse partido era isso (...) Eu participava ativamente das movimentações da sociedade de Santa Rita no sentido de me contrapor.

Invocamos a uma análise de conjuntura por parte da entrevistada, que nos falou sobre a presença feminina na política e a reação social.

Nessa época eu já era professora. A sociedade não reagia bem, por que uma mulher participando das atividades naquela época não se concebia. Eu, uma mulher de origem pobre, batendo de frente de maneira muito rígida com os donos do poder. Minha família, minha mãe, tinha medo por que tinha ameaças veladas, ameaças explícitas. Fui obrigada a me transferir de escolas, fui ameaçada de ser jogada para o sertão da Paraíba por lutar pela retirada de nossos direitos. As pessoas mudavam de calçada quando me viam por que os maridos diziam que não era bom falar com mulheres do meu tipo, tinha muita coisa que me magoava, eu ficava sem entender.

Ressaltamos que Dapaz França foi uma das primeiras mulheres de Santa Rita a se formar em ciências exatas e que milita por mais de três décadas no movimento sindical do magistério do Estado, tendo integrado, por mais de uma gestão, a direção do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Paraíba (SINTEP). Foi assessora parlamentar do deputado estadual Chico Lopes, do PT, representando o partido de Santa Rita. Dapaz participou de diversos cursos de formação sindical e política em São Paulo e no país, inclusive, se autofinanciando. Sobre a escolha de seu nome para compor uma chapa majoritária, Dapaz França nos diz que:

Dentro do partido as discussões se deram pelo motivo de nós não termos muitas opções. Daí o partido começou a me estimular. No começo eu pensei como vereadora, mas precisava de alguém para vice, daí eu disse que ficava como vice-prefeita. Talvez se nós tivéssemos mais opções eu não tivesse sido candidata a vice-prefeita.

Eu não tinha muita clareza do que eu estava fazendo não, dessa história de eu ser a primeira mulher a candidatar-se, até por que a discussão não passava por aí. Apesar de eu fazer parte do Grupo de Mulheres de Santa Rita. Mas não se deu assim, você vai por que você é mulher! Eu não estava preocupada e nem tinha noção de que estava sendo a primeira mulher e nem sabia disso, fiquei sabendo agora ao você me questionar (Valdir Lima) e nem a discussão passava por esse viés, foi exatamente pela necessidade da luta, da organização e eu me dispus, me propus a ser.

Para Rodrigues (2004), as reflexões feministas e os movimentos de mulheres se desenvolvem e se expandem para outras instâncias políticas:

sindicatos, partidos e movimentos comunitários. A crítica ao sistema patriarcal (autoridade e superioridade masculina) e às práticas, valores e mentalidades sexistas e machistas (preconceituosas e discriminatórias) se fortalece. No âmbito da América Latina, os movimentos feministas também avançam sua organização e, a partir de 1981, realizam-se os Encontros Feministas Latino-americanos e do Caribe (inicialmente de 2 em 2 anos e depois de 3 em 3), reunindo grupos, iniciativas e histórias dos diversos países.

Perguntamos a Dapaz França os principais acontecimentos que marcaram sua trajetória nas campanhas em que ela participou na condição de candidata (1888 e 1992). Seguem-se trechos da entrevista:

O que ficou marcante para mim foi na minha candidatura a vereadora. Nós achávamos que eu seria eleita e eu de fato até hoje não tenho certeza se fui ou não fui, por que aqui em Santa Rita tinha aquela história de a gente dormir eleita e acordar derrotada, dormir derrotada e acordar eleita. E teve um impasse da contagem de votos. Segundo nos disseram, perdemos muitos votos de legenda e a direção estadual do PT não veio para a recountagem. Infelizmente ou felizmente eu não aprendi a me subordinar.

Outro fato foi na campanha de Lula para presidente. Eu estava fiscalizando e uma mulher naturalmente me agrediu, eu fui me defender, e o marido dela veio bater em mim e eu parti para cima dele, peguei um pedaço de pau e como ele era mole, ficou com medo e chamou a polícia. Mas para o azar dele e sorte minha, os policiais eram meus alunos e eu expliquei o que estava acontecendo. Isso para mim foi marcante, foi interessante.

Por fim, pedimos para que ela fizesse uma breve conclusão sobre o espaço da mulher na política brasileira, sobre desafios futuros, e a nossa entrevistada despede-se com este texto:

Nós mulheres e homens temos que nos organizar para que possamos destruir, nos libertar do capital, ele sim por que ele é o grande câncer que destrói a humanidade. Tem opressão de gênero? Tem, mas isso não nasceu com o capital, mas ele aproveitou-se e cada vez mais aumentou essa opressão, e se utiliza disso muito bem!

4.2. MARINA TARGINO: uma mulher na política atualíssima

Marinalva Targino da Silva se autodenominou Marina Targino. Nascida em 1978, em Santa Rita, foi criada sozinha pela mãe. Fez o ensino médio na Escola Normal, mas não quis ser professora. Após aprovação numa seleção pública para Agente Comunitária de Saúde em seu bairro (do Açude), virou servidora municipal de Santa Rita. Sobre sua história e interesse pela política, Marina Targino assevera que:

(...) Eu me lembro muito da minha tia, Maria das Mercês, irmã da minha mãe. Eu fui criada sem pai e minha mãe trabalhava muito. Ela cuidava de mim, me levava para reuniões de associações de bairros, reuniões das mães na escola. Ela dizia que tudo era importante, e eu aprendi com ela. Ela sempre gostou de morar em lugares próximo de comércio, rua principal onde eu via comércio, cultura e eu aprendi a gostar dessa diversidade, participei de quadrilhas juninas também. E isto foi me deixando popular, foi me moldando a ser o que hoje eu sou.

(...) eu me interessei em me filiar a um partido e o partido mais próximo da minha casa, que eu conhecia pessoas do bairro filiadas, era o Psol. E como o meu trabalho de Agente de Saúde é isento de qualquer tipo de preconceito, já que nós visitamos as residências com diferentes pessoas, com credo, religião, etnia ... O partido foi de encontro a minha profissão. O melhor partido que eu achei, que também abraça todos os tipos de pessoas, independente do que são, do que fazem, e talvez se eu tivesse procurado outro partido, pudesse ter tido barreiras. Na primeira oportunidade que eu falei com o presidente do partido que era José Silva, ele no mesmo instante fez minha filiação como também fez de três colegas do mesmo bairro.

Assmann (2011) destaca as formas de recordação, dentre elas a busca pelas identidades, numa confluência entre memória e história, sendo esta última uma memória de segunda ordem. Sabemos que Assmann (2011), quando aborda memória, refere-se a uma memória arquivística, reservada a espaços de memórias. Entendemos que a ausência desses espaços implica em dificuldades diversas para se pesquisar sobre grupos alijados do processo histórico. Neste sentido, nosso trabalho se propõe a dar voz aos representantes de tantas outras vozes.

Marina Targino, tendo como seu lugar de fala o cotidiano do bairro do Açude, em Santa Rita, tem uma história singular de tantas outras mulheres das periferias brasileiras, das mulheres trabalhadoras que conseguiram ocupar, transitar por espaços, através de um esforço redobrado de manterem-se informadas, numa busca por formação política. Marina Targino, ao falar sobre política, sociedade e sobre machismo na política, garante:

Muitos ainda desconhecem o meu papel na política, mas o meu papel como pessoa as pessoas reconhecem e gostam. A minha família tem um pouco de preocupação, a maioria da minha família não mora em Santa Rita. Os amigos vêm a questão política como a maioria dos santarritenses, que só quem ganha é quem tem dinheiro, mas me acham guerreira em entrar nessa questão de atuar na política, aprender mais política e acreditam que se houvesse mais pessoas como eu, seria melhor.

É como se fosse um esporte, as vezes, só para comparar, como se fosse um time de jogadoras de futebol. Elas têm capacidades muito boas e são consideradas boas no que fazem, mas só disputam entre si e não com os homens. Aí umas entendem as outras, no final do jogo elas são todas amigas. Na política é diferente. Uma mulher é inimiga de todos os homens, eu sinto isso! Os homens políticos não gostam de mulheres na política. As políticas públicas envolvem as famílias e isso as mulheres têm mais sensibilidade que os homens!

Perguntamos a Marina sobre sua opção por disputar uma eleição para vice-prefeita no ano de 2016. Segundo Marina Targino:

Na verdade a decisão de me candidatar foi para vereadora do meu bairro (...) sendo um dos mais carentes da cidade, estava precisando de uma representação, mas os amigos do partido em discussões acharam viável a minha participação como vice e não tinha nenhuma vice mulher para concorrer. (...) Seria uma vice atuante, diferente dos outros vices (...) As discussões no partido foram boas. As pessoas se chocavam quando sabiam (...) Não se chocavam de Valdir Lima está candidato a prefeito, mas com a condição de eu ser vice (...) Uma novidade, nunca

tinha pensado. Quando tem que ser as coisas vêm a nossa procura e eu fui, aceitei e o desafio. Serviu de muita experiência para o futuro.

Marina Targino nos relatou sobre ter participado de um pleito eleitoral, suas impressões, sensações, sentimentos e alguns acontecimentos marcantes:

Ficou de bom muita coisa. Eu conheci muitas pessoas, realidades diferentes (...) Eu sou uma pessoa simples, sou do povo, mas vi coisas que pareciam filmes de faroeste. Vi muitas casas de taipa. Não era para me chocar, mas eu me choquei (...) Eu não me arrependo de ter saído candidata não, pelo contrário, me arrependo de não ter saído antes. (...); é um aprendizado para mim e uma vergonha para os políticos que já foram e não fizeram; pois eu já estaria bem mais avançada para atuar na política de Santa Rita.

Sobre os fatos que ocorreram na campanha, Marina partilhou parte de suas memórias que se seguem no texto:

Aconteceram muitos episódios nas ruas, nas casas, muitas histórias que a gente ouviu. Quando você Valdir, foi chamado para um debate numa associação do bairro de Tibirí, compareceram apenas você e o atual prefeito Emerson Panta(...) Ele falou muitas coisas que ia fazer, mas em questão de políticas públicas para as mulheres ele não falou nada. Daí eu levantei o braço e perguntei o que o plano dele tinha. Ele gaguejou, procurou no plano de governo e mostrou apenas a frase “Políticas Públicas para as Mulheres”, daí eu entendi que ele não tinha nada para nós mulheres.

Por fim, pedimos que Marina Targino deixasse uma mensagem falando sobre a decisão de outras mulheres de participarem da vida política:

Eu deixo um recado de positividade para todas as mulheres sim. Principalmente por que nós somos a maioria do eleitorado, não só em Santa Rita, mas em todo país. Nós temos algo a mais, por que nós sabemos a causa dos problemas. Muitas que se candidatam apenas uma vez e perdem, não querem mais se candidatar. Elas podem apoiar outras mulheres, elas têm uma vibração muito boa (...) O que não fizeram é para nós fazermos! É como se nós mulheres tivéssemos uma missão com a sociedade, uma dívida com a sociedade.

5 PALAVRAS FINAIS

Nossas palavras finais são mais questionamentos, apontamentos sobre a condição das mulheres na vida pública, no que se refere ao embate político, mais precisamente com os homens, numa relação entendida por nós como desigual.

Procuramos fazer uma conexão entre informação, no que diz respeito à formação política de mulheres engajadas em movimentos sociais, de classe, que militam no campo da esquerda, e sua inserção nos partidos políticos, como também o desempenho em suas campanhas. Defendemos a ideia de que há uma ligação edificante entre informação e política na história de vida dessas mulheres. Vejamos o que nos diz Dapaz França:

E fui candidata duas vezes (Vice Prefeita e Vereadora), foi uma experiência muito boa, rica, inebriante. Foi uma experiência muito rica e ao mesmo tempo triste! (...) Foi quando eu comecei a perceber

que a maioria dos eleitores não tinha noção do que estava fazendo, nem o que eles iriam conquistar através do voto(...) Comecei a ver que a via eleitoral era um engodo para a classe trabalhadora. (...) Não me arrependo de ter participado. Faria tudo outra vez por que me ajudou a ter a consciência que eu tenho hoje. Foi esse estar lá, no centro, participar da coisa.

Tendo Dapaz França sido candidata a vice-prefeita, pelo PT, em 1988, e Marina Targino ao mesmo cargo, pelo PSOL, em 2016, trazemos a reflexão se houve mudanças na passagem de uma geração para a outra, e se há um diálogo entre essas gerações. Perguntamos, ainda: Quem eram as mulheres que protagonizaram a cena política na década de 1980 e quem são as de hoje? O que mudou e o que permanece? Podemos dizer que houve avanços? Em caso negativo, o que faltou no movimento de mulheres na política?

Na pesquisa de Rabay (2010), no item composto de questões fechadas tipo verdadeiro ou falso, 363 das entrevistadas responderam que as mulheres na política são mais honestas que os homens; 429 responderam que elas se preocupam mais com o social que os homens; 370 acreditam que as mulheres atendem melhor a população; apenas 21 acreditam que “política não é lugar de mulher!”. Diante desses dados, uma questão: Por que, apesar de tão positivas constatações, as mulheres ainda não conquistaram vitórias eleitorais que mudassem o panorama de tão baixa participação? Para Rodrigues (2004), o Brasil integra o grupo de 70 países com o pior desempenho quanto à presença de mulheres no parlamento, menos de 10% na câmara baixa ou câmara dos deputados. No outro extremo, apenas 15 países no mundo apresentam índices superiores a 30% de participação feminina nessa esfera de poder.

Quando indagadas sobre os desafios futuros da participação feminina na política, nossas entrevistadas não olham para o retrovisor com saudades, mas com orgulho! Lançam-se juntas em desafios diários e contínuos, numa conjuntura ainda bastante inóspita para a presença das mulheres em espaços de poder. Esperamos ter contribuído com uma discussão que sabemos ser relevante para o campo do feminismo, da política, informação, memória, história e identidade. Corroborando a frase de Milton nascimento: “Se muito vale o já feito, mais vale o que será!”, pausamos com o depoimento contundente de Marina Targino:

(...) O que não fizeram é para nós fazermos. As mulheres compreendem o discurso das outras mulheres que os homens riem. É como dirigir carro: Quando uma mulher erra no trânsito, todos os homens dizem: Só podia ser mulher! Então como temos muitos erros na política, só podia ser dos homens.

REFERÊNCIAS

- ASSMANN, A. **Espaços de recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2011.
- ERRANTE, A. Mas afinal, a memória é de quem? Histórias Orais e Modos de Lembrar e Contar. **História da Referências Educação**, Pelotas, n. 8, p. 140-174, 2000.
- FONSECA, M. C. S. Memória, mulher e política: do governo das capitânias à presidência da república, rompendo barreiras. In TASSO, I.; NAVARRO, P. (Org.). **Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas**. Maringá: EDUEM, 2012. p. 183-208. Disponível em: < <http://books.scielo.org/id/hzj5q/pdf/tasso-9788576285830-09.pdf>>. Acesso em: 7 mai. 2018.

PARAÍBA. TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. **Tribunal Regional Eleitoral**. 2018. Disponível em: <<http://www.tre-pb.jus.br/>>. Acesso em: 7 maio. 2018.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

RABAY, G. Em nome do pai - mulheres e herança política. In: Fazendo Gênero, 9., Santa Catarina. **Anais...** Santa Catarina: UFSC, 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278279121_ARQUIVO_Emnomedopai.pdf>. Acesso: 7 maio. 2018.

_____. **Imagens de mulheres na política e voto feminino**. [2004]. Pensado inicialmente para a disciplina a Cultura e Política do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN. Disponível em: <<http://www.itaporanga.net/genero/1/GT03/06.pdf>>. Acesso em: 7 maio. 2018.

RODRIGUES, A. Participação Política das Mulheres e Gestão em Política de Gênero. Texto preliminar elaborado para palestra proferida pela autora na 1ª Conferência Distrital de Políticas para Mulheres, realizada em Brasília, de 26 a 28 de maio de 2004. Disponível em: <<http://www.ipu.org/wmn-e>>. Acesso em: 7 maio. 2018.

RODRIGUES, D. D. L.; RABAY, G. Representação feminina na política paraibana.

REDOR, 18., 2014, Recife. **Anais...** Recife: UFPB, 2014. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/liti/ocs/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/565/777>>. Acesso em: 7 maio. 2018.

SANTANA, M. M. F. D. C. M. **Nordeste, açúcar e poder: um estudo da oligarquia açucareira na Paraíba (1920-1962)**. João Pessoa: UFPB/CNPQ, 1990.

SILVA, M. P. F. Entrevista concedida por Maria da Paz de França Silva (Dapaz França) [17 de abril, 2018]. Santa Rita, PB. Entrevista concedida a Valdir Lima.

SILVA, M. T. S. Entrevista concedida por Marinava Targino da Silva (Marina

Targino) [19 de abril, 2018]. Santa Rita, PB. Entrevista concedida a Valdir Lima.
ZAGO, N. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na
experiência prática da pesquisa. In: ZAGO, N. et tal. **Perspectivas qualitativas
em sociologia da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PARTE III

Informação
e Diversidade



A DIVERSIDADE SOCIAL COMO VALOR FUNDAMENTAL DE UMA SOCIEDADE INCLUSIVA: os direitos da pessoa com deficiência

> *Emília Eulina Pereira de Souza*
> *Maria Cleide Rodrigues Bernardino*

1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, há um constante debate acerca das diversidades sociais. Essas discussões envolvem questões políticas, culturais, econômicas e sociais. Ao longo dos anos, as mudanças ocorridas na sociedade afetam seus diferentes segmentos em proporções divergentes, acarretando nas desigualdades.

É certo que a diversidade na sociedade decorre das relações humanas, nas quais cada indivíduo é único. Ocorre que, por ser a vida social dinâmica, as transformações incidem de maneira desigual sobre cada pessoa. Nesse sentido, surgem as desigualdades em razão do sexo, raça, cor, orientação sexual, condições econômicas, entre outros fatores.

Adentrando na seara da diversidade social, é dispensada às pessoas com deficiência a proteção estatal. Essa tutela recebeu ênfase com a

entrada em vigor da Lei nº 13.146/2015, que é o Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015). Tal diploma legal busca assegurar e promover o exercício dos direitos e liberdades fundamentais daqueles indivíduos, bem como a sua inclusão social.

Partindo desse pressuposto, o objetivo desse artigo é analisar os direitos da pessoa com deficiência sob a luz do conceito de informação social. Esta pesquisa aborda os aspectos constitucionais de forma ampla, para abranger a Convenção do Direito das Pessoas com Deficiência, as múltiplas características do objeto de estudo, a importância da abordagem da informação social como fenômeno e as normas jurídicas que regem os sujeitos observados.

2 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL

Em Ciência da Informação, a partir da visão de Buckland (1991), entende-se a informação como elemento que permeia os conceitos de significado, sentido, e representação. Parte-se, sobretudo, da condição de observável, seja um elemento físico ou não, tangível ou intangível. Buckland (1991) atribui o conceito a partir de três vertentes: informação como coisa, informação como processo e informação como conhecimento.

[...] informação como processo (“informação” é “o ato de informar [...]”; comunicação do conhecimento ou “novidade” de algum fato ou ocorrência), informação como conhecimento (o conhecimento comunicado referente a algum fato particular, assunto, ou evento; aquilo que é transmitido, inteligência, notícias) e informação como coisa (atribuído para objetos, assim como dados para documentos, que são considerados como “informação”, porque são relacionados

como sendo informativos, tendo a qualidade de conhecimento comunicado ou comunicação, informação, algo informativo) (BUCKAND, 1991, p. 351-352, tradução livre).

O conceito de informação proposto neste estudo não é explorado apenas na área da transferência, mas no âmbito da partilha, mostrando que a informação deve ser potencial e acertadamente alcançável a todos, independentemente de raça, gênero ou classe social, destacando as convicções individuais e coletivas da sociedade.

O propósito é impactar a sociedade com base no conceito e uso da informação, para que esta se aposses e a utilize como seu direito, como mecanismo de se informar para se proteger, para conviver com as diversidades sociais sem nenhuma discriminação. O fundamento é perceber que, conforme afirma Silva (2014, p. 200), com base em Wersing e Neveling (1975); Belkin e Robertson (1976); Brookes (1980): “[...] informação é um misto de alteração de estruturas”. Para Bertram Brookes (1980, p. 127), “a informação é um elemento que promove transformações nas estruturas do indivíduo, sendo essas estruturas de caráter subjetivo ou objetivo”.

Atende aos propósitos deste trabalho entender a informação sob a ótica de Hjørland (2002), como um conceito social no âmbito do domínio das comunidades discursivas em que se enquadram as questões de acessibilidade e diversidade. Como afirma Silva (2017, p. 234):

A informação é uma produção fenomenicamente social que tem por finalidade dinamizar a intercomunicação humana, promover exposições e descobertas, através de processos, fluxos, gestão e tecnologias de informação dimensionando interações entre sujeito/autor, sujeito/

mediador, sujeito/usuário e sujeitos organizacionais/institucionais por meio de dados (plano físico e histórico-social dos sujeitos da informação), mensagens (no plano abstrativo) e atividades documentais (plano material) que favorecem predicativos hermenêuticos aos sujeitos da informação e resultam na apropriação pelo sujeito/usuário para construção de novos conhecimentos, geração de novos processos comunicacionais, tomadas de decisão, satisfação de desejos/demandas/necessidades e/ou resolução de problemas.

A informação deve ser entendida como um dispositivo de cognição e de regras com o entendimento de fundamentos que orientam as situações histórico-sociais dos indivíduos, pensados a partir de características que envolvam as concepções morais, aquilo que os sujeitos da informação consideram que pode ser praticado, isto é, no pensamento de liberdade, consciência, autonomia, alteridade perpassada pelo sujeito para formação. Outro ponto é pensar a informação como desenvolvimento das relações sociais e as concepções formais, que consistem no que se permite fazer, de acordo com as regras estabelecidas pelas leis internacionais, nacionais, estaduais e municipais, assim como pelas normas específicas que regem instituições/organizações nas quais os sujeitos da informação estão inseridos.

Para nos situarmos melhor no contexto de informação dentro da Ciência da Informação, utilizaremos o conceito de informação social. Observemos que a:

[...] informação, desta forma que estamos colocando, pertence ao campo científico da Ciência da Informação e na ótica que se apresenta neste texto a designamos por informação social. Esclarecendo, vale colocar

que esta nomeação - informação social - significa que a compreendemos como um produto social, resultado das relações entre os homens em um contexto histórico-político e cultural, fato que a faz refletir os interesses, as contradições, a ideologia e os limites históricos da sociedade (MASSENSINI et all, 2011, p. 62).

O tipo de informação tratada neste texto é a informação social, presente na normatividade que é premente daquilo que o sujeito da informação quer que aconteça no processo de construção da informação. Em outras palavras, prioriza “[...] buscar as normas necessárias, bem como todas as prescrições de natureza prática, úteis para dirigir de maneira prática o conhecimento [...]” (HUSSERL, 2002, p. 26).

Percebemos que “[...] a informação é a matéria prima que o conhecimento deve dominar e integrar” (MORIN, 2004, p.18). Além disso, a informação social é um instrumento de grande potencial de força e de transformação dos indivíduos. Portanto, é presumível que aumente cada vez mais a sua disposição de transformar culturalmente os indivíduos por meio de políticas públicas de informação, promovendo a inclusão social de todos os indivíduos.

A partir da informação social, presente na Ciência da Informação, os sujeitos têm suporte para garantir o direito da inclusão social como princípio norteador de transformação social e instrumento de garantia para o exercício pleno dos direitos sociais. A diversidade social fica concretizada quando convivemos com as nossas diferenças e isso “[...] só é possível se, a partir da afirmação que cada um faz de seu direito de ser sujeito, [...] reconhecer o outro como sujeito” (TOURAINÉ, 1999, p. 203). Pode-se afirmar que a “[...] diversidade cultural está na própria imagem do diversus em latim: é a oposição entre forças que conduzem

o mundo em sentidos contrários: é a contradição entre resultados ambíguos” (BERNARD, 2005, p. 78).

Verifica-se a abordagem sobre a diversidade cultural e a política de informação na sociedade brasileira como um aspecto relevante para a aceitação do outro, como um diálogo entre os diversos grupos sociais. Essa abordagem nos posiciona perante ações que estão sendo postas como verdades ou “regimes de verdades” (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 2002).

Nessa ideia, percebe-se a informação social, nas normatividades constitucionais, conforme os ensinamentos de Flávia Piovesan (2013, p. 429):

A Carta brasileira de 1988, ao revelar um perfil eminentemente social, impõe ao poder público o dever de executar políticas que minimizem as desigualdades sociais e é neste contexto que se inserem os sete artigos constitucionais atinentes às pessoas com deficiência. Esses dispositivos devem ser aplicados de modo a consagrar os princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade, da cidadania e da democracia. Vale dizer, a elaboração legislativa, a interpretação jurídica e o desenvolvimento das atividades administrativas devem se pautar por esses princípios, a fim de alcançar o ideal de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária.

Com acesso à informação social como bem comum, os indivíduos se apoderarão das informações necessárias para garantir direitos, permitindo que se concretize igualdade social e a valorização de todos. Identifica-se que tratamentos preconceituosos são dispensados a vários grupos socialmente vulneráveis, como mulheres, negros, estrangeiros, usuários de drogas, nordestinos, idosos, pessoas com deficiência, homossexuais, entre outros. A discriminação põe em xeque os princípios

sobre os quais se fundamenta a Carta Magna, à qual todos os indivíduos necessitam obedecer. Ademais, a intolerância e o preconceito ao próximo prejudicam o bom convívio em sociedade. Para reprimir esse tipo de conduta é necessário que se promova a:

[...] inclusão social que está relacionada com a procura de estabilidade social através da cidadania social, ou seja, todos os cidadãos têm os mesmos direitos na sociedade. A cidadania social preocupa-se com a implementação do bem-estar das pessoas como cidadãos (SHEPPARD, 2006, p. 22).

A cidadania é um conceito político compreendido a partir do fenômeno histórico conhecido como constitucionalismo social, que encontra suas bases na Constituição Federal de 1988. Esse constitucionalismo social está fundamentado no direito fundamental do cidadão que combina necessidades básicas e autonomia privada. Além do respeito à Constituição Federal, é fundamental a:

[...] valorização das pessoas e grupos independentes de religião, etnia, gênero ou diferença de idade; estruturas que possibilite possibilidades de escolhas; envolvimento nas decisões que afetam a si em qualquer escala; disponibilidade de oportunidades e recursos necessários para que todos possam participar plenamente na sociedade (WIXEY et al., 2005, p. 17).

É evidente que a valorização de todo indivíduo da sociedade e o respeito às peculiaridades como ser humano são fundamentais para alcançar a plena cidadania social, para todos conviverem com a

diversidade de forma pacífica e saudável. Assim, diminuiriam os efeitos da discriminação de qualquer aspecto, pois, como afirma Boaventura (2006, p. 316): “[...] temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos caracteriza”.

3 NORMATIVIDADES SOBRE A PESSOA COM DEFICIÊNCIA: UMA INFORMAÇÃO SOCIAL

Iniciaremos falando sobre a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência²² e o Protocolo Facultativo, ambos assinados em Nova Iorque, em 2006, e promulgados pelo Decreto nº 6.949/2009, após aprovação pelo Decreto Legislativo no 186/2008 (BRASIL, 2012).

Pelo modelo social ou de direitos humanos, a deficiência é encarada como a existência de barreiras no ambiente e nas atitudes das pessoas para propiciar aos deficientes o gozo de direitos sem discriminação. Segundo André de Carvalho Ramos (2017, p. 237):

[...] a reflexão sobre a necessidade de políticas públicas para que seja assegurada a igualdade material, consolidando a responsabilidade do Estado e da sociedade na eliminação das barreiras à efetiva fruição dos direitos do ser humano. Assim, não se trata mais de exigir da pessoa com

22 *A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência é um instrumento internacional de direitos humanos das Nações Unidas cuja finalidade é proteger os direitos e a dignidade das pessoas com deficiência. As Partes da Convenção são obrigadas a promover, proteger e assegurar o exercício pleno dos direitos humanos das pessoas com deficiência e assegurar que gozem de plena igualdade perante a lei. O texto da convenção foi aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 13 de dezembro de 2006 e promulgado pelo Brasil em 25 de agosto de 2009. Texto integral Disponível em: <https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencaopessoacomdeficiencia.pdf> Acesso em: 28 abr. 2019.*

deficiência que esta se adapte, mas sim de exigir, com base na dignidade humana, que a sociedade trate seus diferentes de modo a assegurar a igualdade material, eliminando as barreiras à sua plena inclusão.

Neste trabalho serão compilados temas sobre Direitos das Pessoas com Deficiência: Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 230/2016 - art. 19. Inclusão, direitos e garantias legais e constitucionais das pessoas com deficiência; Lei nº 13.146/2015; Lei nº 11.126/2005 e a Constituição Federal. As normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida Lei nº 10.098/2000 e Decreto 5.296/2004. Prioridade de atendimento às pessoas com deficiência Lei nº 10.048/2000 e Decreto 5.296/2004. Direitos no sistema de transporte coletivo Lei nº 8.899/1994 e Decreto 3.691/2000. Símbolo de identificação de pessoas com deficiência auditiva Lei nº 8.160/1991. Normas de apoio às pessoas com deficiência e sua integração social Lei nº 7.853/1989 e Decreto 3.298/1999.

3.1 Proteção Internacional: Convenção sobre Direito das Pessoas com Deficiência

Em relação à proteção das pessoas deficientes, segundo a doutrina de Flávia Piovesan (2013), baseada na Convenção Internacional Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 2006, a evolução é marcada por 4 fases:

Quadro 1: Evolução do Conceito de Pessoa com Deficiência

| Fases | Marcada pela (o): | Consiste em: |
|----------|---|--|
| Primeira | Intolerância às pessoas deficientes | Os deficientes eram considerados impuros, marcados pelo pecado e pelo castigo divino. Nesse período, as pessoas com deficiência eram segregadas da comunidade, muitas delas internadas em instituições mantidas sob condições precárias. |
| Segunda | Invisibilidade das pessoas deficientes | Desprezo pela condição das pessoas com deficiência. |
| Terceira | Assistencialismo | As pessoas deficientes são vistas como doentes essa fase é pautada, portanto, pela perspectiva médica. |
| Quarta | Visão de direitos humanos das pessoas com deficiência, como sujeitos de direito | Há ênfase na relação da pessoa deficiente com a sociedade e com o meio no qual está inserida. Há uma mudança metodológica, na qual o problema passa a ser do meio e das demais pessoas e não da pessoa deficiente. |

Fonte: As autoras a partir de Piovesan (2013, p. 289-290).

Neste artigo, enfoca-se a 4ª fase, em que as pessoas com deficiência são sujeitos de direito. É importante registrar a discussão da ‘Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas Com Deficiência’ no ordenamento jurídico e as consequências que a internalização traz. O art. 5º, §3º, da Constituição Federal, determina o status constitucional dos tratados e das convenções internacionais de direitos humanos, aprovados com quórum especial das emendas constitucionais (BRASIL, 1988).

Os **princípios gerais da Convenção** prezam pelo respeito, pela dignidade, autonomia individual e liberdade, não discriminação, participação e inclusão na sociedade, respeito pela diferença e aceitação

das pessoas com deficiência, igualdade de oportunidades, acessibilidade, igualdade entre o homem e a mulher, desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência.

No tocante aos **Direitos**, destaca-se de forma sucinta, no texto da convenção, algumas proteções especiais:

Quadro 2: Direitos da Pessoa com Deficiência

| Artigos | Proteção especial a: | Direitos | Página |
|---------|----------------------|--|--------|
| Art. 6º | Mulheres e meninas | Ao reconhecimento quanto às múltiplas formas de discriminação. Garantir que as Nações tomem medidas de proteção e empoderamento às mulheres e meninas com deficiência. | 32 |
| Art. 7º | Crianças | Garantia através dos Estados e Nações ao pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, em igualdade de oportunidades com as demais crianças. | 32 |
| Art. 8º | Conscientização | Adoção de medidas de conscientização da sociedade, combate aos estereótipos e preconceitos etc. | 33 |
| Art. 9º | Acessibilidade | Adoção de medidas de identificação e eliminação de obstáculos e barreiras e que favoreçam a igualdade de oportunidades envolvendo o meio físico, transporte, comunicação e informação. | 34 |
| Art. 12 | Igualdade | Reconhecimento e garantia do gozo de capacidade legal em igualdade de condições em todos os aspectos da vida. | 37 |
| Art. 13 | Justiça | Efetivo acesso à justiça. | 38 |
| Art. 24 | Educação | Garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis. | 48 |

| | | | |
|---------|--------------------|---|----|
| Art. 25 | Saúde | Garantia de acesso a serviços de saúde, incluindo os serviços de reabilitação, que levarão em conta as especificidades de gênero. | 51 |
| Art. 27 | Trabalho e emprego | Igualdade de oportunidades. Salvaguarda e promoção do direito ao trabalho. | 54 |

Fonte: As autoras a partir Convenção (BRASIL, 2012).

Evidencia-se que a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência proíbe qualquer tipo de discriminação, ficando sobre competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidarem da saúde, da assistência pública e da integração social das pessoas com deficiência. Além disso, incentiva a implantação de políticas com o intuito de contribuir para o combate ao preconceito e de inclusão da pessoa com deficiência em todas as etapas da vida.

3.2 Estatuto da Pessoa com Deficiência

O Estatuto da Pessoa com Deficiência é o segundo ponto da normatividade abordado neste trabalho, que trata do Direito da Pessoa com Deficiência. Este estatuto tem o intuito de assegurar e promover os direitos fundamentais das pessoas com deficiência, a partir da Convenção Internacional sobre os direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, que ficou internalizado no ordenamento como norma constitucional. Como conceito de pessoa com deficiência, tem-se:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, online).

O conceito presente no estatuto trata a pessoa com deficiência como um sujeito que possui limitações no corpo e não como um sujeito social, no entanto, ele determina que sejam respeitadas as condições de igualdade para essas pessoas. Ressalta-se que, conforme a doutrina, a dignidade humana é o núcleo do qual se originam os direitos e garantias do cidadão. Além disso, é fundamento do Nosso Estado Democrático de Direito o princípio da igualdade, o qual veda quaisquer formas de discriminação. No conceito de discriminação, destaca-se:

[...] toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas (BRASIL, 2015, online).

Nesse sentido, o Estatuto da Pessoa com Deficiência estabelece que é dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à Pessoa com Deficiência a efetivação dos direitos referentes à vida, saúde, sexualidade, paternidade, maternidade, alimentação, habitação, educação, profissionalização, ao trabalho, à previdência social, habilitação e reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, cultura, ao desporto, turismo, lazer, à informação, aos avanços científicos e tecnológicos, entre outros (BRASIL, 2015).

As pessoas com deficiência têm capacidade civil, para casar-se e constituir união estável; exercer direitos sexuais e reprodutivos; exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar; conservar sua

fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória; exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária; e exercer o direito à guarda, tutela, curatela e adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

Como exemplos de Direitos Fundamentais, temos: o direito à vida, baseado na garantia de permanecer vivo e de viver com um mínimo de dignidade; faz-se necessário o consentimento (prévio, livre e esclarecido), exceto em caso de risco de morte e de emergência; direito à habilitação e reabilitação, com a missão de propiciar uma vida em condições de igualdade em relação às demais pessoas; direito à saúde, com abrangência de atenção integral em todos os níveis de complexidade; ajuste de acesso universal e igualitário; incluem-se os planos e seguros privados de saúde que são obrigados a garantir às pessoas com deficiência pelo menos os mesmos serviços ofertados aos demais clientes.

Outros direitos que propiciam a inclusão na diversidade social são: o direito à moradia, que disponibiliza que no mínimo 3% das unidades habitacionais devem ser reservadas para as pessoas com deficiência; o direito ao trabalho, que veda a restrição ao trabalho para as pessoas com deficiência, tanto na admissão quanto na prestação de serviços de maneira subordinada, em igualdade de progressão de carreira. Nesse contexto se incluem fatores de habilitação, tornar hábil para o mercado de trabalho, e reabilitação, restituir a capacidade para o mercado de trabalho. Sendo assim, a inclusão no trabalho acontecerá por intermédio da eliminação das barreiras que impedem o exercício dos direitos trabalhistas por todas as pessoas em condições de igualdade.

Na sequência, temos o direito à assistência social com as garantias de segurança de renda, de acolhida, da habilitação e da reabilitação, do desenvolvimento da autonomia e da convivência familiar e comunitária,

para a promoção do acesso à plena participação social. Para as pessoas com deficiência são resguardados direito à previdência social com legislação específica, descrita na Lei Complementar nº 142, de 8 de maio (BRASIL, 2013), que contém critérios diferenciados. Ainda temos o Direito ao Transporte e à Mobilidade, com a reserva de 2% das vagas de estacionamento ou pelo menos uma para as pessoas com deficiência com localização próxima ao local de acesso e devidamente sinalizada.

3.3 Leis de Acessibilidade

As Leis de Acessibilidade se aplicam às pessoas com deficiência e às pessoas com mobilidade reduzida, com o intento de suprimir as barreiras e os obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, nas construções e reformas de edifícios, nos meios de transportes e de comunicação. Baseia-se na Lei nº 10.098/2000, na Lei nº 10.048/2000 e no Decreto nº 5.296/2004.

A Lei nº 10.098/2000 é a Lei de Acessibilidade, a qual se aplica às pessoas com deficiência e às pessoas com mobilidade reduzida, cujo objetivo é a supressão de barreiras e de obstáculos. Os conceitos de acessibilidade e de barreiras estão presentes na Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, Art. 2:

II - “acessibilidade” significa possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

III - “barreiras” significa qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança (BRASIL, 2000a, online).

O Decreto nº 5.296/2004 regulamenta a Lei de Acessibilidade (BRASIL, 2000a) e a Lei de Atendimento Prioritário (BRASIL, 2000b). Observa-se nesse decreto a aprovação de projetos arquitetônicos e execução de obras (públicas ou coletivas); os contratos públicos (concessão, permissão, autorização ou habilitação); a aprovação de financiamentos de projetos arquitetônicos com recursos públicos; a concessão de aval da União para obtenção de empréstimo/financiamentos internacionais.

Para permitir a acessibilidade e a extinção de barreiras, a Lei de Acessibilidade disciplina regras de organização e disposição de vias públicas, de parques e de espaços de uso públicos. Ou seja, as vias públicas, parques, espaços públicos e de passeio público devem ser construídos de forma acessível; no mínimo 5% dos brinquedos em parques de diversões devem ser acessíveis; os banheiros públicos devem ser acessíveis com, ao menos, uma unidade acessível; vagas de estacionamento privativas, com acesso próximo sinalizado, em, no mínimo, 2%, e assegurada, ao menos, 1 vaga.

3.4 Leis Específicas

A fim de complementar, elencam-se algumas leis que estão inseridas no universo dos direitos da pessoa com deficiência. São elas: A Lei nº 9.899/1994, que dispõe sobre os direitos no sistema de transporte coletivo

e é regulamentada pelo Decreto nº 3.691/2000; a Lei nº 8.160/1991, que observa o símbolo de identificação de pessoas com deficiência auditiva; a Lei nº 7.853/1989, que apoia as pessoas com deficiência e a sua integração social, observa-se no:

Art. 1º Ficam estabelecidas normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências, e sua efetiva integração social, nos termos desta Lei.

§ 1º Na aplicação e interpretação desta Lei, serão considerados os valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar, e outros, indicados na Constituição ou justificados pelos princípios gerais de direito.

§ 2º As normas desta Lei visam garantir às pessoas portadoras de deficiência as ações governamentais necessárias ao seu cumprimento e das demais disposições constitucionais e legais que lhes concernem, afastadas as discriminações e os preconceitos de qualquer espécie, e entendida a matéria como obrigação nacional a cargo do Poder Público e da sociedade.

Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

É vasto o rol dos direitos e garantias às pessoas com deficiência. Entretanto, observa-se que ainda há um longo caminho a percorrer quanto à conscientização da sociedade para inclusão e cidadania social das pessoas com deficiência. Por conseguinte, visando concretizar essas prerrogativas, o estatuto dispõe, de maneira detalhada, sobre normas que asseguram às pessoas com deficiência viver de forma independente e exercer seus direitos, sua cidadania e participação social.

3.5 Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 230

A Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 230 foi aprovada em junho de 2016, a fim de orientar a atuação do Poder Judiciário no tocante às normas nacionais e internacionais de proteção à pessoa com deficiência, que foram impostas pela Convenção de Nova Iorque e o seu Protocolo facultativo. Essa resolução possui caráter normativo secundário. Vejamos:

Art. 1º Esta Resolução orienta a adequação das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares em relação às determinações exaradas pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo (promulgada por meio do Decreto nº 6.949/2009) e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) (CONSELHO..., 2016, online).

Por esse motivo, foi alterada a lei nº 13.146/2015, conhecida como Estatuto da pessoa com deficiência, aumentando a proteção a esse grupo vulnerável. Os atos normativos do CNJ possuem caráter disciplinar e não podem violar a Constituição Federal. A resolução leva em consideração o princípio da igualdade em sentido material, como também

a adoção das políticas públicas voltadas para a proteção de pessoas com deficiência. Tal princípio é subsidiado pelos princípios gerais estabelecidos no diploma internacional: dignidade inerente, autonomia individual, não discriminação, plena e efetiva participação, inclusão na sociedade, aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade, igualdade de oportunidades, acessibilidade, igualdade entre homem e mulher, desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade.

Para enfatizar, considera-se o exposto no Capítulo II das disposições relacionadas a todas as pessoas com deficiência, na Seção I, Da Igualdade e suas Implicações, Subseção I, Da Igualdade e da Inclusão, no Art. 3º:

A fim de promover a igualdade, adotar-se-ão, com urgência, medidas apropriadas para eliminar e prevenir quaisquer barreiras urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e na informação, atitudinais ou tecnológicas, devendo-se garantir às pessoas com deficiência – servidores, serventários extrajudiciais, terceirizados ou não – quantas adaptações razoáveis ou mesmo tecnologias assistivas sejam necessárias para assegurar acessibilidade plena, coibindo qualquer forma de discriminação por motivo de deficiência (CONSELHO..., 2016, online).

A Resolução 230/2016 traz os conceitos de discriminação, de acessibilidade e de barreiras. Por discriminação entende toda e “[...] qualquer diferenciação, exclusão ou restrição, por ação ou omissão, baseada em deficiência [...]” (CONSELHO..., 2016, online) que impeça a pessoa com deficiência de exercer suas liberdades individuais em qualquer âmbito.

Acessibilidade “[...] significa possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação [...]” (CONSELHO..., 2016, online). Já o conceito de barreiras é todo e “[...] entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa [...]” de gozar de seus direitos civis e exercer plenamente a sua cidadania.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando os objetivos da pesquisa e seus desafios, buscou-se explicar o trajeto percorrido pela pesquisa. As reflexões aqui empreendidas propiciam ao leitor situar-se no entendimento do fenômeno e nas formas como delineamos as escolhas/decisões metodológicas para o melhor desenvolvimento da pesquisa.

Considerando as múltiplas características do fenômeno de estudo, bem como as necessidades de recolher subsídios sob a informação social e as normas jurídicas, a pesquisa fundamentou-se no método qualitativo e na revisão de literatura. Para Richardson, et all (1999), a pesquisa qualitativa é uma tentativa de compreender as características situacionais e particulares de um determinado fenômeno de estudo.

A revisão de literatura foi a fundamentação teórica adotada para tratar o tema da pesquisa. Por meio da análise da literatura publicada, foi traçado o caminho teórico estruturando conceitos e normas de sustentação para o desenvolvimento da pesquisa. Os trabalhos de revisão são definidos por Noronha e Ferreira (2000, p. 191) como:[...] estudos que analisam a produção bibliográfica em determinada área temática, dentro de um recorte de tempo, fornecendo uma visão geral ou um relatório do estado-da arte sobre um tópico específico, evidenciando

novas ideias, métodos, subtemas que têm recebido maior ou menor ênfase na literatura selecionada.

Taylor e Procter (2001) definem revisão de literatura como uma tomada de contas sobre o que foi publicado acerca de um tópico específico. Sendo assim, ficou claro perceber, durante a pesquisa, a luz do texto constitucional, o zelo pela dignidade da pessoa humana, colocando em evidência a lição de Kant, segundo o qual há um imperativo categórico que convoca todo ser humano a respeitar a sua própria liberdade e a dos outros.

Por conseguinte, o princípio da igualdade substancial, e não meramente formal, afasta todas as espécies de condutas discriminatórias e odiosas, as quais merecem ser rigorosamente punidas pelo Estado em colaboração com a sociedade.

É imprescindível esclarecer que o texto constitucional nos fez perceber alberga o pluralismo político; a livre manifestação de pensamento e da atividade intelectual, artística e cultural. Além disso, nesse mesmo sentido, o Supremo Tribunal Federal (STF) estende a proteção dos direitos humanos fundamentais, como à vida, à saúde, à liberdade e propriedade aos estrangeiros no território nacional, ainda que nesse não sejam residentes.

5 RESULTADOS

A informação social como mecanismo inclusão é o conjunto de meios e ações que visam combater a discriminação das pessoas com deficiência dos benefícios da vida em sociedade. A informação social expressa oferecer as mesmas oportunidades de acesso a bens e serviços para essas pessoas que sofrem preconceito.

Percebemos também que a Constituição Federal, juntamente com a

convenção de Nova Iorque e o Protocolo, integra o bloco de constitucionalidade, que está acima da norma primária, a qual disciplina a proteção à pessoa com deficiência, que é o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Assim, normatiza que os direitos de locomoção e acessibilidade devem ser imediatamente consolidados.

Destarte, todos os obstáculos existentes no trajeto da pessoa com deficiência que impeçam o seu deslocamento em razão de sua condição existencial devem ser eliminados. Deve haver todo tipo de transporte público adaptado, calçadas acessíveis e edifícios também acessíveis. Na perspectiva do direito ao trabalho, tanto o serviço público quanto a iniciativa privada precisam conferir igualdade de oportunidades.

Constatamos que a normatividade busca reprimir a discriminação, caracterizada por tratar de forma diferente em razão da deficiência; promover a acessibilidade, através da criação de condições favoráveis de gozo de direitos por todas as pessoas em igualdade de condições; reduzir as barreiras, ou seja, os impedimentos na sociedade e na atitude das pessoas que obstaculizam o exercício de direitos por todas as pessoas em igualdade; o desenho universal, que surge como necessidade de criação de bens e serviços plenamente acessíveis; a adaptação razoável, com exigência de técnica intermediária que viabiliza a acessibilidade ao máximo, quando não for possível o desenho universal; a tecnologia assistiva, através da utilização de instrumentos de tecnologia a favor da acessibilidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

São infundáveis as discussões relativas à intolerância e ao preconceito. É certo que o dogma da isonomia material, previsto reiteradamente na Constituição Federal de 1988, proíbe toda forma de discriminação capaz

de comprometer o livre exercício dos direitos e garantias fundamentais.

Bem sabemos que a República Federativa do Brasil se constitui em Estado Democrático de Direito, cuja finalidade precípua é garantir a tutela da dignidade da pessoa humana. Nesse sentido, o zelo pela vida consubstancia-se como dever universal, de maneira que todos os indivíduos do nosso país possuem a obrigação de tratar o próximo com apreço e consideração.

Integração social configura-se como uma conquista da interação entre as pessoas com deficiência e a sociedade. A sociedade deve ter a responsabilidade de eliminar problemas estruturais e culturais que venham a impedir a consolidação dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência, pois estes indivíduos são sujeitos de direitos e merecem igualdade.

É importante reconhecer conceitos inclusivos presentes nas normas constitucionais, inserindo práticas culturais de sociedade igualitária. Toda a sociedade é responsável por um trabalho que efetive a inclusão social das pessoas com deficiência, ajudando-as a resgatar a sua autoconfiança, permitindo e estimulando que elas usufruam das políticas públicas a elas dirigidas, e que possam exercer os seus direitos fundamentais.

Compete ao poder público, à família e à sociedade reprimir condutas atentatórias aos direitos fundamentais das pessoas com deficiência, fortalecer e aprimorar a informação social, visando à promoção da diversidade social, com uma conduta respeitosa.

REFERÊNCIAS

- BERNÀRD, François. Por uma redefinição do conceito de diversidade cultural. In: BRANT, Leonardo. **Diversidade cultural**. São Paulo: Escrituras, 2005.
- BROOKES, Bertram C. The foundation of Information Science. **Journal of Information Science**, [S.l.], v.2, n.1, p.125-133, 1980.

BUCKLAND, Michel K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science** (JASIS), [S.l.], v.45, n.5, p.351-360, 1991.

BRASIL. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm Acesso em: 24 abr. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 28 abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000a**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L10098.htm Acesso em: 28 abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.048, de 8 de dezembro de 2000b**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10048.htm Acesso em: 28 abr. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm Acesso em: 28 abr. 2019.

BRASIL. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008; decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2012. Disponível em: <https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/>

convencao pessoas com deficiencia.pdf Acesso em: 28 abr. 2019.

BRASIL. **Lei Complementar nº 142, de 8 de maio de 2013**. Regulamenta o § 1º do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social - RGPS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp142.htm Acesso em: 28 abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm Acesso em: 28 abr. 2019.

CONSELHO Nacional de Justiça. **Resolução Nº 230 de 22/06/2016**. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3141> Acesso em: 28 abr. 2019.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ. Maria Nélide. Dos estudos sociais da informação aos estudos do social desde o ponto de vista da informação. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque. (Org.). **O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: UFPB, 2002.

HUSSERL, Edmund. **Lineamenti di ética formale: lezioni sull'etica e la teoria dei valori** del 1914, a cura di Paola Basso e Paolo Spinicci. Firenze: Le Lettere, 2002.

NORONHA, Daisy Pires; FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto. Revisões de literatura. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CONDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite. (Orgs.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e direito constitucional internacional**. 13. ed. São Paulo: Editora Saraiva: 2013.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. 6. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

MASSESSINI, Rogério Luís. et all. Informação e cidadania: conceitos e saberes necessários à ação. In: MOURA, Maria Aparecida. (Org.). **Cultura informacional e liderança comunitária concepções e práticas**. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2011.

RICHARDSON, Roberto Jarry. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SHEPPARD, Michael. **Social work and social exclusion: the idea of practice**. Aldershot: Ashgate, 2006.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. **Fundamentos da informação I: perspectivas em ciência da informação**. São Paulo: ACBECIN Editora, 2017.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Múltiplas interlocuções da informação no campo da Ciência da Informação no âmbito dos fundamentos técnico-pragmáticos, humanos e científicos. 2014. 490f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)– Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/17065/3/TESE%20COMPLETA.pdf> Acesso em: 28 abr. 2019.

TAYLOR, Dena; PROCTER, Margaret. **The literature review: a few tips on conducting it**. Disponível em <http://www.utoronto.ca/writing/litrev.html> Acesso em: 04 mar. 2019.

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos: iguais e diferentes**. Petrópolis: Vozes, 1999.

WIXEY, Sarah. et all. Measuring Accessibility as Experienced by Different Socially Disadvantaged Groups, funded by the EPSRC FIT Programme — Transport Studies Group — Universidade de Westminster, 2005.

LEI DAS COTAS RACIAIS NO BRASIL: uma análise sobre essa realidade

- > *Kleber José de Lima da Costa Barros*
- > *Marynice de Medeiros Matos Autran*

1 INTRODUÇÃO

A Lei das Cotas (BRASIL, 2012) foi sancionada em agosto de 2012 e trouxe em seu bojo a ação afirmativa para a Educação Superior, tendo em vista que o direito à educação está previsto no artigo 6º da Constituição Federal de 1988.

As ações afirmativas são medidas legais e obrigatórias e estabelecem que as Instituições Federais de Ensino Superior devem reservar 50% das vagas ofertadas para alunos procedentes das escolas pertencentes às redes públicas de ensino, além de um percentual reservado a estudantes negros e indígenas. Essas ações voltadas para grupos sociais específicos visam ampliar as possibilidades de ingresso no ensino superior, na medida em que evidenciam as relações de poder construídas historicamente entre brancos e negros, assim como levantam a necessidade de se reavaliar a harmonia mestiça ou o mito de democracia racial no contexto brasileiro.

Moehlecke (2002) relatou que, mesmo que as ações afirmativas tenham origem no movimento negro dos Estados Unidos da América, elas têm, atualmente, um conceito usado para definir ações mais abrangentes, capazes de atingir outros grupos minoritários, como é o caso das minorias étnicas, raciais, mulheres, pobres, entre outros.

As ações afirmativas originaram-se nos Estados Unidos, nos anos 60, quando os norte-americanos viviam em um momento de reivindicações democráticas intensas, expressas principalmente no movimento pelos direitos civis, cuja bandeira central era a extensão da igualdade de oportunidades a todos. Nesse período, começam a serem eliminadas as leis segregacionistas vigentes no país, e o movimento negro surge como uma das principais forças atuantes, com lideranças de projeção nacional, apoiado por liberais e progressistas brancos, unidos numa ampla defesa de direitos. É nesse contexto que se desenvolve a ideia de uma ação afirmativa, exigindo que o Estado, para além de garantir leis antissegregacionistas, viesse também a assumir uma postura ativa para a melhoria das condições da população negra.

Os Estados Unidos possuem uma vasta experiência, o que oferece boa oportunidade para uma análise de longo prazo do desenvolvimento e impacto dessa política. Considerando os Estados Unidos como um dos berços das ações afirmativas, tendo lidado com a escravidão e suas consequências, o cenário americano serve como um reflexo para os padrões adotados no Brasil.

No Brasil, o movimento pela adoção de ações afirmativas intensificou-se na década de 90, com a atuação dos Movimentos negros. Elas reivindicaram ações concretas para a superação das desigualdades presentes na sociedade e aos poucos se tornaram reconhecidas como um conjunto de políticas públicas, as quais devem ser adotadas pelo Estado,

no intuito de sanar as desigualdades históricas e sociais persistentes em nosso meio, as quais só poderão ser rompidas com ações focadas nos grupos sociais com histórico de exclusão.

O Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa do núcleo de pesquisa do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (GEMAA, 2011) conceitua as ações afirmativas como:

Políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica no passado ou no presente. Trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural.

O referido grupo acrescenta que:

No debate público e acadêmico, a ação afirmativa com frequência assume um significado mais restrito, sendo entendida como uma política cujo objetivo é assegurar o acesso a posições sociais importantes a membros de grupos que, na ausência dessa medida, permaneceriam excluídos. Nesse sentido, seu principal objetivo seria combater desigualdades e desagregar as elites, tornando sua composição mais representativa do perfil demográfico da sociedade.

Como exemplo concreto da articulação dessas organizações, podemos citar o Movimento Negro Unificado (MNU), que surgiu em 1978,

criado a partir de um ato público. Contou com a participação de Clóvis Mora e Abdias Nascimento dentre os organizadores do evento, que tinha como objetivos a instituição de cotas, reparações e a legalização das terras dos quilombos.

Outra ação política que merece destaque é a realização da primeira Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida, realizada em 20 de novembro de 1995, data que marcou os 300 anos do assassinato de Zumbi dos Palmares. Na ocasião, os representantes dos movimentos sociais entregaram ao então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, o Programa para Superação do Racismo e da Desigualdade Racial. O programa pautava-se na realidade brasileira, denunciava a situação em que viviam os negros no Brasil e exigia mudanças e aplicação das leis. Esse manifesto influenciou o direcionamento da luta contra o racismo.

A Constituição Federal de 1988 foi o marco expressivo para a ratificação dos direitos civis, sociais, políticos, econômicos, culturais e coletivos. Foi por meio desta constituição republicana que o Brasil afirmou sua direção rumo à redemocratização do país, perdida com a vigência dos anos de ferro da ditadura militar.

No âmbito educacional, o artigo 205 afirma que a conquista maior se deu especialmente pelo princípio da “igualdade de condições para acesso e permanência na escola e a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” (BRASIL, 1988).

Frente ao exposto, infere-se que as ações afirmativas no Brasil representam um importante meio de inclusão das pessoas que, em razão de um processo histórico de discriminação da pobreza e da origem racial, encontram-se, de certa forma, marginalizadas na sociedade. Promovem também a diversidade nos ambientes de trabalho e ensino, além de

representarem a criação de modelos positivos para os estudantes e as populações minoritárias.

Esta pesquisa tem por objetivo analisar como se iniciaram as discussões sobre as cotas raciais no Brasil e quais os impactos do debate e das práticas dessas ações afirmativas no contexto socioeducacional brasileiro. A metodologia está pautada em uma revisão de literatura, com vistas a compreender o estado da arte da temática das cotas universitárias.

O estado da arte consiste no mapeamento e na análise da produção científica de diversas áreas do saber, na tentativa de apreender o que vem sendo destacado em diferentes épocas (FERREIRA, 2002). Estudos desse tipo possuem caráter documental e visam analisar as ideias centrais contidas nas publicações, uma vez que os mesmos são considerados fontes estáveis de informação que contribuem para elaboração de panoramas relevantes sobre determinado tema (GIL, 2008).

2 A EDUCAÇÃO COMO DIREITO CONSTITUCIONAL

Com a urbanização, ocasionada pelo processo de industrialização após a Primeira Guerra Mundial, houve uma ruptura no sistema aristocrático. As necessidades da sociedade levaram as classes proletárias a procurar a escola com objetivo de ascender na escala social e obter o mínimo de conhecimento para trabalhar nas fábricas.

Esses fatores provocaram mudanças profundas no sistema pedagógico brasileiro, devido à necessidade de recursos humanos para ocupar funções nos setores secundários e terciários da economia. Esse período foi marcado pela injustiça social, tendo em vista que a alfabetização era feita em função dos trabalhos nas fábricas e do movimento capitalista.

As mudanças educacionais relacionadas às instituições públicas ocorreram a partir da Revolução de 30. Em 16 de julho de 1934, foi

promulgada a Constituição da República, de cunho democrático. A Carta Magna brasileira instituiu os direitos à educação e cultura, conforme art.149, que preceitua:

A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana (BRASIL, 1934).

Já na Constituição da República de 10 de novembro de 1937, conhecida como Polaca, em seu art.130, reza que:

O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar (BRASIL, 1937).

Ao analisar esses dois artigos da Constituição brasileira de diferentes épocas, vemos que a educação já era tratada como direito de todos e a gratuidade era ressaltada.

O art. 6 da Constituição de 1988 determina que todos os cidadãos brasileiros têm assegurados os direitos sociais como: a educação, saúde, o trabalho, lazer, a segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados.

Na década de 1990, iniciaram no Brasil as discussões sobre as desigualdades raciais associadas à implementação de ações dirigidas para

sua reversão, chamadas de ações afirmativas. Tais medidas representam a discussão sobre questões que ficavam restritas aos círculos dos Movimentos negros e de uma pequena fração de estudiosos do campo das relações raciais.

Essa época simbolizou o início das reflexões em busca de argumentos para maior compreensão sobre as ações afirmativas e os seus desdobramentos nos países onde foram implantadas. Com essa vertente, partidos políticos e imprensa começaram a se expressar publicamente a respeito da necessidade de enfrentar com responsabilidade o problema racial brasileiro.

Dentre as medidas que mais contribuíram com a construção de políticas públicas para a questão da diversidade na política educacional, destaca-se a Lei nº 10.639²³, de 2003, que torna obrigatório o ensino da História e da Cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas de educação básica do país, além da criação, no âmbito do Ministério da Educação (MEC), no ano de 2004, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), recentemente transformada em Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

As propostas referentes ao acesso ao Ensino Superior foram aprofundadas e consolidadas pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), que propõe como ação programática para a educação superior o desenvolvimento de:

23 Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

Políticas estratégicas de ação afirmativa na IES que possibilitem a inclusão, o acesso e a permanência de pessoas com deficiência e, aquelas alvo de discriminação por motivo de gênero, de orientação sexual e religiosa, entre outros segmentos geracionais e étnico-raciais (PNEDH, 2007).

São objetivos gerais do PNEDH:

- a) destacar o papel estratégico da educação em direitos humanos para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito;
- b) enfatizar o papel dos direitos humanos na construção de uma sociedade justa, equitativa e democrática;
- c) encorajar o desenvolvimento de ações de educação em direitos humanos pelo poder público e a sociedade civil por meio de ações conjuntas;
- d) construir para a efetivação dos compromissos internacionais e nacionais com a educação em direitos humanos;
- e) estimular a cooperação nacional e internacional na implementação de ações de educação em direitos humanos;
- f) propor a transversalidade de educação em direitos humanos nas políticas públicas, estimulando o desenvolvimento institucional e interinstitucional das ações previstas no PNEDH nos mais diversos setores (educação, saúde, comunicação, cultura, segurança e justiça, esporte e lazer, dentre outros);

- g) avançar nas ações e propostas do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) no que se refere às questões da educação em direitos humanos;
- h) orientar políticas educacionais direcionadas para a constituição de uma cultura de direitos humanos;
- i) estabelecer objetivos, diretrizes e linhas de ações para a educação em direitos humanos;
- j) estimular a reflexão, o estudo e a pesquisa voltados para a educação em direitos humanos;
- k) incentivar a criação e o fortalecimento de instituições e organizações nacionais, estaduais e municipais na perspectiva da educação em direitos humanos;
- l) balizar a elaboração, implementação, monitoramento, avaliação e atualização dos Planos de Educação em Direitos Humanos dos estados e municípios;
- m) incentivar formas de acesso às ações de educação em direitos humanos a pessoas com deficiência. (PNEDH, 2007).

O PNEDH é resultante de uma política de governo alicerçada em ações da sociedade civil organizada, procurando desta forma agir em consonância com as aspirações dos mais variados segmentos, visando a construção de uma sociedade onde se consolidem os princípios da democracia, cidadania e justiça social.

3 AS AÇÕES AFIRMATIVAS NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

O início das ações afirmativas nas universidades públicas brasileiras não é uma questão recente. Alguns projetos já foram apresentados como, por exemplo, o projeto de Lei nº 1.332, de 1983.

Nos anos de 1980 ocorreu a primeira formulação de um projeto de lei nesse sentido. O então deputado federal Abdias Nascimento, em seu projeto de Lei n. 1.332, de 1983, propôs uma ação compensatória, que estabeleceria mecanismos de compensação para o afro-brasileiro após séculos de discriminação. Entre as ações figuram: reserva de 20% de vagas para mulheres negras e 20% para homens negros na seleção de candidatas ao serviço público; bolsas de estudos; incentivos às empresas do setor privado para a eliminação da prática da discriminação racial; incorporação da imagem positiva da família afro-brasileira ao sistema de ensino e à literatura didática e paradidática, bem como introdução da história das civilizações africanas e do africano no Brasil. O projeto não é aprovado pelo Congresso Nacional, mas as reivindicações continuaram (MOEHLECKE, 2002, p. 8).

O estado do Rio de Janeiro foi o pioneiro em legislar nessa área, por meio da Lei nº 3708, de 9 de novembro de 2001, e do Decreto nº 30.766, de 4 de março de 2002, reservando, para “negros e pardos”, 40% das vagas relativas aos cursos de graduação oferecidas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). De acordo com o artigo 5º

desse decreto, “a identificação dos alunos negros e pardos se fará através de declaração firmada, sob as penas da Lei, pelo próprio candidato à vaga na universidade”.

O debate sobre as ações afirmativas no Ensino Superior no Brasil iniciou no Legislativo a partir do Projeto de Lei n.º 73/99²⁴. Em 2006, foram apresentados ao Congresso Nacional dois manifestos²⁵: os que se posicionavam contra as cotas baseavam sua argumentação na igualdade política e jurídica; os que se posicionavam a favor entendiam-nas como único meio de combate às desigualdades sociais do país (SOUSA e PORTES, 2011).

A Lei das Cotas (nº 12.711), aprovada em agosto de 2012 como política pública de ação afirmativa na educação superior, garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades federais e institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência.

A Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira universidade federal a adotar cotas raciais em seus processos seletivos de ingresso na graduação. Aprovado no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) em 6 de junho de 2003, o Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial estabelecia que 20% das vagas do vestibular seriam destinadas a candidatos negros e previa disponibilização de vagas para indígenas, de acordo com demanda específica. A medida entrou em vigência no ano seguinte.

24 Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e estaduais e dá outras providências, reserva cinquenta por cento das vagas para serem preenchidas mediante seleção de alunos nos cursos de ensino médio (cota universitária).

25 “Todos têm direitos iguais na República Democrática” e “Manifesto a favor da Lei de Cotas e do Estatuto da Igualdade Racial”.

Conforme Silva (2006, p. 138):

As porcentagens das cotas variaram entre 10% e 50%, normalmente de acordo com a distribuição étnica de cada estado. Parece haver nas políticas de ações afirmativas no Brasil a tendência a enfatizar a renda (que acabou por ser sinônimo de “classe social”) em vez da, ou complementarmente à, raça. Entre as dezesseis universidades que implementaram a ação afirmativa, catorze posteriormente decidiram unir critérios socioeconômicos aos critérios raciais. Por exemplo, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a *Universidade Estadual do Norte Fluminense* Darcy Ribeiro (UNEF) criaram uma cota de 50% para estudantes provenientes de famílias de baixa renda¹⁵. A raça aparece como critério adicional: entre os estudantes selecionados de acordo com a cota social, 40% devem ser negros. Esse foi o modelo aprovado recentemente pelo Congresso e, se corroborado pelo Senado, se tornará obrigatório em todas as universidades federais do país. Como discutirei mais adiante, o foco primário na “classe” decorreu de uma intensa negociação.

Demonstrando o crescimento dos debates e a importância do tema, em 2002, por meio de decreto presidencial, o governo federal lança o Programa Nacional de Ações Afirmativas, sob a coordenação da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça (BRASIL, 2002).

Dentre a temática sobre as ações afirmativas, o enfoque em sua utilização na Ciência da Informação é abordado por autores como: Aquino (2000); Silva (2005); Santana (2005); Silva Júnior (2010); Ortolan (2017), entre outros.

Barbosa e Mendonça (2016) alertam que a lacuna de ações institucionais e políticas públicas voltadas à preparação adequada de professores-gestores é maximizada na medida em que parâmetros de progressão de carreira não priorizam as atividades de gestão. A dicotomia entre o esforço de expansão do Ensino Superior e a deficiência de capacitação para competência gerencial pode sinalizar a maneira como o sistema de Ensino Superior brasileiro não reage às novas tendências. Apesar de suas fragilidades administrativas, a gestão universitária pode contar com algumas ferramentas de suporte gerencial, como os indicadores de desempenho. Eles são recursos que tornam mais tangíveis as metas definidas pela universidade.

Os gestores devem se ater à legislação pertinente. Isto é, existem ainda, ações compulsórias que as universidades, principalmente públicas, devem realizar. Dessa forma, a gestão universitária, apesar de sua autonomia, precisa se moldar às exigências legais, além de atingir os anseios da sociedade. Exemplo disso são as políticas públicas nacionais de ampliação do acesso ao Ensino Superior ocorridas a partir de 2005, como o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Sistema de Seleção Unificada (SISU) e as cotas universitárias.

No Brasil, durante os últimos anos, houve um amplo crescimento do número de vagas no ensino superior. Em 1991, o número de matrículas na educação superior era 1.565.056 e passou para 4.880.381 em 2007, um crescimento acima de 311% (INEP, 2008).

Na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), as primeiras ações de mobilização para universalização de uma política de cotas iniciaram em 1999, tendo como militantes professores, pesquisadores e estudantes mediados por movimentos sociais: Movimento Negro Organizado da

Paraíba (MNOPB), Pastoral do Negro e grupos de capoeiras.

Por força dessa mobilização, a primeira proposta sobre uma ação afirmativa na UFPB foi elaborada em 2007, mas não teve o apoio dos centros de ensino. A proposta apresentada nesse respectivo ano propunha que 50% das vagas seriam destinadas aos candidatos e egressos de escolas públicas do estado da Paraíba, com o recorte de 20% do total para negros, 2,5% para indígenas e 5% para pessoas com deficiência. Mais tarde, no ano de 2009, outra proposta foi criada. Por fim, em 2010, foi criada, através da Resolução nº 29/10 do CONSUNI, a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil, que determina o sistema de reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas e para autodeclarados negros, indígenas e pessoas com deficiência física.

4 OS NEGROS NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

O Brasil detém a segunda maior população negra do mundo, tendo apenas Nigéria à sua frente. Apesar dessa posição que o país ocupa, não é difícil perceber que o percentual da população negra incluída nos diversos setores da sociedade brasileira e, sobretudo, na educação superior, ainda é estatisticamente muito baixo. Isso exige gestões mais pontuais do Estado Brasileiro, dos Movimentos Negros e da Sociedade Civil, com vistas à formulação de políticas de inclusão étnico-raciais mais contundentes, que visem não exclusivamente à expansão da oferta de vagas, mas também condições reais de acesso e permanência dessa população nos espaços de formação. Isso porque a educação de uma população em uma democracia é determinante no processo de construção de sua cidadania. Portanto, o problema da exclusão/inclusão deve ser enfrentado por meio de uma política de ações afirmativas que torne mais equitativa a concorrência no vestibular e na seleção dos programas

de pós-graduação das universidades públicas.

Para Santana e Aquino (2009, p. 2):

Diante das estatísticas de desigualdades sociais e raciais, é pouco significativo o número de universidades públicas que abraçaram as políticas de ações afirmativas com a implementação da política de cotas raciais como uma medida temporária para tornar equânime os desníveis existentes entre negros (as) e brancos (as) na educação superior.

A luta sobre a necessidade de se viabilizar o acesso à educação superior para a população negra nas universidades brasileiras está presente no ideal de tornar o Brasil um país mais justo e igualitário. Os Movimentos Negros brasileiros denunciavam a discriminação, as desigualdades raciais e o caráter excludente da educação brasileira.

Os estudos sobre as desigualdades raciais na educação do Brasil desenvolveram-se no final da década de 1970 e produziram algumas desavenças sobre as desigualdades educacionais entre brancos e negros no Brasil. Em 1988, ano do centenário da abolição da escravidão e da promulgação da nova Constituição, os Movimentos Negros começaram a desenvolver um forte trabalho na área de defesa dos direitos civis da população negra, como, por exemplo, direito à educação.

Durante a primeira metade dos 90, as mobilizações em torno do centenário da Abolição da Escravidão e dos 300 anos de Zumbi dos Palmares possibilitaram que os diagnósticos sobre as desigualdades raciais brasileiras, assim como o racismo, fossem amplamente discutidos na imprensa. Especialmente porque, a partir da regulamentação das

disposições transitórias da Constituição de 1988²⁶, que tornou crime a prática de preconceitos de raça, passou a haver uma grande movimentação das organizações não governamentais (ONGs) negras em torno da denúncia e da perseguição legal contra atos de discriminação. Foi justamente o esgotamento da estratégia de combater as desigualdades punindo a discriminação racial que levou as entidades negras a demandarem políticas de ações afirmativas.

Já no século XXI, a Universidade de São Paulo (USP), por exemplo, aprovou, em 2017, a implantação de um sistema de ações afirmativas que passou a valer a partir do vestibular de 2018. 37% das 11.147 mil vagas disponíveis serão reservadas a estudantes que frequentaram todo o ensino médio em escolas públicas. Esse é só o primeiro passo: a parcela acima irá para 40% no processo seletivo de 2019, 45% no de 2020 e 50% no de 2021.

Dois quintos dessas vagas de escolas públicas serão dedicados a negros, pardos e indígenas, ou seja, 13,7% do total. Essa proporção reflete a composição demográfica do estado de São Paulo, em que dois quintos (37%) da população se declara negra, parda ou indígena, segundo o *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)*.

5 AS RESISTÊNCIAS ÀS AÇÕES AFIRMATIVAS

Entre os anos de 2002 e 2012, iniciaram os debates públicos sobre a democratização do acesso ao Ensino Superior e a validade das políticas das ações afirmativas. Essas vertentes extrapolaram o mundo

26 A Constituição Federal de 1988, em seu artigo n. 5, parágrafo XLII, reza: “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”.

Esse parágrafo é regulamentado pela Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989, modificada depois pela Lei n. 9.459, de 13 de maio de 1997.

acadêmico, envolvendo outros setores da sociedade brasileira. Com isso, cada cidadão brasileiro poderia manifestar uma opinião acerca deste tema.

As cotas para negros e indígenas que asseguravam presença destes grupos sociais nos cursos superiores nas instituições públicas estenderam-se por toda a sociedade, em um fenômeno poucas vezes observado ao longo da história. A apropriação deste tema auxiliava na percepção de como as relações entre brancos, negros e indígenas, ou seja, o tema das relações raciais é bastante polêmico na sociedade brasileira.

Mesmo com a larga experiência de adoção de ações afirmativas para inúmeros grupos sociais, durante muitas décadas, as críticas formuladas às cotas para o ingresso de negros e indígenas nas universidades brasileiras revelam convicções acerca das relações étnico-raciais no Brasil. Os argumentos críticos circunscreveram-se às cotas para determinados grupos sociais em suas lutas pela democratização do acesso ao nível superior, mas jamais às políticas de ação afirmativa de um modo geral. Esta situação parece ter gerado um paradoxo, na medida em que as políticas de ações afirmativas continuavam a ter prestígio social, mesmo entre aqueles que criticavam as cotas para negros e indígenas.

Por exemplo, para os negros que conseguem se colocar no mercado de trabalho, as dificuldades são sempre maiores. Nesse contexto, quando atingem um nível médio em sua carreira, esbarram num obstáculo transparente: o racismo e a indignação da população.

Para Silva (2006, p. 138):

Desde a democratização, as iniciativas de ações afirmativas são consideradas constitucionais no Brasil, a Suprema Corte brasileira considerou que o estabelecimento de cotas não era inconstitucional,

apesar disso, nos anos que se seguiram à implementação das cotas raciais, foram registradas trezentas ações legais contra diversas universidades que as adotaram.

A proposta das cotas raciais incitou uma grande polêmica que se estende na atualidade. Porém, estes debates se realizam no interior de uma sociedade que se percebe como uma democracia racial, na qual o racismo assume formas cada vez mais sutis e cujos discursos ocultam motivações racistas e discriminatórias.

As ações afirmativas têm dividido a opinião pública, aumentando o debate acadêmico entre especialistas e a população em geral. Alguns especialistas e militantes negros entendem a introdução de ações afirmativas enquanto forma de combate ao racismo, num tempo em que, segundo esta interpretação, a discriminação positiva ajudará os historicamente desprivilegiados a criar e fortalecer uma identidade positiva. Outros as veem como um ataque perigoso contra a maneira tradicional brasileira de se relacionar com as diferenças humanas, temendo que políticas como essas possam instigar conflitos raciais abertos. Segundo seus defensores, as cotas nas universidades públicas possuem relevância, uma vez que nesse nível de ensino se promove a mobilidade social.

Além disso, destaca-se que a maioria dos negros que concluíram o Ensino Superior no Brasil estudou em faculdades privadas de baixa credencial acadêmica, onde invariavelmente o tripé “ensino, pesquisa e extensão” não foi sequer desenvolvido (FONSECA, 2009).

Um argumento muito presente entre os apoiadores das cotas raciais consiste no histórico de escravidão no Brasil. A adoção das cotas raciais seria uma espécie de reconhecimento histórico do Estado brasileiro

e das instituições que obtiveram benefícios advindos da escravatura. Elas então deveriam ser implementadas em virtude da dívida histórica que o Estado brasileiro e as elites dirigentes têm com os negros. Tal reparação seria justa, em razão dos danos causados aos mesmos pela política de escravidão.

No entanto, as cotas raciais são vistas como medidas significativas, com fins não só de promover melhor distribuição de renda, a médio e longo prazo, mas também de democratizar o acesso a espaços sociais e culturais dos quais os negros não usufruem em condições igualitárias (FONSECA, 2009).

Argumentos críticos a essa temática também são comuns. Uma tensão envolve o antagonismo políticas universalistas *versus* políticas focadas. Acredita-se que estas últimas demandariam políticas favoráveis a determinados grupos socialmente vulneráveis, fragilizando a adoção das políticas universalistas que possam atingir todos os cidadãos de maneira igualitária.

A Lei das Cotas, em seu art.7, diz:

No prazo de dez anos a contar da data de publicação desta Lei, será promovida a revisão do programa especial para o acesso às instituições de educação superior de estudantes pretos, pardos e indígenas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (BRASIL, 2012).

O IBGE usa preto como classificação de cor ou raça nas pesquisas de censo demográfico desde 1872. Para formar a classificação de negros, é comum que seja somada a população preta à população parda. Portanto, usar o termo preto não é equivalente a usar a categoria negro, que pode

incluir os pardos. A partir do censo de 1991, com a inclusão da categoria indígena, a classificação passou a levar em conta cinco categorias: branco, pardo, preto, amarelo e indígena. O Censo é autodeclaratório, ou seja, com base nos dados se determina a percentagem de cotas para cada grupo nas universidades públicas.

O Ministério do Planejamento anunciou, em agosto de 2016, uma nova regra para assegurar a veracidade da autodeclaração de candidatos que concorrem às vagas reservadas a negros, 20% do total, de acordo com a Lei nº 12.990²⁷, de 2014. Os candidatos devem comparecer frente à banca avaliadora para comprovar se são realmente negros. Até então, era permitida aferição das cotas por foto ou videoconferência. Os editais dos concursos públicos deverão estabelecer, com detalhes, os métodos de verificação a serem adotados por uma comissão deliberativa. Será necessário, por exemplo, especificar quando será feita a avaliação, antes da homologação do resultado final. Quem se submeter à verificação será analisado só pela aparência (fenótipo). Os que não forem considerados pretos ou pardos terão direito a recurso. Caso seja constatado que a declaração é falsa, o candidato será eliminado do concurso. Se já tiver sido nomeado, poderá ter sua admissão anulada e até responder a um procedimento administrativo. A orientação vale para todos os órgãos da administração pública federal, autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pela União.

Outras discussões incidem no fato de que os acréscimos de um contingente significativo de negros nas universidades através das cotas

27 Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

podem acarretar um rebaixamento cultural, tecnológico e educacional nas universidades públicas brasileiras.

Para Rodrigues (2016, p. 140):

Essa Lei é uma medida temporária e foi criada para compensar a desigualdade social causada a pretos, pardos e indígenas devido à escravidão no País. Por isso, é esperado que em algumas décadas as cotas tenham permitido a distribuição igualitária de vagas em institutos de ensino público e que todos tenham os direitos constitucionais garantidos.

Esses argumentos levam a raciocinar a durabilidade da Lei das Cotas, considerando que a própria lei descreve a revisão que será promovida em um prazo de dez anos após sua publicação, crescendo com isso as especulações sobre sua revogação.

6 LEI DAS COTAS NO BRASIL NOS DIAS ATUAIS

Em 2018, a Lei das Cotas completou seis anos de existência no Brasil e, atualmente, é considerada uma das maiores políticas de ações afirmativas para auxiliar grupos marginalizados em todo território brasileiro. Segundo dados do Censo do Ensino Superior de 2016, o número de negros matriculados em faculdades e universidades chegou a 30%. Em 2011, antes da criação da Lei, esse número correspondia apenas a 11%. Isso mostra um avanço e, conseqüentemente, como as cotas raciais têm auxiliado no acesso ao Ensino Superior desses grupos.

Apesar de a maioria das informações sobre cotas ser relativa a negros, é importante lembrar que a etnia indígena também é contemplada pela Lei. Segundo dados do Censo da Educação Superior, de 2010 a 2016, o número de indígenas no Ensino Superior aumentou em 512%.

Esses dados também representam um aumento da proporção indígena em comparação ao total de estudantes universitários (0,64%). Em paralelo com os dados do Censo 2010, realizado pelo IBGE, é a primeira vez que essa taxa supera a proporção de indígenas em relação à população brasileira.

Mesmo que esses dados sejam sinônimos de uma vitória, essa etnia também sofre com o preconceito por serem cotistas e com a problemática da permanência no ensino superior. Ingressar na universidade tem seus obstáculos e permanecer na universidade tem obstáculos maiores, como, por exemplo, a dificuldade em conciliar o emprego com os estudos.

Para um dos idealizadores do sistema de cotas na UnB, o professor Drº José Jorge de Carvalho, do Departamento de Antropologia, a ação proporcionou mais diversidade às instituições públicas, antes vistas como elitizadas. Segundo o professor, em qualquer universidade federal há um perfil que não se notava há alguns anos: as universidades estão mais populares, mais negras, mais indígenas e com alunos de baixa renda.

De acordo com o Censo do Ensino Superior, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2011, do total de 8 milhões de matrículas, 11% foram feitas por alunos pretos ou pardos. Em 2016, o percentual de negros matriculados já havia subido para 30%.

Uma portaria publicada em 10 de abril de 2018, pelo governo federal, reacendeu o debate sobre o sistema que reserva vagas para negros e indígenas em seleções públicas. Com a nova medida, fica regulamentado no país que, ao se autodeclarar negro – preto ou pardo –, o candidato a um concurso público deverá passar, obrigatoriamente, por uma comissão avaliadora.

A “heteroidentificação”, como é conhecida o procedimento, significa que a autodeclaração do candidato sobre a própria etnia será confirmada por uma banca. A medida tenta evitar fraudes e garantir que apenas candidatos negros e indígenas sejam contemplados pelas cotas voltadas a eles.

Entre 2004 e 2012, a UnB manteve bancas de verificação no Sistema de Cotas para Negros. A prática deixou de funcionar com a implementação das Leis das Cotas para escolas públicas. Professores e estudantes cobram que a medida volte a ser aplicada, em ambos os processos, para garantir lisura.

Na UnB, para ter acesso às vagas, basta a declaração do próprio estudante. No entanto, em 2017, após uma série de suspeitas, a universidade instaurou uma comissão para investigar, pelo menos, 100 alunos brancos que teriam entrado pelas cotas, fato denunciado por ativistas negros e estudantes da própria instituição.

Outras universidades federais estão adotando critérios de admissão às vagas. A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), por exemplo, passou a exigir que o candidato que deseja se matricular pelo sistema de cotas escreva uma carta justificando o interesse pela vaga como cotista e contando a experiência como negro.

Na Paraíba, a Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC), órgão do Ministério Público Federal na Paraíba (MPF/PB), recomendou à Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) que refaçam o procedimento de heteroidentificação de servidores aprovados e nomeados nos últimos concursos públicos para provimento de cargos realizados pelas duas instituições de ensino. Caso a nova avaliação concluisse que os servidores não atendem às características mínimas

esperadas para uma pessoa negra, a PRDC recomendou que fossem instaurados procedimentos administrativos para fins de anulação das nomeações irregulares e, se ainda fosse válido o edital de convocação, que fossem convocados novos candidatos aprovados pelas cotas para o preenchimento das vagas.

O objetivo dessas recomendações era identificar possíveis casos de servidores que concorreram às vagas nos concursos, dentro das cotas para negros e pardos, mas que não atenderam às características de uma pessoa negra.

O MPF recomendou que a UFPB criasse uma Comissão de Avaliação de Heteroidentificação, com base na Orientação Normativa nº 3, de 2016²⁸, do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. A comissão, além de submeter à nova avaliação todas as pessoas que assumiram vagas de cotistas negros ou pardos no concurso de 2015, também deve ficar responsável por avaliar os candidatos cotistas nos próximos concursos da instituição.

Em 12 de junho de 2018, através da Portaria 1322, o IFPB instituiu a Comissão Permanente, incumbida de aferir a veracidade da autodeclaração prestada por candidatos aprovados pelas cotas para negros e pardos. No mesmo mês, a comissão realizou procedimento para verificar as autodeclarações de 34 novos servidores. Desse total, foram deferidas 25 autodeclarações e duas indeferidas, quatro servidores não compareceram à verificação e outros três tiveram parecer inconclusivo.

28 Dispõe sobre regras de aferição da veracidade da autodeclaração prestada por candidatos negros para fins do disposto na Lei nº 12.990, de 09 de junho de 2014.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa retratou a importância e a polêmica do sistema de cotas no Brasil, que representa um importante meio de inclusão, pois, em razão do processo histórico de discriminação da pobreza e da origem racial, a população negra encontra-se, de certa forma, excluída da sociedade. Promove também a diversidade nos ambientes de trabalho e ensino, além de representar a criação de modelos positivos para os estudantes e as populações minoritárias.

O Brasil detém a segunda maior população negra do mundo, tendo apenas Nigéria à sua frente. A luta sobre a necessidade de se viabilizar o acesso à educação superior para a população negra nas universidades brasileiras está presente no ideal de tornar o Brasil um país mais justo e igualitário. Com isso, os Movimentos Negros brasileiros denunciavam a discriminação, as desigualdades raciais e o caráter excludente da educação brasileira.

As cotas universitárias já fazem parte da realidade brasileira e se identificam como alternativa de socialização, como medida de ação afirmativa e com finalidade reparatória. Configuram-se em uma alternativa possível para promover a inserção do jovem em situação de desvantagem social e étnica nos espaços acadêmicos, enriquecendo tais espaços com a diversidade e possibilidade criativa derivadas desse processo, o que pode se desdobrar em mudanças nas agendas de pesquisa, na definição de prioridades e na produção do conhecimento acadêmico.

Diferentes medidas públicas são necessárias para concretizar a realidade das cotas raciais. Os avanços precisam ser mantidos e aperfeiçoados como bem coletivo, assim como a produção do conhecimento sobre os impactos da medida. Amplia-se, cada vez mais, o campo de estudos iniciado com a introdução das cotas, apontando como necessidade a

realização de estudos extensos, que levem em consideração as influências de medidas de inclusão social de jovens, tanto no âmbito das expectativas de vida e de futuro individuais, quanto no âmbito das transformações culturais e históricas nacionais.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, M. A. C.; MENDONÇA, J. R. C. O professor-gestor e as políticas institucionais para formação de professores de ensino superior para a gestão universitária. **Economia e Gestão**, Belo Horizonte, v. 16, n. 42, 2016. p. 61-88. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/view/P.1984-6606.2016v16n42p61>. Acesso em: 20 abr. 2019.
- BRASIL. [Constituição de (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Brasília: Câmara dos Deputados, [1934]. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 31 jul. 2018.
- BRASIL. [Constituição de (1937)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 10 de Novembro de 1937**. Brasília: Presidência da República, [1937]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em: 31 jul. 2018.
- BRASIL. [Constituição de (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 31 jul. 2018.
- BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Brasília: Presidência da República, [2012]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 10 ago. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

Brasília: Presidência da República, [2003]. Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm. Acesso em: 11 ago. 2018.

BRASIL. Lei nº 12.990, de 9 de Junho de 2014. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Brasília: Presidência da República, [2014]. Disponível em

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12990.htm. Acesso em: 27 abr. 2019.

BRASIL. Decreto nº 4.2229, de 13 de Maio de 2002. Dispõe sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH, instituído pelo Decreto no 1.904, de 13 de maio de 1996, e dá outras providências. Brasília, [2002]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4229.htm. Acesso em: 27 abr. 2019.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, 23(79), 257-272, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s010173302002000300013&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 30 abr. 2019.

FONSECA, D. J. **Políticas públicas e ações afirmativas**. São Paulo: Selo negro, 2009.
GUIMARÃES, A. S. A. Acesso de negros às universidades públicas. **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas), São Paulo, n. 118, p. 247-268, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16836.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa. **GEMAA**, 2011.

Disponível em: <http://gema.iesp.uerj.br/o-que-sao-acoes-afirmativas/>. Acesso em: 20 abr. 2019.

INEP. **Evolução da Educação Superior: Graduação 1991/2007**. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Brasília. 2008.

LIMA, M. L. F. **Políticas públicas no ensino superior: ações afirmativas na UFPB**. 2014. 152 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ufpb.br:8080/handle/tede/7773>. Acesso em: 25 jul. 2018.

MARQUES, E. P. S. **O Programa Universidade para Todos e a inserção de negros na educação superior: a experiência de duas Instituições de Educação Superior de Mato Grosso do Sul - 2005 - 2008**. 2010. 269 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2244>. Acesso em: 27 jul. 2018.

MARTINI, A. F. **As cotas nas universidades públicas brasileiras**. 2009. 137 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17357>. Acesso em: 31 jul. 2018.

MOEHLECKE, S. Ação Afirmativa: História e Debate no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, nov. 2002. p. 197-217. Disponível em: www.scielo.br/pdf/cp/n117/15559.pdf. Acesso em: 16 jul. de 2018.

Paraíba todo dia. 2018. UFPB e IFPB devem analisar se aprovados através de cotas raciais atendem critérios. Disponível em <https://paraibatododia.com.br/ufpb-e-ifpb-devem-analisar-se-aprovados-atraves-de-cotas-raciais-atendem-criterios-diz-mpf/>. Acesso em: 22 abr. 2019.

PINHEIRO, L. O elo das desigualdades - discriminações contra as mulheres e os negros caminham juntas. **Desafios do Desenvolvimento**. Brasília, 2008. ano 5, n. 43. PNEHD. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2191. Acesso em: 02 jul. 2018.

RODRIGUES, J. N. **Caminhos e descaminhos da meritocracia contra as políticas de ação afirmativa na Universidade de São Paulo**. 2016. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19064>. Acesso em: 10 ago. 2018.

SANTANA, V. A.; AQUINO, M. A. A responsabilidade social e ética e a inclusão de afrodescendentes em discursos de profissionais da informação em universidade pública. **Biblionline**, v. 5, n. 1/2, 2009. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/16695>. Acesso em: 14 jul. 2018.

SANTOS, J. T. **O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012)**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, 2013. v. 1. 278 p .

SANTOS, J. T. **Cotas nas universidades: análises dos processos de decisão**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, 2012. v. 1. 288p .

SANTOS, J. T. Ações afirmativas e educação superior no Brasil: um balanço crítico da produção. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos** (Impresso), v. 93, p. 401-422, 2012.

SILVA, G. M. D. Ações afirmativas no Brasil e na África do Sul. **Tempo social**, v. 18, n. 2, 131-165, nov. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v18n2/a07v18n2>. Acesso em: 06 ago. 2018.

SOUSA, L. P. PORTES, É. A. As propostas de políticas/ações afirmativas das universidades públicas e as políticas/ações de permanência nos ordenamentos legais. **Estudos RBEP**, Brasília, 92, n. 232, 2011. p. 516-541. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/665>. Acesso em: 20 abr. 2018.

A JUVENTUDE E A INCLUSÃO PELO TERCEIRO SETOR: uma reflexão sobre as práticas informacionais da Casa Pequeno Davi

> *Joelma da Silva OLIVEIRA*
> *Edvaldo Carvalho ALVES*
> *Fellipe Sá Brasileiro*

1 INTRODUÇÃO

Embora de forma não declarada, a desigualdade por fatores étnico-raciais continua marcando, de forma negativa, a sociedade brasileira. É fato que ainda observamos e convivemos com questões de preconceito e discriminação raciais disfarçadas, que nos fazem entender a existência de uma falsa democracia racial.

No caso do Brasil, pelo exposto, torna-se mais difícil solucionar esse problema, porque, na realidade, a população afrodescendente, em geral de baixa renda, é excluída de vários processos, em destaque a inclusão digital. Ressaltamos que a chamada inclusão digital não compreende apenas o acesso à internet, mas um processo muito mais amplo. Além disso, o direito à informação e à comunicação está comprometido em

virtude do não acesso à internet, ou seja, da exclusão digital.

Porém, destacamos o empenho e o esforço dos que lutaram e lutam pela igualdade racial. De acordo com Ribeiro (2012, p. 195),

recordar, reencontrar e organizar o processo de constituição e implementação de políticas de igualdade racial e de juventude no Brasil nos últimos anos é uma tarefa complexa, pois ele se deu a partir da intensa relação entre atores sociais diversos, através da confrontação entre uma multiplicidade de posições, vozes e experiências. (RIBEIRO, 2012, p. 195).

Se ainda nos deparamos com um índice elevado de jovens que sofrem com a desigualdade pela questão racial, esse resultado é fruto de uma história marcada pela aparente inclusão desses sujeitos nas políticas públicas voltadas para a juventude. Hoje, o jovem negro, da periferia, com baixa escolarização, tem sido o reflexo da negação dos direitos humanos básicos. Para exemplificar o exposto, trazemos a pesquisa da Unesco, a qual evidencia que “o tema da inclusão e o de sua contrapartida – a exclusão – tem feito parte da história da humanidade, entremeado por práticas discursivas” (LEITE; NUNES, 2007, p. 198). Para os autores (2007, p. 198), “o conceito polissêmico, decorrente da complexidade das relações humanas”, precisa de um olhar apurado respaldado no interesse de provocar mudanças.

Isso explicaria, na concepção dos autores, ser a inclusão uma questão “processual e contraditória, construída no diálogo e na necessidade de grupos sociais conviverem com as diferenças” (2007, 198). Porém, esse processo tem acontecido de forma que privilegia poucos e deixa à margem um grande contingente de pessoas.

Referindo-se aos dados, observamos a desigualdade que assola a maioria da juventude negra. Numa perspectiva de inclusão e de direitos, se tomarmos por base o uso do computador, encontraremos, na população de jovens negros, elevados números entre aqueles que afirmam não saber usar o computador, por exemplo. E quando faz uso, de forma geral, essa população está condicionada à permanência na escola. Esse aspecto também revela números consideráveis desse segmento fora da escola. Os dados certamente passaram por mudanças desde 2007, ano da pesquisa da Unesco, porém, os dados são emblemáticos quando se trata da juventude.

Por exemplo, 53,9% dos homens de 15 a 17 anos declararam não saber usar o computador, enquanto que na faixa etária de 27 a 29 anos esse percentual atinge 71,1% dos entrevistados. O mesmo acontece com as mulheres. Na pesquisa, 53% das entrevistadas de 15 a 17 anos declararam não saber usar o computador e na faixa etária de 27 a 29 anos o percentual atinge 71% das meninas. (LEITE; NUNES, 2007, p. 2006-2007).

Torna-se importante observar a relação faixa etária e sexo, em relação à proficiência no uso do computador, e que essa relação não é gratuita ou mesmo uma informação menos importante no contexto da inclusão, porque a situação aparece de forma mais expressiva quando esses dados dizem respeito à juventude. “Quando esse dado é associado à cor/raça dos jovens negros, percebe-se que são os negros/pardos/morenos os que sofrem maior exclusão no conhecimento sobre informática”. (LEITE; NUNES, 2007, p. 207).

Quanto ao destaque para o uso do computador e sua relação com o acesso à escola, o estudo não foi dado de forma aleatória, especialmente

por ser a educação o amálgama para a inclusão nos tempos atuais. Os pesquisadores corroboram isso, ao afirmar que

a associação entre o conhecimento sobre informática e a situação quanto ao estudo também é percebida entre aqueles que ainda permanecem no ambiente escolar. Estar estudando ou já ter estudo aumenta consideravelmente as chances do jovem possuir algum tipo de conhecimento nessa área. (LEITE; NUNES, 2007, p. 208).

Na intenção de compreendermos a inclusão da juventude, não podemos ignorar a educação, seja por ser um direito, seja por ser condição para alcance de outros direitos, como o mercado de trabalho. Dessa maneira, a ausência das políticas públicas promovidas pelo Estado exige um posicionamento das organizações do Terceiro setor²⁹.

Nos anos 90, o contexto da organização e da mobilização passa por significativas mudanças, favorecendo outras dinâmicas para as chamadas minorias, desprovidas das políticas de Estado. Um cenário de possibilidades foi desenhado pela presença das organizações sociais.

O Terceiro Setor brasileiro, inserido neste contexto, sofreu transformações das mais diversas ordens, motivadas pelas alterações da sociedade civil, sobretudo na organização popular, mobilizações, formas de participações, constituindo uma parte das novas políticas sociais dos anos 1990 (SOARES, 2007, p. 62).

29 O Terceiro Setor pode ser definido como um espaço institucional que abriga ações de caráter privado, associativo e voluntarista voltadas para a geração de bens de consumo coletivo, sem que haja qualquer tipo de apropriação particular de excedentes econômicos gerados nesse processo. (“ABC da Terceira Via”, Carta Capital, 12/05/99, p.68.)

O debate em torno do papel das organizações do Terceiro Setor passa a ter uma importância mais acentuada ao visualizarmos o Brasil como um país das desigualdades, marcado pelo fosso social agravado pelas questões econômicas – especialmente pela concentração de renda nas mãos de poucos.

Além do grave abismo social entre os mais ricos e os mais pobres do País – os 10% mais ricos da população concentram 42% do total dos rendimentos, essa desigualdade se expressa também na dificuldade de acesso à educação, à cultura, à saúde, ao emprego decente, ao transporte de qualidade etc. (CAMBA, 2005, p. 10).

O processo de agravamento de desigualdades e o baixo investimento nas políticas, sobretudo sociais, acabam por propiciar o distanciamento da inclusão e conseqüentemente da igualdade entre as pessoas. Sem dúvida, as práticas informacionais alternativas e orientadas à inclusão participativa têm papel importante nesse contexto, sobretudo as instituídas pelas organizações sociais, como, por exemplo, a Casa Pequeno Davi, em João Pessoa.

2 AS PRÁTICAS INFORMACIONAIS DA CASA PEQUENO DAVI

Segundo Borko (1968, p. 1), a Ciência da Informação é a grande área que “investiga as propriedades e o comportamento informacional, as forças que governam os fluxos de informação, e os significados do processamento da informação”. Atua como facilitadora do processo da comunicação humana e estuda como o indivíduo busca, cria e, especialmente, compartilha a informação no contexto do advento das

novas tecnologias de informação e comunicação.

Sendo assim, consideramos que estejam alinhados com o objeto de estudo do campo da Ciência da Informação os seguintes questionamentos – como são realizadas as práticas informacionais da organização Casa Pequeno Davi? As ações da organização podem ser consideradas práticas informacionais? Nessa direção, precisamos visitar o conceito de práticas informacionais. “Tomando a prática informacional como uma prática social, é preciso estudar as práticas sociais para descortinar as práticas informacionais que lhes são subjacentes”. (ROCHA; GANDRA; ROCHA, 2017, p. 98). Especialmente porque, como acrescentam as autoras, “as práticas informacionais podem ser relativas aos clássicos processos de formulação de necessidades de informação, comportamento de busca e procura de informação e uso [...]” (ROCHA; GANDRA; ROCHA, 2017, p. 98).

“A definição de práticas informacionais está presente, na CI, especialmente no campo de estudos de usuários da informação. Historicamente, o campo de estudos de usuários na CI se volta para os usuários da informação e suas necessidades informacionais” (ROCHA; GANDRA; ROCHA, 2017, p. 97). Ao relacionarmos a abordagem das práticas informacionais com os processos de letramento e/ou inclusão, constatamos que, seguindo Hicks e Lloyd (2016), ela permite superar as abordagens tradicionais do letramento informacional relacionadas com os padrões comportamentais ou com o papel das estruturas tradicionais construtivistas³⁰.

Desse modo, considerando os contextos socioculturais e as situações de interação entre os sujeitos, as práticas informacionais existentes na

30 Presentes em perspectivas anteriores da *Association of College and Research Libraries* (ACRL).

Casa Pequeno Davi corroboram para a inclusão social dos jovens que dela participam, ou seja, pelo fato de tornarem possível que estes jovens acessem informações que até então não acessavam, como dicas sobre o primeiro emprego, cursos formativos disponíveis no mercado, vagas de trabalho. Com esse propósito, nesse sentido, a instituição utiliza estratégias alternativas, sobretudo informacionais, para que os jovens acessem as informações.

Por ter como missão contribuir para a efetivação dos direitos humanos, com ações de educação integral, articulação comunitária e institucional e intervenção nos espaços de políticas públicas da Paraíba, a Casa Pequeno Davi utiliza as práticas informacionais na direção da promoção do protagonismo dos jovens. Ou seja, a partir do momento que a instituição passa a mediar a informação entre o jovem e comunidade, ela incentiva o protagonismo pessoal e o social. Pessoal no sentido de levar o jovem a vislumbrar suas potencialidades, e social por estar inserido num contexto de convivência plural com o outro.

Assim, entendemos que, quando o público da Casa Pequeno Davi tem acesso à informação disseminada pela organização, ele se apropria de elementos até então negados em alguma esfera da sociedade da qual participa. Inicialmente, os jovens se apoderam da informação pela iniciativa da organização, uma vez que têm interesse em socializar a informação. Depois disso, eles buscam as informações pelas necessidades que emergem nos momentos seguintes, isto é, após a construção de uma base sociocultural de informação. Um exemplo pode ser os cursos oferecidos para este público que, inicialmente atuando como participante, posteriormente busca ter acesso a outros níveis de informação (primeiro emprego, como encaminhar o currículo para as agências de emprego, novos cursos de formação).

Assim, este processo seria encadeado, principalmente, pela missão de organizar e tornar acessível um conjunto de informações a partir das necessidades de seu público alvo (os jovens), o que se coaduna com a ideia de práticas informacionais como um “modo de agir no qual o agente, sua ação e o produto de sua ação são termos intrinsecamente ligados e dependentes uns dos outros, não sendo possível separá-los” (CHAUÍ, 1984 apud ARAÚJO, 2017, p. 228).

Na busca pela inclusão da juventude, a desinformação colabora, em grande escala, para o entrave no exercício do protagonismo³¹ do jovem, principalmente o negro, o qual historicamente sofre toda a sorte de exclusão. Quando se aborda o protagonismo atualmente, a maioria dos autores que escreve sobre protagonismo o faz remodelando o sentido dos sujeitos, ou seja, se antes o protagonista, na época grega, representava o “lutador” principal, uma palavra voltada para guerra, violência, hoje esse lutador tem um novo cenário que são os espaços públicos voltados para as políticas, para o bem comum da sociedade. Assim, ele passa a ser o ator social com necessidade de acessar a informação com foco numa formação crítica e cidadã.

Hoje, o processo de exercício do protagonismo cada vez mais acentua a importância do acesso e uso das novas tecnologias, de estar conectado às redes.

Nos últimos anos, as redes se tornaram um dos principais focos de atenção em ciências, negócios e na sociedade em geral, devido a uma cultura global emergente. Em pouco tempo a internet tornou-se uma poderosa rede de comunicação global. (DUARTE; QUANDT; SOUZA, 2008, p. 17).

31 Protagonismo é usado aqui como um processo de desenvolvimento humano, que deve favorecer o jovem para que tenha uma formação crítica e cidadã.

Nesse processo, os movimentos sociais e as organizações do Terceiro Setor têm se apropriado dessa ferramenta para estarem mais próximos dos públicos, bem como levarem as informações contextualizadas de forma rápida e com baixo custo. Para tanto, as práticas informacionais desses atores precisam estar em consonância com a promoção da inclusão.

Para discutir a questão da inclusão social, hoje, não se pode ignorar a abordagem do processo informacional, quer seja da perspectiva individual, quer seja do aspecto coletivo, por meio de grupos, instituições. Torna-se essencial refletir a informação a partir da concepção da Ciência da Informação como um fenômeno novo e repleto de desafios (ARAÚJO, 2018), ancorado nas dinâmicas que envolvem as realidades sociais e culturais.

É correto afirmar o que Araújo (2018) traz sobre as mudanças pelas quais passamos em relação ao advento das novas tecnologias da informação e da comunicação, sobretudo alterando o registro, o acesso, o uso da informação, mas considerando que grande parcela da população ainda permanece excluída do processo.

O advento dos computadores e da internet propiciou um acesso extremamente amplo a todo tipo de documentos e registros de conhecimento, do passado e do presente, de todos os lugares do mundo, em tempo real, a partir de diversos dispositivos, inclusive móveis. Ainda assim, uma parte da população mundial segue apartada desse acesso, e incluir essas pessoas segue sendo um problema econômico e, também informacional (ARAÚJO, 2018, p. 48).

Percebe-se, nesse sentido, que existe a necessidade de as instituições responsáveis pela promoção da igualdade de direitos terem clareza de seu

papel em relação ao contexto no qual estão inseridas para a promoção dos direitos humanos. Qual o papel das novas tecnologias no processo da disseminação da informação? Quais passos seriam necessários para promover a inclusão social a partir das práticas informacionais?

Segundo Davenport (1998), torna-se fundamental a identificação das etapas de um processo da gestão da informação. O teórico coloca essa identificação como

Um conjunto estruturado de atividades que incluem o modo como às empresas [organizações] obtêm, distribuem e usam a informação e o conhecimento”, definindo as “exigências informacionais da organização (DAVENPORT, 1998, p.173).

Neste recorte que fazemos aqui, entendemos que as organizações desempenham função de mediadoras porque atuam na comunidade contribuindo para levar o conhecimento, o que favorece o fortalecimento das pessoas na busca por processos de desenvolvimento individual ou coletivo. Gohn (1995) fala da cidadania individual e que esta “pressupõe ainda um ente mediador que atue como árbitro na sociedade e reponha, sempre que se fizer necessário, o lugar dos indivíduos no conjunto social” (GOHN, 1995, p. 195).

A autora traz esse ente mediador como o Estado, o poder público. Porém, alguns contextos favorecem a mediação de uma organização da sociedade civil, uma vez que esta, geralmente, está em contato, diálogo com o poder público, sob vários aspectos, sobretudo em relação ao investimento e efetivação das políticas públicas.

Considerando o exposto, faz-se necessário observar as quatro etapas desenvolvidas por Davenport (1998, p.173) de um processo genérico

para o gerenciamento da informação: determinação das exigências, obtenção, distribuição e utilização da informação. Isso porque, enquanto organização do Terceiro Setor, a Casa Pequeno Davi, objeto do presente artigo, apresenta características diferentes das empresas privadas e das instituições públicas, o que faz com que o seu processo informacional também ganhe contornos distintos, principalmente tendo em vista os fenômenos sociais proporcionados pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Como afirmam (DUARTE; QUANDT; SOUZA, 2008, p. 18): “com as novas tecnologias de informação e comunicação, as redes se tornaram um dos fenômenos sociais mais proeminentes de nossa era”.

Em geral, as organizações do Terceiro Setor, como é o caso da Casa Pequeno Davi, atuam com o propósito de agregar o que o poder público e as empresas privadas não conseguem. O fluxo da informação tem outra dinâmica. Nessa direção, o tratamento deve estar orientado numa perspectiva que garanta a inclusão que ainda não acontece, especialmente quando observamos a situação do jovem, mas não qualquer ou todo jovem.

No tocante à inclusão digital, foco da discussão que pretendemos trazer, a pesquisa da Unesco (2004) aponta:

A exclusão digital é ressaltada como uma exclusão de fato, que limita as possibilidades dos jovens. São principalmente os jovens da rede pública de ensino que solicitam centros de informática para suas escolas [...].

Nesse sentido, por mais que soe ultrapassado, discutir a participação na construção da cidadania nunca foi assunto tão atual. Portanto, reconhecemos a relevância de estudos e pesquisas que apontem nesse direcionamento, destacando a informação enquanto fenômeno social que permeia as demais práticas do ser humano.

Partindo da premissa de que a CI centra sua ênfase investigativa em uma sequência de processos que se estendem desde a produção até o uso da informação, de modo a cumprir sua função social de fornecer subsídios para a constante construção de conhecimento, observa-se que os procedimentos ligados à organização da informação ocupam papel central na área. É por meio deles que se estabelece a necessária ponte dialógica entre produtor e o usuário de informação, o que nos permite caracterizá-la como uma atividade mediadora por natureza. (BAPTISTA; ARAÚJO JUNIOR, 2015, p. 13).

Em consideração ao conceito de informação de González de Gómez (2003), de que a informação deve ser entendida como “ações de informação, as quais remetem atores que as agenciam, aos contextos e situações em que acontecem e aos regimes de informação em que se inscrevem”, levantamos uma questão: Quais ações de informação da Casa Pequeno Davi têm como objetivos a promoção da inclusão social do público jovem que participa de suas atividades?

3 INFORMAÇÃO, INCLUSÃO E PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE

Para entendermos a importância da participação da juventude no desenvolvimento da sociedade, partimos da premissa de que a informação esteja entre os pré-requisitos para um desenvolvimento sustentável, de modo que se faz necessário compreendermos o processo de inclusão. A partir de 2003, diversos órgãos governamentais iniciaram muitos debates acerca dos direitos da juventude. Tal fato culminou, em 2005, com a proposta do projeto do Estatuto da Juventude pela câmara dos deputados, no intuito de valorização e inclusão social da juventude do país.

O Estatuto definiu como jovens as pessoas com idade entre quinze e vinte e nove anos. Esse escopo legal indica uma valorização da juventude do país na medida em que possibilita o pleno exercício de sua cidadania, pois, nesse diploma jurídico, o jovem não é compreendido com um ser frágil e incapaz de tomar as rédeas de sua vida, mas sim como um ser autônomo, construtor da sociedade do amanhã e que deve discutir, formular e executar políticas de juventude no Brasil.

Entendemos que um país livre e democrático compreende a participação de todos, conseqüentemente, essa participação pressupõe que a comunicação seja vista como ferramenta de garantia de participação coletiva, transparente, plural, diversificada, entre outros atributos que favoreçam mudanças coletivas.

Em relação à participação social, trazemos a juventude como um dos segmentos da sociedade que mais deveria estar envolvido em prol das causas sociais. Porém, por outro lado, a juventude apresenta-se como o segmento mais impactado pela ausência das políticas públicas.

Assim, compreendemos que o Terceiro Setor, na contramão, tem provocado mudanças no sentido de diminuir a lacuna deixada pelo poder público. Considerando a juventude negra, percebemos que sua inclusão no contexto da educação e do mercado de trabalho recebe significativa contribuição de organizações e/ou movimentos organizados.

Embora exista a importância da formulação de críticas em relação à atuação das organizações da sociedade civil frente aos projetos sociais de inclusão e cidadania, torna-se indispensável, em contrapartida, reconhecer que essas iniciativas promovem diferenças na vida de grande parcela da população, especialmente das minorias, a exemplo da juventude, na garantia e na efetivação de seus direitos.

Por isso, ressaltamos que, sem iniciativas das organizações da sociedade civil, mais difícil seria a inclusão na perspectiva de garantir a cidadania, não apenas como resposta aos números (estado) e de caráter de propaganda de responsabilidade social (privado). Especificamente para o segmento juventude, a atuação do Terceiro Setor torna viáveis as práticas que maximizam, em certa medida, a exclusão.

3.1 Juventude negra: vivenciando ações inclusivas

Há o reconhecimento, por parte das organizações e movimento de juventude, de que ações inclusivas para esse setor têm sido cada vez mais desafiantes. A dificuldade maior esbarra na leitura equivocada que se faz da juventude. Primeiro, é preciso compreender que há uma diversidade para o conceito de juventude (ABRAMOVAY; ANDRADE; ESTEVES, 2007).

A realidade exige intervenções que oportunizem a inserção da população jovem, sobretudo por meio de iniciativas educativas, capazes de qualificar a participação nos espaços sociais. Nesse contexto, as novas tecnologias são aliadas para que isso ocorra, embora os desafios ainda se apresentem de forma muito emblemática, especialmente nas práticas do Terceiro Setor.

A familiaridade com a busca constante de novas metodologias de ensino e pesquisas educacionais, envolvendo as tecnologias de comunicação e sociabilidade em seu potencial de inclusão e cidadania pelas práticas educativas do Terceiro Setor, é o que nos desafia (SOARES, 2006, p. 27).

De toda sorte, apesar dos desafios impostos à inclusão da juventude, muitos esforços são visualizados. No entanto, em relação à inclusão

digital, especificamente, faz-se necessário observar de forma cautelosa os desafios, sobretudo de ordem estrutural. Ainda não podemos generalizar que todas as pessoas têm acesso ao meio digital. A população negra, por exemplo, ainda sofre com o acesso limitado ou o não acesso à internet.

Muitas experiências têm mostrado que a educação não formal torna-se um elo com a educação escolar ou formal garantida pelo próprio estado. Iniciativas de organizações sociais passam a ser reconhecidas, inclusive por organismos responsáveis pela avaliação da atuação das organizações da sociedade civil, a exemplo da Unesco.

É importante frisar que:

nos 1990 a educação-formal configurou-se, também, pelas práticas advindas das exigências do mundo do trabalho e da substituição dos processos por tecnologias. Neste contexto, a aprendizagem de habilidades não escolares em processos não-formais consolidou grande parte das práticas de educação não-formal, incorporadas à atuação das ONGs e do Terceiro Setor (SOARES, 2007, p. 60).

Pelo exposto, ressaltamos que, muitas vezes, a porta de acesso à educação formal passa pelo acesso ao trabalho das organizações do Terceiro Setor.

E, em alguns casos, para atingir a população com a oferta de serviços caracterizados como propulsores da integração social e de cidadania. Um exemplo disso é a educação por meio de cursos que elevem a condição do indivíduo excluído socialmente, objetivando sua reinserção, seja no mundo do trabalho ou em projetos sociais (SOARES, 2006, p. 29).

Seja qual for a área de atuação, as organizações do Terceiro Setor surgem com o intuito de promover e desenvolver atividades que são, simultaneamente, não governamentais e não lucrativas. Ou seja, atuam especificamente como iniciativas de inclusão não garantidas pelo Estado e pelo mercado.

No atual cenário, as ações do Terceiro Setor têm mais significado na vida de grande parcela da população, sobretudo as minorias sociais, cujos direitos garantidos sofrem retrocessos legais. Nesse contexto, contar com o apoio de organizações que têm o papel de incluir, por meio dos processos pedagógico e metodológico participativos, faz a diferença, porque priorizam a pessoa enquanto cidadã, especialmente pela valorização e incentivo à educação formal.

Para Leite e Nunes (2009, p. 223),

as desigualdades socioeconômicas, étnico-raciais e geográficas, dentre outras, afetam diretamente os jovens no que tange ao acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, em particular, os pobres e negros. Nas pesquisas com jovens é recorrente a referência à escola, a qual ora se critica e ora se valoriza.

As iniciativas do Terceiro Setor têm contribuído para transformar realidades de milhões de jovens pelo Brasil. De acordo com o Censo 2010, em relação à escolaridade, somente “16,2% dos jovens chegaram ao ensino superior, 46,5% apenas concluíram o ensino médio e 35,9% têm sua escolaridade limitada ao ensino fundamental” (CAMBA, 2015, p. 15). Esses são dados sem o recorte por gênero e raça, mas quando se volta o olhar para esse recorte, percebe-se que os índices não são animadores.

3.2 Políticas de inclusão e a atuação da Casa Pequeno Davi

Pensar a inclusão nos dias de hoje pressupõe um conjunto de medidas, as quais devem priorizar desde o acesso à informação até a participação ativa da população jovem. Isso significa promover a sociabilidade dessa população. Porém, como afirmam Ribeiro (2012),

a invisibilidade dos jovens negros no debate sobre juventude nos remete a um outro aspecto relevante, que é a forma como o mito da democracia racial, constitutivo da própria noção de brasilidade, produz uma cegueira que se torna um obstáculo com finalidades ideológicas muito claras: invisibilizar, diluir e neutralizar a experiência do racismo e da desigualdade racial no país, impossibilitando que tal questão seja compreendida como problema (RIBEIRO, 2012, p. 198).

Para os mesmos autores, “o reconhecimento público de que a juventude negra deva ser sujeito de políticas públicas que atentem para as especificidades de suas experiências é algo recente e inédito em nosso país” (RIBEIRO, 2012, p. 197).

Diariamente, recebemos uma espécie de bombardeio de informações, notícias jornalísticas sobre violência, cujo alvo principal tem sido pessoas jovens, negras, pobres e de periferias. Tal situação, vivenciada no período da escravidão, hoje se repete com requintes de desumanidade, talvez, de forma mais forte. A história revela o quanto violento foi o tratamento desse segmento. Embora, no Brasil, diga-se que o racismo não existe, todos os dias temos relatos de casos de violência racial, uma herança histórica, maltratada e com poucas perspectivas de fim.

Durante, e após todo o processo de sequestro, tráfico e escravização de pessoas negras e de origem africana, no Brasil a prática de torturas, violência sexual, encarceramento, repressão policial, violência física, violência psicológica e criminalização de expressões culturais, religiosas e artísticas de negros e negras nos veículos de comunicação e em outros espaços fizeram do racismo algo instituído em nossa sociedade (RIBEIRO, 2012, p. 199).

A juventude negra convive com uma realidade de muitos dilemas, sem perspectivas de mudanças, exatamente pela ausência das políticas públicas. Existe um abismo que separa, sob vários aspectos, jovens brancos e negros. Se existem diferenças e distâncias naquilo que deveria ser garantia para todos, quais as razões para esse abismo? Podemos pensar pela questão das oportunidades. Quais as oportunidades de acesso oferecidas à juventude, especialmente, a negra? A garantia dos direitos fundamentais realmente promove uma equidade entre ambos? Para termos respostas a essas perguntas, precisamos conversar sobre os direitos humanos, enquanto universais.

O fato é que:

[o]s direitos humanos, ou seja, os direitos básicos de qualquer ser humano, independente da pessoa ou de onde viva, existem para garantir a condição de cidadãs e cidadãos às pessoas, isto é, para garantir que tenham oportunidade de viver sua cidadania, de participar da vida política, de ter acesso a bens, serviços, conhecimentos e patrimônios produzidos e acumulados pela sociedade – sejam eles culturais, políticos, econômicos ou de qualquer natureza (CAMBA, 2005, p. 10).

Para reforçar a importância da garantia efetiva de direitos, trazemos o Estatuto da Juventude, que, em seu Artigo 3º, preconiza:

Os agentes públicos ou privados envolvidos com políticas públicas de juventude devem observar as seguintes diretrizes: I - desenvolver a intersectorialidade das políticas estruturais, programas e ações; II - incentivar a ampla participação juvenil em sua formulação, implementação e avaliação; III - ampliar as alternativas de inserção social do jovem, promovendo programas que priorizem o seu desenvolvimento integral e participação ativa nos espaços decisórios; IV - proporcionar atendimento de acordo com suas especificidades perante os órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população, visando ao gozo de direitos simultaneamente nos campos da saúde, educacional, político, econômico, social, cultural e ambiental; V - garantir meios e equipamentos públicos que promovam o acesso à produção cultural, à prática esportiva, à mobilidade territorial e à fruição do tempo livre; VI - promover o território como espaço de integração; VII - fortalecer as relações institucionais com os entes federados e as redes de órgãos, gestores e conselhos de juventude; VIII - estabelecer mecanismos que ampliem a gestão de informação e produção de conhecimento sobre juventude.

Para visualizarmos como o Estatuto se aplica à vida da juventude, sob o prisma da atuação de uma organização do Terceiro Setor, mostraremos a atuação da Casa Pequeno Davi³², uma organização que há mais de

32 Há mais de três décadas, mais de 10 mil crianças, adolescentes e jovens, com faixa etária entre 06 e 24 anos, participaram das atividades promovidas pela Casa Pequeno Davi. No decorrer desses anos, a Casa Pequeno Davi tem promovido mudanças significativas na vida de crianças, adolescentes e jovens, através de ações relevantes para o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida, com foco no desenvolvimento pessoal, educação, trabalho e cultura de paz.

três décadas se dedica à inclusão de crianças, adolescentes e jovens, por meio de ações educativas e de iniciação profissional, respeitando o direito à participação, com incentivo ao exercício do protagonismo.

O Estatuto da Juventude (2013), no Capítulo II - Dos Direitos dos Jovens, na Seção Do Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil, artigo 4º, afirma:

[o] jovem tem direito à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude. Parágrafo único. Entende-se por participação juvenil: I – a inclusão do jovem nos espaços públicos e comunitários a partir da sua concepção como pessoa ativa, livre, responsável e digna de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais; II – o envolvimento ativo dos jovens em ações de políticas públicas que tenham por objetivo o próprio benefício, o de suas comunidades, cidades e regiões e o do País; III – a participação individual e coletiva do jovem em ações que contemplem a defesa dos direitos da juventude ou de temas afetos aos jovens; e IV – a efetiva inclusão dos jovens nos espaços públicos de decisão com direito a voz e voto.

O incentivo à participação como um direito é uma das bandeiras da Casa Pequeno Davi, que prioriza, em qualquer processo, a inserção da juventude nos espaços de representação, na perspectiva de garantir o exercício da cidadania.

A Casa Pequeno Davi, de acordo com o novo marco regulatório das organizações do Terceiro Setor, constitui-se como uma Organização

da Sociedade Civil (OSC)³³. Apesar de atuar com foco na educação não formal, sob o prisma da inclusão digital, a Organização tem desenvolvido ações que buscam inserir a juventude tanto no âmbito educacional quanto no mercado de trabalho. A partir de experiências de projetos financiados para diminuir a desigualdade social, a instituição investe em cursos de capacitação que contemplam jovens da comunidade do Roger e adjacências (em João Pessoa), com o objetivo de promover a inclusão na perspectiva da inserção de jovens no mercado de trabalho, considerando seus contextos.

As capacitações vão além do cunho técnico, porque estão focadas no incentivo ao protagonismo juvenil, no desenvolvimento pessoal, na educação e no incentivo à participação, além do mercado de trabalho. Ou seja, a Casa Pequeno Davi busca promover o acesso à cidadania do jovem.

Pelo reconhecimento do protagonismo e da importância para a inclusão e cidadania, as iniciativas da instituição são pautadas sempre na perspectiva de vislumbrar os membros da juventude como sujeitos de direitos. Sob essa ótica, investe na “visão integral, que considera a juventude como etapa singular do desenvolvimento pessoal e social do indivíduo” (CAMBA, 2005, p. 12).

Como ressalta a autora,

considera a pluralidade presente na condição juvenil e as demandas do tempo presente, sem desconsiderar aspectos da formação e da preparação para o próximo ciclo/período da vida. Tal visão embasa o desenvolvimento de políticas integradas e universais que atendam a juventude de maneira diversificada, olhando para as necessidades dos jovens, bem como para

33 Nova nomenclatura legal para as organizações não governamentais, de acordo com o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.

suas capacidades de contribuição e de participação. A implementação de políticas efetivas e abrangentes que tenham como base essa visão é um desafio presente e constante (CAMBA, 2005, p. 12).

Nesse sentido, esbarramos na necessidade de uma política de juventude pensada para incrementar nos jovens a capacidade de se comportarem como responsáveis por mudanças no seu cotidiano e da comunidade em que estão inseridos. Aqui, cabe enfatizar o conceito de protagonismo juvenil, reconhecendo ser a própria juventude quem pode e deve atuar enquanto agente de transformação.

O desenvolvimento de capacidades está intimamente ligado às oportunidades e aos incentivos para tal. Como frisam Abramovay, Andrade e Esteves (2007) na apresentação de *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*, além de estratégico, é essencial colocar os jovens no foco do conhecimento. A educação não formal passa a ocupar um contexto animador pelo fato de se preocupar com a inclusão e a cidadania.

Assim, a educação não-formal, por sua vez, caracterizada por ações sociais voltadas, na sua maioria, para a integração ou inclusão social, ultrapassa a formação escolar oficial, indo em direção a um patamar de emancipação e cidadania, buscando uma compreensão crítica dos processos sociais, suas múltiplas leituras e ideologias ocultadas (SOARES, 2007, p. 60).

O que de fato seria protagonismo juvenil, tão em voga nos dias atuais? Pela literatura, há controvérsias numa definição única, especialmente pela fragilidade.

Sempre ambigualmente definido, o enunciado protagonismo juvenil começou a circular no discurso sobre a participação social da juventude em meados da década de 1990. Trata-se de discurso internacional, produzido e reproduzido pelo Banco Mundial, agências das Nações Unidas, organizações não-governamentais e governos de diversos países europeus e americanos, entre eles o Brasil, e segundo o qual devem ser formuladas e implementadas as chamadas “políticas públicas” especificamente dirigidas aos segmentos jovens das populações (Souza, 2009, p. 10).

Espíndula (2009) destaca o protagonismo juvenil como algo institucionalizado, considerando que ele leva a juventude a um posicionamento, bem como à criação de pautas e agendas voltadas à reivindicação de políticas públicas. Ainda, direciona a juventude para a participação política, algo tão essencial e ao mesmo tempo fragilizado por inúmeros aspectos, entre eles, a pouca atenção dispensada a esse segmento, no sentido de reconhecê-lo como sujeito de direitos.

Como acrescenta Espíndula (2009, p. 9), o protagonismo juvenil é impactado por essa nova relação mais dialógica, mais aberta, mais institucionalizada, o que leva a juventude a se posicionar e a pautar a agenda política de uma forma mais propositiva, criando novas formas de organização coletiva e novas bandeiras.

Em observação ao Estatuto da Juventude, no que se refere às tecnologias de informação e comunicação, na Seção VII, do Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão, o poder público deve promover a inclusão digital dos jovens, por meio do acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, corroborando com o artigo 26 da mesma lei, ao afirmar que “o jovem tem direito à comunicação

e à livre expressão, à produção de conteúdo, individual e colaborativo, e ao acesso às tecnologias de informação e comunicação”. (Estatuto da Juventude, 2013).

Assim, o acesso às tecnologias de informação e comunicação para todos os seguimentos sociais é, atualmente, imprescindível para o exercício da cidadania. “Uma pessoa que está incluída na sociedade digital é capaz de desenvolver capacidades e melhorar suas condições de vida, aproveitando-se das potencialidades das ferramentas tecnológicas” (FERNANDES; SOUZA; OLIVEIRA, 2016, p. 49). Ainda, para esses autores (2016, p. 49), “[u]ma pessoa que está incluída na sociedade digital é capaz de desenvolver capacidades e melhorar suas condições de vida, aproveitando-se das potencialidades das ferramentas tecnológicas”.

O debate sobre as capacidades da juventude deve andar de mãos dadas, nesse caso, com a implementação das políticas públicas. Nesse sentido, o papel das organizações do Terceiro Setor recebe ainda mais importância, dada sua contribuição para a inclusão da juventude negra, historicamente excluída.

Além disso, para o senso comum, hoje, todas as pessoas, indistintamente, têm acesso às novas tecnologias da informação e da comunicação. Porém, dados revelam que existe uma grande disparidade entre os que têm e os que não têm essa garantia. Seja pelo grau de instrução ou escolaridade, pela faixa etária, pela situação do município em que reside – se urbano ou rural, e, principalmente, pelo fator raça/etnia, a questão é que a inclusão não acontece para todos. A situação se agrava quando a etnia se torna o indicador maior da distância para a inclusão.

Nessa perspectiva, a Organização Casa Pequeno Davi busca atuar nessa lacuna, favorecendo que de fato o acesso aconteça para a população jovem, na intenção de minimizar as desigualdades, ao conceder-lhe

o mínimo de oportunidade. Enquanto Terceiro Setor, a organização evidencia a importância do papel da escola, da educação enquanto política pública que, no âmbito da inclusão digital, ainda não responde às demandas existentes. Tendo em vista que é na juventude que o não fortalecimento da escola evidencia a fragilidade do processo, torna-se notória a necessidade de um trabalho coletivo dos setores da sociedade.

Com o reconhecimento da complexidade inerente a essa realidade que conjuga a urgência da ampliação do acesso às TRs, a necessidade de reflexões e ações no sentido de qualificar esse acesso, a importância do fortalecimento da escola nesse processo e a conveniência de ampliação do conceito de inclusão digital na perspectiva proposta neste estudo, fica evidente que não bastam iniciativas isoladas por parte dos envolvidos nesse contexto (TEIXEIRA, 2010, p. 52).

Por sua missão, o trabalho da Casa Pequeno Davi tem uma metodologia apropriada voltada para práticas que garantam a inclusão. A forma de inserção nos cursos oferecidos na linha da inclusão digital ou outras áreas define qual a finalidade da organização com foco na juventude, oferecendo oportunidade de participação, de aprendizagem em cursos, geralmente que priorizam a relação do aspecto do desenvolvimento pessoal com o profissional, na perspectiva de atender a demanda para o mercado de trabalho. Nesse sentido, a organização utiliza um conjunto de estratégias que favorece o diálogo com as instâncias da sociedade para a promoção das políticas públicas: escolas (públicas em geral) e empresas.

O processo de inclusão proporcionado pela Casa Pequeno Davi envolve uma metodologia baseada em oficinas oferecidas para jovens

do bairro do Roger e adjacências. Os critérios adotados pela organização favorecem a participação justamente do público menos incluído nos demais espaços, a exemplo da escola ou telecentros, que oferecem capacitações na área. Assim, em geral, o perfil dos beneficiados com o trabalho concentra jovens negros da faixa etária dos 15 aos 29 anos.

Na perspectiva de ir na contramão dos espaços que não facilitam o processo inclusivo, a Casa Pequeno Davi faz uso de uma metodologia espelhada na garantia do protagonismo e cidadania, por entender que o processo, de fato, deve primar pela inclusão, para que sua atuação faça a diferença na vida das pessoas que têm acesso à instituição.

Sem dúvida,

a exclusão digital contribui significativamente para a exclusão social, problema que pode passar despercebido em meio a tantos outros que são gritantes na sociedade, como a fome, a violência, o desemprego e o analfabetismo (MELLO; TEIXEIRA, 2009, p. 57).

Trata-se de questões causadas e agravadas por diversos fatores, especialmente pela ausência das políticas públicas efetivas. No entanto, é possível diminuir as lacunas por meio de iniciativas educativas. Os projetos da Casa Pequeno Davi se pautam na missão que contribui para a efetivação dos direitos humanos, com ações de educação integral, articulação comunitária e institucional e intervenção nos espaços de políticas públicas da Paraíba, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável. As ações de educação integral contemplam a formação pessoal e, acima de tudo, buscam diminuir o despreparo para o acesso ao mercado de trabalho, cada dia mais seletivo e exigente no domínio das tecnologias.

Outro elemento a se destacar nas iniciativas do Terceiro Setor é o protagonismo das pessoas envolvidas no processo. Aqui o protagonista recebe a conotação de ator³⁴ social como modelo de participação juvenil (2009). Nesse sentido, a juventude tem dado resposta e mostrado como exercer o protagonismo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada vez mais se torna fundamental um olhar voltado para a juventude no que se refere ao exercício do protagonismo e da inclusão social. Apesar dos passos dados para a inclusão desse segmento, continuamos aquém em vários requisitos que nos definem enquanto sociedade preocupada e responsável pela igualdade social e racial, em especial para juventude, que tem sofrido pela ausência de políticas públicas.

Observamos que as iniciativas das organizações da sociedade civil em muito contribuem para mais jovens tornarem-se de fato cidadãos e cidadãs. Porém, mesmo com os esforços e avanços, a população jovem ainda é um dos segmentos que mais vivencia os desafios da modernidade, sobretudo pelo baixo investimento das políticas públicas voltadas para essa parcela da população. Dentro das políticas públicas está inserida a questão da inclusão digital.

De fato, hoje não podemos dissociar a inclusão social da inclusão digital, porque a “exclusão digital é ressaltada como uma exclusão de fato, que limita as possibilidades dos jovens” (LEITE; NUNES, 2007, p. 201). Se, por um lado, as políticas públicas não respondem às demandas, outros setores precisam fazer sua parte. O Terceiro Setor, mesmo com

34 A menção a “atores sociais” pode ser encontrada na maior parte dos textos que vêm sendo produzidos no campo das políticas públicas. Pode-se dizer que o autor que mais bem delineou a atual noção de ator social foi Alain Touraine, que, em 1984, reuniu vários escritos na obra intitulada *O retorno do ator* (TOURAINÉ, 1996).

suas fragilidades, tem atendido às demandas, levando-nos a entender que, dentre os princípios norteadores do desenvolvimento, precisamos evidenciar a capacidade dos indivíduos, a qual está diretamente relacionada às oportunidades, aos incentivos dados para melhorar as condições de vida pessoal e coletivamente.

A pergunta “Inclusão digital: mais um indicador de exclusão dos jovens?” (2007) é o subtítulo de um dos artigos que compõem a pesquisa *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*, realizada em parceria pelo Ministério da Educação e Unesco. Uma pergunta inquietante, sobretudo porque nos leva a refletir sobre quantos jovens têm acesso, fazem uso das novas tecnologias da informação e comunicação para os diversos fins – estudo, trabalho, comunicação com amigos.

Exemplo como o da organização Casa Pequeno Davi deve ser replicado, com o objetivo de trabalhar a inclusão de forma integral, ou seja, no âmbito pessoal e social, porque a garantia de direitos para a juventude negra deve acontecer no mesmo nível que para a juventude branca. Além disso, a inclusão digital não deve ser um indicador de exclusão, ao contrário.

Assim, as práticas informacionais alternativas passam a ter um papel importante, sobretudo em nível institucional. Isso corrobora a necessidade de as instituições responsáveis pela promoção da igualdade terem clareza de seu papel em relação ao contexto em que estão inseridas, a fim de promover os direitos humanos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. (Orgs.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade;

Unesco 2007.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que são práticas informacionais**. Informação em pauta. Fortaleza, v.2. número especial, p. 217-236, out. 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/20655>> Acesso em: 10 abr. 2019.

BAPTISTA, Dulce Maria; ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique (Org.).

Organização da informação: abordagens e práticas. Brasília:DF, Thesaurus, 2015.

BORKO, Harold. **Information Science**: whats is it? American documentation, v. 19, n. 1, p. 3-5, jan. 1968.

BRASIL. **Estatuto da juventude**: atos internacionais e normas correlatas. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509232/001032616.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

CAMBA, Salete Valesan. (Org.). **Direitos humanos da juventude**. Coleção Caravana de Educação em Direitos Humanos. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR, 2005.

DAVENPORT, Thomas. H. **Ecologia da informação**: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. Tradução Bernadette Siqueira Abrão. São Paulo: Futura, 1998.

DUARTE, F.; QUANDT, C.; SOUZA, Q. O tempo das redes. São Paulo: Perspectiva, 2008.

FARIAS, Maria Giovanna Guedes; VARELA, Aida; FREIRE, Isa Maria.

Competência em informação para comunidades: empoderamento e protagonismo social. Perspectivas em Ciência da Informação, v.24, n.1, p.4-24, jan./mar. 2019.

FERNANDES, João Carlos Lopes; SOUZA, Mônica Maria Martins; OLIVEIRA, Daniel de. **A inclusão digital do negro no Brasil**. 2016. Disponível em: <https://ojs.eniac.com.br/index.php/Anais_Sem_Int_Etn_Racial/article/view/364/452>

Acesso em: 25 jul. 2018.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo, Edições Loyola, 1995.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. **Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-Graduação na área**: anotações para uma reflexão. Transinformação, v.15, n.1, p.31-43, 2003.

HICKS, Alison; LLOYD, Annemaree. **It takes a community to build a framework**: Information literacy within intercultural settings. Journal of Information Science, v. 42, n. 3, p. 334-343, 2016.

LEITE, Ana Maria Alexandre; NUNES, Maria Fernanda. Juventudes e inclusão digital: reflexões sobre acesso e uso do computador e da internet pelos jovens.

In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. (Orgs.). **Juventudes**: outros olhares sobre a diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco 2007.

MELLO, Elisângela de Fátima Fernandes de; TEIXEIRA, Adriano Canabarro. Oficinas de Informática e Cidadania: em busca de um modelo de inclusão digital baseado no protagonismo. In: **Inclusão digital**: experiências, desafios e perspectivas. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009.

RIBEIRO, Matilde (Org.). **As políticas de igualdade racial**: reflexões e perspectivas. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

ROCHA, Eliane Cristina de Freitas; GANDRA, Tatiane Krempser; ROCHA, Janicy Aparecida Pereira (Orgs.). **Práticas informacionais**: novas abordagens para os estudos de usuários. Biblios, Peru, n° 68, p. 96-109, 2017.

SOARES, Suely Galli. **Educação e Comunicação** - o ideal de inclusão pelas tecnologias de informação: otimismo exacerbado e lucidez pedagógica. São Paulo: Cortez, 2006.

SOUZA, Regina Magalhães de. O conceito de protagonismo juvenil. In:

ESPINDULA, Brenda (Org.). **Protagonismo da juventude brasileira**: teoria e memória. São Paulo: Instituto ArteCidadania (IAC); Centro de Estudos e Memória, 2009.

TEIXEIRA, Adriano Canabarro. **Inclusão digital**: novas perspectivas para a informática educativa. Ijuí: Ed. Unijuí, 2010.

PARTE IV

Informação
e Inclusão Social



A CONTRIBUIÇÃO DA BIBLIOTECA MULTINÍVEL PARA A INCLUSÃO SOCIAL

> *Jobson Louis Santos de Almeida*
> *Gustavo Henrique de Araújo Freire*

1 O PONTO DE PARTIDA

Pensar a inclusão social na biblioteca multinível é uma questão complexa e necessária. Complexa, porque diversos desafios fazem parte desse contexto, no qual observamos uma variedade de nuances para a biblioteca se tornar inclusiva, sendo um espaço digital, acessível, cidadão e responsável para mediação da informação.

O primeiro passo é pensar na formação do profissional que conduzirá esse processo. Na sociedade em rede (CASTELLS, 1999), são requisitos fundamentais o planejamento e a elaboração de políticas de informação que não apenas promovam acesso físico aos recursos informacionais ou estratégias de geração e disseminação de informação (BROWNE, 1997; ORNA, 2008). Além disso, devem pensar criticamente o processo de elaboração, institucionalização, implementação, execução e avaliação de programas educativos orientados para o desenvolvimento das competências em informação em meio digital (WARSCHAUER, 2003).

Diversas outras variáveis estão envolvidas neste contexto que exigem muito mais do que atividades baseadas em projetos pontuais, a exemplo da formação de capital intelectual apto a desenvolver tais programas. Numa escola, universidade ou qualquer outra instituição de ensino, observa-se que há, sobretudo, a necessidade de a biblioteca assumir protagonismo social em longo prazo, de modo sustentável, perante os desafios da acessibilidade, inclusão digital e cidadania. Contudo, é preciso, a princípio, observar as peculiaridades existentes no contexto em que essa biblioteca está inserida e que, conseqüentemente, influenciam no modo de pensar e agir do bibliotecário que nela atua. No presente estudo, o contexto ao qual nos debruçamos em análise e reflexão é a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal EPCT) no Brasil, que consiste no universo pesquisado.

Criada em 2008, a Rede Federal EPCT foi instituída 100 anos após a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices. A Lei de 28 de dezembro de 2008 a instituiu e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (BRASIL, 2008). Esses Institutos Federais (IFs) são oriundos dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), Escolas Técnicas, Escolas Industriais, Liceus Profissionais e Escolas de Aprendizes e Artífices. Essa nova estruturação institucional da Rede Federal EPCT, que deu origem aos Institutos Federais, completou 10 anos no final de 2018. Esta primeira década foi marcada pela busca de compreensão e consolidação de sua nova identidade organizacional.

No período das Escolas Técnicas, quando eram ofertadas as modalidades de ensino médio e técnico, as bibliotecas dessas instituições eram classificadas como “escolares”. Os CEFETs passaram a ofertar também o ensino superior e essas bibliotecas passaram, portanto, a ser denominadas como bibliotecas “escolar e universitária” ou bibliotecas

mistas. Com a criação dos Institutos Federais que ofertam variados níveis e modalidades de ensino, essas bibliotecas passaram a ser denominadas como biblioteca multinível por Moutinho (2014), Almeida (2015), Veiga (2017), Almeida e Freire (2018) e Veiga, Pimenta e Silva (2018).

A Biblioteconomia e a Ciência da Informação denominam as bibliotecas, de acordo com a sua finalidade, por: nacional, pública, escolar, universitária, especializada e especial. Conforme a finalidade, características e objetivos dos Institutos Federais, conceitualmente, a biblioteca multinível é uma nova tipologia, que pode ser definida como toda aquela unidade de informação que, quanto à finalidade, atende aos usuários de diversos níveis e modalidades de ensino. Tem por objetivo atender as necessidades de estudo, consulta e pesquisa de professores, servidores técnico-administrativos e alunos da educação básica, técnica, tecnológica e superior, em que estão incluídos os níveis profissionalizante, médio, técnico, superior de graduação e pós-graduação (*lato e stricto sensu*). Segundo a organização das coleções, assemelham-se às universitárias, podendo ser centralizadas ou descentralizadas, porém, este arranjo ainda não é regra ou padrão, mesmo já sendo adotado em algumas instituições. Como principal exemplo de biblioteca multinível, temos as bibliotecas das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil, as quais totalizam 317 bibliotecas, distribuídas por todas as cinco regiões do território nacional, de acordo com o panorama de Becker e Faqueti (2015) sobre a situação dessas bibliotecas na Rede Federal.

Nossa pesquisa sobre a biblioteca multinível é oriunda da dissertação intitulada “A biblioteca como organização aprendente: o desenvolvimento de competências em informação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba”, defendida no Programa de

Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes (MPGOA), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em nível de Mestrado Profissional, no ano de 2015. Este curso é de natureza interdisciplinar e articula vários aportes teórico-metodológicos das Ciências Sociais Aplicadas, priorizando a Administração, Educação e Ciência da Informação. Nele, no âmbito da linha de pesquisa “Gestão de Projetos Educativos e Tecnologias Emergentes”, foi possível, portanto, investigar a relação entre o projeto educativo de desenvolvimento de competências em informação e o processo de transformação da biblioteca convencional em uma organização aprendente. Metodologicamente, esta fase da investigação foi delineada como uma pesquisa-ação, de natureza qualitativa e de nível exploratório descritivo. Sua continuidade está sendo realizada atualmente em nível de Doutorado, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da UFPB, e no âmbito dos estudos do Grupo de Pesquisa sobre Gestão de Projetos em Educação, Ciência, Informação e Tecnologia (PROJECIT) do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), registrado no CNPq e em atividade desde 2014. Neste grupo de pesquisa, uma das três linhas de atuação é denominada de “Responsabilidade social da biblioteca multinível”. Os recentes estudos produzidos pelo grupo de pesquisa vêm percebendo a relevância e a interseção teórica desta temática junto aos estudos sobre políticas e competências em informação, no contexto da geração de projetos e programas educativos em bibliotecas multiníveis, no campo científico da Biblioteconomia e da Ciência da Informação.

O presente trabalho foi fruto das discussões iniciadas na disciplina “Informação e Inclusão Social”, do PPGCI/UFPB. Nessas discussões, duas questões de pesquisa surgiram e foram norteadoras dessa investigação, a saber: Como a biblioteca multinível pode contribuir para a

inclusão social em relação à acessibilidade, cidadania e inclusão digital? Quais ações de informação vêm sendo e podem vir a ser desenvolvidas para que isso aconteça?

Este capítulo tem por objetivo, portanto, apresentar uma reflexão teórica sobre a contribuição da biblioteca multinível no processo de inclusão social que ocorre na Rede Federal EPCT. Aponta as ações que estão sendo e que podem vir a ser realizadas nestas unidades de informação para viabilizar a articulação das ações de responsabilidade social com a promoção da cidadania. Serão evidenciadas as questões de acessibilidade, inclusão digital e cidadania, buscando estabelecer vínculos entre a missão da biblioteca multinível e a missão dos Institutos Federais que permitam, conseqüentemente, a geração de políticas públicas, projetos educativos e novos estudos que venham a colaborar com a inclusão social nestes espaços tão importantes e numerosos no cenário educacional brasileiro.

2 PROMOÇÃO DA CIDADANIA ENQUANTO MISSÃO INSTITUCIONALIZADA

Moutinho e Lustosa (2011), discutindo as mudanças ocasionadas pela Lei nº 11.892/2008 em relação às bibliotecas, concluem em seu estudo que “a biblioteca deve atuar na perspectiva de fortalecer a missão socioeducativa dos Institutos Federais, subsidiando a oferta de informações para os cursos de ensino básico, técnico-profissionalizante, graduação e pós-graduação”. As autoras propõem que seja construído “um conceito atualizado de biblioteca, baseado em uma filosofia da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, atuando não somente na organização da informação, mas sim na dinamização do conhecimento coletivo”. Este consistiu no primeiro estudo publicado

na literatura científica sobre as bibliotecas dos Institutos Federais, destacando-se pela ênfase na necessidade de aproximar a biblioteca, conceitual e filosoficamente, da missão das instituições que compõem esta Rede. Desde a publicação desse estudo, tivemos alguns avanços no Brasil em relação tanto ao conceito de biblioteca, quanto à missão socioeducativa desses Institutos e de suas bibliotecas, em prol da promoção da cidadania. Esses avanços são verificados por meio da evolução dos estudos publicados em periódicos científicos e anais de eventos nacionais e internacionais da última década. Adiante, neste capítulo, apresentaremos um breve panorama evolutivo desses estudos, e por hora continuaremos a pensar e refletir sobre a promoção da cidadania enquanto missão institucionalizada.

Nesta primeira década de existência e atuação da biblioteca multinível no Brasil, os desafios postos a ela assemelham-se aos desafios postos às suas instituições mantenedoras. Estas assumem o compromisso de intervenção social no território em que estão inseridas, identificando problemas e gerando soluções técnicas e tecnológicas com participação social visando o desenvolvimento regional sustentável, conforme expresso nas missões destes Institutos. A própria escolha dos cursos a serem ofertados, por exemplo, vem sendo realizada por meio de audiências públicas e escutas das representações e lideranças da sociedade civil. Neste contexto, faz-se necessário observar a relevância prática e conceitual da responsabilidade social destas bibliotecas neste novo cenário.

Com base na sua lei de criação, sabemos que os Institutos Federais

são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com

base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (BRASIL, 2008).

Dispondo de uma natureza jurídica de Autarquia, os IFs possuem autonomia para emissão de diplomas, criação e extinção de cursos e, equiparados às Universidades Federais, respondem aos mesmos mecanismos de regulação, avaliação e supervisão voltados às IES. Tavares (2012, p.9) afirma que estas instituições

passam a concorrer com as universidades federais na oferta de Ensino Superior público e gratuito. O diferencial em relação às universidades, segundo a SETEC, é a priorização da oferta de cursos superiores de licenciatura (formação de professores) e cursos de bacharelado e de tecnologia em áreas consideradas estratégicas, do ponto de vista econômico.

Os veículos de mídia impressa e eletrônica, principalmente aqueles vinculados ao Ministério da Educação (MEC) e à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), disseminaram que a criação dos Institutos Federais foi uma vitória dos trabalhadores brasileiros, destacando-a como uma ação política com intenção de refletir uma concepção mais “humana” de homem e sociedade. Souza e Castioni (2012, p.9) afirmam que a “missão dos Institutos Federais é a promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas à inclusão social, bem como a busca de soluções técnicas e de novas tecnologias”. Partindo da compreensão dessa missão dos Institutos Federais apresentada pelos supracitados autores, e da perspectiva de dinamização do conhecimento coletivo, proposta por Moutinho e Lustosa (2011),

inferimos que a promoção da cidadania é uma missão indissociável das bibliotecas multiníveis, que pode ser norteadora, sobretudo, do processo de concepção dos projetos e programas educativos orientados ao desenvolvimento de competências em informação, desenvolvidos no âmbito desses espaços de informação e cultura.

Baseando-se em Cuevas-Cervero, Marques e Paixão (2014, p.43), destacamos a aspiração comum dos projetos e programas educativos de competências em informação (alfabetização, multialfabetização, multicompetências, competência informacional, letramento, ou qualquer que seja o termo escolhido dentre tantos apresentados no debate semântico na Ciência da Informação). Segundo os autores supracitados, os projetos e programas educativos voltados para competências em informação têm, como objetivo comum:

proporcionar às pessoas novas habilidades que facilitem a leitura e a escrita de uma linguagem cada vez mais complexa e permitam que essas pessoas tenham uma plena integração social. A atividade leitora e escritora evoluiu transformando-se em uma atividade polimórfica, transversal e dinâmica que opõe e complementa textos, imagens, sons e redes. As competências que devemos cultivar foram expostas pelas principais instituições educativas e bibliotecárias e todas coincidem sobre a necessidade de fomentar habilidades para acessar, selecionar, usar e avaliar a informação para poder transformá-la em conhecimento. A esse conjunto de habilidades se denomina desde os anos 70 do século passado *information literacy*, em espanhol *alfabetización em información* ou informacional e também habilidades informativas ou competências em informação.

Essa necessidade de fomentar competências em informação para possibilitar a criação de conhecimento passa pela formação cidadã em meio curricular e extracurricular. É preciso estar atento a essa transformação apontada por Cuevas-Cervero, Marques e Paixão (2014), em relação à atividade leitora e escritora como atividade polimórfica, transversal e dinâmica. De acordo com Collins e Kusch (2010), ações polimórficas – no caso de haver muitos tipos de ações – ocorrem quando a mesma ação pode ser executada por um número indefinido de comportamentos diferentes, a exemplo da ação de pagar uma conta, que pode ser feita empregando cheque, dinheiro, cartão de crédito, entre outras. Além disso, o mesmo comportamento pode ser a instanciação de muitas ações diferentes, a exemplo de assinar o nome, que pode ser a ação de pagar uma conta, ratificação de um divórcio, locação de um imóvel por contrato devidamente assinado, entre outras. Collins e Kusch (2010, p. 35) ainda afirmam que

As ações polimórficas são regidas por regras de tal forma que é possível reconhecer quando elas são feitas de forma incorreta. Por exemplo, há formas erradas de execução de algo tão mal definido quanto sair para caminhar. Muitas sociedades achariam errado as pessoas se esfregarem umas contra as outras no passeio. Embora ações polimórficas sejam presas à regras, não é possível oferecer uma receita de como executá-las corretamente a alguém que não tenha conhecimento da sociedade na qual elas estão inseridas – há um número demasiadamente grande de possibilidades contextuais. [...] Portanto, ações polimórficas são multifacetadas e adquirem suas formas na sociedade.

Neste sentido, observando as mudanças mais recentes na sociedade e nas organizações, observa-se que, para a biblioteca multinível, no tocante à garantia da acessibilidade e da inclusão digital, e das ações de informação para inclusão social, tem-se que pensar o desenvolvimento de competências em informação como uma atividade multifacetada (baseada em projetos educativos, projetos de extensão, disciplinas extracurriculares, cursos e oficinas, etc.), transversal (podendo ser tema de várias disciplinas ou uma disciplina específica comum a vários cursos de nível médio, técnico e superior, por exemplo) e dinâmica (acompanhando as mudanças sociais, tecnológicas e culturais, além das necessidades informacionais que variam de acordo com faixa etária, nível de formação, condição socioeconômica, etc.).

Convém, portanto, iniciarmos, nas duas seções seguintes, a discussão sobre estas questões. Começando pela qualidade na oferta de acessibilidade e inclusão digital, evidenciamos os novos instrumentos de avaliação da qualidade da educação superior no Brasil, em resposta ao nosso primeiro questionamento “Como a biblioteca multinível pode contribuir para a inclusão social em relação à acessibilidade, cidadania e inclusão digital?”, em que é possível destacar a mais recente mudança para as bibliotecas. Em seguida, em resposta ao segundo questionamento “Quais ações de informação vêm sendo e podem vir a ser desenvolvidas para que isso aconteça?”, apresentaremos as ações que estão sendo realizadas e discutiremos as que podem vir a ser realizadas na biblioteca multinível para viabilizar a articulação das ações de responsabilidade social com a promoção da cidadania, sendo possível traçar um breve panorama evolutivo dos estudos sobre inclusão social nos Institutos Federais, com base em levantamento bibliográfico no Portal de Periódicos da CAPES.

3 ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DIGITAL: UMA QUESTÃO DE QUALIDADE E/PARA INCLUSÃO SOCIAL

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Sua missão é subsidiar a formulação de políticas educacionais dos diferentes níveis de governo, com intuito de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país. No que tange às avaliações, exames e indicadores da educação superior, a mais recente mudança ocorreu pelo Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, em que foi instituído no Brasil o Novo Marco Regulatório da Educação Superior, dispondo sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior, e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no Sistema Federal de Ensino.

Este novo Decreto substituiu o anterior, de nº 5.773, de 09 de maio de 2006. Neste intervalo de onze anos, é perceptível a mudança em relação às bibliotecas (Quadro 1). Em ambos os Decretos, se observa a importância da infraestrutura física e instalações acadêmicas das bibliotecas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). O principal diferencial é em relação à informação digital, em que se destaca a relevância das bases de dados e dos recursos multimídia no acervo bibliográfico destas unidades de informação.

Quadro 1 – Comparativo entre o Antigo e o Novo Marco Regulatório da Educação Superior

| Decreto | Decreto nº 5.773/2006 | Decreto nº 9.235/2017 |
|---------------|--|---|
| Artigo | Art. 21. Observada a organização acadêmica da instituição, o PDI conterà, no mínimo, os seguintes elementos: | Art. 16. O plano de desenvolvimento institucional deverá conter, pelo menos, os seguintes elementos: |
| Inciso | VII - infraestrutura física e instalações acadêmicas, especificando: | IX - infraestrutura física e instalações acadêmicas, que especificará: |
| Alínea | a) com relação à biblioteca: acervo de livros, periódicos acadêmicos e científicos e assinaturas de revistas e jornais, obras clássicas, dicionários e enciclopédias, formas de atualização e expansão, identificado sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; vídeos, DVD, CD, CD-ROMS e assinaturas eletrônicas; espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico administrativo e serviços oferecidos; | a) com relação à biblioteca: 1. acervo bibliográfico físico, virtual ou ambos, incluídos livros, periódicos acadêmicos e científicos, bases de dados e recursos multimídia; 2. formas de atualização e expansão, identificada sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; e 3. espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico-administrativo e serviços oferecidos; |

Fonte: BRASIL, 2006; BRASIL, 2017.

Com a mudança do Marco Regulatório, mudaram também os instrumentos de avaliação dos cursos de graduação presencial e a distância. Esta mudança já ocorreu em um menor intervalo de tempo, pois os instrumentos anteriores eram de 2015 e os novos são de 2017. Com vigência a partir de março de 2018, os novos instrumentos tornam-se menos quantitativos e mais qualitativos. O instrumento de 2015 apresentava três indicadores, a saber: 3.6 Bibliografia básica, 3.7 Bibliografia complementar e 3.8 Periódicos especializados. Conforme Quadro 2, tomando por base o indicador que possibilita nota máxima (nota 5), a qualidade estava centrada na oferta de um quantitativo de exemplares satisfatório em relação às unidades

curriculares e às vagas disponíveis nos cursos ofertados. Para além desse aspecto quantitativo, este instrumento de 2015 apontava apenas para a necessidade de informatização e tombamento do acervo. Diferentemente, nos instrumentos de 2017, os indicadores são dois, a saber: 3.6 Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC) e 3.7 Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC), contemplando outros aspectos.

Quadro 2 – Indicadores e critérios de nota máxima no instrumento avaliativo de 2015

| Indicador | Conceito | Critério de Análise |
|---------------------------|----------|--|
| Bibliografia básica | 5 | Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para menos de 5 vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES. |
| Bibliografia complementar | 5 | Quando o acervo da bibliografia complementar possui, pelo menos, cinco títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título ou com acesso virtual. |
| Periódicos especializados | 5 | Quando há assinatura com acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, maior ou igual a 20 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, a maioria deles com acervo atualizado em relação aos últimos 3 anos. |

Fonte: BRASIL, 2015.

Diferentemente deste antigo instrumento, com três indicadores, o novo instrumento de 2017 possui dois indicadores que ganham uma redação maior, com mais elementos qualitativos a serem considerados no processo avaliativo, com destaque para três aspectos: a necessidade de um relatório de adequação do acervo assinado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), de um plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço, e, nos casos dos títulos virtuais, deve haver garantia

de **ferramentas de acessibilidade** (grifo nosso) e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem. A partir dos critérios de análise do indicador de bibliografia básica, que possui a mesma redação do indicador de bibliografia complementar, é possível verificar o quanto o indicador de qualidade se tornou mais robusto e subjetivo para o alcance da nota máxima:

O acervo físico está tombado e informatizado, o virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da IES. O acervo da bibliografia básica é adequado em relação às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC e está atualizado, considerando a natureza das UC. Da mesma forma, está referendado por relatório de adequação, assinado pelo NDE, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia básica da UC, entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo. Nos casos dos títulos virtuais, há garantia de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de **ferramentas de acessibilidade** e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem. O acervo possui exemplares, ou assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nas UC. O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço. (BRASIL, 2017, p.33, grifo nosso)

Para além da nota recebida pelo MEC no processo avaliativo dos cursos superiores, a acessibilidade e a inclusão digital na biblioteca multinível consistem em uma questão de qualidade, não somente qualidade estrutural, mas, sobretudo, de qualidade de vida (dos usuários, dos aprendentes e de todos aqueles que dela se utilizam como suporte informacional). Negligenciar a qualidade de vida em espaços de educação e informação é uma postura inadmissível e contrária às boas práticas de responsabilidade social, no enfrentamento de violações de direitos humanos fundamentais, tais como o direito à educação, ao trabalho e à liberdade de expressão de opinião.

A partir do exposto, recomendamos, baseado em Nunes e Santos (2011, p.226), que as políticas de informação inclusivas devem prever não apenas a adequação arquitetônica de espaços e a adoção de *hardwares* e *softwares* específicos para pessoas com necessidades especiais em bibliotecas multiníveis, mas também incluir a capacitação de pessoal para atender a demanda, tornando-os aptos a lidar com usuários com demandas especiais, “seja para utilizar as ferramentas tecnológicas disponíveis – como o DOSVOX, que possibilita a utilização de ferramentas da *web* por deficientes visuais –, seja simplesmente para comunicar-se através da linguagem de sinais”. A inclusão digital deve começar pelos bibliotecários e se estender até os usuários e a comunidade acadêmica e externa, por meio de políticas e ações de informação inclusivas. Para tal, um bom começo é conhecer o trabalho que já vem sendo realizado na Rede Federal de EPCT, as principais iniciativas de inclusão social em relação à área de informação, que inspiram ideias e subsidiam a geração de novos projetos e programas que possibilitem a biblioteca se tornar inclusiva, atendendo às demandas do século XXI, em todas as suas nuances, ou seja, uma biblioteca multinível que seja digital, acessível, cidadã e responsável.

4 AÇÕES DE INFORMAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL EM BIBLIOTECA MULTINÍVEL

Por meio de uma pesquisa bibliográfica realizada no Portal de Periódicos da CAPES, foi possível recuperar 10 (dez) trabalhos produzidos nesta primeira década de existência da biblioteca multinível, que versam sobre ações de informação e inclusão social em relação aos Institutos Federais e suas bibliotecas.

Quanto à abordagem temática desses 10 (dez) trabalhos analisados, conforme categorizado no **Quadro 3**, verificamos predominância dos seguintes temas, agrupados em quatro categorias, a saber: 1) Acessibilidade e Educação Inclusiva; 2) Responsabilidade social da biblioteca e do bibliotecário; 3) Ação cultural como mecanismo de inclusão social; e 4) Ações de Informação e Educação ambiental.

Quanto ao tipo de publicação, foram recuperados 04 (quatro) trabalhos publicados em anais de eventos, 03 (três) artigos publicados em periódicos, 02 (duas) dissertações e 01 (um) relato de experiência publicado em periódico científico. Observou-se que em sua maioria são trabalhos produzidos por bibliotecários pesquisadores que publicam seus estudos em eventos profissionais do campo da Biblioteconomia. Ainda são incipientes as investigações científicas de origem acadêmica do campo da Ciência da Informação, revelando, portanto, um nicho de pesquisa amplo, pois, atualmente, a Rede Federal EPCT dispõe de 317 bibliotecas, de acordo com o último levantamento de Becker e Faqueti (2015).

QUADRO 3 – Categorização das publicações analisadas

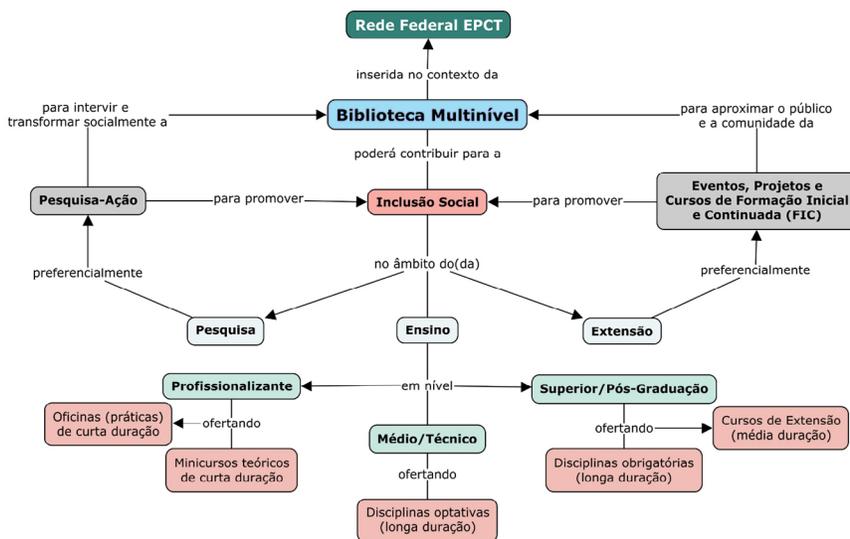
| TEMA | TIPO | AUTORIA, ANO E INSTITUIÇÃO | QUANTIDADE |
|--|------------------------------------|--|-------------|
| Acessibilidade e Educação Inclusiva | Artigo em periódico | Antunes e Pimenta (2017) – UNIR e UERJ | 04 (quatro) |
| | Trabalho em anais de evento | Pereira (2016) – IFB | |
| | Artigo em periódico | Santana e Ribeiro (2015) – IFBA | |
| | Dissertação | Zamprogno (2013) – UFES | |
| Responsabilidade social da biblioteca e do bibliotecário | Artigo em periódico | Santos, Boccato e Hoffmann (2013) – UFSCar | 04 (quatro) |
| | Trabalho em anais de evento | Silva (2014) – IFPB | |
| | Trabalho em anais de evento | Diniz (2016) – IF Goiano | |
| | Dissertação | Santos (2012) – UFSCar | |
| Ação cultural como mecanismo de inclusão social | Trabalho em anais de evento | Costa et al. (2017) – IFFar | 01 (um) |
| Informação e Educação ambiental | Relato de Experiência em periódico | Almeida, Pereira e Santos (2016) – IFPB | 01 (um) |

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Os dados da pesquisa revelam, ainda, que a Acessibilidade e a Educação Inclusiva estão cada vez mais em evidência no contexto dos estudos realizados sobre inclusão social em bibliotecas multiníveis. Com a exigência dos novos instrumentos de avaliação da qualidade dos cursos superiores, é possível que tenhamos uma tendência crescente de estudos sobre as ferramentas de acessibilidade, com abordagens que podem ir desde a percepção sócio-cognitiva dos sujeitos até as tecnologias inclusivas para automação em unidades de informação.

Com base nas tendências observadas a partir deste estudo, nas atividades complementares que são pontuadas para fins de complementariedade de carga horária, na formação do discente em Institutos Federais, e na proposta de Almeida (2015), sobre projetos educativos em bibliotecas aprendentes, elaboramos um mapa teórico-conceitual, esquematizando a nossa proposta para bibliotecários pesquisadores que almejam contribuir para a inclusão social em suas bibliotecas multiníveis (Fig. 1).

Figura 1 – Mapa teórico-conceitual para promover inclusão social a partir da biblioteca multinível



Os bibliotecários pesquisadores têm grandes desafios pela frente, porém, muito mais possibilidades, pois a eles, no contexto da Rede Federal EPCT, é permitida a coordenação de projetos de extensão e a criação e liderança de Grupos de Pesquisa. O principal desafio é o ensino. Apesar de os Institutos Federais serem considerados inovadores, haja

vista a diversidade de modalidades de ensino criadas nos últimos anos, especificamente para a Educação Profissional e Tecnológica, ainda é preciso um esforço coletivo e político para buscar a institucionalização de disciplinas relacionadas a Competências em Informação nos currículos dos cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado ofertados nestas IES.

As ações de informação e inclusão social por meio de pesquisa-ação e projetos de extensão são o primeiro passo para conquistar a confiança dos gestores e educadores e viabilizar o projeto de criação desta disciplina nos currículos dos cursos. Trata-se de um plano de ação de longo prazo que os bibliotecários deverão investir. O espaço destes profissionais nas atividades de ensino já é possível, conforme aponta a literatura internacional do campo da Ciência da Informação. Portanto, o que necessitamos é de múltiplas ações orientadas a tornar a biblioteca multinível um espaço de inclusão, acessível, responsável e conectada com os anseios da Sociedade em Rede no Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Começamos o texto afirmando que pensar a inclusão social na biblioteca multinível é uma questão complexa e necessária. Observamos ao longo do texto que transformar a biblioteca multinível convencional em um espaço digital, acessível, cidadão e responsável é desafiador, mas é possível, sobretudo, imprescindível.

Em nível mundial, grandes transformações estão ocorrendo no campo científico e para a comunicação científica. Essas mudanças são advindas do desenvolvimento da cultura digital. O fluxo de informação científica é crescente, tanto em volume, quanto em velocidade. Novas implicações emergem deste cenário, quanto ao acesso, à qualidade

do conteúdo, mediação, produção, entre outros. O próprio conceito de inclusão digital vem sendo ressignificado e disseminado sob uma perspectiva mais atual. A inclusão digital ganha um sentido mais amplo, ressignificando as políticas públicas de informação. Em sentido amplo, haverá de ser também a atuação dos profissionais da informação. Questionamos cada vez mais o papel do bibliotecário frente ao processo de implementação da Agenda 2030 no Brasil, o que inclui pensar sobre sua responsabilidade frente às outras questões.

De fato, o primeiro passo é pensar na formação do profissional que conduzirá esse processo, pois a função de bibliotecário formador de talentos é a premissa válida para que, na sociedade em rede, as ações e as políticas de informação instituem programas educativos que realmente oportunizem o desenvolvimento das competências em informação em meio digital.

O mapa teórico-conceitual para promover inclusão social a partir da biblioteca multinível apresentado neste capítulo constitui um subsídio teórico para o planejamento de diversas ações em relação ao ensino, à pesquisa e extensão. A biblioteca já é partícipe desses processos, porém, não ainda nas dimensões requeridas para as competências em informação que precisam ser desenvolvidas. Essa é a grande oportunidade do século XXI para os bibliotecários. Com o avanço da robótica e da automação, a prioridade do trabalho humano não será mais nos processos técnicos ou no atendimento ao usuário no serviço de circulação, mas sim nas atividades baseadas em projetos que os bibliotecários terão que desenvolver para possibilitar competências que permitam acessar, selecionar, usar e avaliar a informação para poder transformá-la em conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. L. S. de. **A Biblioteca como Organização Aprendiz**: o desenvolvimento de competências em informação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. 2015. 123 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações Aprendentes) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.
- ALMEIDA, J. L. S de; FREIRE, G. H. de A. A biblioteca multinível no IFPB Campus Sousa: conceito, descrição e finalidade. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 520 – 537, maio/ago. 2018. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/31017>>. Acesso em: 11 mar. 2019.
- ALMEIDA, J. L. S.; PEREIRA, S. N.; SANTOS, S. B. Ações de informação e educação ambiental no município de Sousa/PB: relato de experiência. **Revista Práxis: saberes da extensão**, João Pessoa, v. 4, p. 67-76, 2016.
- BECKER, C. da R. F.; FAQUETI, M. F. **Panorama das bibliotecas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**: um olhar sobre a gestão. Blumenau: IFC, 2015.
- BRASIL. **Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/decreton57731.pdf>>. Acesso em: 03 abril 2019.
- BRASIL. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm>. Acesso em: 03 abril 2019.
- BRASIL. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância**. 2015. Disponível em: <<http://inep.gov.br/instrumentos>>. Acesso em: 03 abril 2019.
- BRASIL. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância**: Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento. 2017. Disponível em: <<http://inep.gov.br/instrumentos>>. Acesso em: 03 abril 2019.
- BRASIL. **Lei nº. 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de

Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acesso em: 21 mar. 2019.

BROWNE, M. The field of information policy: fundamental concepts. **Journal of Information Science**, v. 23, n. 4, p. 261-275, 1997.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COLLINS, H.; KUSCH, M. **A forma das ações**: o que humanos e máquinas podem fazer. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

CUEVAS-CERVERO, A.; MARQUES, M.; PAIXÃO, P. B. S. A alfabetização que necessitamos: informação e comunicação para a cidadania. **Inf.&Soc.:Est.**, João Pessoa, v. 24, n. 2, p. 35-48, maio/ago. 2014.

MOUTINHO, S. O. M.; LUSTOSA, I. T. As bibliotecas dos Institutos Federais frente às novas demandas gerenciais e informacionais causadas pela Lei 11.892/2008. In: FÓRUM NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS DOS INSTITUTOS FEDERAIS, 6., outubro, 2011, Petrolina. **Anais...** Petrolina: Instituto Federal do Sertão Pernambucano, 2011. CD-ROM.

MOUTINHO, S. O. M. **Práticas de leitura na cultura digital de alunos do ensino técnico integrado do IFPI – Campus Teresina Zona Sul**. 2014. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

ORNA, E. Information policies: yesterday, today, tomorrow. **Journal of Information Science**, v. 34, n. 4, p. 547-565, 2008.

SOUZA, E. C. L. de; CASTIONI, R. (orgs.). **Institutos Federais: os desafios da institucionalização**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

TAVARES, M. G. Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: as etapas históricas da educação profissional no Brasil. In: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 9., 2012, Caxias do Sul. **Anais**

eletrônicos [...]. Caxias do Sul: UCS, 2012. Disponível em <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/177/103>>. Acesso em: 15 abril 2019.

VEIGA, M. S.; PIMENTA, J. S.; SILVA, L. S. da. O desafio educacional dos bibliotecários nas bibliotecas multiníveis da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Biblionline**, João Pessoa, v. 14, n. 4, p. 49-64, 2018. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/view/42957>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

VEIGA, M. S. **Práticas de letramento informacional**: o uso da informação como caminho da aprendizagem nas bibliotecas multiníveis do Instituto Federal de Rondônia. 2017. 126f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Escolar) – Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho, 2017.

MEMÓRIA SOLIDÁRIA: inclusão social pela prática musical da Orquestra De Cordas Do IFPB (OCIFPB)

> Marina Tavares Zenaide Marinho
> Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira

1 INTRODUÇÃO

“A música é celeste, de natureza divina e de tal beleza que encanta a alma e a eleva acima da sua condição”.
(ARISTÓTELES).

Este artigo tem por objetivo analisar descritivamente as práticas orquestrais e o fazer extensionista do Projeto de extensão intitulado “A Orquestra de Cordas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (OCIFPB)” nas Instituições de Caridade da Cidade de João Pessoa. O projeto iniciou em 2009, a partir da necessidade em comum de todos os seus membros em colocar em prática os conhecimentos musicais e instrumentais, adquiridos pelos alunos do Curso de Instrumento Musical da instituição, para além dos muros do Instituto, especialmente do campus de João Pessoa. Com isso, além de relacionar teoria e prática, a iniciativa vislumbrou

projetar a instituição no cenário musical local, regional e nacional, sedimentando novos hábitos culturais.

Para tanto, o primeiro passo foi pensá-lo sob a perspectiva extensionista, associada ao ensino e à pesquisa. Essa foi a força motriz basilar com vistas a promover o desenvolvimento musical em grupo através da aprendizagem da leitura musical, reconhecimento auditivo e rítmico das estruturas sonoras, cognição musical e desenvolvimento de atividades musicais relacionadas à inclusão social. Ideia que nasceu timidamente, ganhando espaço enquanto aumentava o envolvimento da comunidade acadêmica *versus* comunidade assistida, em que estão incluídas as comunidades em vulnerabilidade social, pessoas idosas e as internas em hospitais com diagnóstico terminal. Nesse sentido, pode-se considerar sua relevância social na medida em que cria oportunidades de socialização através da educação musical extensionista e oportuniza de forma integrada a prática musical, contribuindo com o processo de formação dos estudantes do curso de música do IFPB.

A propositura converge para as prerrogativas educacionais do IFPB, e seus participantes recebem formação musical, de forma integrada com o desenvolvimento de um grupo musical, preparando-os para seguir no conhecimento técnico e científico do instrumento, além do artístico e humano. Fatores como relações socioeconômicas, ambientais, culturais e comportamentais estarão representadas no cotidiano da prática artística em questão, explorando o papel da OCIFPB.

Sob uma perspectiva conceitual, assenta-se teoricamente nas concepções de memória social e de patrimônio cultural. A memória social é compreendida enquanto força motriz de interlocução entre o passado, o presente e o futuro (GONDAR, 2005; BOSI, 1994). Nesse sentido, a memória social toma como elemento analítico o cotidiano

e, por extensão, as práticas dos diferentes sujeitos de pesquisa, ou seja, todos os envolvidos tanto na OCIFPB, como nas comunidades em que o Projeto de Extensão é desenvolvido, agregando o conceito de patrimônio cultural, possibilitando uma análise descritiva das práticas extensionistas e seu saber-fazer.

2 PENTAGRAMA DA MEMÓRIA: TRAÇANDO AS LINHAS HISTÓRICAS DO OCIFPB

*“Lo que toca el corazón se guarda en la memoria”
(VOLTAIRE).*

A Orquestra de Cordas do (OCIFPB) nasceu nos idos de 2009, com o nome de “**Camerata do IFPB**”, considerando tratar-se de um grupo composto por sete discentes, além da professora. A partir do ano de 2010, com a entrada de novos alunos do Curso Integrado de Instrumento Musical, além de alunos da extensão, o grupo ampliou o número de integrantes, permanecendo até 2012 com esse nome. Havia uma sincronia, sobretudo pelo desejo de apresentar-se publicamente. Com essa iniciativa aqui denominada de primeira etapa, puderam-se constatar vários registros fotográficos, os quais rememoram a primeira e segunda formação:

Essa primeira versão do grupo realizou várias apresentações musicais dentro e fora da instituição, por exemplo: Concerto em Homenagem ao Dia do Músico (22/11/2011), no Auditório do NACE, no IFPB; Mostra Cultural da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (03/12/2011); Encontro dos Educadores Peruanos, no IFPB (12/12/2011); Concerto oficial, no Auditório José Marques, do IFPB (24/01/2012); Apresentação na sede da Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo, na inauguração da sede administrativa do Instituto Chico Mendes,

em 03/02/2012; Reunião Ordinária de posse dos novos membros do Conselho Superior do IFPB (16/04/2012); Apresentação socioeducativa em áreas indígenas da cidade de Marcação/PB (20/04/2012); 1º Encontro de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (ENEX), em 2011; Colóquio na UFPB (22/02/2012). A cada nova apresentação, os participantes se redescobriam e buscavam tornarem-se mais virtuosos na execução musical. Como resultado das apresentações, o projeto possui os seguintes registros imagéticos:

Figura 1: Formação inicial da Camerata IFPB



Fonte: Acervo pessoal de Marina Marinho

Figura 2: Integrantes da Camerata em frente a rampa de entrada da Reitoria da UFPB



Fonte: Acervo pessoal de Marina Marinho

Figura 3: Apresentação da Camerata no Hall da Reitoria da UFPB



Fonte: acervo pessoal de Marina Marinho

Figura 4: Camerata em Execução no Hall da Reitoria da UFPB



Fonte: acervo pessoal de Marina Marinho

A partir das apresentações e divulgação interna do projeto, este ganhou dentro do próprio IFPB maior credibilidade, tanto do ponto de vista da gestão institucional, quanto por parte dos alunos, que começaram a buscar ingressar no grupo, tornando-se assíduos. Em seus rostos estampavam prazer. Acertar as notas, ajustar as melodias, tudo se transformava em conquistas coletivas. Com o tempo, passando a aceitar convites externos para execuções musicais, a exemplo da Figura 5.

Figura 5: Apresentação Pública em Comunidade local



Fonte: Acervo pessoal de Marina Marinho

Na medida em que foram ocorrendo as apresentações públicas em várias comunidades, o grupo de jovens musicistas foi sendo convidado para apresentar-se em outras instituições e cidades circunvizinhas, contribuindo para atrair novos jovens para a música, bem como elevando a autoestima dos participantes. A cada novo convite, uma nova alegria.

Figura 6: Deslocando-se em ônibus institucional



Fonte: acervo pessoal de Marina Marinho

O envolvimento do grupo foi paulatinamente ampliado. Os ensaios tiveram maior frequência e requereram dos envolvidos mais disciplina, para além dos formalmente executados no âmbito escolar.

Figura 7: Ensaio do Grupo no auditório do IFPB João Pessoa



Fonte: acervo pessoal Marina Marinho

Figura 8: Apresentação para Comunidade de pescadores.



Fonte: acervo pessoal Marina Marinho

Com a adesão de novos integrantes, o grupo musical, inicialmente denominado de Camerata IFPB, a partir de 2013 denominou-se Orquestra de Cordas do IFPB (OCIFPB), tornando-se um projeto de extensão permanente da instituição. Atualmente é composta por 37 discentes das três esferas de ensino (Extensão, Subsequente e Integrado) do IFPB - Campus João Pessoa. Dentre os instrumentos que compõem sua formação, encontramos, nesse momento: violino, viola, violoncelo, contrabaixo, bateria, piano, canto, trompete, flauta, clarinete e fagote. No intuito de dar continuidade à prática profissional do instrumento, percebemos que estudantes de outras famílias musicais estão interessados em participar do projeto, colocando a OCIFPB numa fase de transição entre orquestra de cordas e orquestra sinfônica, cuja diferença é o número de pessoas e a quantidade de famílias musicais, ou seja, a orquestra sinfônica possui todos os instrumentos das cordas, madeiras, metais, percussão e teclados, além de todas as vozes.

A partir de 2014, a coordenadora e uma de suas bolsistas desenvolveram o projeto com a orquestra, intitulado “**OCIFPB Concertos Solidários**”, voltado exclusivamente para comunidades em vulnerabilidade social, entidades beneficentes em seu sentido plural do termo. Com vistas à realização dessas apresentações musicais, executaram-se obras clássicas para a formação pedagógica de seus membros, além de populares, trilhas sonoras e músicas nordestinas que cativam o público-alvo do projeto. A esse respeito, é importante registrarmos a grande contribuição dada por alguns alunos participantes que, com seu talento e conhecimento técnico-musical, compõem as próprias músicas a serem executadas. Nessas apresentações também foi realizado um importante trabalho de formação de plateia, apresentando cada um dos instrumentos, das obras e compositores escolhidos. Além disso,

também foram ensinadas noções básicas de regência, convidando os espectadores a regerem a orquestra, e uma campanha de arrecadação de mantimentos que os discentes realizaram dentro do próprio IFPB, assim como nos arredores da instituição.

Dentre as instituições contempladas desde o ano de 2014, temos: Lar da Providência, Fundação de Apoio ao Deficiente - FUNAD, Instituto dos Cegos, Hospital Padre Zé, Hospital Napoleão Laureano, Vila Vicentina, Casa da Criança com Câncer, Escola Municipal Rotary Francisco Edward de Aguiar e Lar dos Idosos Mata do Amém. Seguem alguns registros do Projeto Concerto Solidário e os cartazes desenvolvidos pela bolsista como forma de divulgação da atividade:

Figura 9: Concerto Solidário Ponto de Cultura Luz da Artes



Fonte: Acervo pessoal Marina Marinho

Figura 10: Apresentação na Casa da Criança com Câncer



Fonte: Acervo pessoal Marina Marinho

Figura 11: Arrecadação de presente para Crianças



Fonte: Acervo pessoal Marina Marinho

Figura 12: Arrecadação Solidária



Tornamos público os nossos agradecimentos a equipe composta por:

Calvin Nunes dos Santos;
Jessica Beatriz Guimaraes Nascimento;
José Felix Severo Neto;
João Pedro Leiros;
Pedro Henrique,

pelelo empenho durante a semana de arrecadação de doações para os #ConcertosSolidáriosINCine 2015, que aconteceram no Lar da Providência e no Vila Vicentina, ambos lares para idosos.

A participação de vocês foi fundamental para o sucesso da campanha.

O Nosso muito obrigada em nome daqueles que necessitavam e que receberam as Doações.

Contamos com vocês para a solidarização em 2016 para a arrecadação de doações dos próximos #ConcertosSolidários da #OCIFPB que contemplará outras instituições selecionadas.



Fonte: Acervo pessoal Marina Marinho

Figura 13: Apresentação Solidária na FUNAD



Fonte: Acervo pessoal Marina Marinho

Figura 14: Concerto Solidário Hospital Padre Zé Coutinho



Fonte: Acervo pessoal Marina Marinho

Figura 15: Hospital do Câncer Napoleão Laureano



Fonte: acervo pessoal Marina Marinho

Figura 16: Concerto solidário Vila Vicentina



Fonte: Acervo pessoal Marina Marinho

A proposta Concerto Solidário exigiu dos jovens músicos muito mais do que dedicação e talento, contribuindo para ampliar a noção e o entendimento da dimensão musical na vida de pessoas que, em algum momento, estão em estado de afecção social, psicológica ou outras. Trouxe como lição o desejo de compartilhamento e a possibilidade de contribuir para o bem-estar de terceiros, além da compreensão de cidadania. O fato é que as boas novas do concerto solidário se espalhavam na cidade e os convites também chegavam. Os jovens se desdobravam e faziam questão de aceitar e participar das atividades.

Figura 17: Cartaz da Programação

PROGRAMAÇÃO
Setembro / 2014

22 de Setembro, 14hrs.
INSTITUTO DOS CEGOS DA PARAÍBA

Primeira instituição a ser beneficiada com o Projeto Concerto Solidário da Orquestra de Cordas do IFPB (OCIFPB). Até Dezembro serão mais três instituições beneficiadas com essa campanha que levará Música e Solidariedade ao próximo. Não fique de fora! Participe fazendo suas doações nos pontos de coleta credenciados.

Repertório:

- | Te Deum (Charpentier)|
- | Ode to Joy (Beethoven)|
- | Primavera (Vivaldi)|
- | Panis Angelicus (Cesar Franck)|
- | Asa Branca (Luiz Gonzaga)|
- | Assum Preto (Luiz Gonzaga)|
- | Gabriel's Oboé (Enio Morricone)|
- | Cinema Paradiso (Enio Morricone)|
- | Con te Partiro (Francesco Sartori)|
- | Por una Cabeza (Carlos Gardel);|
- | Aleluia (Handel)|
- | Bolero (Ravel);|

Regência: Marina Marinho.

REALIZAÇÃO **IFPB** **APOIO:**
COORDENAÇÃO DO CURSO DE INSTRUMENTO MUSICAL DO IFPB
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PARAÍBA

WWW.FACEBOOK.COM/OCIFPB

Fonte: Acervo pessoal Marina Marinho

Figura 18: Os Jovens Músicos após uma apresentação

Fonte: Acervo Pessoa marina Marinho

A extensão cultural através da educação musical tem como objetivo geral contribuir para a formação humanística, artística, técnica e musical de jovens e adolescentes, a fim de capacitá-los para a compreensão do fenômeno musical de maneira prática, aplicado ao contexto coletivo e social. Como objetivos específicos, o projeto pretende desenvolver a prática orquestral em conjunto; promover a inclusão social de grupos em situação de vulnerabilidade social, como idosos em situação de abrigo, populações internas em hospitais e instituições de pessoas com deficiência; oportunizar experiências pedagógicas, em que os estudantes participam de forma criativa na organização, composição, nas ações e realizações do projeto.

Do ponto de vista da inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade social, o projeto estimula a convivência e integração social; promove a humanização das instituições; contribui com a construção de uma cultura musical na cidade; divulga e desenvolve a função social do instituto na promoção da cidadania. Do ponto de vista acadêmico, articula a extensão

com o ensino e a pesquisa, na medida em que produz partituras musicais; experiência práticas de orquestra e regência; estimula a convivência social entre os jovens; possibilita sua inserção na sociedade, aprendendo a exercer novos papéis musicais. Do ponto de vista de conquistas efetivas, que contribuem para seu exercício contínuo, em 2018, a Coordenadora do projeto registrou as duas primeiras marcas do IFPB junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), são elas: OCIFPB e OSIFPB. Essas duas marcas são o resultado de uma parceria da fundadora da orquestra com alguns de seus componentes, além da doação de uma sala específica para a orquestra, feita pelo diretor geral do IFPB - Campus João Pessoa, o Sr. Neilor Cesar dos Santos, onde funcionará sua coordenação, acervo e local de estudo para todos os discentes que fazem parte do projeto.

3 DESCREVENDO OS CAMINHOS PERCORRIDOS

A metodologia aplicada para a realização desse projeto inicia-se pela visita da coordenadora a cada uma das instituições escolhidas, assim como a seleção das obras a serem executadas. Para isso, leva-se em conta o público escolhido, visto que a relação deste com as músicas são de extrema importância para o sucesso da ação, provocando reações de alegria, felicidade, bem-estar, acolhimento e interação social. Essa escolha geralmente é feita pela coordenadora e bolsista do projeto, mas a decisão final sempre passa por todos os membros da orquestra, numa primeira reunião. Como a aquisição de partituras não é uma ação muito fácil, geralmente a OCIFPB se utiliza do talento e conhecimento musical de alguns de seus membros, que compõem nossas próprias músicas. Essa é uma qualidade do grupo, que demonstra os vários campos de desenvolvimento profissional na música, oportunizando a esses jovens a iniciação no ramo da composição. Numa segunda reunião, o grupo

estipula as datas das apresentações e a quantidade de encontros necessários para a construção do espetáculo. Nesses encontros, a coordenadora e regente da OCIFPB ensina as melhores práticas instrumentais para que todos consigam tocar as músicas, fazendo sempre um trabalho individual (ensaio de naipe) e depois o coletivo (ensaio geral).

Em paralelo a essa ação, a bolsista desenvolve o trabalho de divulgação, com a confecção de cartazes, programas de concerto (a serem distribuídos nas instituições), inserção da notícia no site do instituto e divulgação nas redes sociais da orquestra. Antes de todos os espetáculos, a coordenadora do projeto visita novamente as instituições escolhidas, para definir, com a direção do estabelecimento, o local da apresentação, o melhor horário para o público, o tempo de apresentação, e, por fim, solicita-se ao IFPB Campus João Pessoa o transporte. Durante os espetáculos, é feito o registro fotográfico e audiovisual, para num segundo momento ser selecionado o que será utilizado para divulgação da conclusão do projeto, elaboração de relatórios e possíveis participações em eventos acadêmicos.

Por fim, o projeto promove o protagonismo social dos jovens estudantes de música, na construção e na finalização do espetáculo musical. Para o ano de 2018, a OCIFPB se apresentará em três instituições de caridade, onde o idoso será o público alvo. Os locais escolhidos foram: Lar Bom Pastor, Clube da Pessoa Idosa e ASPAN. Todos os projetos desenvolvidos por esse projeto foram devidamente contemplados em editais da instituição, formalizando sua atividade e fortalecendo sua atividade contínua.

4 (IN)CONCLUSÕES....

“Nada do que foi será /de novo do jeito que já foi um dia.... (LULU SANTOS, Como uma onda no mar)

Neste ensaio buscou-se explorar o processo de inclusão social por meio do Projeto de Extensão da Orquestra Sinfônica do IFPB, especificamente voltado para o projeto **OCIFPB Concertos Solidários**. Esse projeto de inclusão social através da música e da prática orquestral vem se perpetuando no espaço acadêmico dos institutos e universidades federais. Ao contribuir para promover o direito à cultura, as Instituições de Ensino Superior estarão dando um passo relevante para promover a cidadania da comunidade universitária e do público escolhido pelo projeto. A permanência dos estudantes egressos significa a relevância da prática e justifica sua perenidade como espaço de extensão, pesquisa e ensino.

Esse diálogo com as instituições filantrópicas ressignifica a relação do IFPB com a sociedade, promovendo a cidadania e a inclusão social. Nesse sentido, não há como concluir, pois continuamos na caminhada, buscando novos horizontes por meio da música e sua prática extensionista.

REFERÊNCIAS

- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- FORPROEX. Plano nacional de extensão universitária. Ilhéus Editus, 2001. (Coleção extensão universitária, v.1).
- GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Orgs.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, UNIRIO, 2005. p. 11-27.

GRUBISIC, Katarina. Projeto orquestra escola: educação musical e prática social. Dissertação (Mestrado em educação). Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

LAGO, Sylvio. *A Arte da regência: história técnica e maestros*. São Paulo: Algor, 2008.

MELO NETO, José Francisco. *Extensão universitária é trabalho*. João Pessoa: UFPB, 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999. Disponível em: <https://www.facebook.com/OCIFPB/>. Acessado em: 05/08/2018.

DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO: as siglas na redação dos resumos de alta de prontuários do paciente

- > *Fabiana da Silva França*
- > *Rosa Estopá Bagot*
- > *Virginia Bentes Pinto*

1 INTRODUÇÃO

Embora a presença das siglas seja uma constante na área da Saúde, observa-se, empiricamente, que não existe uma padronização e que, muitas vezes, pode trazer problemas de compreensão no processo de comunicação, seja no âmbito da equipe multiprofissional de saúde, seja entre ela e os pacientes. Nesse contexto, entra um terceiro ator, as organizações de fármacos, quando das compras de medicamentos. A esse respeito, Ortiz (2008, p. 32) argumenta os inconvenientes da criação e uso de siglas não padronizadas, pelo menos em dois aspectos: o primeiro “[...]porque a sigla encapsula um sintagma pleno, gerando opacidade quando a relação de equivalência entre esse sintagma e sigla é desconhecida”; o segundo “[...]porque a sigla pode gerar ambiguidade quando o verdadeiro significado é desconhecido no contexto no qual

ele está situado”. Tal fato pode trazer consequências inimagináveis para o paciente. Odriozola (1998, p. 3) afirma que “[...] se muitos resumos de alta são difíceis de entender para o médico, é fácil imaginar o que um paciente pode entender sobre sua doença em um prontuário do paciente deste tipo”. Trabalhos como os de Cuñat et al. (1988) e Benavent et al. (2006, p. 32) assinalam que, em muitas ocasiões, o médico que lê o documento desconhece totalmente o significado das siglas redigidas pelo seu colega de profissão. Isso contribui, significativamente, para aumentar as dificuldades de comunicação entre os profissionais de saúde, repercutindo, negativamente, na atenção ao paciente.

Os instrumentos de controle terminológico podem minimizar as interferências e ruídos no processo de comunicação entre os sujeitos e, particularmente, nos ambientes das organizações de saúde, em que pessoa enferma é o cliente maior (BENTES PINTO, 2013). Nessa perspectiva, pode-se afirmar que a padronização das siglas contribui para reduzir a ambiguidade no processo de comunicação intra e entre os atores no âmbito da saúde. Sendo assim, esta investigação tem o propósito de verificar as implicações decorrentes da falta de padronização das siglas utilizados na redação dos resumos de alta.

A pesquisa é de natureza exploratória e descritiva, posto que a proposição da padronização do uso de siglas para democratizar a informação dos resumos de alta, visando à transparência da informação junto ao Serviço de Arquivo Médico e Estatístico (SAME), ainda é um tema pouco investigado no contexto das áreas da Ciência da Informação e da Saúde. Foram analisados 100 resumos de alta de prontuários do paciente da especialidade de hepatologia do SAME do Hospital Universitário Lauro Wanderley. Para analisar os dados foi usada a abordagem quantitativa, utilizando-se de métodos estatísticos.

2 TRANSPARÊNCIA E DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO: uso de siglas em resumos de alta de prontuários do paciente

O conceito de saúde proposto pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1946, a define como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades” (OMS, 1946, *Caput*). Entretanto, para a melhor compreensão do termo, buscamos Scliar (2007), que defende um amplo conceito de saúde, relacionando-a à conjuntura social, econômica, política e cultural.

[...] saúde não representa a mesma coisa para todas as pessoas. Dependerá da época, do lugar, da classe social. Dependerá de valores individuais, dependerá de concepções científicas, religiosas, filosóficas. O mesmo, aliás, pode ser dito das doenças. Aquilo que é considerado doença varia muito (SCLIAR, 2007, p.30).

Essa passagem de texto evidencia que, para abarcar tal conceito, é necessário que as Ciências da Saúde sejam entendidas de modo amplo. Por sua vez, López Montes de Oca (2001, p.11) diz que o conceito de Ciências da Saúde não é “unissêmico”, porém, podemos dizer que se trata do

[...]conjunto de disciplinas que proporcionam os conhecimentos adequados para a prevenção das enfermidades e à promoção da saúde e do bem-estar tanto do indivíduo como da coletividade”. Seu objetivo não é somente “fornecer informações, mas também promover mudanças nas condutas e nas atividades dos indivíduos, e, para conseguir isso, usa

o apoio de outras disciplinas científicas que ao associarem conseguem de forma integral os objetivos visados (LÓPEZ MONTES DE OCA, 2001, p.11, tradução nossa).

Não podemos negar que a prevenção da saúde perpassa o acesso à informação e o conhecimento registrado, na documentação científica e na sanitária, a exemplo dos prontuários do paciente. Para tanto, essa documentação precisa ser organizada e representada, adotando-se linguagem natural ou controlada. Nesse último caso, destacam-se os tesouros, vocabulários controlados, listas de autoridades, ontologias ou taxonomias. Temos convicção de que, se o cidadão, enfermo ou não, tiver acesso à informação, poderá sensibilizar-se e conscientizar-se sobre o tratamento e prevenção de suas enfermidades.

A esse respeito, Paganelli e Clavier (2011, p.41, tradução nossa) dizem que “a noção de acessibilidade se refere tanto à disponibilidade de informações como também à sua legibilidade”. Elas apresentam como exemplo os “fóruns que são de fácil acesso, compreensíveis para o leigo e relativamente pouco exigentes em termos de participação, uma vez que podemos consultá-lo a qualquer momento sem intervenção de terceiros.” A rigidez de validação desses espaços não demanda da validação “que é exercida sob o controle do Estado para obter informações de saúde e sobre a autoridade científica para a informação médica, ela também se aplica aos fóruns”. Em outra passagem, as autoras argumentam ser necessário uma “redefinição e reinterrogação de conceitos-chave em Ciência da Informação: as propriedades da informação, as noções de transferência ou uso da informação [...] (PAGANELLI ; CLAVIER , 2011, p.41, tradução nossa).

Ademais, é necessário analisar as fontes informacionais voltadas ao sujeito a quem se pretende informar em um contexto particular de enfermidade. Em virtude do que foi mencionado, apresenta-se uma reflexão evidente da necessidade de se intensificarem pesquisas e estudos interdisciplinares entre a Ciência da Informação e as Ciências da Saúde, as quais, certamente, contribuirão para a disseminação, o acesso e o uso de informação enquanto instrumento fundamental à promoção e ao monitoramento da saúde.

O fenômeno da redução das palavras existe desde a antiguidade. Culturas, como a romana, faziam uso frequente dessa técnica na redação de manuscritos sobre atividades de economia e da área jurídica. O auge desse fenômeno ocorreu no século XX, com o avanço da ciência e das técnicas utilizadas no trabalho, por causa de termos mais complexos e pela necessidade de simplificar os processos para ganhar tempo.

Seu uso tem registros desde os textos gregos, romanos e medievais, até o ponto em que foi proibido na Idade Média (BAÑOS, 2001). Nessa perspectiva de redução de unidades lexicais, alguns estudos se destacam: Ortiz (2008), Calvet, (1980), Rodríguez (1981; 1984), Algeo (1991), Fijo (2003), Taghva e Gilbreth (1999), Pustejovsky (2001), Larkey (2002), Dannélls (2005), e Zahariev (2004). Outros estudos são contrários à criação e uso indevido das siglas: Bloom (2000), Morgan (1985), Green (1990), Cheng (1997; 2002a; 2002b; 2005), Walling (2001), Farber (2002), Fallowfield (2002), De Granda (2003), Guardiola (2003), Lader (2002), Fred (2003), Rowe (2003), Jack (2003), Bradley (2004), e Isaacs (2007).

Na área de saúde, destacamos alguns estudos que analisam o uso das siglas nos prontuários do paciente, a exemplo dos estudos de Pallejà (2012). O autor chama a atenção para a existência, em diversos documentos médicos e resumos de alta, de uma grande quantidade de abreviações,

as quais, “quando não são conhecidas pelo leitor (o que pode ocorrer entre profissionais de saúde, mas, sobretudo, entre os pacientes leigos na matéria), podem dificultar a compreensão e dar lugar a confusões” (PALLEJÀ, 2009, p. 6).

Para Ortiz (2008), as siglas de cada âmbito do conhecimento resultam em difícil compreensão para o usuário, especialmente, o que não tem experiência. O autor, ainda, aponta dois motivos para tal fato: o primeiro diz que a sigla é um sintagma pleno, e o segundo afirma que ela pode gerar ambiguidade quando não se conhece o seu significado no contexto onde se encontra.

Benavent e Iscla (2001a), na primeira parte do trabalho, publicado como artigo, com o título “Problemas da linguagem médica atual”, expõem que, nos 130 artigos de terminologia média analisados, dentre os principais problemas está o abuso das abreviações. Na segunda parte do trabalho, também publicado como artigo, com o título “Problemas da linguagem médica atual: abreviações”, Benavent e Iscla (2001b) ressaltam que o uso das siglas se desenvolveu como recurso para honrar tempo e espaço e afirmam que “os problemas de compreensão se produzem, especialmente, com os resumos e diagnósticos dos prontuários do paciente bem como com a interconsulta entre os médicos. Nesses documentos prevalecem as contrações de palavras e abreviaturas não padronizadas”. Eles ainda destacam os problemas do uso das siglas relacionados à polissemia, à falta de unanimidade e a símbolos utilizados de forma incorreta. Ainda nesse contexto, Odriozola (1998) descreve, em seus trabalhos, que o abuso das siglas afeta a comunicação interprofissional na prática clínica, especialmente nos resumos de alta.

No Brasil, podemos apontar algumas iniciativas de padronização de informação referentes à área de saúde: a ABNT/ISO/TR-20514, 18303,

os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), o Projeto de Terminologia da Saúde, da Biblioteca Virtual em Saúde. O Projeto de Terminologia da Saúde visa à padronização e ao aperfeiçoamento de termos, conceitos e siglas utilizados no Ministério da Saúde, favorecendo a recuperação, o acesso, a divulgação e a disseminação do conhecimento e das informações institucionais. Tem como principais eixos: descrever, eficientemente, qualquer documento do Ministério da Saúde no ato da indexação (representação da informação por meio de palavras-chave); agilizar a recuperação da informação nas bases de dados bibliográficos; disseminar a terminologia para o tratamento da informação especializada em Saúde Pública no Brasil; e promover o intercâmbio para o aperfeiçoamento da terminologia no setor Saúde. Destacamos, pois:

a) Glossário Eletrônico do Ministério da Saúde - reúne as principais conceituações, palavras, siglas e expressões técnicas e científicas utilizadas por órgãos subordinados e entidades vinculadas ao Ministério da Saúde, a fim de divulgar essa terminologia para os profissionais de Saúde e para qualquer pessoa interessada.

b) Siglário Eletrônico do Ministério da Saúde - disponibiliza acesso a mais de 2.000 siglas e significações utilizadas em documentos e publicações do Ministério da Saúde. As consultas estão disponíveis em quatro modos de pesquisa: busca simples, busca avançada, índice de siglas e índice de palavras.

Nesse âmbito, o Art. 2º da Resolução nº 1.821, de 11 de julho de 2007, do Conselho Federal de Medicina do Brasil, determina, na letra b do parágrafo 2º, que há de existir um “Método de indexação que permita criar um arquivamento organizado, possibilitando a pesquisa de maneira simples e eficiente” (BRASIL, 2007, p. 2).

Para tal, faz-se necessário que detalhemos os locais em que é organizada toda a documentação proveniente dos registros clínicos.

A palavra prontuário é originária do latim Promptuarium e significa lugar onde se guardam ou depositam as coisas que se podem necessitar a qualquer instante. O prontuário do paciente, analógico ou digital, é um documento técnico caracterizado por vários tipos de textos – descritivos (evidências), narrativos (anamnese, evolução), dissertativos (diagnóstico), instrucionais (advertências) – transcritos e redigidos pela equipe de saúde, profissionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Odontologia, Psicologia, Serviço Social e outros, podendo, ainda, conter anotações feitas pelos responsáveis pelas contas médicas no âmbito das organizações de saúde (BENTES PINTO; SILVA NETO, 2013).

Nos estudos prévios de Pallejà (2012), os prontuários do paciente têm vários autores: o paciente e/ou familiares, o médico e outros profissionais de saúde. O prontuário do paciente é um documento que contém um vocabulário altamente especializado, que nem sempre os próprios pacientes entendem completamente. O autor ainda afirma ser importante que médicos e/ou profissionais de saúde que têm acesso ao texto (resumos de alta) sejam capazes de compreender seu significado e tenham controle na interpretação para não cometerem erros de controle de patologia do paciente, assim como de tratamentos estabelecidos.

É importante lembrar que, embora o Conselho Federal de Medicina (CFM) não tenha uma resolução padronizando a redação dos prontuários e, naturalmente, dos resumos de alta, acreditamos ser de bom alvitre não abusar desses recursos nos registros de informações e de conhecimentos nesses documentos. Entretanto, na Resolução CFM n. 1.638/02 que define o prontuário, está implícita a necessidade da legibilidade e do entendimento sobre as siglas, abreviaturas, símbolos

e sinais adotados na redação dos prontuários, inclusive na grafia. Não podemos esquecer que o prontuário é o canal de comunicação entre todos os atores envolvidos na prestação de cuidados da pessoa enferma, inclusive para que haja continuidade na assistência prestada ao cidadão. Ademais, o paciente poderá ter acesso ao seu prontuário, ou ser atendido por outro especialista ou outra equipe multiprofissional. Logo, se o prontuário não for redigido de forma legível ou entendível, poderá acarretar problemas para o paciente e para a equipe multiprofissional.

O art. 35, do Decreto n.º 793, de 5 de abril de 1993, prescreve que “somente será aviada a receita médica que estiver escrita à tinta, de modo legível, observadas a nomenclatura e o sistema de pesos e medidas oficiais, indicando a posologia e a duração total do tratamento”. Ainda nesse ínterim, o Ministério da Saúde publicou a Portaria n. 743, de 22/12/05, que, em seu Art. 3º - § 2º, assevera: “O laudo deverá ser preenchido de forma legível, sem abreviaturas, para evitar a dificuldade no entendimento do controle e avaliação, sob pena de rejeição do mesmo pelo autorizador”. Igualmente nessa Portaria, Campo 05 – é ratificada a necessidade se “Preencher com o nome do paciente sem abreviaturas, se indispensável só abreviar o nome do meio.” Embora essa resolução não seja diretamente voltada para a redação de resumos de alta, todavia, enuncia a necessidade de que seja dada a devida atenção no uso de reduções lexicais nesses registros.

Com esse mesmo entendimento, no ano de 2007, foi publicado pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CREMESP) o parecer n. 61624/2007, sobre o uso de siglas e abreviaturas em prontuários procedentes de uma consulta à Comissão de Ética Médica, com a seguinte orientação: “[...] deve-se preferir escrever por extenso

as anotações médicas, evitando o uso frequente das abreviaturas ou siglas, evitando situações que remetam a erro de interpretação e suas consequências” (CREMESP, 2007). Mesmo com as orientações para não utilização das siglas nos prontuários, o uso ainda é constante.

Em relação à frequência do *corpus* total de 100 resumos de alta da especialidade médica hepatologia do Hospital Universitário, a variável com mais resultados significativos foi inerente às formas de redução por siglas (Tabela 1).

Tabela 1 – Incidência das siglas nos resumos de alta.

| Formas de redução | Hepatologia (frequência) |
|---------------------|--------------------------|
| Siglas | 610 |
| Acrônimos | 52 |
| Abreviaturas | 145 |
| Símbolos | 62 |
| Total | 869 |

Fonte: Dados da Pesquisa

As siglas representam 70% das unidades de reduções lexicais. As siglas ITU (Infecção do Trato Urinário) e ECG (EletroCardioGramma) tiveram maior predominância nos resumos de alta dos prontuários do paciente do Hospital Universitário.

Assim, destacamos por extenso as formas das siglas na Tabela 2 e, para validar seu significado, utilizamos a fonte terminológica de siglas em saúde em português disponível on-line, o Siglário Eletrônico do Ministério da Saúde. Utilizamos os seguintes critérios para amostra: seleção das siglas mais frequentes; busca dos significados das siglas em fontes de informação terminológica especializada; validação dos significados das siglas, de acordo com o contexto empregado na hepatologia.

Tabela 12 – Amostra do **significado** das siglas de Hepatologia

| SIGLA | Hepatologia |
|-------|--------------------------------|
| ITU | - |
| ECG | Eletrocardiograma |
| PAS | - |
| PCR | Reação de polimerase em cadeia |
| PAD | - |
| AAA | - |
| IMC | Índice de Massa Corporal |
| NH | - |
| EEG | Eletroencefalograma |
| ROT | - |

Fonte: Siglário Eletrônico do Ministério da Saúde

A validação das siglas pela fonte terminológica disponibilizada pelo Ministério da Saúde do Brasil evidencia que 60,0% da amostra não possui significado (ITU, PAD, AAA, ROT), ou possui significado não contextual com a especialidade médica (PAS, NH). A sigla PAS está descrita como “Plano Amazônia Sustentável”. Nos resumos de alta, a descrição de acordo com o contexto é “Pressão Arterial Sistólica”. Já a sigla NH está descrita como “Núcleo de hemoterapia”, enquanto nos resumos de alta tem vários significados, todos distintos da descrição do Siglário do Ministério da Saúde:

- a. Necrose hemorrágica;
- b. Necrose hepática;
- c. Nefrite Hereditária;
- d. Neuropatia Hereditária;
- e. Nutrição Humana;
- f. Nódulos Hepáticos.

Nesse sentido, Pinault (2009, p. 37-38, tradução nossa), em seu livro intitulado *Le syndrome du bocal*, diz que os especialistas estão

sempre usando siglas, abreviaturas, acrônimos e outros do gênero, justamente para se sentirem mestres da situação, “[...] para nos evitar o medo? Ou será para não prestar atenção aos ignorantes. Marcar a diferenças, talvez [...]”.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados evidenciam que, na área de saúde, as siglas são consideradas termos para registros de ações a serem colocadas em prática nos cuidados com os pacientes. O uso intenso de siglas também impede a compreensão pelo paciente, que deveria ser o interlocutor primordial do médico e de todos os profissionais da equipe de saúde. Entendemos a necessidade emergente dos diálogos da Ciência da Informação com as Ciências da Saúde, os quais podem ser fortalecidos pelos modelos de representação e organização da informação e do conhecimento. Tais modelos demandaram e ainda demandam a elaboração de linguagens documentárias ou de indexação, bem como de glossários e vocabulários especializados, ou de outras terminologias.

Acrescentam-se, ainda, as possibilidades de desenvolvimento e gerenciamento de sistemas de informação que possam favorecer a comunicação entre a equipe multiprofissional de saúde e entre ela e os pacientes. Para tanto, a documentação sanitária, a exemplo do prontuário do paciente, deve ser organizada tendo por base as unidades terminológicas do discurso especializado registrado nesses documentos, exemplo que, dentre muitos outros, pode fortalecer as relações interdisciplinares entre essas áreas do conhecimento (FRANÇA, 2016).

Concluimos que os resultados abrem caminho para futuras pesquisas que possam contribuir para a padronização das siglas não apenas nos resumos de altas, mas também na redação de todo o prontuário do paciente.

REFERÊNCIAS

- ALGEO, J. **Fifty years among the new words**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- BAÑOS, J.E.; GUARDIOLA, E. **El dolor del lenguaje**. Barcelona: Ed Permanyer, 2001.
- BENAVENT, R. A. et al. Uso y abuso de abreviaturas y siglas entre atención primaria, especializada y hospitalaria. **Papeles Médicos**, v.15, n.2, 2006.
- BENAVENT, R. A.; ISCLA, A. Problemas del lenguaje médico actual (I) Extranjerismos y falsos amigos. **Papeles Médicos**, v.10, n.3, p.144-149, 2001a.
- BENAVENT, R. A.; ISCLA, A. Problemas del lenguaje médico actual. (II) Abreviaciones y epónimos. **Papeles Médicos**, v.10, n.4, p.170-176, 2001b.
- BENTES PINTO, V.; SILVA NETO, C. Representação indexal como mediação informal em protuario do paciente. **Diálogos paradigmáticos sobre informação para a área da saúde**. Fortaleza: Edições UFC, 2013.
- BLOOM, D. A. **Acronyms, abbreviations and initialisms**. [S.l.]: BJU International 86, 2000.
- BRADLEY, J. The Acronym addiction . **Texas Heart Institute Journal**, v.31, n.1, p.108-109, 2004.
- BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. RESOLUÇÃO CFM Nº 1.638/02, de 10 de julho de 2002. Brasília: **Diário Oficial da União**, 09 de ago. de 2002.
- BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. RESOLUÇÃO CFM Nº 1.821/07. **Diário Oficial da União**, seção 1, p. 252, nov. 2007.
- CALVET, J. L. **Les Sigles**. Paris: Presses Universitaires de France. [S.l.: s.n.], 1980.
- CHENG, T. **Acronyms must be defined**. **Atherosclerosis**, v.165, p.383, 2002a.
- CHENG, T. Celestial acronyms. **International Journal of Cardiology**, v.101, p.307-308, 2005.
- CHENG, T. Every acronym should be defined when it first appears in a

publication. **Circulation**, v. 106, p. 134, 2002b.

CHENG, T. Non-English acronyms must be explained in their native languages.

International Journal of Cardiology, v.61, p. 199, 1997.

CREMESP – Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo. **Parecer n. 61.624/2007**: uso de siglas e abreviaturas em prontuários. São Paulo:

CREMESP, 2007.

CREMESP – Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo. **Parecer n. 43.578/10**: as siglas, no uso corrente dos registros médicos. São Paulo:

CREMESP, 2010.

CUÑAT, A. V. et al. Abreviaturas en dos documentos básicos de la historia clínica: hoja de tratamiento quirúrgico e informe de alta. **Control Calid Asist.**, v.3, p. 23-24, 1988.

DANNÉLLS, D. **Classifying Swedish Acronyms with MBT**. [S.l.: s.n.], 2005.

DE GRANDA, J. I. Las siglas: ¿debemos aceptarlas?. **Arch Bronconeumol**, v.39, n.6, p.286, 2003.

FALLOWFIELD, L. Acronymic trials: the good, the bad, and the coercive . **The Lancet**, v.360, p. 1622, 2002.

FARBER, H. On the abuse of acronyms . **American Journal of Respiratory and Critical Care Medicine**, v.166, p.1607-1608, 2002.

FIJO, M. I. **Las siglas en el lenguaje de la enfermería**: análisis contrastivo inglés español por medio de fichas terminológicas. 2003. 320 f. Tese (Doutorado) - Sevilla, Departamento de humanidades, Universidad Pablo de Olavide. 2003.

FRANÇA, F. S. **Formas de redução léxica na redação de resumos de alta em prontuário do paciente visando à indexação e recuperação da informação**. 2016. 204 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

FRED, H. Acronymesis. The Exploding Misuse of Acronyms. **Texas Heart Institute Journal**, v.30, p.4, p. 255-257, 2003.

- GREEN, W. Abbs. in Js. **Canadian Medical Association Journal**, v.142, n.4, p. 287, 1990.
- GUARDIOLA, E.; BAÑOS, J. E. Sobre la correcta utilización de las siglas: reflexiones a propósito de AINE e IECA . **MEDIFAM**, v.13, n.4, p. 325-328, 2003.
- ISAACS, D. Acronymophilia: an update . **ADC**, v.83, p.517-518, 2007.
- JACK, D. The cardiology SCANDAL . **The Lancet**, v.361, p. 538, 2003.
- LADER, E. Acronym mania . **The Lancet**, v.160, p. 576, 2002.
- LARKEY, L. et al. **Acrophile**: An Automated Acronym Extractor and Server. [S.l.: s.n.], 2000.
- LÓPEZ MONTES DE OCA, A. **Ciencias de la Salud I**. México: UNAM, 2001.
- MORGAN, P. A quick look at medical abbreviations. **Canadian Medical Association Journal**, v.132, p. 897, 1985.
- ODRIOZOLA, M. P. Abuso de las siglas en el lenguaje médico: PCR o RCP. **Gac Med Bilbao**, v.95, p.31-32, 1998.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO)** - 1946. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>>. Acesso em: 18 maio 2019.
- ORTIZ, John Jairo Giraldo. **Análisis y descripción de las siglas en el discurso especializado de genoma humano y medio ambiente**. 2008. 362 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplciada) - Dep: IULA, 2008.
- PAGANELLI, C.; CLAVIER, V. Le forum de discussion : une ressource informationnelle hybride entre information grand public et information spécialisée: In: YASRI-LABRIQUE, E. **Les forums de discussion: agoras du XXIe siècle? Théories, enjeux et pratiques discursives**, L'harmattan (collection Langue et Parole). [S.l.:S.n.], 2011. Disponível em< <https://halshs.archives-ouvertes.fr/tel-00780990/document>>. Acesso em: 20 de abril de 2015.

- PALLEJÀ, J. F. **Les abreviacions en els informes d'alta hospitalària**. 2009. 45 f. Dissertação (Mestrado em Documentação Médica) - Fundació Dr. Robert-UAB, Barcelona, 2009.
- PALLEJÀ, J. F. Els informes mèdics són entenedors per a qui els ha de llegir? **Llengua, Societat i Comunicació**, v.10, p.53-62, 2012.
- PINAULT, C. **Le syndrome du bocal**. Département BUCHET/CHASTEL de Méta-Editions. Septembre 2009.
- PUSTEJOVSKY, J. et al. **Linguistic Knowledge Extraction from Medline: Automatic Construction of an Acronym Database**. [S.l.: s.n.], 2001.
- RODRÍGUEZ, F. **Análisis lingüístico de las siglas: especial referencia al español e inglés**. 1981. Tese (Doutorado) - Salamanca, Facultad de filología, Universidad de Salamanca, 1981.
- RODRÍGUEZ, F. **El género de las siglas**. Revista española de lingüística, año 14, fasc. 2. 311-366, 1984.
- ROWE, R. Abbreviation Mania and Acronymical Madness . **DDT**, v.8, n.16, p.732-733, 2003.
- SCLIAR, M. **História do Conceito de Saúde**. [S.l.: S.n.], 2007. Disponível em< <http://www.scielo.br/pdf/physis/v17n1/v17n1a03.pdf>>. Acesso em 19 de mar. 2016.
- SELLTIZ, C. et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Herder / Ed. da USP, 1967.
- TAGHVA, K.; GILBRETH, J. **Recognizing acronyms and their definitions**. IJDAR (1999) 1: 191–198. Disponível em< <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.79.2183&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em 19 de mar. 2016.
- WALLING, H. When will the MEK inherit the ERK? Acronym alphabet soup. **TRENDS in Pharmacological Sciences**, v.22, n.1, p. 14, 2001.
- ZAHARIEV, M. **A(Acronyms)**. 2004. 320 f. Tese (Doutorado) - School of Computing Science, Simon Fraser University, Burnaby, 2004.

DO SOCIAL AO DIGITAL: a Universidade Aberta à maturidade como prática de inclusão do idoso na sociedade pós-moderna

> *Juliana Ferreira Marques*
> *Izabel França de Lima*

1 INTRODUÇÃO

O aumento significativo da expectativa de vida, o desenvolvimento científico e tecnológico, a criação de leis específicas, a visibilidade diante das limitações e dificuldades enfrentadas são aspectos que situam o idoso³⁵ do século XXI num campo político-econômico e sociocultural diferenciado, em relação ao indivíduo com a mesma idade cronológica nos séculos passados.

Além disso, ser idoso deixou de ser privilégio para poucos e passou a ser uma realidade para muitos. O censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010 (BRASIL, 2010) identifica um crescimento na população idosa do Brasil em relação aos demais grupos etários.

35 Nesse estudo, o termo “idoso” será associado à pessoa com 60 anos de idade ou mais, de acordo com o Estatuto do Idoso.

Diante dessa realidade, emerge uma preocupação social e política com a velhice, referendada por condutas e iniciativas legislatórias. A constituição de 1988 já assegurava a todos a defesa dos direitos fundamentais e a dignidade da pessoa, independente de cor, raça, sexo e idade. O artigo 230 da constituição atesta que “a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida” (BRASIL, 2016).

Em 2003, foi instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos. A legislação prevê a garantia de direitos fundamentais e aborda, ainda, questões específicas, como o direito à Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Essa regulamentação é amparada pela concepção de uma sociedade justa, igualitária e ética, que segue a trilha da “sociedade da informação” (TAKAHASHI, 2000), “sociedade pós- industrial” (WERTHEIN, 2000), “sociedade informacional” (CASTELLS, 1999) ou “sociedade aprendente” (ASSMANN, 1998), ou seja, um modelo de sociedade que, de acordo com Takahashi (2000), é marcado por profundas mudanças nas ordens que regem a sociedade e a economia, e possui um potencial transformador das atividades sociais.

Inseridas nesse contexto, as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), redes sociais digitais e a Internet, fazem surgir um campo social que, embora se proponha a incluir os agentes, potencializa o processo de exclusão de algumas parcelas da população, sobretudo os pobres e idosos, que encontram dificuldades para acessar às TDIC, seja por limitações financeiras e/ou barreiras tecnológicas. A consequência dessa realidade é a provável convivência com um déficit do que Bourdieu (2007) denomina de capital social, ou seja, a agregação

de recursos atuais ou potenciais que tem ligação estreita com uma rede durável de relações institucionalizadas de reconhecimento e de inter-reconhecimento, que dão ao indivíduo o sentimento de pertencimento a um determinado grupo.

De encontro a essa realidade excludente, algumas universidades, que têm consolidado um debate relacionado à inclusão de minorias (negros, pobres, indígenas), inserem os idosos nessa discussão. Embora tenham sido consideradas por séculos como espaços sociais destinados à educação de jovens, universidades em todo o mundo ressignificam-se na contemporaneidade e passam a contemplar essa parcela da sociedade que foi julgada a partir de um estereótipo de agentes desvinculados de interesses educacionais e socioculturais: os idosos.

Nesse sentido, a possibilidade de inserção desse público nas universidades, quer seja por meio de projetos de pesquisa e extensão e cursos de graduação regulares, ou na implantação de universidades exclusivas a idosos, é balizada pela ideia básica da palavra “universidade” que, conforme destaca Kunsch (1992), apoia-se na questão da universalidade do saber e da cultura vinculada a uma realidade social vigente, tendo o compromisso com o passado: na preservação da memória; com o presente: na geração de novos conhecimentos; e com o futuro: funcionando como vanguarda.

De acordo com esse princípio, segundo Rozendo (2015), em 1973 na França foi formulada a primeira experiência de universidade aberta à terceira idade. Desde então, tais iniciativas têm sido disseminadas por todo o mundo, chegando ao Brasil, segundo Cauduro e Cauduro (2008), em 1982.

Na Paraíba, uma iniciativa da Universidade Estadual da Paraíba, em Campina Grande, tornou o Estado da Paraíba pioneiro nas regiões

Norte e Nordeste com a implantação, em 2009, da Universidade Aberta à Maturidade (UAMA). Segundo Lima, Neto e Silva (2017), em 2016 a UAMA havia formado cinco turmas com 250 alunos.

Norteadada por eixos temáticos nas áreas de “Saúde e Qualidade de Vida”, “Educação e Sociedade”, “Cultura e Cidadania” e “Arte e Lazer”, a UAMA atua incluindo essa parcela da sociedade no processo educacional e social, além de romper estereótipos relacionados aos idosos, auxiliando-os a trilhar o caminho da inclusão social e digital.

Porém, a Universidade Aberta à Maturidade da UEPB e demais iniciativas com essa perspectiva enfrentam alguns desafios, como a dificuldade de incluir digitalmente uma geração que não conviveu durante a maior parte da vida com Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) e, em consequência disso, geralmente tem incorporado o “habitus”³⁶ relacionado à inaptidão para a utilização destes aparatos tecnológicos.

Além disso, o processo de mercantilização da educação que marca a atual fase do capitalismo, caracterizado pela ascensão do neoliberalismo e lógica de mercado, que interfere nas formas de vida da sociedade e não enxerga “rentabilidade material” em proporcionar a criação de um campo social nas universidades destinado aos idosos, faz com que iniciativas como a UAMA encontrem dificuldades para se consolidar.

Esses obstáculos podem estar relacionados a uma cultura excludente que prevalece ou, à perspectiva utilitarista do conhecimento científico, que exige dos discentes e docentes a produção em larga escala, de acordo com parâmetros quantitativos e qualitativos, cuja tendência vai de encontro ao estigma de improdutividade atribuído à pessoa idosa.

36 Conceito central de Bourdieu definido por Caria (2003) como um conjunto de esquemas pré-reflexivos de percepção, apreciação e antecipação que foram produzidos no agente social. Trata-se de um princípio subjetivo que se objetiva através da ação.

Também integra esse cenário a grave crise administrativa e financeira vivenciada pelas universidades brasileiras na atualidade, reflexo de um país que não investe tanto quanto deveria em Educação, o que reverbera em cortes em várias áreas necessárias à manutenção dos serviços básicos das instituições educacionais.

A partir dessa lógica, surgem apontamentos destinados a “resolver” a problemática da exclusão social de idosos nas universidades do país, como a oferta de cotas para esse público em cursos regulares, caso do Projeto de Lei 9941 de 2018, em tramitação na Câmara dos Deputados (BRASIL, 2018). Mas, essa seria a solução para incluir socialmente essa parcela da população? Como combater a exclusão digital?

Diante desse cenário, desenvolvemos esse estudo que objetiva apresentar uma reflexão sobre a inclusão social e digital de idosos na sociedade pós-moderna, a partir da experiência da Universidade Aberta à Maturidade, na Paraíba.

2 DA INCLUSÃO DIGITAL À INCLUSÃO SOCIAL: OS DESAFIOS DOS IDOSOS NA PÓS-MODERNIDADE

A educação de idosos na sociedade da informação deve considerar a inclusão e a justiça social como uma das prioridades principais. Ao perceber a lógica de que exclusão digital pressupõe exclusão social, é imprescindível oportunizar o acesso às tecnologias de informação e comunicação, bem como aprendizagem da linguagem e manipulação destes mecanismos digitais para aqueles agentes que não dispõem de conhecimento e habilidade para tal.

Bustamante (2010, p. 13) reforça essa compreensão ao afirmar que “o fenômeno humano não pode ser entendido fora de seu diálogo com a tecnologia. Nada está transformando tanto a realidade humana

como a tecnologia em todas as suas facetas. Os conceitos de natural e de artificial se sobrepõem e se complementam continuamente”. Para o autor, é preciso considerar as redes digitais enquanto campo propício para fazer emergir um novo conceito de cidadania, a cidadania digital:

É um conceito baseado nos seguintes elementos: • a apropriação social da tecnologia, o que supõe empregá-la para fins não só de excelência técnica, mas também de relevância social; • a utilização consciente do impacto das TIC sobre a democracia, avançando desde suas atuais formas representativas até novas formas de democracia participativa; • a expansão de uma quarta geração de direitos humanos, na qual se incluiria o acesso universal à informática, à difusão de ideias e crenças sem censura nem fronteiras e por meio das redes, o direito a ter voz no desenho de tecnologias que afetam nossas vidas, assim como acesso permanente ao ciberespaço por redes abertas e a um espectro aberto (Open Spectrum); • a promoção de políticas de inclusão digital, entendendo como inclusão não o simples acesso e compra de produtos e serviços de informática, mas o processo de criação de uma inteligência coletiva que seja um recurso estratégico para inserir uma comunidade ou um país em um ambiente globalizado; • o desenvolvimento criativo de serviços de governo eletrônico que aproximem a gestão dos assuntos públicos dos cidadãos; • a defesa do conceito de procomun (commons, bens comuns), conservando espaços de desenvolvimento humano cuja gestão não está submetida às leis do mercado e ao arbítrio dos especuladores; • a extensão da luta contra a exclusão digital e outras exclusões históricas de caráter cultural, econômico, territorial e étnico que ferem, na prática, o exercício de uma plena cidadania; • a proteção frente às políticas de controle e às

atividades das instituições de vigilância social. Em outras palavras, proteção frente ao exercício de um biopoder potencializado por um uso institucional das TIC; • a aposta no software livre, no conhecimento livre e no desenvolvimento de múltiplas formas de cultura popular, com o objetivo de consolidar uma esfera pública interconectada. (BUSTAMANTE, 2010, p. 17)

Diante desse contexto, na busca por atender a uma demanda abordada no Estatuto do Idoso, que preconiza a inclusão de conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, a UAMA galgou alguns espaços de interlocução com as TIC e TDIC, com a oferta de componentes curriculares voltados à informática e produção de textos.

Porém, o Projeto Pedagógico do curso da UAMA apresenta alguns “descompassos”, na medida em que os conteúdos voltados ao domínio das TDIC já não acompanham o ritmo da evolução dessas tecnologias. É provável que o longo período para ser construída e aprovada a proposta dos componentes do curso (diante de dificuldades e burocracias do sistema educacional, da limitação de iniciativas com esse perfil para servir de base para a propositura, recursos escassos) contribua para esse desequilíbrio.

Essa realidade não é restrita à iniciativa da Paraíba. Arruda (2010) analisou 428 Instituições de Ensino Superior de São Paulo com cursos voltados a idosos. Na maioria dos casos, foram encontrados apenas dois componentes curriculares com a abordagem relacionada às TIC, de Informática e Tecnologia.

Para acompanhar a evolução tecnológica da atualidade e as demandas da população idosa, deveriam ser trabalhados conteúdos nas universidades para esse público com módulos destinados à inserção

na Internet, como realizar estudos e pesquisas, como utilizar Tablet, Smartphone, Rede Social, dentre outros.

Por outro lado, é necessário que a conjuntura político-econômica da sociedade acompanhe esses avanços, pois de nada adianta proporcionar ao idoso o letramento digital e não fornecer condições financeiras para a aquisição de equipamentos e recursos tecnológicos necessários para a inserção na sociedade da informação.

Considerando o gasto com saúde, moradia e alimentação desproporcional ao valor da aposentadoria dos idosos no Brasil, também há de se considerar a necessidade de construir uma agenda de discussões no campo político, com a perspectiva de aprovação de leis que possibilitem a aquisição de equipamentos tecnológicos a preços acessíveis. Caso contrário, nenhum avanço nas iniciativas educacionais empreendidas por instituições como a UAMA no sentido da inclusão digital será profícuo.

A compreensão de que o processo de inclusão digital faz parte de uma construção da cidadania nos coloca no campo do direito à informação, ao conhecimento e à comunicação (...) Ao falarmos de inclusão digital estamos nos referindo a uma nova cultura de direito, não apenas o direito genérico à internet, mas ao acesso à informação enquanto um bem público. (COELHO, 2010, p. 187).

Assim, ações como a da UAMA e demais iniciativas de inclusão social de idosos atuam para desenvolver uma “praxis”³⁷ que envolve não só os indivíduos, mas provocam reações nas demais estruturas de poder que

37 Conceito desenvolvido por Bourdieu (1996), segundo o qual a prática surge como um produto do *habitus* (as disposições individuais socialmente introjetadas) e dos capitais (econômico, cultural ou simbólico) nos diversos campos sociais.

integram a sociedade (instituições políticas, econômicas, educacionais, imprensa), a fim de fomentar, de fato, mecanismos que não sejam peças ficcionais, mas que atendam a essa demanda de igualdade entre os sujeitos.

2.1 PÓS-MODERNIDADE E TECNOLOGIA: RUPTURAS DE PARADIGMAS COLETIVOS E INDIVIDUAIS

Numa sociedade em que o real e o virtual confundem-se, as noções de tempo e espaço não podem ser mensuradas com a mesma facilidade que nos séculos passados. Além disso, as transformações tecnológicas ocorrem numa velocidade nunca antes experimentada, as visões totalitárias do mundo que se propõem a ser detentoras da verdade passam a ser consideradas equivocadas e os indivíduos encontram-se diante de uma realidade desafiadora, utópica e incerta, que faz despontar inúmeras pretensões tecnológicas, sociais, econômicas, culturais, que rompem com paradigmas: eis o cenário da “pós-modernidade”.

De acordo com Eagleton (2005), enquanto o “pós-modernismo” é a alusão a uma forma de cultura contemporânea, a “pós-modernidade” é uma linha de pensamento que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a ideia de progresso ou emancipação universal. Segundo Lyotard (2009), o cenário pós-moderno é essencialmente cibernético-informático e informacional e a cultura dessa sociedade provoca uma mudança no estatuto do saber.

Para Bauman (2007, p. 100), a “pós-modernidade”, que ele chama de “modernidade líquida”, está amparada por uma utopia, uma era de incerteza, sendo a utopia definida como “o nome que (...) se tem atribuído a esses sonhos desde o século XVI – ou seja, desde o tempo em que as rotinas antigas e aparentemente eternas começaram a se desintegrar; em que hábitos antigos e convenções começaram a mostrar sua idade

e os rituais, sua debilidade; em que a violência se tornou frequente”.

Nesse sentido, na medida em que a pós-modernidade rompe com paradigmas, utopias e teorias da modernidade, espera-se que a realidade sociocultural e político-econômica se desenvolva a partir de demandas que possam legitimar o desenvolvimento da justiça e cidadania. Entretanto, segundo alguns pesquisadores, a exemplo de Bauman (2007), com os avanços tecnológicos e sociais, vieram diversas formas de violência e exclusão não vivenciadas em outras épocas e que tornam esse período socialmente desafiador.

Ao avaliarmos as realidades inerentes à “pós-modernidade”, não é difícil de presumir que, para além da coletividade, a ruptura de paradigmas desse período exclui, sobretudo, os indivíduos idosos. Como lidar com a verdade relativizada (característica típica da pós-modernidade) diante de agentes que passaram a maior parte da vida convivendo com verdades incontestáveis? Como entender a atual exposição pública de fatos que eram considerados como privados até pouco tempo e ganham publicidade cotidianamente por intermédio das redes sociais digitais? Como indivíduos que desenvolveram suas bases morais a partir de relações sociais sólidas e face a face podem entender os relacionamentos preponderantemente virtuais e líquidos? Além destas questões, os idosos ainda enfrentam a dificuldade de lidar com as tecnologias.

Enquanto os nativos digitais nasceram e cresceram em meio às tecnologias da informação e comunicação e, assim, tiveram a oportunidade de aprender e se adequar às contínuas transformações da sociedade, a geração denominada de *baby bommers*³⁸ (grande parte do número de idosos da atualidade) e os sujeitos de gerações anteriores

38 De acordo com Matthewman (2012) os *Baby Boomers* são os sujeitos que nasceram entre 1945 e 1960 (nascidos na fase pós segunda guerra mundial).

tiveram que se adequar a essas mudanças, enquanto elas ocorriam e interferiam no mercado de trabalho, nas instituições de ensino, instâncias culturais e sociais.

Nessa “corrida” para alcançar as demais gerações, os idosos depararam-se com o preconceito relacionado à representação de envelhecimento, frequentemente associado à ineficiência, incapacidade, doença.

O envelhecimento, enquanto fenômeno característico de parte do ciclo de vida humano, muitas vezes é compreendido pelo senso comum como uma etapa final do processo de desenvolvimento onde se manifestam mudanças em três dimensões: biológicas, psicológicas e sociais, que emergem a partir dos 65 anos de idade. A dimensão biológica, quando a pessoa idosa está sensível ao aumento de doenças físicas e, decorrente disso, a dependência de terceiros; a dimensão psicológica, quando decorrente de problemas sociais e cognitivos, a pessoa idosa pode apresentar sinais de depressão; e a dimensão social, quando a pessoa idosa, deixando de trabalhar, se isola do convívio de terceiros e a perda econômica devido à aposentadoria ainda é um problema em nossa sociedade. (LIMA; OLIVEIRA NETO; SILVA, 2017, p. 46).

Amparado pelas transformações da sociedade, o conceito de envelhecimento também evolui continuamente, e a necessidade de ruptura de estereótipos relacionados aos idosos torna-se cada vez mais imperativa. Embora haja uma compreensão de que, com o envelhecimento, os agentes são afetados por fatores que limitam as condições econômicas, e possam surgir inúmeras doenças relacionadas diretamente a essa fase da vida, há de se considerar que a evolução das tecnologias relacionadas

aos tratamentos médicos e voltadas à melhoria na qualidade de vida tem proporcionado um aumento da expectativa e qualidade de vida dos indivíduos, o que enseja o desenvolvimento de ações e políticas voltadas a essa parcela da sociedade.

Ao partir do pressuposto, característico da “pós-modernidade”, de que é preciso incluir digitalmente os sujeitos para proporcionar inclusão social, é necessário considerar essas características dessa parcela da sociedade e realizar o que Habermas (2002) denomina de “inclusão com sensibilidade para as diferenças”:

O problema também surge em sociedades democráticas, quando uma cultura majoritária, no exercício do poder político, impinge às minorias a sua forma de vida, negando assim ao cidadão de origem cultural diversa, uma efetiva igualdade de direitos. Isso tange questões políticas que tocam o auto-entendimento ético e a identidade dos cidadãos. Nessas matérias as minorias, não devem ser submetidas sem mais nem menos às regras da maioria. (HABERMAS, 2002, p. 164).

Nesse sentido, iniciativas que busquem desenvolver no idoso o “capital social” (econômico, cultural ou simbólico) devem considerar as características dessa parcela da sociedade e as demandas da pós-modernidade necessárias à convivência no campo social.

Para tanto, os cursos e universidades voltadas à população idosa podem ser uma oportunidade de superação das limitações e crises ocasionadas por esse processo de transição e ressignificação da vivência dos indivíduos que chegam à maturidade da vida diante desse contexto da pós-modernidade.

3 DO CONTEXTO DE CRIAÇÃO AO REGIME DE INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE ABERTA À MATURIDADE DA PARAÍBA

Diversas são as diferenças e peculiaridades encontradas nos modelos de universidades criados em cada região, país e continente, porém, a busca pelo ideal de cidadania e democracia identifica tais instituições e as conduz amparadas pelo tripé do ensino, pesquisa e extensão.

De acordo com Kunsch (1992), a universidade integra o complexo de organizações que compõem o sistema social global e difere das demais organizações em razão da finalidade, tipos de atividades e funções que desempenha junto à sociedade.

Nesse contexto, a universidade deve ser o lugar ideal para o debate pluralista no campo das novas ideias e das formas de enxergar o mundo moderno. A modernidade, a excelência e a autonomia são desafios para a universidade de hoje. Ela não pode continuar encastelada na ilha do saber pelo saber. Tem de acompanhar os dilemas e as aventuras do mundo contemporâneo. [...] É preciso, pois que a universidade se engaje nos problemas do seu país e no contexto internacional, dando atenção às necessidades prioritárias e aos anseios da sociedade moderna. (KUNSCH, 1992, p. 27).

Com esse entendimento, para além do discurso utilitarista que associa o conhecimento científico produzido nestas instituições ao atendimento de demandas imediatas, surgem iniciativas que atendem à perspectiva libertadora e cidadã das universidades, como é o caso das Universidades Abertas à Terceira Idade (U3I).

De acordo com Cauduro e Cauduro (2008), em 1973, buscando alternativas na área de Educação que possibilitassem a efetiva melhoria da qualidade de vida dos idosos franceses e a criação de um centro de pesquisa sobre envelhecimento, surgiu, na França, a primeira experiência de Universidades Abertas à Terceira Idade (U3I).

No Brasil, as primeiras iniciativas voltadas à educação permanente de idosos, segundo Cauduro e Cauduro (2008), surgiram, ainda na década de 1960, através dos trabalhos desenvolvidos pelo Serviço Social do Comércio – SESC. As Universidades de Santa Catarina (UFSC) e de Santa Maria (UFSM) foram pioneiras na adoção do modelo de Universidade Aberta à Terceira Idade, a partir de 1982 e 1984, respectivamente.

Com a aprovação do Estatuto do Idoso, em 2003, iniciativas voltadas à inserção do idoso no cenário educacional brasileiro passaram a ter o amparo legal necessário. Dentre as questões abordadas pela Lei nº 10.741, está a seguridade de oportunidades voltadas à “preservação da saúde física e mental e o aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade” (BRASIL, 2003).

Além disso, o Estatuto do Idoso apresenta, no Artigo 25, a determinação relacionada especificamente à criação de cursos destinados a essa parcela da sociedade:

As instituições de educação superior ofertarão às pessoas idosas, na perspectiva da educação ao longo da vida, cursos e programas de extensão, presenciais ou a distância, constituídos por atividades formais e não formais. O poder público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual. (BRASIL, 2003).

Aparada por esses pressupostos legais e pela demanda social local, em 2009, no município de Campina Grande, Paraíba, foi criada a Universidade Aberta à Maturidade (UAMA), vinculada à Universidade Estadual da Paraíba. Segundo Lima, Neto e Silva (2017), a iniciativa teve início como um curso especial, tomando por referência um projeto desenvolvido na Universidade de Granada, na Espanha, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da pessoa idosa através das informações que poderiam ser absorvidas com as disciplinas e eixos temáticos.

O propósito era melhorar a qualidade de vida da pessoa idosa através das informações que poderiam ser absorvidas com as disciplinas e eixos temáticos. Esse é um grande diferencial deste curso: trazer ao idoso uma atividade que vai além das atividades de recreação e lazer propostas por muitos grupos destinados a uma maior convivência entre eles. A UAMA tem, no seu seio, uma proposta educacional que traz a capacidade de empoderar, esclarecer e transformar o idoso em um cidadão ativo e atuante na sociedade na qual está inserido. Neste sentido, podemos considerar a Universidade Aberta à Maturidade como pioneira na região, e única com uma carga horária tão vasta e um currículo especialmente pensado para atender às demandas e necessidades da pessoa idosa. (LIMA; OLIVEIRA NETO; SILVA, 2017, p. 26).

De acordo com Lima, Neto e Silva (2017), para formular o currículo da UAMA foi pensado em tomar por referência a experiência da Universidade de Granada de promover todas as tarefas típicas de qualquer centro universitário: ensino, pesquisa e serviços à sociedade direcionados a pessoas idosas.

O público alvo da UAMA é de pessoas que tenham acima de 60 anos de idade. Em cada turma, são oferecidas 50 vagas e em Campina Grande, duas turmas funcionam concomitantemente. O curso tem uma duração de 04 semestres, equivalentes a 02 anos, com uma carga horária de 1.400 horas. O aluno matriculado deve comparecer a no mínimo 75% da carga horária, ou será considerado desistente do programa. (LIMA; OLIVEIRA NETO; SILVA, 2017, p. 64).

Segundo Lima, Oliveira Neto e Silva (2017), a metodologia empregada considera 8 horas de atividade semanais com duas sessões semanais de 4 horas cada.

As diretrizes curriculares podem conter atividades desenvolvidas de forma extracurricular, na perspectiva de enriquecimento cultural e como forma de socialização e entretenimento. Quatro eixos fundamentam o curso da UAMA. São eles:

Eixo I – Saúde e qualidade de vida, que aborda a ligação desses dois conceitos e traz as discussões e indicações à tona a partir da experiência de cada idoso, avaliando a saúde e qualidade de vida que se tem e a que se almeja alcançar, bem como as indicações para que isso seja possível e todos os aspectos: físico, social, psíquico e espiritual.

Eixo II – Educação e sociedade, que pensa, discute e propõe uma educação voltada para a cidadania. Para isto, os conteúdos para o debate sobre as questões políticas e sociais são estimulados. Eixo III – Cultura e cidadania, que entende a pessoa idosa como agente social e produtor de cultura, sujeito da construção de sua subjetividade e ator social

de seu tempo. Neste eixo, articulam-se autonomia, liberdade, direito à diferença e valores como solidariedade e igualdade, promovendo estratégias de convivência harmoniosa entre as pessoas. Eixo IV – Arte e lazer, que traz a expressividade e criatividade como habilidades da condição humana. A arte e o lazer são apontados aqui como formas de reconhecimento da identidade cultural dos sujeitos e fortalecimento da saúde física e emocional da pessoa idosa. (LIMA; OLIVEIRA NETO; SILVA, 2017, p. 68).

De acordo com Lima, Neto e Silva, os componentes da UAMA são desenvolvidos amparados pelo preceito de construir uma iniciativa voltada à inserção do idoso na sociedade, a humanização, o processo de solidariedade, a elevação da autoestima, bem como a interação e envolvimento com os conteúdos discutidos.

Nesse sentido, além das práticas sociais institucionalizadas durante o curso, são realizados eventos, oficinas, palestras e demais atividades que atendem o público da UAMA. Os idosos também têm à disposição canais informacionais da instituição (endereço eletrônico, redes sociais – Facebook e Instagram) que possibilitam a inserção desse público na rede digital informacional, da qual fazem parte as instituições e indivíduos na atualidade.

Com mais de 460 idosos dos municípios de Campina Grande, Guarabira e Lagoa Seca atendidos pela UAMA, segundo dados apresentados por Cauduro e Cauduro (2008), pode-se perceber que a instituição, o público que compõe essa iniciativa e os mecanismos informacionais ligados à UAMA integram o que Unger e Freire (2008), González de Gómez (2012) e Delaia (2008) chamam de “Regime de Informação”:

Na nossa interpretação, regimes de informação podem ser definidos como ambientes onde convivem os sistemas de recuperação da informação, as linguagens documentárias, e os seres humanos com suas necessidades informacionais. As ofertas informacionais dos regimes de informação são advindas de meios de comunicação de massa, pela mídia eletrônica, instituições de ensino e pesquisa, organismos governamentais e não-governamentais, agências de fomento, associações de classe, organizações religiosas etc. (UNGER; FREIRE, 2008; p. 93)

Diante da perspectiva teórica dos regimes de informação apresentada por Unger e Freire (2008), percebemos que a UAMA conta com a população idosa que constitui o corpo discente dentre seus principais atores sociais, além dos docentes da instituição; dentre os dispositivos de informação estão o currículo e a emenda do curso, além do Estatuto do Idoso; dentre os artefatos relacionados à UAMA estão o endereço eletrônico institucional (<http://coordenadorias.uepb.edu.br/ciefam/sobre-a-uama/>) e a rede social digital da Instituição (Facebook: <https://www.facebook.com/uama.edu.br/>).

Ainda na perspectiva dos regimes de informação, quanto às ações de informação discutidas por González de Gómez (2003), a UAMA desenvolve ações relacionais, como o trabalho de Lima e Neto (2017), que busca informar a sociedade sobre as atividades desenvolvidas pela UAMA; ações de mediação, que podem ser compreendidas nas outras pesquisas que surgem a partir deste regime informacional da UAMA, e da visibilidade social que esta iniciativa provoca; as ações formativas da instituição, dentre as quais se destacam os cursos, oficinas e formações que atendem à população idosa, com o objetivo de incluí-la sócio e digitalmente.

Nesse sentido, analisar a iniciativa da UAMA diante da perspectiva dos Regimes de Informação justifica-se, sobretudo, diante da possibilidade de reflexão sobre o papel preponderante da informação e seus dispositivos e ações associados, como mecanismo propulsor da inclusão social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao provocar uma reflexão sobre a inclusão social e digital de idosos, desenvolvendo uma discussão que culmina no conceito de “regime de informação”, não procuramos apresentar uma fórmula para essa anomalia que está inserida no contexto na pós-modernidade, mas lançamos questões que devem provocar mudanças de entendimento sobre o “ser idoso” na atualidade, e sobre como podemos pensar os processos sociais, informacionais, e, sobretudo, educacionais, para uma população que é uma parcela preponderante da conjuntura social.

No cenário educacional, é imperativo entender uma realidade na qual discentes atuam como agentes a serviço da produção científica e do aumento dos conceitos avaliativos dos cursos, docentes acumulam carga horária de trabalho e baixos salários, e ambos coabitam num ritmo “fabril” de formação de profissionais em larga escala que tem marcado as formações de nível superior. Além disso, presenciamos uma crise que tem se instalado vertiginosamente nas universidades brasileiras. Diante disso, a UAMA encontra uma conjuntura bastante desafiadora para se consolidar segundo a perspectiva cidadã, inclusiva e tecnológica que apontamos como necessária ao desenvolvimento de ações dessa natureza.

Ademais, outros desafios surgem relacionados, sobretudo, à ruptura de paradigmas que é necessária para o desenvolvimento de uma perspectiva de educação libertadora, conforme aborda Freire (1987), para a qual as universidades abertas à maturidade foram idealizadas, cujo

compromisso maior não é com o sistema, mas, com os idosos.

Além das garantias legais, cujos avanços podem ser representados por leis como o Estatuto do Idoso, o processo de inclusão social da população idosa, mediado pela Educação, deve ser considerado sob a perspectiva crítica e efetiva, para que não haja a ilusão de que intervenções superficiais ou iniciativas que só reforçam estigmas relacionados à velhice (como cursos de culinária e artesanato) e não incluirão de forma efetiva agentes à margem de todo o desenvolvimento social e tecnológico da contemporaneidade.

Também reiteramos a necessidade de considerar as peculiaridades dessa geração e as individualidades de cada agente para, a partir daí, buscar construir coletivamente um conhecimento que reflita a realidade de discentes, para que estes sejam partícipes de todo o processo educacional, e, dessa forma, que possam se sentir incluídos. Ou seja, é necessário que a inclusão social não fique restrita a documentos formais, discursos ou estudos, e que se torne um processo vivo, ativo e real, vivenciado pelas populações excluídas no cotidiano.

Nesse sentido, a disponibilidade de vagas para os idosos em cursos regulares de universidades também não pode ser relacionada à inclusão social, uma vez que não há prerrogativas que assegurem a permanência desse indivíduo no curso caso não haja interesse nas temáticas abordadas, a devida interação entre este discente e os demais colegas e docentes, e a identificação desse estudante com o conteúdo apresentado.

Com relação à exclusão digital, uma das vertentes da exclusão social, é preciso que essa efetividade de ações também seja repensada, pois a aquisição e oferta de equipamentos de informática, por exemplo, não pode ser relacionada diretamente à inclusão digital, caso o agente não tenha condições de manuseá-los.

Outra questão que torna a atuação da UAMA desafiadora, aos considerarmos a adequação das atividades desenvolvidas por essa instituição à provável ruptura de estereótipos relacionados ao idoso e inclusão social, é a necessidade de adaptação constante do currículo do curso às transformações da sociedade da informação, cada vez mais velozes.

Com a evolução tecnológica que modifica o cenário e a conjuntura das relações sociais e a relação dos agentes com as Tecnologias da Informação e Comunicação, é necessária uma revisão constante dos componentes curriculares ofertados.

Também é imprescindível destacarmos que uma das limitações mais fatigante e restritiva para as universidades da maturidade talvez seja o preconceito enfrentado por entidades que desenvolvem trabalhos nessa linha, como a UAMA.

Tal preconceito pode ser refletido na dificuldade de investimentos financeiros, falta de reconhecimento do trabalho desempenhado, obstáculos para adequar a proposta de cursos para a terceira idade às exigências do Ministério da Educação e das Instituições de Ensino Superior. Essa discriminação é o reflexo de uma ordem social excludente que formula pré-julgamentos direcionados ao idoso e da falta de conhecimento da proposta das universidades voltadas a esse público.

A lógica reducionista que associa a educação à preparação para o mercado de trabalho, tão difundida na sociedade contemporânea, automaticamente rejeita iniciativas que não estão prioritariamente voltadas a essa finalidade empregatícia, mas, que utilizam do conhecimento como instrumento a favor da cidadania.

Por outro lado, a falta de compreensão a respeito da proposta da UAMA e demais entidades com essa finalidade faz com que, por vezes,

haja o entendimento equivocado de que a criação de cursos específicos para a terceira idade segrega esse público e reforça preconceitos e a exclusão. Na verdade, a proposta dessas universidades é oferecer formações exclusivas para que possam adequar o conteúdo e as práticas pedagógicas à realidade e aos aspectos subjetivos relacionados à população idosa, como, por exemplo, a experiência de vida, o que comumente é chamado de “conhecimento de mundo”.

Diante dessa conjuntura, na medida em que a Ciência da Informação, definida por Araújo (2014) como “o olhar informacional sobre o real”, vivencia o que Capurro (2003) denomina de paradigma social, e busca interagir com outros campos do conhecimento, ao entender que a informação é um elemento constitutivo preponderante em nossa sociedade, compreendemos que a utilização de conceitos que surgem no espectro dessa ciência, como o de “Regime de Informação”, poderia nos proporcionar novos olhares que nos levassem a enxergar a teia de realidades que podem facilitar ou dificultar o processo de inclusão social e tecnológica, sobre o qual buscamos refletir ao longo desse estudo.

Entender a rede que integra os ambientes, as relações entre os atores sociais, artefatos, dispositivos e as relações de poder que interferem nesse processo de pretensão de inclusão social nos permite ultrapassar o senso comum e os estigmas atribuídos à população idosa. Além disso, proporciona novas iniciativas decisórias que busquem diminuir os índices de exclusão dessa parcela da sociedade.

Diante de uma realidade na qual os estudos voltados a entender a realidade dos idosos comumente são desenvolvidos em áreas como a medicina, o serviço social, a psicologia, o direito, lançar um olhar sobre essa temática a partir do arcabouço da Ciência da Informação nos permite apresentar a discussão, a partir de um elemento que pode alterar

uma realidade física, mental, emocional, social, que é a informação.

De fato, inúmeros são os desafios a serem superados pela UAMA. Talvez, a resposta para muitas dessas limitações e dificuldades esteja na informação e os processos sociais e educacionais nos quais ela se insere. Algumas ações preponderantes são o investimento em políticas públicas de enfrentamento ao preconceito contra a pessoa idosa e a inclusão desse público nas propostas voltadas à regulamentação e impulsionamento da “sociedade da Informação”, bem como o desenvolvimento de estudos que direcionem a atuação dessas universidades da terceira idade com o foco na inclusão social e digital, propondo componentes curriculares, processos pedagógicos, orientações que possam balizar a formulação e manutenção desses cursos.

Para além das questões políticas, científicas e educacionais, entendemos que o principal vetor de transformações nessa realidade excludente que a UAMA se propõe a enfrentar seja a empatia. Se cada indivíduo, com seu “habitus”, conseguir desenvolver a compreensão sobre a realidade, limitações e características do outro, aceitando-as, será um caminho para superar, no campo social, a opressão, a intolerância e o preconceito. Esse caminho não pode ser trilhado apenas por idosos nem outras minorias (negros, LGBTQI+, mulheres, pessoas com deficiência, indígenas) sozinhas para construir suas pautas. É necessário o envolvimento da sociedade como um todo. Desenvolver esse novo “habitus” envolve a educação formal desde a base infantil, as estruturas religiosas, a família. É um processo complexo, mas necessário para superar o mal da exclusão e violência que marca essa sociedade da liquidez.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que é Ciência da Informação?. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 19, n. 1, p. 01-30, dez. 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/15958>. Acesso em: 30 jun. 2019.
- ARRUDA, Ivan Eduardo de Abreu. O perfil das universidades da terceira idade no Estado de São Paulo. **A Terceira idade: estudos sobre envelhecimento: SESC SP**. v. 21, n. 47, mar. 2010.
- ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 jun 2019.
- BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do idoso). 3. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013.
- BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=3&idnoticia=1866&t=primeiros-resultados-definitivos-censo-2010-populacao-brasil-190-755-799-pessoas&view=noticia>. Acesso em 13 jul. 2018.
- BRASIL. PROJETO DE LEI Nº 9.941, de 2018 (da Câmara Federal). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2170715>. Acesso em: 02 ago 2018.
- BUSTAMANTE, Javier. Poder comunicativo, ecossistemas digitais e cidadania digital. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu (Org). **Cidadania e redes digitais**. São

Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, Maracá – Educação e Tecnologias, 2010. p. 11-37.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ANCIB, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 29 jun. 2019.

CARIA, Telmo Humberto Lapa. O conceito de prática na pesquisa em Educação. **Educação & realidade**. Porto Alegre, v. 28, n.1, p. 31-49, jan/jul. 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAUDURO E CAUDURO. **Universidade: Espaço de Educação Permanente à Terceira Idade**. Adroaldo Cauduro e Maria Heloísa Fialho Cauduro In: **Inclusão de idosos: a descoberta de um novo mundo**. Anderson Jackle Ferreira et al. Porto alegre: EDIPUCRS, 2008.

COELHO, Franklin Dias. A cidadania digital e a apropriação social da inovação tecnológica. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu (Org). **Cidadania e redes digitais**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil; Maracá – Educação e Tecnologias, 2010. p. 185-209.

DELAIA, C. R. Subsídios para uma política de gestão da informação da Embrapa Solos: à luz do regime de informação. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/94600/1/DISSERTACAO-CLAUDIA-DELAIAI-VERSAOFINAL.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2019.

EAGLETON, Terry. **Depois da teoria: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FIGUEIREDO, Maria de Fátima da Fonseca Quelhas Barbosa. **O envelhecimento humano: aprender a viver com a idade**. Lisboa: Edições Vieira, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. **As relações entre ciência, Estado e**

sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 60-76, 2003a.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Néida. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, 2012.

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro**. Estudos de teoria política. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Universidade e comunicação na edificação da sociedade**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

LIMA, Rozeane Albuquerque; OLIVEIRA NETO, Manoel Freire de Oliveira;

SILVA, Hilmar Xavier. **Universidade Aberta à Maturidade - UEPB**: oito anos de educação inclusiva e transformadora. Campina Grande: Eduepb, 2017. Disponível em: <http://www.uepb.edu.br/download/ebooks/UAMA-Oito-anos-de-Educacao-Incusiva-e-transformadora.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2018.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MATTHEWMAN, Jim. **Os novos nômades globais**. São Paulo: Clio, 2012.

ROZENDO, Adriano da Silva. Entrevista com o Professor François Vellas. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 213-217, 2015.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun., 1996.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

UNGER. Roberto José Gervásio; FREIRE, Isa Maria. Regimes de informação na sociedade da informação: uma contribuição para a gestão de informação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 87-114, jan./jun. 2008.

WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. **Ci. Inf.** Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000.

SOBRE OS AUTORES

Izabel França de Lima (Organizadora)

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2012), Mestre em Educação (2007), Especialista em Gestão de Unidades de Informação (2006), Graduada em Biblioteconomia (1989) e em Administração (1999) pela Universidade Federal da Paraíba. Atualmente é professora Adjunta do Departamento de Ciência da Informação, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, e do Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes, do Centro de Educação, Diretora da Editora UFPB e líder do grupo de Pesquisa iMclusoS, da Universidade Federal da Paraíba.

Fabiana da Silva França (Organizadora)

Doutora em Ciência da Informação (PPGCI/UFPB) com período sanduíche no Institut Universitari de Lingüística Aplicada da Universitat Pompeu Fabra (UPF-Espanha), bolsista PDSE/CAPES. Possui Mestrado em Ciência da Informação (PPGCI/UFPB), Especialização em Tutoria online e Educação a Distância (SENAC - RJ), Graduação em Biblioteconomia e Documentação (UFPB). Bibliotecária da Editora Universitária da UFPB e atua no Portal de Periódicos da UFPB.

Aline Fernandes de Mendonça

Graduação em Psicologia pela Faculdade Leão Sampaio (2013). Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Cariri (UFCA) e Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET).

Aurekelly Rodrigues da Silva

Mestranda em Ciência da Informação (CI) no Programa de Pós-Graduação em CI da UFPB (PPGCI/UFPB). Bolsista financiada pela CAPES. Graduada em Arquivologia (UFPB).

Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira

Doutora em Letras pela Universidade Federal da Paraíba, Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (1999), Especialista em Organização de Arquivos, Especialista em Administração da Educação a Distância, Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Paraíba (1988). Professora Associada da Universidade Federal da Paraíba. Ex-coordenadora do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. Atua ainda junto ao Programa de Pós-Graduação em Organizações Aprendentes (MPGOA). Líder do grupo de estudos em memória GECIMP (PPGCI-UFPB).

Cesar Augusto Cusin

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) (2010). Mestre em Ciência da Computação pelo Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM) (2005). Graduado em Letras pelas Faculdades Integradas de Itararé (2001). Técnico em Processamento de Dados (1995). Professor e Coordenador de Pesquisa do Curso de Sistemas de Informação da Faculdade Paraíso (FAPCE). Professor do Mestrado em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Membro do Grupo de Trabalho (GT) de Acessibilidade do W3C (Escritório Brasil). Membro do Grupo de Pesquisa - Novas Tecnologias em Informação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Consultor “ad hoc” de Business Intelligence da Soyuz Sistemas, de Ciência da Informação

e Semântica da Seofish e de Acessibilidade do Instituto Döll de Tecnologia e Educação (IDTE). Atua como professor visitante em cursos de Pós-Graduação.

Denise Braga Sampaio

Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (PPGCI-UFPB). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGCI-UFPE). Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Atuou como professora substituta no Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri. Membro dos Grupos de pesquisa da UFPB: Rede Interdisciplinar de Estudos sobre violência (RIEV) e IMclusoS - Informação, Memória, Tecnologias e Sociedade

Edvaldo Carvalho Alves

Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (2007). Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (2002). Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (2000). Professor Associado do Departamento de Ciência da Informação - DCI/ UFPB e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCI/ UFPB. Coordena o Grupo de Estudo e Pesquisa em Sociologia e Informação (GEPSI/UFPB).

Emília Eulina Pereira de Souza

Mestranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. Especialista em Gestão da Organização Pública (2012). Graduada em Arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba (2009). Arquivista do Centro de Ciências da Saúde / UFPB.

Érica Simony Fernandes de Melo Guerra

Mestre em Gestão da Informação e do Conhecimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Especialista em Gestão Pública Universitária e Graduada em Biblioteconomia pela UFRN. Coordenadora do Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca Central Zila Mamede/UFRN.

Fellipe Sá Brasileiro

Doutor e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPB. Graduado em Comunicação Social pela UFPB. MBA em Marketing pela FGV. Professor do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPB.

Fernando Luiz Vechiato

Doutor e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Docente do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação e do Conhecimento da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Líder do Grupo de Pesquisa “Tecnologia e Gestão da Informação e do Conhecimento”.

Gisele Rocha Côrtes

Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPB (PPGCI/UFPB). Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Sociologia e Informação (GEPSI/UFPB).

Joana Coeli Ribeiro Garcia

Professora doutora em Ciência da Informação pela UFRJ (IBICT) e titular do Departamento de Ciência da Informação, com atuação na graduação em

Biblioteconomia, em Arquivologia e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba.

Joelma da Silva Oliveira

Doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. Mestre em Comunicação pela Universidade Federal da Paraíba (2010). Graduada em Jornalismo (1997) e Relações Públicas (2001) pela Universidade Federal da Paraíba. Especialista em Direitos Humanos pela UFPB (2011). Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Sociologia e Informação (GEPSI/UFPB).

Juliana Ferreira Marques

Doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. Mestre em Gestão de Organizações Aprendentes pela UFPB (2014). Especialista em Assessoria de Comunicação pela Universidade Potiguar - UNP (2013). Graduada em Comunicação Social - Rádio e TV pela Universidade Federal da Paraíba (2007). Assessora de comunicação da Universidade Estadual da Paraíba desde 2008, onde é responsável pela assessoria de comunicação do Campus V - João Pessoa.

Kleber José de Lima da Costa Barros

Mestrando em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI - UFPB). Graduado em Biblioteconomia - Universidade Federal da Paraíba

Maria Cleide Rodrigues Bernardino

Doutorado em Ciência da Informação, pela Universidade de Brasília (UnB); Mestrado em Linguística, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB);

Especialização em Gerenciamento de Bibliotecas Públicas e Escolares pela Universidade de Brasília (UnB); Especialização em Literatura Brasileira pela Universidade Regional do Cariri (URCA); Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Atualmente é professora do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri (UFCA) e do Mestrado Profissional em Biblioteconomia (MPB) da UFCA; Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Marília Vital Ribeiro

Mestranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI - UFPB). Graduada em Arquivologia e arquivista da Universidade Estadual da Paraíba.

Marina Tavares Zenaide Marinho

Mestrado em Música pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil (2010), Professora do Instituto Federal da Paraíba e Coordenadora do Projeto de Extensão “A Orquestra de Cordas do IFPB nas Instituições de Caridade da Cidade de João Pessoa”. Atualmente é Coordenadora e Maestrina da Orquestra de Cordas do IFPB (OCIFPB) e primeiro violino do Quadrivium Quarteto.

Marynice de Medeiros Matos Autran

Doutora em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais - Universidade do Porto/Universidade de Aveiro – Portugal. Professora do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI – UFPB).

Ronnie Anderson Nascimento de Farias

Doutorando pela Universidade Federal da Paraíba. Mestre pelo curso de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (2015). Graduado em biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2011). Membro do grupo de Pesquisa iMclusoS da Universidade Federal da Paraíba.

Rosa Estopà Bagot

Professora titular do Departamento de Tradução e Ciências da Linguagem na Universitat Pompeu Fabra (Barcelona/Espanha). Membro do grupo de pesquisa do IULATERM, do Instituto de Linguística Aplicada (IULA). Coordenadora do Mestrado em Terminologia e membro do Observatório da Neologia na Universitat Pompeu Fabra. Professora colaboradora da Universitat Oberta de Catalunya e do Institut Bonanova del Parc de Salut del Mar.

Samara Matias da Silva

Mestre em Biblioteconomia pelo Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri (2019). Especialista em Biblioteconomia pela Faculdade Internacional Signorelli (2013). Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará – Campus Cariri (2012). Bibliotecária-documentalista na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Chefe da Biblioteca Setorial Vanete Almeida da Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UAST).

Valdir de Lima Silva

Doutorando em Ciência da Informação. Mestre em Ciências das Religiões – UFPB. Especialista em Direitos Humanos. Licenciado em História pela UFPB, Gestão Pública - UNOPAR e Arquivologia – UFPB. Graduando em

Letras-Português-UFPB. Secretário de Cultura, Desporto, Turismo e Lazer (SECDTUR - P. M. Santa Rita, PB em 2013). Professor do Ensino Básico desde 1997. Consultor de projetos nos três setores. Poeta e Produtor Cultural. Membro do grupo de estudos em memória GECIMP (PPGCI-UFPB). Curador do Arquivo Privado de Heliton Santana.

Virginia Bentes Pinto

Professora Titular da Universidade Federal do Ceará-UFC. Bacharel em Biblioteconomia- Universidade Federal do Ceará. Doutorado em Sciences de Information et de la Communication- Institut des Communications et des Média (ICM)- Université Stendhal-Grenoble-França (1999). Mestrado em Ciências da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (1989). Pós-Doutorado em Filosofia-Tratamento cognitivo da informação- Laboratoire de Analyse Cognitive de Information (LANCI)- Université du Quebec à Montreal- (2006). Estágio Pós- Doutoral no Instituto de Linguística Aplicada (IULA) da Universidad Pompeu Fabra- Barcelona. Estágio Pós-Doutoral em Direito e Genoma na Cátedra Interuniversitária de Derecho y Genoma Humano- Universidad de Deusto- País Basco (2013). Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba.

